Filhas do Mundo

infração juvenil feminina no Rio de Janeiro

Simone Gonçalves de Assis
Patrícia Constantino

Filhas do Mundo

infração juvenil feminina no Rio de Janeiro

Quando ela nasceu, ela quase me matou. Ela nasceu de pé e, quando ela apontou, só uma perna assim, começaram a me cortar toda pra tirar ela. Quando eu olhei pra ela eu tive um pressentimento que aquela filha não seria minha. Olhei pra ela e disse: ela não é minha filha. Ela é do mundo. Ela nasceu para o mundo. Tanto é que ela vive no mundo, ela não vive comigo. Eu perdi ela.

Vanda, mãe de Elisa

A pesquisa *O Universo das Jovens Infratoras: motivações para o ato infracional e propostas de estratégias de prevenção e atuação*, que deu origem a este livro, foi desenvolvida no Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves). Contou com o apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), além de bolsa de apoio técnico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Programa Integrado de Bolsistas de Iniciação Científica (Pibic) do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com a Fiocruz.

O trabalho recebeu menção honrosa do Prêmio Sócio-Educando 2000, oferecido pelo Unicef, Ilanud, Andi, Fundação Educar DPaschoal, Ministério da Justiça e BNDES destinado a experiências nacionais bem-sucedidas no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.
Em 1998, outro trabalho das autoras, apoiado também pelo Ministério da Justiça, mereceu o mesmo prêmio e foi publicado, pela Editora Fiocruz, sob o título *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores.*

A primeira edição deste livro foi realizada com o apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Equipe da pesquisa

Simone Gonçalves de Assis (Coordenação)
Patrícia Constantino
Joviana Quintes Avanci (Especialização em psicologia)
Fernanda de Carvalho Vecchi Alzuguir (Especialização em psicologia)

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Filhas do Mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro vem preencher uma lacuna importante em nosso conhecimento sobre os adolescentes em conflito com a lei e suas circunstâncias pessoais, sociais e de gênero. O estudo de Simone Gonçalves de Assis e Patrícia Constantino se concentra em um grupo de adolescentes-mulheres privadas de liberdade. Entendendo o gênero como uma construção social, incursionam pelos meandros da condição feminina, buscando compreender como esta condição se relaciona e explica as diferenças entre os perfis quantitativos e qualitativos dos atos infracionais cometidos por adolescentes, quando percebidos pela ótica do gênero.

Em sua primeira parte, o estudo se concentra no esforço de nos dar a ver o complexo conjunto de fatores que influenciam a delinqüência juvenil feminina. A segunda parte analisa a resposta formal da sociedade, entendida como a reação, com base na lei, aos atos infracionais cometidos por adolescentes-mulheres. Além da lúcida análise quanti-qualitativa do fenômeno, o que mais nos chamou a atenção nesta parte foi o emprego inteligente de categorias do pensamento criminológico para compreender o universo estudado. Sem o emprego destas categorias, o *insight* acerca da real natureza da questão abordada não teria ocorrido. De fato, o conceito de controle social sobre a mulher é a pedra angular sobre a qual as autoras empreendem a construção de sua visão compreensiva das 'filhas do mundo'.

Um fator que, por si só, ilustra a natureza diferenciada do tipo de controle social aplicado às adolescentes é a observação dos fatos que motivam a privação de liberdade, comparando-os com o que dispõe a legislação. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a privação de liberdade é medida aplicável aos casos de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou por reiterado e injustificado descumprimento de medida anteriormente imposta. Neste aspecto, cabe fazer a seguinte indagação: em que medida, no Brasil e no exterior, as adolescentes são privadas de liberdade dentro dos mesmos critérios aplicados aos seus companheiros do sexo masculino?

Se entendemos o feminino como uma construção social e se adotamos, como fazem as autoras, o controle social como categoria central de compreensão, veremos porque a resposta da sociedade e do Estado ao ato infracional cometido

por adolescentes-mulheres assume características distintas daquelas reservadas aos infratores masculinos.

O mapeamento de como esta situação se reflete no mundo interno de cada adolescente, determinando seu estatuto ontológico de 'filha do mundo' é um dos momentos altos do esforço de compreensão empreendido neste livro. O processo de (des)vinculação da família e da escola e de vinculação ao que Edson Passetti, em uma de suas obras, chamou de "o mundo do menor infrator" é rastreado nas histórias de vida, nos desenhos, nos escritos e nos depoimentos das adolescentes.

O resultado é uma visão clara de como gênero, raça e classe social se entrelaçam e se potencializam, como fatores de discriminação, para direcionar o curso destas vidas precocemente 'adultizadas', na direção de um encontro/desencontro destas jovens consigo mesmas e com os outros.

No roto universo familiar destas adolescentes, a figura paterna prima, de um modo geral, pelo binômio ausência-violência. Já a figura materna, apesar das diferenças de superfície, guarda uma semelhança profunda com as filhas, compartilhando com elas a condição aparentemente ontológica, mas, na verdade, social e historicamente construída, de "brinquedos de encaixe".

É neste contexto que o encontro do companheiro emerge como o complemento do corpo e da alma desencontrados. É neste contexto que a soma dos abandonos aprofunda a jovem em um mundo, ao mesmo tempo, vertiginoso e tenso, vazio e reduzido. O mundo da rua, das drogas, dos delitos, da polícia, da justiça e da internação.

Quando analisamos as razões pelas quais as adolescentes pesquisadas encontram-se privadas de liberdade, observamos que os atos infracionais cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa (tráfico de drogas, uso de entorpecentes, furto e outros) somam 50,6% dos atos infracionais cometidos, ou seja, pouco mais da metade.

Assim como em outras situações, a inserção das adolescentes no mundo do delito também se dá de forma subordinada. Ocupam os cargos subalternos no crime e freqüentemente justificam esse envolvimento como uma extensão natural de suas relações afetivas, embora uma parte delas já o faça por outras razões.

O Educandário Santos Dumont, onde a pesquisa foi realizada, não difere muito da grande maioria dos estabelecimentos do gênero existentes ou que já existiram no país. Condições físico-materiais inadequadas, ausência de uma proposta pedagógica e, o principal, as relações entre as pessoas no seu dia-a-dia não favorecem, ao contrário, são frontalmente hostis ao normal

desenvolvimento pessoal e social das internas. O termo iatrogênico, empregado por Simone Gonçalves de Assis e Patrícia Constantino, é o que nos parece descrever melhor este ambiente (des)educativo.

Os rituais de admissão e de vida cotidiana parecem destinados ao cumprimento de duas funções: a degradação da pessoa e o seu controle. Na verdade, o sistema deveria privar as internas apenas da liberdade, isto é, do direito de ir e vir. A realidade, porém, é que elas são privadas também de respeito, dignidade, identidade, privacidade e da integridade física, psicológica e moral. Degradar para controlar, e controlar para degradar. Esta é a lógica que rege a engrenagem institucional.

As relações da unidade com o Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (Degase) e as demais instituições do sistema de administração da justiça juvenil (polícia, juizado, defensoria e ministério público) são precárias. O poder discricionário exercido pelo juiz é um grave problema ainda a ser encarado de frente. A debilidade político-institucional da defensoria pública agrava este quadro.

Os agentes de educação, os técnicos e a direção do estabelecimento não conseguem extrapolar os limites da única função que o sistema lhes impõe e exige: a contenção e a segurança. A rotina é estruturada para produzir não-acontecimentos: não-briga, não-fuga, não-rebelião, não-droga, não-desobediência, não-depredação, não-desrespeito e vai por aí afora. A vida é estruturada com base em um verdadeiro catálogo de nãos.

A equipe técnica refugia-se em suas salas separadas do resto da unidade, e, dali, os técnicos das diversas áreas se relacionam com as adolescentes, sem se envolverem de maneira mais profunda na rotina que emoldura o cotidiano reduzido e espesso. O jogo consiste em se refugiarem nas suas obrigações funcionais específicas e, assim, não terem de responder pelo que se passa na unidade.

O homossexualismo de internato é uma construção institucional. Trata-se de algo quase co-constitutivo da natureza destes espaços de reclusão. O relacionamento entre pessoas do mesmo sexo torna-se uma moeda de troca da mais valia afetiva, que cada menina acumula consigo. Existem as que resistem ao jogo. Para muitas, porém, é a única maneira de continuar interagindo no plano da afetividade.

A educação básica e profissionalizante neste contexto são peças-chave do teatro institucional. Trata-se de duas aquisições utilitárias da maior importância. A sua existência pretende justificar a adjetivação destes lugares como espaços educativos. A indigência de proposta pedagógica, a falta de capacitação dos

educadores para lidar com o quadro somam-se ao desinteresse dos dirigentes institucionais, para resultar em mais um passatempo para as internas. Tudo faz-de-conta. Uns fazem de conta que ensinam, outros que aprendem, e, assim, o programa de não-educação vai se cumprindo e o currículo da degradação se impondo.

Prisão dentro da prisão, a contenção celular torna-se a última alternativa, quando a contenção perimetral, as restrições, os gritos e embates corporais entre adultos e adolescentes já não surtem mais os efeitos esperados. Quartinho, quarto de reflexão, tranca, cubículo, solitária, cafua, cela, chiqueiro, baia são nomes que, em diversas partes do Brasil, os adolescentes colocam nestes lugares. Quanto mais intenso é o uso deste recurso, mais se evidencia a ausência de repertório pedagógico por parte dos agentes e a indigência relacional do ambiente, que impede a formação de vínculos verdadeiramente humanos entre 'educadores' e 'educandas'.

É no interior deste quadro que, de quando em vez, explodem as rebeliões, as tentativas de fuga, as depredações. Os eventos indesejáveis podem partir das 'educandas' ou dos seus 'educadores'. Em ambos os casos, eles expressam reivindicações e retaliações de quem está querendo, consciente ou inconscientemente, dizer alguma coisa, mandar algum recado para o sistema, para o Estado ou para a sociedade, o chamado mundo lá fora.

É neste momento, precisamente, que a imprensa entra em cena, com seu olhar armado de (pre)conceitos e de pré-noções a respeito do problema, contribuindo fortemente para construir e instalar na consciência social uma compreensão distorcida do mundo dos adolescentes em conflito com a lei.

No final de *Filhas do Mundo*, as autoras nos colocam diante da necessidade de um novo começo para esta história, em que, como diria Drummond, "os homens e as ações não encerram nenhum exemplo". Daí, a necessidade de se recorrer a experiências internacionais para se estruturar um encaminhamento viável e digno para o problema. É verdade, porém, que no Brasil, aqui e ali, vez por outra, desponta alguma exceção a essa regra.

O melhor de tudo é que as autoras, com base no seu rico aprendizado, não vacilam em colocar à disposição dos leitores interessados pelo tema um novo roteiro de intervenção, que traduz um jeito novo de ver, sentir, entender, decidir e agir em face deste drama, um jeito de intervir, que tem nas questões de gênero sua pedra angular.

Emilio Garcia Mendez, o maior jurista voltado para os problemas da infância e da juventude, afirmou certa vez: "não existe resposta pedagógica séria, sem justiça garantista". Como educador, eu respondi a este luminar do

direito, de quem me orgulho de ser amigo e discípulo: "não existe justiça garantista, sem resposta pedagógica séria". No caso das adolescentes do Educandário Santos Dumont, nos deparamos com a dura verdade: justiça e pedagogia são as duas grandes ausentes desta história.

Além da satisfação intelectual de prefaciar um trabalho de altíssimo nível e de real valor como guia seguro para a ação de educadores e dirigentes, ao longo da leitura nos deparamos, Maria José – minha esposa – e eu, com a vívida recordação do nosso trabalho com adolescentes da Febem-MG, em Ouro Preto, quando, juntos, dirigimos a Escola Barão de Camargos. A lembrança das educandas e dos educadores, dos êxitos e dos fracassos, das perdas e dos danos causados e sofridos nos encheram de forte emoção. Foi também uma alegria muito grande perceber que as autoras, com o seu enorme talento de pesquisadoras e seu profundo compromisso e dedicação à causa da juventude, não deixaram as meninas infratoras, como sempre ocorre, à margem das preocupações e das proposições político-sociais e pedagógicas.

Parabéns, Simone e Patrícia, como pesquisadoras, como cidadãs e, acima de tudo, como mulheres, que, com tanta sensibilidade e lucidez, souberam compartilhar com as nossas mais esquecidas adolescentes esta condição, a condição feminina, captando em cada uma das histórias relatadas o que há de mais profundo e de mais verdadeiramente humano: o ser mulher.

Antonio Carlos Gomes da Costa

Educador, diretor-presidente da Modus Faciendi
Desenvolvimento Social e Ação Educativa

APRESENTAÇÃO

Filhas do mundo! Este título sintetiza o que tem sido, em maior ou menor grau, a vida das adolescentes infratoras internadas em instituição para cumprimento de medidas socioeducativas[1] no Rio de Janeiro. Representa, também, parte da realidade vivenciada por suas mães, reproduzindo-se assim um ciclo de abandonos prematuros e de amadurecimentos forçados.

O direito de uma criança viver sua infância sendo protegida e cuidada, embora seja uma conquista de poucos séculos, está ainda praticamente ausente na vida de muitas meninas entrevistadas, que cedo assumem responsabilidades sobre suas vidas e a de suas famílias. A adolescência, categoria recentemente criada, que simboliza um momento de profundas mudanças físicas, psicológicas e sociais, de caminhada em direção à maturidade reprodutiva e psicossocial, de indefinições e sonhos, parece também distanciada de suas vidas.

Muitas das jovens – parcela significativa – nascem e são criadas pelo "mundo", que em plena crise econômica e de valores pouco lhes dá, além de expô-las a riscos e perigos em cidades potencialmente violentas, em grau nunca imaginado pela juventude de gerações anteriores.

A nova posição da mulher na sociedade também traz muitos desafios às jovens, ao mesmo tempo que as torna mais solitárias para enfrentar os infindáveis obstáculos. A busca de novos espaços e formas de convivência social também tem trazido dificuldades no estabelecimento de limites para os relacionamentos essenciais ao convívio familiar. Limites rígidos em demasia ou totalmente ausentes são comumente encontrados, dificultando o preparo das jovens para enfrentar o mundo.

Toda essa realidade se magnifica diante do quadro de pobreza de importante parcela da população, em especial das famílias pobres chefiadas por

[1] Medidas socioeducativas são as ações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para serem aplicadas pelo juiz aos adolescentes em conflito com a lei. Podem ser de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

mulheres. Agrega-se ainda a proximidade dos adolescentes com a criminalidade, sobretudo o mercado ilegal de drogas.

Essas e outras transformações da vida moderna têm contribuído para o crescimento da delinqüência juvenil feminina, cada vez mais presente nas grandes cidades brasileiras. Um estudo com este enfoque só poderia ser concebido segundo uma dimensão de gênero que, "diferentemente do sexo, é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações" (Sorj, 1992:15).

A investigação do universo feminino infrator, enfocado nas falas das jovens adolescentes e de suas mães, é continuação de uma linha de trabalho iniciada com o livro *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores*, fruto de uma pesquisa realizada em 1997, financiada pelo Ministério da Justiça/Unesco e que teve como alvo apenas jovens do sexo masculino do Rio de Janeiro e de Recife. Esse trabalho recebeu menção honrosa do Prêmio Socioeducando 1999, oferecido por Unicef, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), Ministério da Justiça e Fundação DPaschoal.

O presente estudo tem como objeto a compreensão do universo da jovem infratora do Rio de Janeiro, questão ainda muito pouco abordada na realidade brasileira. O principal objetivo é compreender os fatores que levam essas meninas-mulheres a cometerem atos infracionais, facilitando-os ou dificultando-os.[2] Esse desafio foi enfrentado com a utilização da percepção da própria jovem infratora sobre sua história de vida e as situações que a levaram à infração, ponto alto deste trabalho. A opinião materna sobre a filha e sua opção pela vida infracional também foi investigada, contribuindo muito para o entendimento das especificidades de gênero relacionadas à infração juvenil feminina.[3] Pela avaliação das condições de ressocialização existentes na instituição que as acolhe no Rio de Janeiro, buscou-se também caracterizar o peso institucional que recai sobre as jovens mulheres quando elas adentram o Sistema de Justiça.

O conhecimento produzido tem como finalidade primordial contribuir para a prevenção de novos casos de delinqüência juvenil feminina e também para uma melhor atuação das instituições públicas que atendem essa clientela.

---

[2] Ato infracional é a conduta prevista no Código Penal (Brasil, 1983), ou em leis, praticada por crianças ou adolescentes.

[3] O conceito tradicionalmente utilizado na bibliografia internacional é o de delinqüência juvenil. No país, utilizam-se os termos infrator juvenil ou jovem em conflito com a lei, na tentativa de diminuir o estigma e o preconceito.

Para se alcançar o êxito desses objetivos, organizou-se o texto em duas partes. Na primeira, tenta-se explicar, com base nos relatos das mulheres entrevistadas e dialogando com as teorias recém-apresentadas, os fatores que influenciam a delinqüência feminina: o padrão de socialização, o abandono, a dificuldade em estabelecer limites, a vitimização psicológica, física e sexual e a influência das drogas e de pessoas afetivamente importantes para as jovens – como os parceiros, os familiares e os amigos – envolvidas com a criminalidade.

A segunda parte enfoca o momento no qual a jovem já se encontra rotulada como infratora e sob a tutela do Sistema de Justiça. Busca-se apontar as características dos atos infracionais praticados, os diferentes tratamentos recebidos por jovens infratoras em outros contextos além daquele verificado no Rio de Janeiro e a vivência das entrevistadas que cumpriam medida de internação durante os anos de 1998 e 1999. As relações de poder ali estabelecidas são apresentadas nos seguintes capítulos: a administração, o pátio, o alojamento, as salas técnicas, de profissionalização e o cubículo. Descreveu-se o cotidiano institucional a partir da década de 80 (mediante estudos anteriores), com foco principal nos dois anos finais dos 90. A descrição referente a este último período foi feita com base na observação constante das pesquisadoras, assim como em relatos e críticas das adolescentes internadas e dos profissionais. Por essa razão, este livro não pretende descrever nem explicar as mudanças ocorridas após o período da investigação.

Nas conclusões, são sintetizadas algumas questões específicas da delinqüência feminina e apontadas perspectivas de prevenção do problema e modificação do atendimento atualmente existente.

Este trabalho apenas se tornou possível pelo acolhimento das meninas e das mães, que, entre sorrisos e lágrimas, nos permitiram conhecer um pouco de suas vidas tão sofridas. A afeição estabelecida entre essas mulheres e as pesquisadoras suscitou uma cumplicidade que, se para elas contribuiu para aliviar a angústia e o sofrimento, para nós serviu como alento para a continuidade do nosso trabalho e, principalmente, para compreendermos, refletirmos e nos sensibilizarmos sobre a nossa própria trajetória feminina. Esperamos que esse encontro, aqui relatado, sirva também para enriquecer a vida dos leitores e para criar uma mentalidade mais respeitosa e consciente sobre os direitos humanos para as mulheres em nossa sociedade.

Algumas instituições e pessoas foram cruciais para a execução do trabalho:

• a direção do Degase, seu estatístico e alguns outros funcionários nos facilitaram a obtenção dos dados e a entrada no Educandário Santos Dumont;

• o diretor geral do Desipe e alguns funcionários nos cederam suas estatísticas;

• o juiz da Segunda Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro e demais funcionários nos permitiram o acesso aos processos, estatísticas e documentos da instituição;

• a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) apoiaram a execução da pesquisa e a publicação deste livro;

• a Faperj e o Programa Integrado de Bolsistas de Iniciação Científica (Pibic), do CNPq/Fiocruz, ofereceram bolsas de pesquisa;

• a Fiocruz com o apoio institucional e, em especial, a Editora Fiocruz e equipe, pelo cuidado com que trabalharam nossos originais;

• o Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz) dispôs seus equipamentos e pessoal dando apoio total à pesquisa – em especial a Maria Cecília S. Minayo, Edinilsa Ramos de Souza, Kathie Njaine, Suely Ferreira Deslandes, pela leitura atenciosa e crítica; a Marcelo Silva da Motta e Irapuan Pedroso Ludwig, pelo apoio técnico; a Alessandra Cruz e Hynajara Silva, pelos cuidados na correção da bibliografia; a Juacy Malaquias, pelo apoio estatístico, e a Renata Pesce, que contribuiu na fase final de análise;

• Vanda Barreto, psicóloga que exprimiu sua sensibilidade na análise dos desenhos das adolescentes.

Nossos últimos agradecimentos, muito especiais, a:

• Fernanda Carvalho Vecchi Alzuguir e Joviana Quintes Avanci – estudantes de psicologia que iniciaram a formação científica em pesquisas com jovens em conflito com a lei e hoje se tornaram profissionais engajadas na área – ambas desenvolveram atividades cruciais na pesquisa, enriquecendo os resultados aqui apresentados;

• funcionários do Educandário Santos Dumont, que sempre nos acolheram com muito carinho, a despeito das pressões e dificuldades que vivenciam ininterruptamente; particularmente àqueles que prontamente concordaram em ser entrevistados, compartilhando conosco sua experiência profissional.

INTRODUÇÃO

A situação de meninas e mulheres envolvidas em delitos tem sido negligenciada há séculos (Warren, 1981; Heidensohn, 1995; Shoemaker, 1996; Chesney-Lind, 1997; Chesney-Lind & Hagedorn, 1999). Compreender um pouco das razões de tal esquecimento auxiliou o desenvolvimento do presente estudo e a compreensão das percepções e visões de mundo trazidas pelas adolescentes infratoras e por suas mães. Os motivos mais óbvios apresentados para a ausência de estudos sobre delinqüência feminina foram a sua reduzida incidência – se comparada à masculina –, o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extrafamiliar, o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social da mulher e a falta de pressão da opinião pública, que não se interessa pelo tema.

O fenômeno de criminalidade entre as jovens tem aumentado em muitos países no mundo, despertando a preocupação da sociedade civil, das instituições sociais e do meio acadêmico. Esse crescimento, entretanto, vem sempre a reboque da delinqüência juvenil masculina.

Uma das formas de criminalidade feminina que vem tendo mais destaque é a criação e a disseminação de gangues ou quadrilhas femininas. Os Estados Unidos têm hoje gangues compostas exclusivamente por meninas adolescentes (Chesney-Lind & Hagedorn, 1999). Alguns países da América Central, especialmente El Salvador, têm enfrentado a mesma sorte de problemas. *Pandillas* ou *maras*, como são denominadas as gangues nos países latinos, são formadas por pré-adolescentes ou adolescentes. As meninas participam em número menor que os homens e são postas à margem das atividades importantes. Têm função de caráter sexual e são consideradas perigosas e não confiáveis, capazes de traição, com exceção das que passam por provas especiais de valor. A mulher no grupo é maltratada, 56% delas já ficaram grávidas.

Na Inglaterra, recentes estudos têm evidenciado que o número de mulheres adultas que receberam pena de prisão dobrou entre 1974 e 1981. Embora as taxas femininas continuem baixas, seu crescimento é mais veloz que o observado para o sexo masculino. O perfil típico das mulheres que infringem a lei mostra que são adolescentes ou jovens, primárias no crime, presas por roubo em lojas e tendo como sanção a advertência ou a sentença sem detenção. O pequeno grupo que se desvia desse perfil é composto por alcoolistas

reincidentes, prostitutas, além de um restrito número de mulheres que cometem atos de homicídio e terrorismo. As presas adultas cometem principalmente crimes contra o patrimônio: roubo, furto, fraude ou falsificação. Em segundo lugar, e com freqüência bem menor, tem-se a violência contra a pessoa (Heidensohn, 1995).

Estatísticas norte-americanas indicam maior gravidade da delinqüência feminina adulta naquele país, que é o vice-líder mundial em número de presos, perdendo apenas para a Rússia. Em 1980, havia 12 mil presas em todo o país. Em 1995, este número mais do que quintuplicou, chegando a 65 mil, o que levou à construção de vários presídios femininos (Bureau of Justice Statistics, apud Chesney-Lind, 1997).

Snell & Morton (1994) também indicam realidade similar. Levantamento das mulheres norte-americanas adultas em prisões, no ano de 1991, mostra o seguinte perfil: 32% são vítimas de abuso físico ou sexual (geralmente recorrente) antes dos 18 anos de idade, praticado por parente ou pessoa próxima; 58% provêm de lares sem ambos os pais, e em muitas dessas casas (34%) os adultos abusavam de álcool e drogas; 20% passaram por outras instituições e abrigos sociais; 43% eram vítimas de abuso físico e sexual dos companheiros.

No universo juvenil, a relevância também é grande: um em cada quatro jovens presos nos EUA são do sexo feminino (American Correctional Association, apud Chesney-Lind, 1997). Este estudo aponta vários fatores de risco para a infração: metade das presas provém de grupos minoritários, 61% já sofreram abuso físico (geralmente recorrente), 54,3% foram vítimas de abuso sexual (comumente repetidos), 80,7% já fugiram de casa (em geral várias vezes) e 53,8% já tinham tentado suicídio, cujo motivo mais alegado foi o sentimento de que ninguém se importava com suas vidas.

Os atos cometidos por essas jovens são de pouca gravidade. Um grupo importante é o de moças que desafiam a autoridade familiar (23% das presas), com atitudes do tipo fugir de casa, ser incorrigível, estar além do controle, gazetear no período de aulas e necessitar de supervisão, cuidado e proteção. Outro freqüente motivo de aprisionamento decorre de atos de pouca severidade como os roubos, especialmente a lojas (25,6%). Jovens mulheres americanas pouco se envolvem com homicídios e roubos mais graves (3,4%).

Dados do Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention para 1996 informam que o percentual de prisões de jovens tem se tornado maior que o dos adultos e que a taxa de crimes violentos cometidos por jovens do sexo feminino vem crescendo mais do que a do sexo masculino (125% e 67%, respectivamente), entre 1985 e 1994. Mesmo assim, o patamar masculino continua muito acima do feminino.

Embora os crimes cometidos pela mulher norte-americana, adulta ou adolescente, sejam de pouca gravidade, há algumas distinções. As mulheres adultas não podem ser detidas por desafiar a autoridade familiar, causa primordial de apreensão entre as jovens, comumente denunciadas pelos próprios familiares. Também nota-se maior envolvimento das adultas com o abuso de drogas, que duplicou entre 1985 e 1994 (o dos homens aumentou em 50%). Em 1994, roubar lojas foi a principal causa de apreensão (15,5%), seguida por violações relacionadas às drogas, com 9,3% (Federal Bureau of Investigation, apud Chesney-Lind, 1997).

Esse perfil do crime feminino comprova a assertiva da menor gravidade nos atos praticados por mulheres. Constata-se, entretanto, que embora o perfil dos crimes não tenha se alterado significativamente (com exceção do envolvimento das mulheres americanas com o tráfico de drogas), há uma tendência importante ao crescimento do aprisionamento de mulheres nos países relatados.

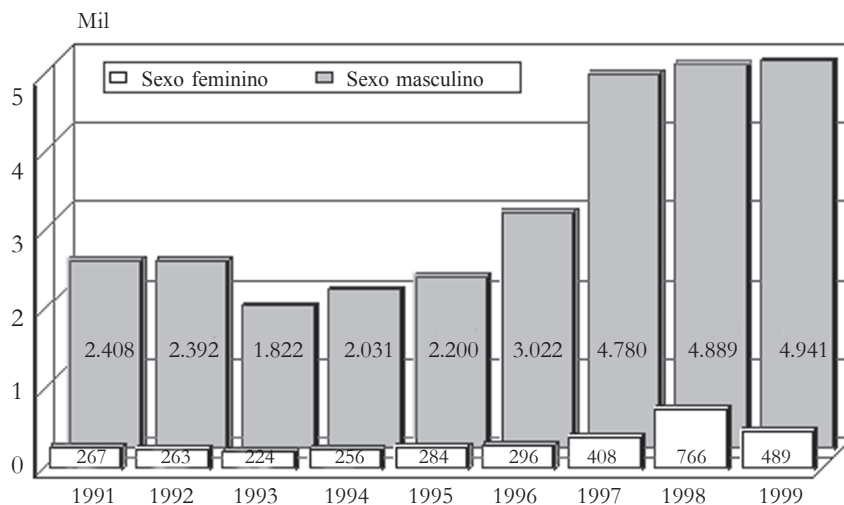
A realidade brasileira sobre a delinqüência feminina tem sido pouco investigada cientificamente. Episodicamente ocupa espaço nos meios de comunicação, embora no imaginário social este seja um sério problema. Um dos poucos estudos voltados para a mulher no crime é o de Zaluar (1994), realizado em bairro popular do Rio de Janeiro. A autora mostra que as mulheres não chegam a 25% do total de pessoas envolvidas em quadrilhas do tráfico de drogas. As que se 'envolvem' têm papel secundário nas atividades associadas à delinqüência. Especializam-se em roubar lojas e supermercados.

Alguns dados nacionais indicam a dimensão do problema da infração feminina entre jovens. Em 1997, havia 20.352 adolescentes de 12 a 20 anos cumprindo medida socioeducativa no país. Apenas 7,4% eram do sexo feminino, existindo 12 infratores masculinos para cada adolescente infratora (Brasil, 1998).

Pesquisa nacional efetuada por Volpi (1997) com jovens internados nos anos de 1995 e 1996, com medida de privação de liberdade, relata que apenas 5% eram mulheres. Os principais estados onde as meninas se encontram sem liberdade são os seguintes: São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro.

A situação verificada no Rio de Janeiro pode ser constatada no Gráfico 1, que apresenta os atos infracionais registrados na 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, responsável pelas medidas aplicadas aos jovens em conflito com a lei do próprio município, acrescido daqueles com medidas de privação de liberdade que vêm de todo o estado.[4]

[4] Estão incluídos todos os jovens que cometeram atos infracionais, e não apenas os que receberam medida de internamento.

Gráfico 1 – Atos infracionais cometidos por adolescentes segundo o sexo. Rio de Janeiro – 1991-1999

Fonte: 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

Observa-se enorme distância entre os sexos quando está em jogo o comportamento infracional, havendo, em 1999, dez rapazes para cada moça em conflito com a lei (relação menor que a relatada para o país). É também significativo o aumento dos atos infracionais a partir de 1996, para ambos os sexos.

Para melhorar a observação desses dados, foram calculadas taxas anuais de atos infracionais, que podem ser observadas na Tabela 1, na qual se verifica que, no período de 1991 a 1999, ocorreu um crescimento de 130% nas taxas de infrações masculinas e 109% nas femininas.[5]

---

[5] Realizando o mesmo cálculo para o período de 1991 a 1998 (ano em que as infrações cometidas por mulheres alcançam seu ápice), tem-se que o aumento verificado para o sexo feminino foi quase o dobro (223%) do demonstrado pelo sexo masculino (124%), mostrando um crescimento muito abrupto e atípico.

Tabela 1 – Taxas anuais[6] de atos infracionais cometidos por adolescentes – Rio de Janeiro

Ano	Homens	Mulheres
1991	317	35
1992	319	35
1993	247	30
1994	279	35
1995	307	40
1996	427	42
1997	685	59
1998	711	113
1999	729	73

Fonte: 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

Nesta tabela, pode-se notar que, em 1998, ano com maior taxa de infração para o sexo feminino, 113 para cada cem mil adolescentes do referido sexo, de 12 a 17 anos de idade, cometeram atos infracionais no Rio de Janeiro.

Apenas para efeito de comparação, no Rio de Janeiro, em 1994, observou-se a taxa de 134 jovens de 12 a 17 anos, de ambos os sexos, com envolvimento infracional.[7] Dados nacionais norte-americanos do mesmo ano mostram que Nova York (ocupando o segundo lugar no país, com maiores índices) teve uma taxa de 1.045 jovens por cada cem mil da mesma faixa etária, bem superior à do Rio de Janeiro. Para os EUA, foi relatada uma taxa de 514 jovens de 10 a 17 anos de ambos os sexos cometendo crimes violentos.

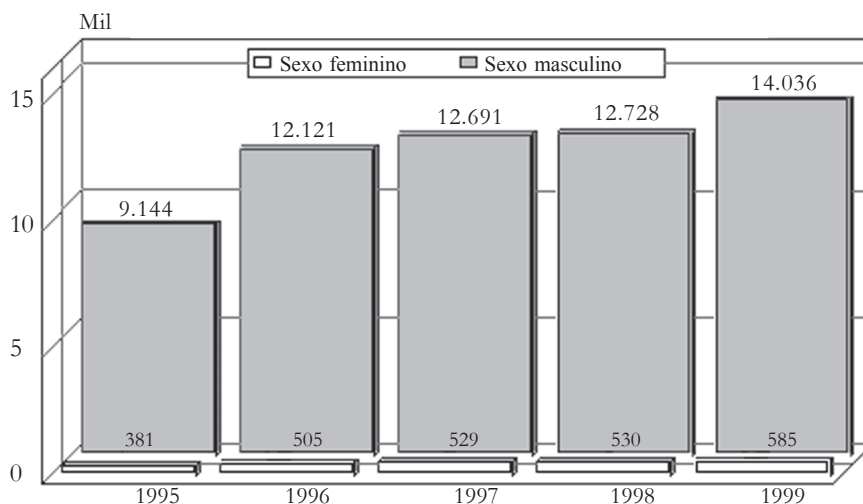
No Gráfico 2, que mostra a realidade entre os presos adultos, nota-se similar tendência de crescimento, embora em intensidade bem menor (40%), apesar de o período investigado ser mais restrito.

---

[6] Coeficientes calculados por 100 mil habitantes da faixa etária de 12 a 17 anos de idade. A população da faixa etária requerida foi estimada pelo método geométrico, mantendo-se o percentual de sexo por faixa etária (Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1995-1996).

[7] Estatística do Ministério da Justiça para o mês de agosto de 1997 aponta o número de 110 jovens (de ambos os sexos) autores de atos infracionais e sob medida socioeducativa no Rio de Janeiro, para cem mil outros na faixa dos 12 a 19 anos de idade (Brasil, 1998).

É digno de destaque o número de adolescentes do sexo feminino que cometeram atos infracionais em 1998, 766, considerando o total de 536 presas adultas.

Gráfico 2 – Crimes cometidos por presos adultos segundo o sexo. Rio de Janeiro – 1995-1999

Fonte: Departamento de Sistema Penitenciário.

Para se compreender melhor quais atos as jovens mulheres vêm praticando no Rio de Janeiro, deve-se atentar para a Tabela 2. Cabe ressaltar a inexistência desse indicador estatístico fundamental na 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, motivo pelo qual as pesquisadoras despenderam muito tempo e esforço coletando dados parciais em livros de plantão.

Tabela 2 – Atos infracionais cometidos por adolescentes. Rio de Janeiro – 1998

Tipo de crime cometido	Total*		Mulheres**	
	nº	%	nº	%
Tráfico de drogas	1.662	27,6	84	31,9
Uso de entorpecentes	1.290	21,5	34	12,9
Roubo	653	10,9	57	21,7
Furto	506	8,4	53	20,2
Lesão corporal	314	5,2	9	3,4
Porte de armas	296	4,9	4	1,5
Formação de quadrilha	282	4,7	-	-
Dano	125	2,1	3	1,1
Homicídio/Tentativas	36	0,6	1	0,4
Ameaça	35	0,6	-	-
Seqüestro e cárcere privado	15	0,3	1	0,4
Quadrilha	14	0,2	-	-
Estupro	13	0,2	-	-
Estelionato	9	0,2	1	0,4
Outros	754	12,6	16	6,1
TOTAL	6.004	100,0	263	100,0

* Única estatística oficial divulgada pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ). Não discrimina sexo. Dos 6.004, 766 eram mulheres.

** Levantamento manual efetuado no livro de registros do plantão da VIJ. Nem todos os adolescentes passam pelo plantão, motivo pelo qual esses dados não representam um perfil exato das infrações femininas. É apenas uma tentativa de aproximação de uma realidade desconhecida.

Fonte: 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro.

Na Tabela 2, nota-se que os atos infracionais relacionados ao tráfico e ao uso de drogas são importantes motivos para apreensão de adolescentes de ambos os sexos. Dentre as meninas, têm ainda relevância os atos contra o patrimônio (roubo e furto). Vale destacar as menores proporções de meninas envolvidas com porte de armas e formação de quadrilha. A prática de homicídio mostra-se reduzida em ambos os sexos.

Os tipos de crimes cometidos pelas mulheres adultas é muito similar aos dos homens, como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Crimes cometidos por adultos presos. Rio de Janeiro – 1998

Tipo de crime cometido	Homens		Mulheres	
	nº	%	nº	%
Tráfico de entorpecentes	5.818	45,7	243	45,5
Uso de entorpecentes	153	1,2	6	1,1
Roubo	2.207	17,3	92	17,3
Furto	603	4,7	25	4,7
Outros crimes contra o patrimônio	1.272	10,0	53	9,9
Lesão corporal	258	2,0	11	2,1
Homicídio	513	4,0	22	4,1
Outros crimes contra pessoas	133	1,1	6	1,1
Extorsão mediante seqüestro	345	2,7	14	2,6
Crime contra costumes	58	0,5	3	0,6
Estelionato	560	4,4	24	4,5
Outros crimes	336	2,6	14	2,6
Presos provisórios	469	3,7	20	3,9
TOTAL	12.725	100,0	533	100,0

Fonte: Desipe.

Nesta tabela, observa-se que o envolvimento com o tráfico de drogas é também a causa mais comum de prisão, seguindo-se dos crimes contra o patrimônio. Apenas 4,1% das mulheres se encontram presas por homicídios.

Após a apresentação desses dados sobre infração juvenil e criminalidade adulta no estado do Rio de Janeiro, é preciso fazer alguns comentários. No ano de 1998, a 2ª Vara da Infância e da Juventude registrou um percentual recorde na década de 90, com 13,6% das infrações sendo cometidas por mulheres.

O crescente envolvimento das mulheres com infrações ficou comprovado tanto entre as adolescentes como entre as adultas, especialmente em decorrência da sua inserção no mercado ilegal de drogas. No entanto, fica uma grande indagação sobre o porquê de esse fenômeno estar mais evidente entre adolescentes do que entre adultos. Apenas para efeito de comparação, tem-se que o crescimento observado entre 1995 e 1998 para as adolescentes do sexo

feminino foi de 170%; para os do sexo masculino, de 122%; e para os adultos de ambos os sexos, foi de aproximadamente 40%.

Essas maiores proporções de apreensão juvenil em relação aos adultos também foi observada nos EUA, especialmente devido à inserção precoce no tráfico de drogas.

Embora se tenha observado o incremento das infrações juvenis a partir de 1996, não se pode afirmar com segurança que esteja ocorrendo um aumento real dessas atividades ilegais.

Um dos fatores que comprometem a qualidade dos dados apresentados é o fato de haver uma estatística oficialmente registrada e outra 'oculta' e desconhecida, que ocorre sem que as instâncias oficiais tenham conhecimento. Entre essas duas estatísticas, existe uma constante oscilação que faz com que os dados oficiais possam não refletir a realidade. Dessa forma, um aumento aparente pode ser considerado como aquele que reflete o aumento do registro e não uma elevação dos crimes.

Oscilações no registro podem se dar por várias razões: mudança nos mecanismos de controle e repressão policial, social e jurídico, questão de fundamental importância na realidade do Rio de Janeiro; alteração da tolerância social sobre determinados tipos de crimes, que passam a incomodar e a ser mais visíveis; distinta percepção social sobre o jovem infrator, diminuindo a tendência à sua proteção; e a maior facilidade em denúncia e punição.

Provavelmente, dois principais fatores estão ocorrendo na realidade do Rio de Janeiro: maior arrebatamento de jovens pelo tráfico de drogas e mudança da avaliação judicial provocada pela entrada de um novo juiz na capital no ano de 1996, reconhecido pelo seu excessivo rigor.

Outro questionamento muito sério é sobre a elevada freqüência de adolescentes infratores atendidos oficialmente no Sistema por uso de entorpecentes (21,5% em 1998, 12,3% em 1999), alguns deles sendo internados no mesmo local em que estão jovens que cometeram severas infrações. Seria essencial conhecer o encaminhamento que eles têm recebido da Justiça juvenil.[8] Neste ponto, é bom recordar que apenas cerca de 1% dos adultos cumpre pena por esse motivo. Algumas dessas questões serão problematizadas na segunda parte deste livro, quando se enfoca a situação do adolescente e do Sistema de Justiça.

[8] A falta de informatização adequada dos dados da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro impede que se obtenham dados preciosos, tais como a discriminação dos atos infracionais segundo o sexo e os encaminhamentos dados de acordo com o tipo de ato cometido, apenas para citar dois exemplos.

Por tudo relatado até aqui, é preciso bastante cuidado ao se avaliar as estatísticas sobre infração e criminalidade, sendo muito comum e bem mais fácil encarar qualquer aumento numérico imediatamente como uma verdade absoluta, sem que se avaliem as múltiplas implicações da incriminação e da produção dos dados.

Conhecidas as limitações dos poucos dados estatísticos de que se dispõe, cabe pensar um pouco sobre os motivos que, cada vez mais, levam essas jovens para o caminho infracional. Uma breve e sucinta passagem por algumas teorias é apresentada a seguir, baseada fundamentalmente em Heidensohn (1995), autora que agrega em quatro grandes blocos as variadas tendências científicas que podem auxiliar a compreensão da delinqüência feminina: as teorias criminológicas tradicionais, as modernas, as feministas e as teorias sobre o controle socialmente exercido sobre as mulheres.

Teorias Explicativas sobre a Delinqüência Feminina

A mais antiga e tradicional tentativa dos estudiosos de criminologia para entender a delinqüência feminina surgiu com Lombroso no final do século XIX, tendo ainda hoje influência no curso do pensamento criminológico (Lombroso & Ferrero, 1895). Este autor e os seus predecessores (Thomas, 1923; Cowie, Cowien & Slater, 1968; Richardson, 1969) acreditavam que as diferenças inerentes a homens e mulheres é que influenciavam o grau e o tipo de envolvimento das mulheres em delinqüência. Assim, as características biológicas e psicológicas do ser humano eram vistas como fatores predisponentes para a criminalidade.

Os hormônios e o papel reprodutor das mulheres determinariam inexoravelmente sua emoção, sua falta de confiabilidade, sua infantilidade, seu desvio e sua imaturidade. As mulheres também eram rotuladas como ciumentas e vingativas, corpulentas ou masculinas, moralmente deficientes, apresentando configurações cromossômicas anormais ou problemas relacionados com a menstruação e puberdade (Heidensohn, 1995).

A crença nas diferenças condicionadas pela biologia e pela fisiologia como explicações para o comportamento feminino, condizente com noções populares largamente difundidas, recebeu o aval científico, fundamentando as primeiras teorias sobre o crime feminino. Buscava-se explicar o fenômeno do envolvimento da mulher com a criminalidade pela idéia de desvio sexual. Para ela, duas possibilidades opostas se apresentavam:

ser mãe ou prostituta. As jovens criminosas eram mais representadas nesta segunda opção. Mesmo em casos de assalto ou furto, as explicações privilegiavam a repressão sexual ou a histeria feminina, e a delinqüência das mulheres era patologizada.

Freud (1976) também é um dos autores que deram ênfase às diferenças de gênero na origem da delinqüência, ao reconhecer nas mulheres a inveja do pênis (do 'falo', do poder masculino) como uma possível fonte de problemas de comportamento (se houvesse uma identificação masculina). Este complexo de masculinidade poderia levar à homossexualidade e, presumivelmente, a padrões de delinqüência feminina.

As teorias modernas, principais responsáveis pelo pensamento criminológico ocidental, por várias décadas privilegiaram a estrutura social como responsável pela origem da delinqüência, o que foi um marco importante na quebra da hegemonia da idéia dos aspectos biológico e comportamental como determinantes. Passaram a valorizar a inserção do infrator na estrutura social e as desigualdades de classes, tratando a falta de opções econômicas e sociais ou a desorganização das unidades econômicas e produtivas como as causas da delinqüência (Merton, 1957; Shaw & McKay, 1969).

Heidensohn (1995) ressalta uma especificidade dessas teorias: a ausência quase total da dimensão de gênero. Considera esse fato injustificável, diante das muitas pesquisas que demonstraram que idade e sexo são importantes indicadores para o estudo da delinqüência. A autora explica a hegemonia masculina na sociologia pela tradição machista dos estudiosos da criminologia, pela dominação masculina na vida acadêmica e pelo fato de a delinqüência feminina não ser, até então, vista como um problema social.

Essa autora argumenta ainda que o esquecimento das mulheres no universo teórico deu-se reforçando o machismo, pois, ao se enfocar a estrutura social como responsável pela delinqüência, os jovens infratores adquiriram *status* de resistentes, considerados seres admiráveis e heróis. Retirava-se, assim, o caráter de anormalidade e patologia, que até então explicava a delinqüência. Apenas os homens passaram a ser concebidos dessa forma. Enquanto as teorias modernas não se preocupavam com o crime feminino, o comportamento das mulheres criminosas continuava rotulado como inapropriado e não feminino; e elas, como portadoras de alguma anomalia ou de problemas no desempenho do seu papel sexual.

Essas teorias modernas foram criticadas por encarar de forma fatalista as origens da criminalidade, tirando dos sujeitos a capacidade de definir ativamente suas escolhas na vida. A principal crítica feminista recai no fato de

não ter dado importância ao papel de socialização diferenciada entre os sexos, ponto considerado fundamental desde então.

As teorias feministas fizeram uma crítica radical à criminologia masculina. A tese mais debatida era a de que a emancipação/libertação feminina seria uma explicação para o envolvimento da mulher na vida infracional, pois, à medida que uma mulher conquistasse liberdade para desenvolver seu potencial e atingir seus objetivos, se exporia a mais situações criadoras de estresse e frustrações que poderiam induzi-la ao crime (opções anteriormente restritas aos homens). Ficaria também exposta a cada vez mais oportunidades de cometer crimes.

Uma das principais responsáveis por essa linha de pensamento foi Adler (1975), para quem os efeitos da liberação feminina podiam ser claramente constatados na crescente imitação do comportamento masculino, expresssos no maior envolvimento em lutas e gangues (não apenas como cúmplices dos parceiros, mas em grupos totalmente femininos) e no aumento da delinqüência feminina em geral e especialmente das adolescentes. Essa autora provocou um pânico moral, pois antevia um aumento abrupto do crime feminino nas próximas décadas, bem como uma elevação de roubos e atos violentos – ações tradicionalmente de características masculinas – praticados por mulheres.

Essa versão inicial do feminismo na criminologia foi duramente criticada. As primeiras teorias feministas falharam, pois a noção de que o movimento das mulheres estava causando um aumento na criminalidade feminina não se comprovou, por não haver suporte empírico para a idéia de que as mulheres estariam cometendo crimes mais violentos ou 'masculinos' (Lemgruber, 1983).

Tal discussão continua, no entanto, a influenciar o debate sobre a criminalidade feminina. Recentemente, foi utilizada para explicar o maior envolvimento de meninas em gangues (Chesney-Lind & Hagedorn, 1999; Heidensohn, 1995). Lemgruber, estudando a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho carioca na década de 70, fez análise similar. Sob seu ponto de vista, à medida que as disparidades socioeconômicas e estruturais entre os sexos se reduzissem, ocorreria aumento recíproco da criminalidade feminina: "Em futuro próximo, o Brasil, por exemplo, terá sua população cativa muitíssimo aumentada" (Lemgruber, 1983:15). Duas décadas passadas, o autor reedita o mesmo livro e reelabora essa questão.

> *A participação das mulheres nos números totais de presos do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro cresceu de 3,5%, em 1976, para 4%, em 1997. Esse incremento pequeno leva a crer que uma das teses defendidas nos anos 70, a de que à medida que a mulher tivesse maior participação na força de trabalho ela cometeria mais crimes, não se sustentou. Entre 1976 e 1997, a participação da*

> *mulher na força de trabalho no Brasil praticamente dobrou e não houve mudança proporcional e significativa na composição da população presa seja em nosso estado, em nosso país, ou mesmo em partes do mundo, que também tiveram aumento expressivo da participação feminina na força de trabalho. Esta constatação leva a crer que outras variáveis explicam as diferenças nas taxas de criminalidade e encarceramento femininas e masculinas.* (Lemgruber, 1999:16)

O debate das teorias feministas teve o mérito de deixar muito mais evidente para a sociedade a questão da criminalidade feminina. O aprofundamento do pensamento feminista influenciou sobremaneira o desenvolvimento de outras teorias, das quais merece destaque a do controle social. Dessa união, surgiu importante *insight* para a compreensão da delinqüência feminina.

O controle social exercido sobre as mulheres é um mecanismo eficaz para explicar a baixa presença da criminalidade feminina e o seu distinto perfil. Há duas fontes principais de controle social: no âmbito institucional mais ampliado tem-se a polícia, a Justiça e a mídia; e no âmbito das relações sociais mais próximas, a família, a escola e os grupos de amigos.

O principal resultado do controle social sobre as mulheres é instaurar uma divisão de esferas: a pública, destinada ao homem; e a privada, restrita ao lar, a elas destinada.

O lar é o local que a sociedade delega ao controle feminino. Nele, as mulheres têm papel destacado na reprodução das normas sociais, pois são "encarregadas da produção de crianças saudáveis, que crescerão para serem cidadãos bem ajustados, que aceitam os papéis de gênero, são capazes de se beneficiar da educação e contribuir para a sociedade" (Heidensohn, 1995:167). Nesse sentido, destaca-se a sua importância na reprodução dos padrões sociais que mantêm a diferença de gênero.

Deve-se, entretanto, observar que toda a autoridade e o controle da mulher não alcançam o homem adulto, deixando antever os limites relacionais em uma sociedade patriarcal, autoritária e hierárquica.

Heidensohn (1995) aponta outros espaços além do lar, em que as mulheres podem exercer algum grau de poder: na comunidade local, nos trabalhos de assistência social e em atividades de bem-estar semiprofissional. A principal atividade ainda exercida por elas é a de cuidadora: de crianças, idosos e doentes.

Devido a essa atuação, a mulher coloca-se como a fundamentação familiar e como a base das relações sociais. Pela sua participação no controle dos níveis mais básicos da vida social, tem enorme responsabilidade em perpetuar a sociedade e as instituições.

O controle sobre a mulher é feito em todos os espaços da vida social: em casa, na via pública, no trabalho e nas políticas sociais. A dominação no domicílio faz-se pela 'detenção preventiva'. Para a mulher adulta, o casamento e a domesticidade são formas eficazes de controlar e assegurar o seu bom comportamento. Para as crianças e adolescentes, as contenções domésticas se mostram distintas entre os sexos, com maior liberdade para os filhos homens. A menina tem sua liberdade mais restrita em prol de sua máxima proteção.

Esse controle do espaço tem se mostrado bem-sucedido em sociedades com distintos padrões sociais e econômicos. Essa dominação reproduz-se, pois é legitimada nas relações domésticas hierárquicas aprendidas desde o nascimento. Formam uma 'ordem moral' em que o grau e a forma da subordinação variam com o desenvolvimento das forças produtivas. Logo, numa mesma sociedade, a diferença no posicionamento da mulher, independentemente do estrato social, é fato fundamental para se levar em conta. Entretanto, deve-se atentar para as mulheres de estratos sociais populares, em que os ideais de casamento e maternagem ainda são prioritários (Heidensohn, 1995) e é "mais forte a perpetuação dos modelos hierárquicos em que as relações de gênero são orientadas pelo arbítrio da autoridade patriarcal, do controle e da divisão tradicional dos papéis sexuais" (Minayo, 1997:229).

A disciplina e a dominação da mulher no lar também se dão pela violência doméstica. Essa forma de vitimização que está presente na vida cotidiana das mulheres mostra-se, em geral, ainda mais agravada entre jovens infratoras, conforme dados americanos apresentados anteriormente.

A vitimização intensa e precoce circunscreve a 'escolha' feminina, facilitando a ida para a rua, o uso de drogas, a prostituição, o desemprego e a entrada na vida infracional.

Para tanto controle e vitimização familiar, tem-se notado como resistência o surgimento de neuroses e depressão. Essas doenças costumam ser atenuadas pela automedicação. Novamente, esse perfil encontra-se sobremaneira acentuado entre as jovens delinqüentes (Heidensohn, 1995; Chesney-Lind & Hagedorn, 1999).

A apropriação do espaço público por ambos os sexos se dá muito distintamente. Há quase um monopólio desse espaço pelos homens, pois as mulheres temem profundamente a violência física e sexual, especialmente o estupro. Estes, dentre outros motivos, levam a que o espaço urbano ao qual a mulher tem acesso seja compartimentado: há horas e locais que lhe são permitidos. Por trás de toda essa separação de esferas, está a figura masculina avaliando a reputação feminina e seu espectro de ação, ao lado da voz feminina, compactuando com a visão dominante.

Há também o medo de perder a reputação e ficar 'malfalada'. Mesmo com o atual processo de liberação feminina, uma jovem não pode ser vista em determinados locais ou com algumas pessoas, especialmente quando isso envolve comportamentos desaprovados socialmente ou maior risco de violência.

O controle sobre a mulher também é exercido no trabalho, pelo dupla jornada (casa e trabalho externo), pela hierarquia que enfrenta no mercado de trabalho (comumente com salários mais baixos) e pelo assédio sexual ao qual freqüentemente se submete, diante da baixa autonomia de que dispõe. Por último, resta o controle social que ocorre no âmbito das políticas públicas – feitas e manipuladas ainda por homens –, das quais as mulheres não tomam conhecimento completo.

Segundo Heidensohn (1995), esse supercontrole tem se mostrado eficiente, pois as mulheres cometem menos crimes que os homens, de menor gravidade, e são menos reincidentes na infração. Logo, a tradicional socialização feminina atua como um fator que protege a mulher de entrar no mundo infracional.

Após apresentadas as principais teorias que tentam explicar o envolvimento feminino em criminalidade, faz-se necessário destacar que neste trabalho se entende a 'opção' pelo mundo infracional como resultado de uma variedade de pressões sociais, econômicas, estruturais e culturais, que se inter-relacionam de múltiplas formas e em diferentes intensidades, combinadas com respostas específicas de cada indivíduo.

Busca-se investigar as origens da delinqüência em cinco níveis. O primeiro deles é o das condições estruturais. Há que se ressaltar a questão da pobreza, da desigualdade social e do consumismo exagerado, fatos tão presentes na sociedade brasileira, bem como a viabilidade de participação no mercado ilegal de drogas e seu impacto, especialmente em comunidades mais pobres. A esse respeito, Chesney-Lind (1997:22) fala sobre a realidade de adolescentes americanas, esquecidas nas margens econômica e política do sistema: "Gênero, classe social e cor moldam as escolhas feitas pelas garotas, escolhas essas criminalizadas pela sociedade. Garotas negras e pobres têm maior contato com violências, drogas e abuso".

Um segundo nível de análise é o do controle social exercido sobre as mulheres por família, escola, comunidade, igrejas ou outras instituições, diferenciado em função da sua inserção cultural e de classe. Sua principal meta é obter a conformidade da mulher, condição fundamental para que não se desvie para o meio infracional.

> *Conformidade e controle afetam todas as mulheres em algum grau e a alguns grupos de mulheres mais do que a outros.* (Chesney-Lind, 1997:197)

> *Esse sistema de controle inibe e afeta as mulheres, sutilmente e com o seu consentimento.* (Heidensohn, 1995:12)

Em terceiro lugar, apresenta-se como relevante um tema não abordado separadamente nas teorias relatadas, mas aqui considerado como uma questão essencial para se entender a delinqüência feminina: a auto-estima da infratora, vista pela repercussão que os rótulos têm sobre as mulheres, criadas para corresponder a um perfil ideal de pureza e respeitabilidade: "A perda da reputação para essas garotas é um desastre para o seu futuro" (Heidensohn, 1995). Fugas de casa, uso de drogas e delinqüência são conseqüências típicas dos estigmas vivenciados por adolescentes.

Em quarto lugar, pouco se fala da influência dos amigos sobre a jovem infratora, tema prioritário para se entender a criminalidade masculina. Valoriza-se mais a influência dos parceiros amorosos envolvidos com a criminalidade pelo fato de a mulher infratora procurar "mais romance que ação" (Heidensohn, 1995:12), comumente direcionando sua vida infracional em prol da figura masculina.

Um quinto nível seria o dos atributos individuais de personalidade. Pouco se conhece sobre esse tema além do aparente comportamento masculino da infratora, resquício ainda presente das teorias tradicionais que explicam a delinqüência feminina.

Com o suporte das teorias até aqui apresentadas, passa-se a relatar os procedimentos adotados para o desenvolvimento do estudo sobre o universo infracional feminino no Rio de Janeiro.

O Desenvolvimento do Trabalho de Pesquisa

O presente trabalho transcorreu no período de agosto de 1998 a dezembro de 1999 no Educandário Santos Dumont (ESD), única instituição do estado do Rio de Janeiro responsável pelo atendimento a adolescentes do sexo feminino, de 12 a 18 anos incompletos, que tenham sido encaminhadas judicialmente para cumprir medida socioeducativa de internação ou internação provisória por haverem cometido ato infracional. Esse educandário faz parte do Departamento Geral de Ação Socioeducativa (Degase) da Secretaria de Justiça e Interior do Estado do Rio de Janeiro.

Durante todo esse tempo, as pesquisadoras participaram do cotidiano da instituição. A maior parte dos dados aqui apresentados se origina de entre-

vistas realizadas com 27 adolescentes internas, 20 mães e 10 funcionários (diretoras de duas gestões, psicóloga, psiquiatra, assistente social, pedagoga, agente de disciplina, agente educacional, instrutor de oficinas de cabeleireiro e de artes cênicas). Cada adolescente era entrevistada em duas ou três sessões; as mães e os funcionários, em apenas uma ocasião. Os encontros eram gravados após o consentimento do informante.

Todas as adolescentes estavam internadas no Educandário Santos Dumont após terem passado pela 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro. As jovens foram selecionadas para entrevistas segundo o ato infracional pelo qual respondiam: apenas roubo, homicídio e envolvimento com tráfico e uso de drogas eram objeto de interesse.[9] Inicialmente, as técnicas informaram às pesquisadoras que adolescentes preenchiam esse critério. Posteriormente, a convivência no pátio possibilitou às pesquisadoras conhecer as garotas, que algumas vezes as abordaram solicitando serem entrevistadas, pela possibilidade de dialogar e diminuir o ócio reinante na instituição. Foram então entrevistadas, em uma sala cedida pela instituição, treze jovens internas por roubo, nove por envolvimento com tráfico de drogas, três por uso de drogas e duas por homicídio.

Nas entrevistas com as adolescentes e suas mães, a idéia era permitir que elas desenvolvessem uma narrativa e a compreensão sobre suas vidas. Elas eram informadas sobre o caráter confidencial dos encontros. Em alguns casos em que se percebeu a necessidade de apoio emocional à jovem, foi solicitado auxílio à técnica responsável, sem romper com o sigilo prometido.

Nas entrevistas com os técnicos, enfocava-se a compreensão das condições institucionais e sua conseqüente influência na ressocialização das jovens.

Outra fonte importante de material foi a observação da rotina da instituição e das meninas no pátio, no refeitório e nos locais das atividades de 'profissionalização'. Esse acompanhamento proporcionou às pesquisadoras a oportunidade de escreverem ricos relatos de campo. Além disso, foi a convivência que possibilitou um sentimento recíproco de carinho, respeito e confiança, de parte a parte. Essa empatia foi facilitada pela nossa distância da dinâmica institucional e pelo reconhecimento de que suas possíveis confidências não seriam reveladas em juízo e, conseqüentemente, não interfeririam em suas medidas socioeducativas. Ficou muito evidente a carência que elas têm de serem ouvidas e compreendidas e o bem que esse desabafo lhes traz.

---

[9] Optou-se por selecionar apenas meninas que tivessem cometido atos infracionais mais graves, para efeito de comparação com a pesquisa realizada com jovens infratores do sexo masculino (Assis, 1999).

A confiança construída no convívio contribuiu para que se pudesse utilizar outra fonte riquíssima de dados: os diários de dez garotas, que nos permitiram conhecer seus mais íntimos sentimentos, desejos e sofrimentos. Esses diários, escritos cotidianamente, refletem sobretudo as dores vivenciadas na instituição, a saudade das mães e os amores sonhados e vividos.

Outra estratégia para o aprofundamento do universo emocional das jovens foi a análise de doze desenhos feitos por cinco adolescentes na oficina de artes cênicas. Alguns são desenhos livres e outros tematizam o fim do mundo. Trata-se de uma técnica projetiva, usualmente utilizada pelos psicólogos como instrumento de diagnóstico da personalidade. Nos desenhos em papel, percebe-se a projeção da sua história de vida: emoções, traumas, alegrias e frustrações. A análise desses desenhos considera a forma como o sujeito utiliza o espaço do papel, o tipo de traçado, o tamanho relativo dos objetos e das pessoas, as formas e as cores utilizadas, como indicações de características de personalidade e do estado emocional.

Foi também efetuada uma coleta de dados do prontuário de cada interna, extraindo-se informações sobre o atendimento realizado pela assistente social e pela psicóloga. Excepcionalmente se agregaram informações do pedagogo e do psiquiatra. Nesses relatos obtiveram-se dados pessoais da menina, o motivo da entrada no ESD, o comportamento cotidiano na instituição, os envolvimentos em situações de fuga e informações sobre as relações familiares. Buscou-se, com base nesse conjunto de materiais, analisar a visão institucional sobre as jovens.

Realizou-se uma extensa busca bibliográfica sobre o educandário, visando a obter a história do atendimento ali oferecido. Vários textos foram encontrados e analisados. A análise incorporou ainda os documentos atuais da unidade, nos quais se definem as atribuições dos diferentes funcionários que ali trabalham.

A última fonte de material utilizado são as sínteses dos processos de cada jovem, na 2ª Vara da Infância e da Juventude (VIJ) do Rio de Janeiro. Devido à inexistência de estatísticas específicas para o sexo feminino nessa vara, efetuou-se um levantamento do livro que registra as entradas das jovens no plantão da VIJ no período de setembro de 1997 a junho de 1999.

Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas utilizando-se as técnicas de análise temática e de conteúdo (Bardin, 1979). Essa mesma estratégia metodológica foi empregada para o estudo dos diários de campo dos pesquisadores e dos diários individuais das meninas. Determinados relatos foram sutilmente alterados para preservar o sigilo das entrevistadas, buscando, contudo, preservar a fidedignidade da informação. Algumas falas apresentadas so-

freram pequenas modificações, objetivando melhorar a compreensão sem modificar a estrutura das respostas. Por essa razão, algumas expressões se mantêm, apesar de estranhas às normas gramaticais. Todos os nomes utilizados no texto são fictícios: os das jovens começam com vogais e os de suas mães com consoantes, para facilitar a leitura.

Os desenhos foram analisados por uma psicóloga/psicoterapeuta reichiana, especialista em sociologia urbana, que trabalha com essa técnica projetiva (Kock, 1968; Campos, 1969; Wilhelm, 1979). Esta profissional tinha apenas informações sobre a idade e o tempo de internamento das adolescentes. As análises dos desenhos tiveram o objetivo de subsidiar e enriquecer o conhecimento sobre as jovens. As informações provenientes da VIJ foram digitadas em um banco de dados, tendo sido feita apenas uma análise descritiva de freqüência. Todas as distintas abordagens metodológicas empregadas neste estudo visam a contribuir para uma visão mais rica e complexa sobre a infração juvenil feminina.

O período de análise de todas as informações obtidas não representou um afastamento da instituição. Pelo contrário: as graves crises que ocorreram no ESD mantiveram as pesquisadoras participando e se sensibilizando profundamente com as perdas institucionais, discutidas na Parte II deste trabalho.

O resultado de todo o esforço metodológico relatado pode ser avaliado no texto que se segue.

PARTE I

RAZÕES QUE FACILITAM A ENTRADA DAS ADOLESCENTES NO MUNDO INFRACIONAL

Evidente falta de limites. O papel totalmente utilizado pode ser relacionado ao mundo, onde Ester ocupa todos os espaços sem respeitar o espaço do outro. Parece ter costume de invadir as pessoas, assim como tem experiência de ter sido invadida (poderia se pensar em estupro). É toda emoção. Seus sentimentos são à flor da pele. Dificuldade de usar a razão, resolve tudo pela emoção. Precisa aprender a concatenar emoção-razão-ação. Não reflete sobre seus atos. Tendência a depressão intensa, que pode possibilitar suicídio. Sente-se sozinha no mundo, se isola. Necessita de proteção. Apresenta dois núcleos centrais de acontecimentos que a acompanham pela vida, duas situações de ameaça. Utiliza a figura masculina em seu desenho, que aparece escondida, pouco intensa. Afetividade embotada, com muitas ameaças ao redor. Não tem base, não tem raiz, sinal de desestruturação familiar. A árvore sem raiz está sujeita a tudo que possa a vir acontecer. É preciso que receba um suporte. Possibilidade de encontrar caminhos desde que seja ajudada a refletir. (Psicóloga)

1
APRESENTANDO AS 'FILHAS DO MUNDO'

A avaliação psicológica dos desenhos feitos por Ester mostra um pouco do seu sofrido mundo interno, parte dele também revelado durante a entrevista. Ester mostra, no abandono de si mesma, nas marcas no corpo, nas unhas sujas, nos cabelos despenteados e nos dentes nunca escovados, o abandono ao qual lhe submeteram durante a vida. Fugiu de casa pela primeira vez aos oito anos de idade, indo para a rua, da qual nunca mais saiu. Entre idas e vindas, seu pai, usuário de álcool e drogas, foi assassinado por envolvimento com tráfico, o que deteriorou a situação econômica familiar. A mãe, também usuária de álcool e drogas, foi presa duas vezes por tráfico, ausentando-se por seis anos da supervisão familiar. Os cinco filhos se espalharam por vários locais. Dois deles passaram por outras unidades de internamento para adolescentes infratores. Ester tem várias entradas por roubo e tráfico, a primeira delas aos 12 anos de idade.

Foi estuprada aos nove anos, quando dormia na rua, sendo desvirginada por vários homens, que a machucaram muito. A partir desse instante, revela o medo que sente de dormir na rua, ficando sempre em grupo de conhecidos, para se proteger. Mesmo assim, sofreu outra tentativa de estupro, da qual foi salva por pessoas próximas.

Não aceita limite algum. Não vive em casa desde que o pai morreu, evitando os padrastos que o seguiram. Não fica nos diversos abrigos públicos pelos quais já passou e brigou, pois não gosta de regras. Ao primeiro conflito com os colegas ou com funcionários, evadiu-se das unidades onde compriu medida de semiliberdade, o que ocorreu várias vezes. Tentou se enforcar no último abrigo pelo qual passou e vem cortando os braços no ESD. Não consegur tolerar frustrações, reagindo agressivamente.

A vida de Laura, mãe de Ester, pode ser sintetizada em uma só palavra: impotência. Foi criada por mãe e padrasto e depois por uma tia. Nunca se deu bem com o padrasto, e deixou seu lar. Não se relaciona mais com ninguém da família de origem, repetindo esse mesmo padrão no distanciamento que há entre ela e seus filhos. Trabalhou desde cedo como doméstica e faxineira. Bebe e usa drogas quando tem problemas que não consegue enfrentar, mostrando sua incapacidade de enfrentar dificuldades de qualquer ordem. Sofre muito pela falta de dinheiro, por "ter que andar que nem mendiga" e não poder dar comida para as crianças.

Ao sair da prisão, descobriu que sua casa fora roubada e estava totalmente vazia. Por essa razão, vive atualmente na rua catando latas ou papelão, passando seguir, as percepções e a visão de mundo de todas as 27 adolescentes e as 20 mães que foram entrevistadas, espinha dorsal deste texto. Suas palavras, dirigidas às pesquisadoras, registradas nos diários juvenis ou interpretadas por meio das marcas deixadas nos desenhos das adolescentes, dispõem de vida própria.

As adolescentes entrevistadas têm, em média, 15 anos de idade (Quadro 1). Apenas 19% das jovens sempre viveram juntas com suas genitoras. Um terço delas conviveu apenas episodicamente com suas mães. Isto significa que elas passaram a maior parte de suas vidas em outras casas, em geral buscando uma aproximação no início da adolescência, tentativa freqüentemente frustrante para ambas. Nos demais casos, as garotas chegaram a ser criadas por suas mães, mas também conviveram por determinados períodos com outros núcleos familiares. Apenas uma jovem nunca viu nem sabe quem foi sua mãe ou seu pai.

Essas adolescentes foram internadas em instituição para cumprimento de medida socioeducativa por terem cometido os seguintes delitos: dez tiveram envolvimento com o tráfico de drogas (artigo 12), três foram apreendidas por uso de drogas (artigo 16), 12 por roubos (artigo 157 do Código Penal) e duas por homicídio (artigo 121 do Código Penal).

A maioria delas está atrasada no calendário escolar. Estavam afastadas do processo educativo antes de cometer o ato infracional. Apenas uma delas estudava no momento da apreensão. Para a maioria das garotas, o afastamento da escola se deu pelo menos dois anos antes da internação – muitas delas, nos primeiros quatro anos do curso fundamental. O fato de já terem freqüentado a escola não significa que sejam alfabetizadas, como é o caso de Anita, que freqüentou até a 2ª série: "Eu não sabia escrever o meu nome. Agora eu aprendi a escrever o meu nome, escrever o meu nome todo. Aprendi tudo aqui dentro [na ESD]".

Quadro 1 – Dados sobre as adolescentes entrevistadas e suas mães

ADOLESCENTES ENTREVISTADAS	MÃES ENTREVISTADAS
Ester, 15 anos, 2ª série do 1° grau. Deixou de ser criada pela mãe precocemente, pois esta ficou presa por seis anos. A família se desfez. Passou por vários abrigos.	*Laura, 47 anos*, 2ª série do 1° grau, sete filhos. Foi criada por mãe e padrasto e depois por tia. Passou por abrigos, casa de colegas e rua.
Eva, 18 anos, 8ª série do 1° grau. Abandonada em orfanato desde recém-nascida. Passou por uma série de instituições.	Mãe desconhecida.
Eliana, 17 anos, 1ª série do 1° grau. Entregue a pais adotivos desde recém-nascida até os 15 anos de idade, quando voltou a morar com a mãe, sem sucesso. Vive em abrigos e com colegas.	Não entrevistada.
Elisa, 17 anos, 2ª série do 1° grau. Criada por uma tia, pouco vendo a mãe, considerada a ovelha negra da família por ter ficado seis anos presa. Passou por vários abrigos.	*Vanda, 35 anos*, sete filhos, estudou até o 1° grau. Criada por tios, com os quais não vivia bem. Fugiu de casa.
Inês, 14 anos, 2ª série do 1° grau. Criada pela mãe (com problemas mentais) e padrasto. Vive na rua, em abrigos e com amigos.	*Helga, 38 anos*, 4ª série do 1° grau, dois filhos. Criada pelos pais. A mãe tinha problemas mentais.
Isabel, 14 anos, 4ª série do 1° grau. Abandonada pela mãe com vários familiares, com os quais passava períodos de tempo. Fugia de casa, vivendo na rua.	*Glória, 33 anos*, 4 filhos. Criada pelos pais até a adolescência. Quando se separaram, distribuíram os filhos. A mãe abandonava os filhos por meses.
Andréa, 13 anos, 4ª série do 1° grau. Pais separados desde pequena. Adora o pai e detesta a madrasta, que tenta afastá-los. A mãe é casada com um padrasto que não a aceita bem. Sempre viveu com a mãe.	*Beatriz, 43 anos*, 5ª série do 1° grau, dois filhos. Abandonada pelos pais na casa dos avós. Voltou aos seis anos, não sendo aceita pelos pais. Ficou com familiares e em colégio interno, de onde fugia.
Isadora, 16 anos, 6ª série do 1° grau. Pais se separaram quando ela tinha oito anos. Ambos se casaram novamente. Não se dá bem com a madrasta. Mãe vive mal com padrasto. Passou a viver sozinha com as irmãs no início da adolescência. Atualmente vive só.	*Telma, 35 anos*, 3ª série do 2° grau, três filhas. Fugiu de casa para se casar, pois os pais eram extremamente rígidos.
Evelin, 17 anos, 8ª série do 1° grau. Criada pela mãe. Os pais se separaram quando ela era ainda criança. Pai se casou novamente, pouco participa da vida dos filhos.	Não entrevistada.
Ivone, 18 anos, 6ª série do 1° grau. Foi criada pelos pais, até que se decidiu por viver com um companheiro, contra a vontade dos pais.	*Lorena, 49 anos*, sete filhos, nunca foi à escola. Foi criada pelos pais, até que decidiu viver com um companheiro, contra a vontade dos pais.

Quadro 1 – Dados sobre as adolescentes entrevistadas e suas mães (continuação)

ADOLESCENTES ENTREVISTADAS	MÃES ENTREVISTADAS
Antônia, 15 anos, 3ª série do 1° grau. Nunca conheceu o pai. Foi abandonada pela mãe desde cedo, ficando tempos com avó, madrinha, tia, em abrigos e na rua. Mãe ficou anos presa.	*Gina, 32 anos*, 5ª série do 1° grau, duas filhas. Criada pela mãe, que não permitiu ao pai registrar as filhas, motivo de graves conflitos.
Ângela, 17 anos, 4ª série do 1° grau. Criada pela mãe, com amparo da família ampliada. O pai foi embora quando ela tinha dois anos, não dando nenhum apoio.	*Vera, 33 anos*, dois filhos. Criada pelos pais. Saiu de casa para se casar.
Eloísa, 16 anos, 5ª série do 1° grau. Criada pela mãe, que cedo se separou do pai. Pouco viveu com o pai, que ajuda financeiramente, mas não se envolve emocionalmente. Cresceu com padrasto.	*Solange, 39 anos*, 7ª série do 1° grau, três filhos. Pais se separaram muito cedo. Viveu com o pai até a mãe mandar raptá-la. Teve problemas na casa da mãe e do padrasto, fugindo para se casar.
Olga, 15 anos, 5ª série do 1° grau. Criada parcialmente pelo pai, que expulsou a mãe de casa. Esta optou por deixar os filhos com o marido, como castigo. O pai se casou com uma garota adolescente, trazendo conflitos familiares	Não entrevistada.
Anita, 13 anos, 2ª série do 1° grau. Vive na rua desde muito pequena, junto com irmãos. Passou por abrigos. O pai nunca a registrou. Foi assassinado. Mãe se casou novamente.	*Paula, 37 anos*, 1ª série do 1° grau, nove filhos. Abandonada pela mãe desde pequena, sendo criada pelo pai. Fugia freqüentemente de casa.
Elena, 13 anos, 4ª série do 1° grau. O verdadeiro pai não tinha certeza da paternidade e não a assumiu. Foi criada por um padrasto, que considera como pai. Mãe está em novo casamento.	*Fabiana, 35 anos*, 8ª série do 1° grau, três filhos. Foi criada por parentes. Não teve vínculo com família. Cedo foi morar com colegas.
Elen, 13 anos, 3ª série do 1° grau. Deixada ainda criança com um casal, com quem teve muitos problemas. Na adolescência voltou para a casa da mãe, vivendo com ela, o padrasto e dois irmãos. Não deu certo. Passou pela casa do pai, de tias, por colégio interno e abrigos, de onde fugia.	Não entrevistada.
Úrsula, 16 anos, 8ª série do 1° grau. Entregue a uma tia muito rígida, quando ainda era criança. Voltou para a casa da mãe na adolescência, não se adaptando ao convívio.	*Daniela, 29 anos*, 8ª série do 1° grau, sete filhos. Criada pela mãe, mas o pai sempre ajudou, a despeito de duvidar da paternidade.
Odete, 13 anos, 2ª série do 1° grau. Mãe morreu quando tinha um ano de idade. O pai já era viúvo e vivia com sua primeira família. Passou a ficar na rua, com o pai bêbado, que ameaçava vendê-la ou dá-la. A filha mais velha da primeira união do pai resolveu criá-la como filha. Fugia de casa. Vive na rua, na casa dos outros, em abrigos.	*Geórgia, 45 anos*, 2ª série do 2° grau, três filhos. Pais viveram juntos, mas a mãe mantinha as aparências para manter o marido em casa, apesar da bebida, das brigas e das mulheres que ele tinha.

Quadro 1 – Dados sobre as adolescentes entrevistadas e suas mães (continuação)

ADOLESCENTES ENTREVISTADAS	MÃES ENTREVISTADAS
Ana, 15 anos, 5ª série do 1° grau. Abandonada pela mãe com a avó, que a criou até os cinco anos de idade. Viveu com a tia, muito rígida, e com o pai (o padrasto que a criou e registrou). Apenas na adolescência ficou com a mãe. Morou em casa de patrões.	*Tânia, 36 anos*, 5ª série do 1° grau, três filhos. Pai morreu quando era criança. Criada pela mãe.
Alba, 16 anos, 3ª série do 1° grau. Criada pela mãe. O pai saiu de casa quando ainda era pequena, não ajudando em casa mas sendo afetivamente ligado. Mãe se casou de novo, sofrendo muito com esta nova união.	*Nívea, 36 anos*, 4ª série do 1° grau, cinco filhos. Criada pelos pais, extremamente rígidos.
Ingrid, 17 anos, 7ª série do 1° grau. Criada pela mãe. O pai saiu de casa, tendo se casado várias vezes. Não ajuda substancialmente. É ausente afetivamente.	*Rosália, 45 anos*, 2ª série do 1° grau, cinco filhos. Criada pelos pais, com outros 15 irmãos. Abandonou a família para se casar com o pai de Ingrid, que nunca a valorizou.
Alessandra, 16 anos, 1ª série do 2° grau. Mãe com problemas psiquiátricos severos. Pai nunca assumiu a paternidade. Foi criada pela mãe e por outros familiares, com quem ficava quando a mãe era internada.	Não entrevistada.
Elisabete, 16 anos, 4ª série do 1° grau. Viveu parte da vida com a avó. Sua mãe separou-se cedo do pai, que morreu assassinado quando Elisabete tinha dois anos. A mãe uniu-se novamente a outro homem, largando-a freqüentemente com parentes.	*Marília, 38 anos*, 7ª série do 1° grau, quatro filhos. Criada pelos pais, muito rígidos. Fugiu de casa aos 15 anos, para se casar com o com o pai de Elisabete, com quem teve muitos problemas.
Ilda, 17 anos, 5ª série do 1° grau. Criada por tios (irmão por parte de pai e sua esposa) desde os três anos. Voltou a morar com a mãe e os irmãos na adolescência. Logo saiu de casa para viver com namorado.	Não entrevistada.
Ivete, 15 anos, Classe de alfabetização. Foi cuidada pela avó dos dois aos 11 anos de idade. Voltou para a casa dos pais, mas pouco ficou, indo para a rua e a casa de colegas.	*Lurdes, 37 anos*, 4ª série do 1° grau, sete filhos. Perdeu os pais muito nova, sendo criada por uma tia até os 15 anos, quando voltou para a casa dos irmãos. Logo se casou com o pai dos seus filhos.
Alda, 13 anos, 5ª série do 1° grau. Criada até o presente por ambos os pais, extremamente rígidos, em área rural do estado. Trabalha na lavoura desde pequena.	*Norma, 38 anos*, três filhas, nunca foi à escola. Criada pelos pais, realizando atividades na lavoura desde a primeira infância.

Entre as adolescentes entrevistadas, apenas três adolescentes terminaram o primeiro grau e uma chegou a se matricular no segundo grau, sem prosseguir. Três destas jovens conviveram com famílias mais estabilizadas e com um certo equilíbrio econômico; talvez por isso apresentem uma fala diferenciada na instituição, distinguindo-se das demais garotas e reproduzindo um discurso típico da classe média. As jovens com vivência de rua abandonaram a escola ainda mais precocemente e têm um comportamento sem limites e agressivo, invadindo o espaço do outro e abolindo regras sociais convencionais. Na rua, espaço de 'liberdade', aprendem da vida o que deveria ter sido oferecido pela família e pela escola.

Os motivos para a evasão escolar são variados. A saída de casa é a explicação mais usualmente dada pelas garotas que cometeram roubos, denotando a dificuldade de conciliar os estudos com a vida na rua e com o uso de drogas. O interesse no aprendizado decai à medida que se eleva esse consumo e a inserção nas atividades ilegais:

> Eu parei, parei para ficar me divertindo na rua. Porque senão não ia dar. Estudar e ficar nessa vida ali. Porque eu mudei muito. (Elisa)

Outra importante causa para o afastamento tem a ver com o próprio desenvolvimento da sexualidade feminina. Sonhar com os grandes amores torna-se prioridade para algumas dessas garotas, que depositam na relação afetiva o ideal de suas vidas, ratificando assim uma ausência de planos de progressão intelectual, já sinalizada pelas constantes repetências e pelos afastamentos escolares. A gravidez e o nascimento do filho também impedem a jovem de conviver com os antigos colegas de escola. Fica assim sacralizada a concomitância da perda da virgindade e a entrada no mundo adulto, o que, para essas garotas, não mais se coaduna com a idéia de aprendizado formal, como exemplifica Ângela: "ficava com vergonha, as pessoas cochichavam e o uniforme ficava feio".

As provas físicas da maturidade sexual se voltam contra a imagem de inocência e pureza que, paradoxalmente, elas ainda gostariam de possuir. Episódios de violência sexual também inviabilizam a continuidade dos estudos, como diz Eliana:

> Acho muito importante [estudar]. É porque agora eu não tenho mais jeito para estudar, porque eu já passei por muita coisa, e eu achava que o meu tempo de escola era aquele mesmo, agora não pode ser o meu tempo de escola mais não...

As demais razões para o afastamento escolar são fruto das transferências de núcleos familiares – e, por conseqüência, de bairros e de escolas –, da

responsabilidade de cuidar dos irmãos menores e das dificuldades originadas na própria escola. Esta última facilitou a exclusão de algumas dessas jovens. Ivete foi expulsa por ter xingado a diretora, que não aceitou um bilhete justificando sua falta devido a um problema de saúde. Reações como essa, típicas de jovens que desconhecem limites e não sabem lidar com autoridades, são tratadas a ferro e fogo, contribuindo para o agravamento da situação e a decisão final pelo afastamento dos estudos. Episódios de violência no ambiente escolar também contribuíram para ocasionar o afastamento da menina.

> Eu brigava muito na escola. Teve um dia que a menina ficou muito implicando comigo, falava que eu não era de nada. Eu peguei a cabeça dela e soquei na parede. (Inês)

> Sempre fui atentada... Eu parei de estudar porque eu meti a porrada em um garoto lá e os irmãos deles queriam me bater. Aí eu não ia para a aula. (Elena)

Apenas uma jovem teve seus estudos interrompidos pela necessidade de trabalhar, pois, em sua família, somente os valores do trabalho rural são valorizados, e sua casa era muito distante da escola.

As mães entrevistadas têm, em média, 38 anos de idade (Quadro 1). São, portanto, também jovens, considerando-se o aumento da expectativa de vida feminina para além dos 70 anos, na entrada do século XXI. Apesar da idade cronológica, aparentam ser mais velhas. A maioria tem sulcos no rosto e usa trajes senhoris, frutos dos sofrimentos pelos quais passam. Várias compareceram à entrevista com um ou dois filhos, algumas grávidas, mostrando a dificuldade de obterem apoio doméstico ou comunitário para a criação das crianças pequenas. É interessante notar a precocidade com que as mulheres dessas famílias têm seus filhos. Indagando-se a idade que hoje teriam suas mães, se fossem vivas, percebe-se que estariam por volta dos 55 anos.

Essas mães têm, em média, quatro filhos, originados de diferentes relacionamentos. São famílias amplas, com até nove filhos espalhados por vários locais. O grande número de filhos de diferentes idades é um importante motivo para a falta de supervisão das filhas adolescentes, já que os mais novos acabam por requerer mais atenção.

A escolaridade das mães também é precária. Duas delas eram analfabetas e várias tinham apenas o 1° grau incompleto. Somente duas mães têm escolaridade em âmbito de 2° grau ou superior. A baixa escolaridade também foi relatada com referência a irmãos e pais das famílias de classe popular, à qual pertence a maioria das participantes da pesquisa.

O grau de carência dessas famílias não chega a afetar as necessidades básicas, exceto para três que viviam em maior escassez, com a despensa vazia e falta de carne nas refeições: "Tinha-se que comer arroz puro" (Isabel). Para as demais, a pobreza da família não se mensura pelo suprimento básico de alimentos ou moradia, mas especialmente pela impossibilidade de terem acesso ao consumo dos bens almejados pelas adolescentes: roupas para festas e dinheiro para passear. As jovens exigem esses bens de suas mães de forma imediata. Querem roupas novas para as festas, de forma a não repeti-las seguidamente. Alguns pais se desdobram para lhes dar o que desejam, tendo de dividir o pouco que têm com as diversas demandas dos muitos filhos. Cotidianamente, esses conflitos causam atritos e sofrimentos para mãe e filha.

O problema do aluguel da casa em que moram é questão crucial para muitas famílias, consumindo a maior parte da renda familiar. As casas costumam ser pequenas para o número de pessoas que nelas vive. Oscilam entre as consideradas grandes (com dois quartos, sala, cozinha e banheiro) até as muito pequenas, de apenas quarto, sala e banheiro.

A ocupação da maioria das mães é compatível com atividades de baixa remuneração: domésticas, funcionárias de limpeza, camelô, lavradora, funcionária de supermercado e creche, comerciante, costureira, cozinheira, auxiliar de enfermagem. Os pais apresentam as seguintes ocupações: lavrador, caminhoneiro, oficial do exército, biscateiro, pedreiro, feirante, marceneiro, traficante, funcionário público, funcionário de limpeza, empresário e técnico em eletricidade.

As adolescentes também já tiveram experiência de trabalho, excetuando-se uma delas, que verbalizou que o seu destino é a criminalidade. Todas as demais já exerceram atividades, especialmente de empregada doméstica, babá e no comércio. Pelo menos seis adolescentes começaram a trabalhar ainda crianças para ajudar as mães, vendendo balas e doces nos sinais de trânsito, expostas à violência das ruas. Para essas adolescentes, o tempo da mendicância se mistura com o dos furtos que ali aprendem a fazer.

> Eu sou mais acostumada a pedir, eu pedia. Tinha vez que eu levantava cedinho, aí eu ia para a rua pedir. Se a gente pedir, vocês acham que tá errado. Tô roubando, piorou! (Isabel)

As adolescentes inseridas no tráfico descrevem esta atividade ilegal como um tipo de trabalho que executam. Úrsula apresenta esta questão:

> Se você deixa de trabalhar, você não ganha. Mas é sujo, é um trabalho sujo. Mas trabalho, porque era cansativo, sabe, acordava cedo. Oito horas tinha que estar na 'boca', ver aquela coisa, aquela atividade, corre pra lá, corre pra cá e

> passa por isso, se machuca. Chega no final do dia você está exausta, às vezes machucada, às vezes você roda, apanha. E quando a gente é presa, a gente fala que foi acidente de trabalho. Às vezes, quando a gente pergunta: 'cadê fulano?', e ele está preso, a gente fala que está de licença.

Outros trabalhos mencionados pelas jovens, em menor escala, foram o de costureira, modelo e dançarina. Uma jovem se diferencia das demais por ser proveniente de classe média e trabalhar em uma clínica como técnica de fisioterapia.

> Quis ser independente. Um pouco para tirar esse mito de Patricinha, sabe? Eu sempre quis correr atrás das minhas coisas, batalhar, para dar valor ao meu dinheiro. Porque enquanto a gente não trabalha e tem tudo o que quer, a gente nunca dá valor. A gente só dá valor quando luta por aquilo que a gente quer. (Evelin)

A carga de trabalho era excessiva para a idade que as jovens tinham quando as exerciam. Isabel, aos nove anos, já trabalhava em casa de família, assumindo os cuidados da casa e das crianças ali presentes. Começava a trabalhar às 6 horas da manhã e ia ocupada até o final do dia, deixando de lado atividades escolares e lúdicas, necessárias ao seu próprio crescimento. Para Isabel e outras garotas, o tempo da infância e da adolescência foi totalmente esquecido.

A relação com os empregadores é, muitas vezes, difícil e pouco amistosa. Ana sofreu assédio sexual do patrão e ameaçou contar o fato à esposa dele. Enfrentou um episódio de agressão física severa: "Aí ele começou a me bater, bater, me bateu muito, até eu chegar a desmaiar. Eu fiquei uma semana sem comer, porque o meu maxilar destroncou".

O descontentamento da jovem em relação aos patrões acaba por suscitar reações agressivas nessas meninas sem tolerância a frustrações:

> Chegou um tempo que a mulher falou que não ia me pagar, aí eu fiquei louca. Arrumei maior tumulto lá com ela, aí ela pagou tudinho, por causa de que eu peguei uma faca grandona e falei que ia matar ela. Os vizinhos todos se meteram... Deu 500 reais. Aí eu vim embora para o Rio. E nunca mais quis saber de casa de família. (Antônia)

Embora todos os integrantes das famílias em estudo tenham tido inserção ocupacional, o sustento das casas é responsabilidade fundamental da mãe. O pai contribui em apenas seis domicílios. Os padrastos também ajudam no período em que permanecem na família. Apenas uma menina contribui sistematicamente, assumindo, na prática, a manutenção de sua família.

Nos momentos de maior crise familiar, quando a situação financeira se torna muito difícil, os avós e os tios das adolescentes ajudam no sustento da casa.

Metade das adolescentes entrevistadas tem a cor da pele parda ou negra. Um levantamento das fichas de todas as 59 internas no ESD no dia 1° de setembro de 1999 mostrou que 51% eram negras, 24% estavam registradas como de cor parda e apenas uma em quatro era branca. O perfil das jovens infratoras reflete também a discriminação racial e econômica existente no país, pois a maior parcela dos que constituem essa raça encontra-se nos estratos sociais mais pobres. Conseqüentemente, a maioria dos presos é de origem negra. É preciso ter em mente mais esse dado ao analisar as histórias de vida das mulheres-alvo do estudo, pois grande parte é ou descende de raça negra e pertence aos estratos populares.

Portanto, com poucas exceções, que serão trabalhadas à parte, as mulheres entrevistadas estão sujeitas a três tipos de discriminação em relação aos eixos estruturadores da vida social: gênero, raça e classe social (Saffioti, 1997). Ser mulher, pobre e descendente da raça negra, no contexto de discriminação vigente no país, certamente limita as possibilidades de crescimento e desenvolvimento juvenil, como também restringe e facilita algumas 'opções' tomadas. São, portanto, importantes conceitos para se entender a forma como as crianças do sexo feminino se tornam mulheres adultas, socialmente construídas.

2
BRINQUEDOS DE ENCAIXE
a construção social da mulher

> Na história da humanidade, a desigualdade entre o homem e a mulher foi estabelecida pela distinção dos papéis sexuais. O status da mulher foi definido pelos homens, que delimitaram sua posição na vida familiar. Ela foi reduzida a um ser inferior e submisso, aos papéis de esposa, mãe e dona-de-casa.
>
> (Seixas, 1998)

A família ocupa um papel fundamental na manutenção de costumes, rituais, mitos e tabus, na educação e na repressão sexual. É neste espaço que a criança aprende os valores de sua classe social e os sexuais, que costumam se repetir ao longo das gerações, tais como a escolha de parceiros e a forma de lidar com a afetividade e a sexualidade (Seixas, 1998). O modo como pais e mães tratam os filhos é um dos pontos mais significativos nesse processo, pois eles são potencialmente responsáveis pela construção da personalidade infantil e da perpetuação do contraste entre os sexos. Por essa razão, argumenta Seixas sobre a importância materna:

> *A mãe pode fazer muito bem e muito mal para seus filhos, pois a maternidade, mais que vocação individual, é função sociopolítica. E as mães têm sido o maior poder político conservador do mundo, pois exercem influência espantosamente densa sobre poucas pessoas durante muito tempo, a começar pelo período formativo da personalidade.* (Seixas, 1998:183)

A mãe pode constituir o principal agente da ideologia dentro da família. A auto-imagem da criança é elaborada sobre o domínio feminino, e é a mãe que treina as filhas para os papéis femininos e os filhos para os papéis masculinos. Tem importância crucial na individuação. À medida que cresce, o menino efetua uma separação e ruptura da identificação primária com a figura materna. A menina não faz essa ruptura, existindo uma complexa relação entre mãe e filha, seja ela de imitação ou de oposição.

Duque-Arrazola analisa as representações de gênero nas falas de crianças, adolescentes e mães em uma comunidade pobre pernambucana. Mostra

que as meninas trabalham como “donas-de-casa, reproduzindo as tarefas femininas de seu mundo doméstico-familiar necessárias à reprodução do grupo doméstico e maternando irmãos(ãs), sobrinhos(as), priminhos(as)” (Duque-Arrazola, 1997:360). Mostra, por meio das falas de crianças e adolescentes de ambos os sexos, a situação de subalternidade do feminino, manifestada na aceitação da chamada dupla moral, em que homem pode ‘botar galha’ e a mulher não, pois fica ‘falada’. Relata que o processo de definição do gênero pode ser verificado ainda nos jogos infantis em que as meninas são excluídas pelos garotos e adultos, momento em que surge também o primeiro objeto de resistência, contestação e transgressão infantil das meninas à sua condição feminina (o que muitas vezes acabam ‘fazendo escondido’).

Os jogos preferidos pelos meninos exigem espaços amplos, que não os da casa: bola, bolinha de gude, pião, subir em árvores (desafiando perigos). Os jogos das meninas são símbolo do feminino: boneca, brincar de casinha (ensinando a maternagem e o cuidado com a casa), sendo apropriados a pequenos espaços, como o do lar.

O dia-a-dia da casa marca a nova temporalidade para as meninas e mães, relatada por Duque-Arrazola (1997:368). Desde cinco anos vivenciam a “cotidianidade repetitiva, sem inovações, sustentáculo da ‘imanência’ da mulher”, em oposição à pouca participação dos homens no cuidado familiar. Por essa razão, muitas mães relataram não ter lembrança boa de suas infâncias, preferindo a rua, sentida como trajetória de libertação. O autor observa ainda que o maternar das mães sob “condições de pobreza e privações cria relacionamentos pouco afetivos e até violentos entre mães e filhas biológicas ou de criação, o que leva muitas filhas a expressarem rejeição e desamor pela mãe ou pela figura materna, assim como pelo pai, ou ao contrário, amor a estes” (Duque-Arrazola, 1997:376).

A obtenção da conformidade feminina é o resultado do processo de uma educação alienante, que prepara a mulher para perceber o desejo dos outros e não o seu próprio; que a treina para o casamento, a maternidade e a dependência. Desde cedo a menina aprende que a casa é ‘coisa de mulher’. Esse papel conformado nem sempre é integralmente aceito pelo sexo feminino em geral. Entre as adolescentes e mães entrevistadas, muitas interferências ocorreram nesse processo, que dificultaram, sob alguns aspectos, a restrição feminina ao lar. Não conseguiram, entretanto, excluir a visão subalterna do gênero feminino, independentemente de a identificação da adolescente com sua mãe se dar pela similaridade, pela oposição ou por ambas, alternadamente, como se poderá ver no restante deste capítulo.

A História de Isadora: buscando a diferença

A repetição de padrões de interação pode ser feita também através do antimodelo, de forma rígida e determinante como a do próprio modelo. (Seixas, 1998:175)

Isadora vivenciou um processo de identificação caracterizado pela rejeição à submissão materna. Teve pouca convivência com sua mãe, Telma, que se separou quando Isadora tinha cerca de oito anos e deixou as filhas com o pai, pois estas não se adaptaram ao novo padrasto. Os pais brigavam muito e Telma era agredida fisicamente pelo marido, que passava longos períodos ausente e tinha várias mulheres. Desde o início da segunda relação, o segundo parceiro de Telma, com o qual ela ainda vive, começou a agredi-la verbalmente e a não aceitar as suas filhas.

A mãe mostra total impotência perante sua vida. A responsabilidade pela sua separação das três filhas é toda atribuída ao ex-marido, o qual, segundo ela, fez tudo para distanciá-las e é a razão pela qual as meninas "estão como estão agora". Telma fugiu de casa para casar (assim como suas filhas fizeram algumas vezes), pois seu pais eram muito severos com ela, justificando assim a criação liberal que quis dar às filhas.

> Eles eram muito rígidos e não deixavam a gente sair de casa. Eu acho que se eu tivesse agido assim com as minhas filhas, isso tudo não tinha acontecido.

Ela parece não ter expectativas. Vive com um homem de quem não gosta, que não a deixa trabalhar fora mas não a sustenta, fazendo-a se virar para arrumar dinheiro. Ele diz que não gosta de suas filhas e que, quando morrer, deixará tudo o que tem para a família dele.

Telma, no meio de toda a sua omissão, vê na liberdade e na ousadia de Isadora uma vitória. Satisfaz-se em ver as filhas mais fortes e experientes do que ela.

> Elas são tão jovens, mas já passaram por tanta coisa que eu não teria peito para suportar. Hoje eu acho que, sobre essas coisas da vida, elas têm muito mais que me ensinar do que eu a elas.

Sobre o pai, que está sempre ausente, viajando, Isadora explica:

> Ele tentava encobrir o tempo em que ficava fora mimando a gente. Ele dava de tudo pra gente, principalmente pra mais velha, que é o xodó dele.

Manifesta independência em todas as suas relações, contrapondo-se ao modelo materno.

Com o novo casamento do pai, com uma mulher pouco mais velha que Isadora, e a chegada de um irmão, outros problemas de relacionamento surgiram na família, fazendo com que Isadora e suas irmãs fossem jogadas da casa do pai para a da mãe. Quando tinha 13 anos, ganhou uma casa para viver com as irmãs também adolescentes. Define o período em que ali ficou como "a perdição". Gastavam com drogas e roupas o dinheiro que o pai dava. Faziam festas e passaram a se envolver com o pessoal do tráfico. Ela analisa sua vida aos 13 anos nesta casa, com as irmãs:

> Eu queria viver cada dia como se fosse o último, aquela sensação de liberdade que, se você experimentar, você não consegue mais dar satisfação pra ninguém.

Passou a usar drogas e a se relacionar com homens bem mais velhos, envolvidos no tráfico.

Isadora fala muito bem da mãe. Com seus 16 anos de experiência, orienta a mãe de 35 em suas decisões. É responsável pelo fato de a mãe ter escolhido voltar a viver com o padrasto, certa vez em que Telma momentaneamente largou o parceiro para tentar morar com as filhas na casa delas, com a intenção de controlá-las. Logo desistiu, pois as meninas "já estavam perdidas" e, se ficasse, "acabaria sem as filhas e sem o marido". Abandonou-as mais uma vez. Isadora se pronuncia a esse respeito:

> Minha mãe é superlegal. Ela chegou a se separar do namorado para ir morar com a gente, mas a gente não aceitou, não. A gente achava que ela tinha que viver a vida dela, que ela estava velha e, se ela perdesse essa oportunidade, ela ia acabar ficando sozinha, e ela voltou para ele.

O próximo passo da jovem foi se envolver com pornografia e prostituição, indo viver em Copacabana com uma irmã, procurando tudo que é "alegria, liberdade, livre e bonito". Fez dois abortos, não quer engravidar e perder sua independência, seu bem mais precioso. É muito vaidosa, ostenta valores estéticos machistas muito rigorosos. Associa maternidade à perda de liberdade e ao estrago do corpo. Valoriza muito sua autonomia. Afirma que não precisa de ninguém, pois é totalmente capaz de suprir as necessidades da sua vida.

> Todo mundo pergunta se eu me sentia abandonada, mas eu não me sentia, não. Eu acho que ela [a mãe] agiu certo, porque a gente ia acabar crescendo, casando e ela ia ficar sozinha. Eu sempre dei força pra ela ficar com ele.

Isadora teve uma relação conflituosa com um parceiro, separando-se e voltando. Oscila entre uma necessidade de independência (ao escolher o homem que deseja e pela força que ostenta no tráfico) e uma visão

subalterna da mulher, que precisa ser cuidada e não pode ser só (assim como aconselha sua mãe). Deixa clara sua oposição a desempenhar o papel feminino, do qual inexoravelmente não consegue fugir: "Mulher é muito burra".

Isadora traz um modelo reativo de identificação feminina. Sua aparente boa relação com a mãe deixa antever uma distância enorme entre ambas. Neste caso, como na maioria das outras famílias estudadas, observa-se que a relação mãe-filha é calcada na distância ou no conflito direto.

A maioria das adolescentes demonstra sentimentos ambivalentes em relação à mãe. Amor e ódio, raiva e ternura, aproximação e afastamento, apoio e abandono se misturam. Há pouco diálogo e as questões não são expostas e discutidas, especialmente as de ordem sexual. A sexualidade 'recatada' vai sendo, assim, repassada:

> Se a gente perguntasse a ela, ela não falava, ela ficava com vergonha de falar pra gente. Eles não são desses pais que explica as coisas, não, e se a gente perguntar, tem vez até que ele saía fora do assunto. Eles ficava mais conversando da vida dos outros com a gente. (Alda)

A entrada da menina na adolescência marca um momento de agravamento dessa relação. Os ensaios juvenis para testar as novas capacidades e as tentativas para alcançar conquistas no plano ético, intelectual e afetivo-sexual mobilizam a mãe para uma dolorosa revisão de seus próprios fracassos e realizações. A relação mãe-filha adolescente é, pois, permeada de ambivalências e de mútuas culpas, nesse período de transição entre a rejeição de um esquema de valores e comportamentos antigos e a busca de possibilidade de mudança desse esquema para outro com novas referências.

Os fracassos da menina muitas vezes são experimentados com dupla carga de culpa: por si mesmas e por não cumprirem as expectativas maternas. Se, por um lado, algumas mães se culpam pelo caminho escolhido pelas filhas, por outro, as meninas revelaram em uníssono ressentir-se por fazer a mãe sofrer.

> Eu sempre fui muito teimosa e não ouvia nunca o que a minha mãe falava. Ela mandava eu chegar num horário e eu nunca chegava. Aprontava mesmo, parecia que eu gostava de deixar ela nervosa e ela até que não perdia a paciência. Eu espero que a minha filha não puxe a mim. (Ângela)

Nesse depoimento, verifica-se o temor de Ângela de que sua própria filha, na adolescência, venha a reagir à sua autoridade, saindo de casa para vivenciar o mundo, assim como ela se habituara a fazer com sua mãe. Por sua vez, as mães se recordam do próprio passado, quando precisavam lutar contra os pais para alcançar um pouco de liberdade.

Os conflitos entre mãe biológica ou adotiva e as adolescentes mostram que são decorrentes de tentativas das meninas de se insurgirem contra a rigidez da socialização feminina, muito comum nos estratos populares. Destaca-se a tentativa de controlar as roupas provocantes e as saídas 'perigosas' para namoros, relatadas especialmente em famílias evangélicas como a de Úrsula: "Tudo era pecado: usar batom, *short*, ir ao baile". Outro momento de profundo conflito é quando as jovens buscam fugir da enorme responsabilidade doméstica exigida pelas mães. O destino que as garotas encontram para escapar dessa servidão é a rua ou a constituição de suas próprias casas, nos moldes da materna.

> Minha mãe, quando vai sair pro hospital assim, ela manda eu arrumar a casa pra ela, eu arrumo. Às vezes ela manda eu arrumar a casa, eu sento na escada, tiro o chinelo, desço a escada rapidinho e vou pra rua, e não volto mais. Eu não gosto de fazer essas coisas de casa, não. (Anita, 13 anos)

> Ela em casa não sabe lavar uma louça, ela não sabe fazer comida, não dá conta dos afazeres domésticos. Não sabe, porque quando eu fui pro hospital ganhar aquela ali, eu deixei ela tomando conta daquele, a comida que ela fazia era só miojo, não sabe?! Não sabe fazer nada, nada, nada. (Paula, mãe de Anita)

Deve-se ressaltar que vários irmãos mais novos foram cuidados pelas adolescentes, mesmo que por períodos curtos de tempo. A recusa em assumir o papel provedor da mãe para os irmãos ficou muito clara, a despeito do desejo materno de mantê-las em casa para ajudar nos cuidados com os filhos pequenos. Essas crianças, entretanto, geralmente despertam nas adolescentes o sentimento maternal, trazendo-lhes emoções positivas.

Agrega-se ainda, como motivo para os conflitos, a experiência de vários problemas de saúde ligados ao sistema nervoso, como depressão, epilepsia, 'nervosismo', esquizofrenia e dependência de drogas, relatados por mãe e filha, frutos concretos da internalização de sentimentos provocada pela repressiva socialização feminina.

Dado o rigor da domesticação, o preço da transgressão feminina, do rompimento com o papel tradicionalmente esperado da mulher, é alto. Ângela expõe em sua fala o quanto é indesejável a existência de mulheres na família causando problemas: "Meu irmão, que era homem, nunca deu esse trabalho que eu tava dando agora pra minha mãe".

Pode-se constatar que as jovens entrevistadas procuraram, com maior ou menor intensidade, libertar-se de alguma forma do peso da socialização à qual estavam sendo submetidas. Entretanto, por não terem respaldo no meio social nem na dinâmica familiar que lhes possibilitasse esse salto, sem saída nem opção, elas acabam por incorporar o papel feminino: adotam os

antigos valores e limites, o trabalho, a submissão, introjetam uma baixa auto-estima e vivem os conflitos psicológicos típicos do gênero. A mulher que cada uma desejaria ser apenas se configura no âmbito da idealização, assim como é retratada quando se referem à mãe.

Isso pode ser observado nos infindáveis trechos que escrevem em seus diários, nos quais idealizam por alguns momentos a mãe socialmente construída que nunca tiveram.

> A senhora é divinal
>
> Uma santidade divinal
> Que Deus fez para nós
> Com muito carinho e amor
> Mãezinha tu és para mim
> Como uma bela flor
> Que precisa ser cultivada
> No mais belo jardim. (Inês)

A história da maioria das mães das adolescentes não é muito diferente da de suas avós, vivendo em situações de pobreza, convivendo com a realidade do desemprego ou subemprego, muitas vezes arcando com a chefia da família solitariamente e criando seus filhos da forma como aprenderam. A luta dessas mulheres pela sobrevivência se deu de forma tão intensa que elas sequer tiveram tempo para se olharem, cuidarem da saúde e estabelecerem o tão importante diálogo com os filhos, queixa muito comum das filhas adolescentes.

São mães que nasceram e cresceram em meio a uma exclusão social perversa e segregadora, sem reconhecer o direito de freqüentar escolas, ter atendimento médico digno, creche para os filhos e se divertir. Sofreram uma socialização mais rígida, com valores morais de autoridade e hierarquia masculina fortemente presentes, pela maior proximidade que tiveram com a figura paterna e parceiros mais duradouros. Cresceram e criaram seus filhos reproduzindo esse modelo, tendência que algumas jovens parecem estar começando a recriar.

A culpa da transgressão da filha recai sobre elas, que disso são acusadas por parceiros, pais e demais familiares, os quais se isentam totalmente da sua parcela de responsabilidade.

Poderá ser observado, ao longo do texto, que mães e filhas quase não se falam e pouco se conhecem. Duque-Arrazola revela quadro similar nas famílias de estratos populares que estudou:

Entre pais-filhos-filhas, mãe-filhos-filhas dá-se o mesmo tipo de relação que entre o pai-marido e a mãe-mulher: elas não são mediadas pela comunicação, o mesmo se repetindo entre irmãos e irmãs. Se no grupo doméstico se estabelecem relações de autoridade e poder entre marido e mulher, estas também se estabelecem entre pais-filhos-filhas e entre mães-filhos-filhas, tanto em termos geracionais quanto pelas relações de gênero que as implicam. O mesmo acontece entre irmãos e irmãs. (Duque-Arrazola, 1997:385)

A Sombra do Vazio: a ausência do pai

Não obstante a ausência do pai-marido nos grupos matrifocais, não se anula a referência à figura paterna, pois o patriarcalismo do grupo doméstico está inscrito no plano superior da sociedade global. (Duque-Arrazola, 1997:356)

No caso de mães solteiras ou separadas, embora suas unidades domésticas possam ser definidas como matrifocais, não necessariamente se altera o padrão de autoridade, consubstanciada na figura masculina, que pode ser transferida para um parente consangüíneo, pai, irmão ou filho. (Ribeiro & Ribeiro, 1995:137)

A ausência do pai na vida das adolescentes é muito evidente. Entretanto, a figura de autoridade masculina não saiu do universo simbólico dessas famílias. Não se trata da mera ausência do pai nas famílias, mas da qualidade do relacionamento estabelecido entre pais e filhos, denominado por Muza (1998:146) de "a sombra do vazio".

Em seus trabalhos, Freud sustenta que o superego, ou instância moral, repetia a severidade do pai. Em estudos posteriores, pode-se comprovar que a falta de normas, a fraqueza do pai, sua ausência real ou psicológica traziam como resultado uma severidade doentia do superego. A falta de limites, característica da conduta do pai *laissez-faire*, não gera uma imagem boa do pai, mas, pelo contrário, uma imagem de abandono e solidão, que traz como conseqüência uma exigência interna paralisante e atormentadora, como se um menino continuasse procurando dentro de si os limites que o pai não soube determinar.

Vários autores atestam que crianças que não desfrutam da presença do pai acabam por enfrentar problemas de identificação sexual, dificuldades de reconhecimento de limites e apreensão de regras de convivência social. Enfim, a criança terá dificuldades de internalização de um pai simbólico capaz de representar a instância moral. A falta vai se manifestar tanto na dificuldade de exercer a autoridade na relação com o outro como na de respeitá-la. Ocasiona, por sua vez, obstáculos no enfrentamento e na superação de conflitos, na ausência de rigor nas escolhas,

com conseqüente possibilidade de envolvimento em diversas situações de risco, como delinqüência, prostituição, consumo abusivo de substâncias psicoativas, alcoolismo e gravidez desprotegida (Muza, 1998; Muzio, 1998).

Mesmo quando presente fisicamente, o pai mostra-se muitas vezes incapaz de promover uma relação respeitosa com os filhos. Não são poucos os pais que mostram uma enorme dificuldade em reconhecer e compreender as características da criança e do adolescente e transformam seus filhos em pequenos adultos, passando a exigir deles tarefas e responsabilidades que não estão aptos a cumprir.

Muzio sustenta que a privação paterna constitui para a criança uma ameaça tão grande quanto a privação materna, mas com efeitos diferenciados. A autora, embasada em Erich Fromm, "propõe que o pai, se bem que não represente o mundo natural, significa o outro pólo da existência humana, o mundo do pensamento, das coisas feitas pelo homem, da lei e da ordem, da disciplina, das viagens e da aventura. O pai é o que ensina a criança, o que mostra o caminho para o mundo" (Muzio, 1998:168).

A ausência de uma figura tão forte na família traz uma sobrecarga muito grande para a mãe, que passa a ser a única responsável pelo provimento material e emocional:

> *Com a ausência do pai, pode não haver uma transferência de identificação da mãe para o pai, e a criança poderá permanecer prisioneira de uma identificação com a mãe. A ausência do pai, nesses casos, corresponde a um aumento da influência da mãe, sobrecarregada, então, por uma responsabilidade pesada demais para seus ombros. Por tudo isso, destaca-se a importância do pai como fonte de identificação desde os primeiros momentos do desenvolvimento do indivíduo e torna-se possível compreender que um pai ausente ou um pai psicologicamente fraco ou incapaz de assumir a paternidade provoca na criança um sério déficit em sua identidade genital.* (Muza, 1998:145)

Essa mulher que assume o papel de provedora dos recursos econômicos da família não perde automaticamente a identificação simbólica que tem do homem como figura de autoridade. Ribeiro & Ribeiro (1995) afirmam que a autoridade masculina só é abalada quando o homem não garante o teto e o alimento da família, perdendo o papel de provedor. Nesses casos, a mulher opta por procurar a autoridade masculina perdida em outras figuras masculinas da rede familiar (mesmo filhos mais novos) ou nos novos parceiros.

Uma em cada cinco meninas entrevistadas nunca conviveu com o pai, seja por sua morte, seja porque foi vítima de abandono ou por sequer ter sabido quem é ele. Dentre as que conviveram por algum tempo com a figura paterna, a distância é tão grande que todas as lembranças se referem aos contra-

tempos conjugais que os pais tinham com as esposas, sintetizados nos seguintes termos pelas jovens: mulherengo, irresponsável, galinha, brigão, agressivo, violento, louco varrido, chato. Enfocando aspectos positivos, duas meninas falaram do pai como maravilhoso, maneiro e eterno jovem.

Novas relações se formaram com a ruptura da organização familiar original, e metade das adolescentes relata a existência de padrastos convivendo no mesmo domicílio. Quando o padrasto assume a adolescente ainda pequenina, a aceitação de parte a parte parece se dar com maior facilidade. "Eu fui registrada pelo pai do meu irmão, então eu considero o pai do meu irmão como meu pai" (Ana). Cerca de 40% das entrevistadas têm também madrastas, com as quais convivem esporadicamente, nas novas casas onde vivem o pai e sua nova família.

A referência aos padrastos é muito mais extensa. As adolescentes dividem-se entre as que relatam bom e mau convívio. O que influencia positivamente essa relação é o bom tratamento dispensado a sua mãe e a seus irmãos, além da ajuda financeira no sustento da casa e o fato de o padrasto não se 'meter na vida' da adolescente. Assim, em alguns casos o padrasto é apontado como a figura que ocupa o lugar do pai.

> Era bom, ele era uma ótima pessoa. Era como um pai pra mim. Era, não: é. (Elisa)

> O meu padrasto me adora. Me adora mesmo. Me adora de graça. (Isabel)

> Me dou superbem. Adoro ele. Foi uma pessoa que me apoiou muito nas horas difíceis. Não tenho nada que reclamar dele. Gosto muito dele. (Eloísa)

Várias outras demonstram desafeto pelo padrasto, havendo experiências de agressões verbais e físicas entre ambos, o que freqüentemente leva ao afastamento da jovem do núcleo familiar.

> Não gostava dele, não. Ele não gostava de mim, a gente só vivia discutindo, discutia muito... Eu não dava muito papo para ele, não. Quando ele falava comigo, era só para agredir. Falava que eu ia acabar sendo traficante e acabou dando nisso. (Alba)

> Eu não me dava muito bem com meu padrasto. Ele pegou um pedaço de pau, foi e imprensou minha mãe. Teve um dia que eu falei pra ele que eu ia na delegacia. Ele falou: se eu fosse, ele ia me matar. Eu queria fazer trabalho dentro de casa, ele não deixava. Eu queria alguma coisa pra fazer comida, ele não deixava. Eu saía de casa por causa dele, que ele me batia. Me colocava num caroço de milho, onde eu não gostava. Aí eu saía de casa. (Inês)

A experiência negativa de muitas adolescentes com os pais e padrastos pode ser observada não apenas pela falta de limites, mas principalmente pela imagem deteriorada da figura masculina, que perpassa as novas relações estabelecidas com seus parceiros; pela maior apreciação das relações sexuais com mulheres durante a internação no ESD; e pela reafirmação da dependência e da subalternidade feminina (pois é o homem quem define e valora o comportamento feminino), como mostra Ester: "Meu pai não dava valor pra minha mãe. Não respeitava ela, tinha mulher na rua. O meu cunhado não dá valor pra minha irmã, bate muito nela. Agora ela casou com outro que dá valor".

Observa-se no conjunto das histórias dessas meninas que, em geral, depois da separação, a relação do pai com a mãe e os filhos se distancia. Um fator que agrava a relação é a briga judicial pela pensão dos filhos, com a maioria dos pais recusando-se a ajudar nas despesas da antiga família. A entrada da menina na vida infracional é um fator a mais de desavenças, pois o pai responsabiliza a mãe pelo envolvimento da filha, e a acusação da mãe se dá na direção inversa.

As mães entrevistadas também tiveram problemas com a figura paterna, fechando assim as dificuldades e os conflitos no ciclo familiar. Pelo contato mais próximo que tiveram com os pais, detalham ainda mais a relação. Nos casos em que a mãe fracassou totalmente na relação com a filha, a lembrança do pai parece ser mais positiva, carregando um elevado peso de idealização. Gina, mãe de Antônia, constitui um desses exemplos. O pai começou outro relacionamento quando ela tinha cinco anos e nunca mais apoiou a família. Assim ela fala sobre ele:

> Acho que foi o melhor pai do mundo! Era o homem que ia lá em casa todo dia, levava bolsa de compras, levava dinheiro. Ele foi lá para registrar eu e meu irmão. Minha mãe não deixou, expulsou ele de lá. Aí ele nunca mais voltou, arrumou outra mulher, arrumou outros filhos.

Glória, mãe de Isabel, dá outro exemplo:

> Minha mãe não foi uma boa mãe, não, mas o meu pai foi um bom pai. O meu pai sempre respeitou a minha mãe.

As piores lembranças relatadas são as que registram apenas as aventuras extraconjugais, a agressividade e o alcoolismo paternos. Daniela, mãe de Úrsula, conheceu o pai aos dez anos numa experiência pouco agradável:

> Era assim muito carrasco. Na época que eu conheci ele, um colega dele da polícia falou assim: – é tua filha? Porque todo mundo falava que eu parecia muito com ele. Aí ele falou: – diz a mãe dela. Aí aquilo me ofendeu, aí eu falei um monte de coisa pra ele, e ele falou um monte de coisa de mim e da minha mãe... Quer dizer: aquilo me magoou.

A figura do pai autoritário se fez presente apenas na fala das mães. Não ocorreu entre as adolescentes.

> Meu pai só era durão, ele não deixava a gente pintar unha, cortar cabelo, não gostava que minhas irmãs namoravam. (Fabiana, mãe de Elena)

> Ele era durão, não tinha corpo mole com ele, não. A gente reclamava do agrotóxico e ele falava que a gente ia acostumar. Ele falava e a gente abaixava a cabeça, ninguém respondia. (Norma, mãe de Alda)

Os motivos apontados para a separação dos pais são: infidelidade do homem (também da mulher, em casos excepcionais), irresponsabilidade do pai, não cumprindo o seu papel de provedor financeiro, e a difícil convivência conjugal, provocada por discussões, brigas e consumo de drogas.

A experiência com padrastos também foi vivenciada pelas mães das adolescentes. Surgiram queixas de abuso sexual e dificuldades de relacionamento com as mães, que preferiam agradar o parceiro a tomar o partido das filhas. As mesmas queixas foram feitas pelas adolescentes ao falarem sobre a relação das mães com os padrastos, mostrando a recorrência desse tipo de comportamento.

Tornando-se o Homem da Casa: a vida de Alba

> Não, não sou dessa praia, não. De sair de casa e deixar minha mãe, minha mãe sofre muito por mim. Não vou deixar ela sozinha. (Alba)

A vida de Alba traz um exemplo não muito freqüente de identificação da menina com a figura masculina. Como se verá mais adiante, grande parte das jovens entrevistadas mantém relações com os parceiros que reproduzem, em grande escala, o lugar secundário da mulher. Alba buscou um caminho diferente.

Aos 16 anos, já é totalmente responsável por sua família, composta por mãe e irmãos menores. Assumiu toda a autoridade masculina, a ponto de ser completamente masculinizada, tanto em suas vestimentas como nos gestos, na opção sexual e na inserção ocupacional. O pai se separou da mãe quando ela ainda era pequena, não ajudando a família. Alba é sua filha predileta, e trabalha com ele diariamente na feira. Ele sempre quis um menino, para ser seu companheiro de futebol. Alba cumpre esse desejo inconscientemente.

Quando tinha uns sete anos, Alba foi raptada e desapareceu por vários dias. Não se lembra de ter sofrido agressão sexual, mas sim física e psicológica. A mãe deixa em suspenso a possibilidade de abuso sexual, embora

Alba se mantivesse virgem. A mãe associa esse evento à transformação do comportamento de Alba. Desde então, esta diz que nunca teve nada com homem: "Acho até que sou virgem. (...) Só tive experiências ruins com homem, parece que os homens que entraram na minha vida foi só para infernizar ela".

Nunca se deu bem com o segundo companheiro da mãe: "Era de sair na porrada. Rolava tudo: copo, faca... Ele era ruim pra caramba. Eu não gostava dele, não". Ele bebia e se drogava. Nívea, sua mãe, não se separava por medo, temia por ela e pelos filhos.

Nívea sofreu abuso sexual intrafamiliar durante anos. Seus pais eram muito religiosos e rígidos, cheios de proibições, e praticavam violência contra ela. Procurou ser para os filhos o oposto do que seus pais tinham sido com ela: "Tudo que eu não tive da minha mãe tento passar pra eles. Às vezes perco a cabeça com tanta coisa, porque sou sozinha pra cuidar de tudo, e é muita gente". Mostra-se completamente frágil e dependente do segundo marido, que, após impingir-lhe muitas agressões e fraturas, a esfaqueou. Alba assumiu, mais de uma vez, o papel de homem da casa, ao caçar o padrasto nessa ocasião em que a mãe quase morreu.

Alba sustenta a mãe e os irmãos. Parou de estudar e ganha o sustento familiar no tráfico de drogas, em que é considerada de igual para igual com os homens, e chamada por um nome masculino. É o esteio no qual a mãe e a família repousam.

Faz-se de homem em bailes e perante a polícia – o que é bom, pois a impede de sofrer agressão sexual. Satisfaz-se com isso. Entretanto, a qualidade que aprecia na relação sexual com mulheres é o carinho e a meiguice. Deixa nas entrelinhas sua capacidade de bater nas parceiras, assumindo um comportamento masculino de uso de força. No entanto, Alba mescla atributos masculinos com alma feminina. Na relação que estabelece com suas parceiras, torna-se a figura forte paterna e as domina, colocando-as no lugar simbólico da mãe. Ela reproduz, assim, um modelo de socialização hierarquizado e subalternizado, mesmo que tenha optado por não se relacionar com homens.

Mas Eu Era ainda uma Criança...

Dorme tensa e pequena
sozinha como que suspensa no céu
vira mulher sem saber
sem brinco, sem pulseira, sem anel
sem espelho, sem conselho, laço de papel, bambolê
sem mãe perto,

sem pai certo
sem cama certa,
sem coberta,
vira mulher com medo,
vira mulher sempre cedo.
(Elisa Lucinda, 1995)

É muito tenra a idade com que as protagonistas dessas histórias, as adolescentes e suas mães, começaram a vida sexual. Com freqüência, o fizeram escondido de suas famílias. A imaturidade física e emocional, a violência e a ausência de informações dificultaram ainda mais o início das atividades sexuais, tão idealizadas e valorizadas pelas meninas.

Estudo da Sociedade Civil de Bem-Estar no Brasil (Benfam, 1999) mostra que, em 1996, a idade média com que as mulheres brasileiras iniciaram relações sexuais pré-maritais foi de 16,4 anos. Analisando a década anterior, esse documento também afirma que aumentou o número de jovens que mantiveram sua primeira relação antes dos 15 anos de idade (23% do total em 1996), em sua maioria decorrentes dos contatos com namorados. Para as adolescentes entrevistadas nesta pesquisa, a primeira experiência foi mais precoce. Todas elas mantêm vida sexual ativa. Os namoros começaram cedo, em geral entre 10 e 12 anos de idade. Esse início costuma coincidir com o primeiro encontro com um namorado. Algumas relatam experiência sexual dois anos antes da menarca.

O tempo decorrido entre a 'paquera' e a relação sexual é breve, assim como é escasso o conhecimento entre os parceiros. A primeira relação dá-se muito mais pela necessidade de a garota se mostrar mulher, madura, omitindo, até de si mesma, as inseguranças e as fragilidades infantis ainda presentes. Esse momento é narrado como carregado de emoções ambíguas, em que se confrontam o desejo e o temor.

Ilda é uma dessas meninas: aos 13 anos de idade, passeando pela comunidade com sua irmã, foi vista e viu um grupo de rapazes que faziam segurança do gerente da boca, também presente. Logo a seguir, foi abordada por um deles, dizendo que um amigo queria conversar com ela, num lugar com menos movimento. Ilda deixou a irmã esperando e acompanhou o segurança até a casa do traficante. Em sua fala, relata sua primeira impressão do local: "O homem me levou numa casa bonita, a casa dele. Nossa! O quarto todo espelhado, o guarda-roupa todo espelhado". A conversa a seguir entabulada abordou algumas questões. Para o rapaz, interessava a idade de Ilda e sua virgindade. Ao saber que ela tinha apenas 13 anos ("Vou fazer 14!", afirmou a menina, pontuando seu amadurecimento), ele enfatizou a beleza de seu corpo, levantando a possibilidade de ficarem juntos e terem um filho. Ilda reagiu ao

elogio, mostrando-se segura de si ("é a vida que faz a gente"), e fragilmente mencionou a impossibilidade de manter uma relação com ele, diante da fama do traficante de ter muitas mulheres e filhos. Deixou logo claro que "não é por ele ser dessa vida". O encontro foi selado com um beijo.

Na semana seguinte, foi novamente chamada à casa dele e, na terceira visita, o namoro já estava firme e havia chegado o momento da transformação de Ilda em mulher, desistindo assim de "fazer os 15 anos direitinho", conforme sua mãe sonhava. As músicas românticas, o lanche e o escuro criaram o clima do momento. A infantil observação de Ilda sobre essa situação exibe os sentimentos desta menina-mulher: "Ele até mandou comprar uma pizza. Tomamos refrigerante, comemos Danoninho. Tinha tanta coisa na geladeira, mas tanto Danoninho..."

Essa primeira relação foi relatada tanto por Ilda quanto pelas demais meninas como difícil e dolorosa, na qual se mesclam as fantasias e os medos de serem machucadas. A fala masculina de que 'se fizer direitinho não dói' não parece encontrar eco nas jovens, que manifestam dores durante o intercurso sexual e não obtêm prazer nesse ato. As garotas manifestam o conflito: "Eu queria, mas ao mesmo tempo não queria", justificando, em última instância, a posição viril do macho que as desvirginou sem o uso da força física, pois haviam dado seu aceite, mas também sem a devida sensibilidade e cuidado necessários em uma primeira relação sexual com jovens de tão baixa idade. Esses conflitos podem ser percebidos nas falas das jovens.

> Eu fui subindo assim. Quando eu não estava agüentando, eu empurrava ele: não, não. Não quero! Mas não era à força, que eu não queria mas ao mesmo tempo queria. (Ilda)

> Foi legal, mas eu era muito nova. Eu vim a me realizar mesmo com o outro, que era mais maduro. (Ingrid)

> Foi bom, mas eu era ainda uma criança [12 anos]. Eu só lembro que senti muita dor. Ele já tinha 17 anos. Pra transar a segunda vez, eu fiquei com medo. (Úrsula)

> Sei lá. Eu acho que eu tava muito nova [10 anos]. Me arrependi. (Elen)

Tal qual essas adolescentes, a maioria das mães iniciou a vida sexual antes dos 15 anos de idade. Algumas delas ainda mais precocemente, como Helga, a mãe de Inês, que começou a sua atividade sexual aos nove anos:

> Eu que me dei mesmo, eu não sei nem por quê, o que me fez. Hoje, se me perguntar isso, eu não sei responder... Mas não foi nada forçado, nada com violência, foi porque eu quis, mesmo.

Para muitas dessas mães, o início da vida sexual foi com os homens que se tornaram seus parceiros, com os quais se juntavam, muitas vezes tendo de fugir da família para alcançar tal intento.

Conforme enfatiza Duque-Arrazola (1997:380),

> *'perder-se' ou perder a virgindade significa, para a grande maioria das moças e das mães, mais que uma questão estritamente sexual; implica fortes alterações no padrão de sociabilidade do cotidiano. Perde-se o direito à convivência e proteção do grupo doméstico e, se esse 'perder-se' não resulta na formação de um novo núcleo familiar, ocorre facilmente a fuga do lar.*

Essa reação foi constatada entre as entrevistadas, que sofreram as conseqüências da perda da virgindade (por opção ou decorrente de abuso sexual).

> Acabou que eu me perdi com ele, mas eu não queria isso, não. O meu sonho era casar de véu e grinalda, sabe? Eu era tão criança [12 anos]! Eu queria que fosse mais velha... A gente tava drogado, pra falar a verdade eu nem lembro direito como foi a primeira vez. Mas quando eu sair daqui, eu quero fingir que ainda sou virgem e arrumar um garoto só pra namorar. Transar, só quando eu estiver bem mais velha. (Andréa)

Acaso, Sonho ou Projeto de Vida? a gravidez e o aborto

Depois menstrua e muda de medo
o de ser engravidada, emprenhada,
na noite do mesmo Aterro.
Tem medo do pai desse filho ser preso,
tem medo, medo
Ela que nunca pode ser ela direito,
ela que nem ensaiou o jeito com a boneca
vai ter que ser mãe depressa na calçada
ter filho sem pensar, ter filho por azar
ser mãe e vítima
ter filho pra doer,
pra bater,
pra abandonar.

(Elisa Lucinda, 1995)

A principal razão direta ou indiretamente alegada pela sociedade para a menina ficar restrita ao lar é resguardá-la de usufruir sua sexualidade, enquanto

não estiver amadurecida o suficiente ou não encontrar o par ideal. Nos casos tratados adiante, todas as garotas já vivenciaram a perda da inocência feminina e se dizem 'prontas' a assumirem o comportamento adulto e aptas a decidirem por ter ou não os filhos que esperam.

O aumento da gravidez entre adolescentes tem sido comprovado tanto no país como no exterior, suscitando um questionamento sobre esse fenômeno representar ou não um risco à saúde. Há autores que a consideram um fator de risco biológico, psicológico e social, e a Organização Mundial da Saúde adverte para o fato de que a maturidade fisiológica e o crescimento linear da adolescente se completa, em geral, quatro anos após a menarca. Durante esse período, mãe grávida e seu filho podem competir pelos nutrientes, prejudicando a saúde de ambos. Logo, quanto menos idade tiver uma jovem, mais frágil é sua situação. Outros fatores, como baixa estatura e peso pré-gravídico denunciando desnutrição ou sobrepeso, são alguns dos fatores fisiológicos que podem interferir, aumentando a possibilidade de uma intercorrência na gravidez. A falta de acesso a informações e serviços, as relações sexuais desprotegidas, a ausência de pré-natal, a evasão escolar e as dificuldades familiares são problemas tipicamente associados à gestação nessa fase, servindo como entraves para o futuro desenvolvimento social da jovem. Muitas dessas assertivas apontam na direção de gravidezes indesejadas.

Dentre aqueles que não vêem a gestação na adolescência como uma questão de risco, o argumento mais forte é o de que uma assistência médica e social adequada pode suprir todas as dificuldades que, porventura, ocorreriam durante a gravidez. Questionam também a noção do filho 'não desejado', considerando que uma adolescente tem capacidade de querer e planejar sua prole.

Essa questão do desejo de ter um filho ainda na adolescência é de complexa compreensão. Destacam-se três comportamentos usualmente observados em relação a ela: o primeiro deles é a despreocupação e a desinformação a respeito, aliada a uma sensação de invencibilidade típica dos jovens, como se nada pudesse atingi-los nessa etapa da vida. As adolescentes chegam a engravidar por mero 'acaso'.

Um segundo tipo de atitude é o de algumas que sonham ter filhos, como se esse evento tão carregado de conseqüências vitais fosse uma continuidade do tempo em que brincavam com suas bonecas ou com os irmãos menores. O sonho, elemento essencial para o amadurecimento e o crescimento, "não conhece barreiras e limites e nem mesmo aquele que sonha tem o poder de controlá-lo" (Costa, 1999a:32). Não há raízes que mantenham a jovem firme no solo quando a realidade se apresenta.

O terceiro comportamento é o da adolescente que quer ter uma criança como parte de seu projeto de vida. Costa o define como o caminho para a realização de um sonho. "É um sonho com degraus", pois tem-se que "saber exatamente em que degrau está, quantas etapas galgou e quantas faltam para chegar lá", além de medir o custo em esforço, dedicação e investimento. Logo, "o sonho nasce do inconsciente, o projeto nasce da consciência, do pensamento, da razão" (Costa, 1999b:35*)*.

Essas atitudes foram, em diferentes intensidades e de forma interligada, observadas entre as jovens entrevistadas. A ocorrência de gravidez e abortos deu-se muitas vezes pelo mero acaso. O início da atividade sexual não veio acompanhado dos cuidados necessários à prevenção de gravidez, de doenças sexualmente transmissíveis e Aids, questões que não ocupam muito tempo do pensamento das jovens até que essas situações desabem sobre suas vidas. O uso de preservativo por parte dos namorados e o de anticoncepcional pelas meninas foi relatado por poucas. Dados nacionais também mostram essa realidade: apenas um terço das adolescentes brasileiras utiliza algum método de anticoncepção na experiência sexual pré-marital. A principal justificativa dada para esse comportamento foi "não se importar com isso" (Benfam, 1999).

No Brasil, 18% das adolescentes entre 15 e 19 anos já ficaram grávidas alguma vez (Benfam, 1999). Para as jovens infratoras, o 'descuido' no uso de medidas protetoras é responsável pelo fato de que cerca de metade das 27 entrevistadas já tenha engravidado, embora apenas seis delas tenham efetivamente tido seus filhos ou estivessem grávidas no momento da pesquisa. Esse diferencial esconde um elevado número de experiências de abortos espontâneos e induzidos.

Entre as alternativas mais utilizadas para a efetivação do aborto está a ingestão de remédios, chá de maconha e a prática excessiva de exercício físico. Há relatos de abortos que foram tentados por garotas muito jovens, o que não surpreende diante do precoce início da atividade sexual. Isadora, envolvida em prostituição, relata um aborto que teve êxito, ao mesmo tempo que o da sua irmã, também grávida e adolescente:

> Eu tava com três meses e ela com dois, aí eu pegava minha irmã no colo pra fazer força, ela me pegava, a gente levantava bujão de gás, botava bujão de gás nas costas, bebia o chá. Bebe o chá em jejum, não podia comer nada pra deixar o feto desnutrido. Era amargo, quente e tinha que beber pegando fogo. Era flor de cravo-de-defunto, cravo, canela, folha de mangueira, uma porrada de coisa. E eu pensando: não vai sair nunca. Engravidei duas vezes, mas uma eu perdi sem querer.

Apenas duas jovens planejaram a gravidez. Ambas poderiam ser colocadas dentre aquelas que a concebem mais como um sonho de vida. Ilda, mãe aos 15 anos, queria um filho que a ligaria ao namorado, gerente do tráfico local. Essa gravidez lhe possibilitou ter sua própria casa, obter destaque no movimento e dentre as demais esposas do marido, já que ela era "doida pra ter um filho". Após meses com seu primeiro namorado, 20 anos mais velho, quis concretizar seu sonho e engravidou, porque ambos assim o desejavam. Antes do nascimento da criança o pai foi preso, mas colaborou com o sustento de mãe e filho até que fugiu da Delegacia Policial onde estava detido. Ilda delegou à mãe (que também a abandonara aos cuidados de parentes) a criação de seu filho e foi viver sua própria vida com outros rapazes envolvidos no tráfico.

Outra jovem, Eliana, engravidou, pois seu namorado lhe exigia um filho. Passou também a desejar procriar, como forma de provar sua feminilidade e manter seu parceiro. Relata como sua situação conjugal estava ameaçada:

> Toda vez que a menstruação vinha eu ganhava uma surra, porque ele queria de qualquer jeito ter um filho. Não é surra mesmo, não, mas às vezes ele me dava uns tapas. Eu tinha até medo quando a menstruação descia. Ele falava: tu é uma pateta na vida, mesmo, nem um filho tu tem.

O desejo do marido de ser pai se contrapunha a um conflito interno da adolescente:

> Eu queria ter, pra ele poder ver que eu podia ter, mas não é aquele querer! Pra ele não ficar mais me perturbando. Mas eu queria ter um filho mesmo, e dele mesmo.

Durante toda a gravidez, Eliana esteve interna na instituição. Não contou com apoio familiar algum, tendo recebido apenas duas visitas maternas enquanto esteve na unidade. Mesmo tendo sido doada por sua mãe ao nascer, Eliana sonhava ter o filho na casa da mãe, buscando assim reconstruir uma relação mãe-filha que nunca houve. Tanto a menina quanto as técnicas do ESD investiram meses nessa meta. Todos desistiram, ante o distanciamento da mãe em relação à filha e ao neto. Eliana foi ter o filho num abrigo público, não se sabendo o desenrolar dessa relação.

A única adolescente que assumiu a criação do filho ilustra o terceiro comportamento, o filho como um projeto de vida. Não que Eloísa tivesse inicialmente concebido a criança como o seu objetivo, mas a possibilidade desse acontecimento lhe permitiu redefinir suas metas. A jovem sentia uma paixão avassaladora pelo parceiro, que, em contrapartida, era muito ciumento e com freqüência a agredia fisicamente. Temeu por sua reação ao ficar grávida, por volta dos 14 anos. Entretanto, ele recebeu a notícia com muita

felicidade e ambos optaram por mudar de vida: "A gente pára com a vida errada e vamos começar no caminho certo", sugeriu o parceiro. Com dinheiro 'limpo', compraram as coisas para o filho e se abstiveram das drogas e de roubar durante toda a gravidez e enquanto a criança viveu. Aos cinco meses de idade, o menino foi hospitalizado com meningite e ficou quatro meses desenganado pelos médicos, sobrevivendo às custas de aparelhos que, certa noite, Eloísa e o marido desligaram. Com esse gesto, voltaram ao desatino e à vida infracional. Os sonhos e projetos calcados naquela criança foram dissipados.

Costa (1999a) alerta para a pressão que os adultos impõem aos jovens para terem um projeto de vida, lembrando que, para que este se efetive, o adolescente precisa de outros componentes, como auto-estima, autoconfiança e visão destemida do futuro. Exigir de um jovem um projeto de vida sem a aquisição anterior desses atributos é como "começar uma casa pelo teto". É importante ter-se em mente esta concepção ao rever a vida das entrevistadas, em que as bases saudáveis que solidificariam a personalidade inexistem. Poucas garotas chegaram ao mesmo estágio em que Eloísa, que foi capaz de elaborar uma nova proposta de vida e por ela se modificar, medir os esforços e redimensionar sua vida em prol do amor ao filho. Mesmo assim, sucumbiu perante a enorme perda. Meses depois, já interna, essa jovem reavalia novamente seu futuro, tentando retomar a própria vida e seu amor próprio: "Hoje eu falo eu me amo mais do que eu te amo", referindo-se ao sentimento que nutria por seu parceiro. Mostra sinais de que algumas paredes de sua própria casa começam a se solidificar.

As vidas das mães dessas jovens também merecem ser pensadas à luz dessa questão. São geralmente as escolhidas pelas filhas para cuidar dos netos recém-nascidos, apesar de terem abandonado seus vários filhos. As justificativas para esse ato de entrega nem sempre são muito claras. Em um caso específico, a própria avó pegou a criança no hospital e levou-a para sua casa, vaticinando que a filha adolescente não teria competência para educar uma criança, o que foi, aparentemente, aceito sem nenhuma queixa. Outras adolescentes alegaram preferir que a mãe ficasse com o recém-nascido por ser mais seguro, afastando-o assim do meio infracional e, por conseguinte, também da convivência com elas próprias.

A relação entre a mãe e a adolescente (agora também mãe!) parece se complicar ainda mais, pois surgem ciúmes da mãe, que outrora preferia os irmãos e agora gosta mais do neto, deixando a jovem mais uma vez abandonada. As cobranças maternas sobre a adolescente também aumentam, passando a requerer dela mais responsabilidade e auxílio financeiro.

Esses problemas recentes originados pelas gravidezes e pela chegada de novos membros para famílias já tão vilipendiadas vêm complicar ainda mais a vida das mães adultas. A ausência de projetos de vida entre as adolescentes é, na verdade, um prolongamento das mesmas 'opções' feitas por suas mães. Tiveram seus primeiros filhos muito jovens, entre 13 e 17 anos de idade, da mesma forma que suas filhas vêm fazendo.

Os comportamentos assumidos no decorrer de suas vidas refletem, essencialmente, os dois primeiros modelos aqui relatados com referência às adolescentes: deixar o acaso decidir o rumo de suas vidas ou optar pela criança como um sonho, uma idealização. Dentre as mães com muitos filhos, o habitual foi ouvi-las dizer que queriam ter o primeiro filho, pois "era um sonho que estava sendo realizado". Os filhos seguintes "aconteciam", mostrando uma total falta de planejamento: "deixa vir"; "onde come um, comem dois ou três". Os filhos que vêm ao mundo sem ter sido sonhados multiplicam os sofrimentos maternos, como relata a mãe de Ingrid sobre seus cinco filhos:

> Eu não queria outras gravidezes por causa do sofrimento. As dificuldades são muitas. Não é porque eu não amava meus filhos, não. Deus me livre! É porque eu sofria muito e não queria isso pra eles.

A mãe de Úrsula também mostra a mesma reação ao falar dos seus, apontando a barriga onde carrega o oitavo:

> Ter eles eu quis, mas não desse jeito. Igual a esse aqui agora, eu não esperava ter esse.

Essa falta de planejamento tem sido considerada como um grave problema para a saúde pública do país. Estudo recente (Benfam, 1999) pontua que metade das crianças nascidas de mulheres entre 15 e 24 anos no país não foi planejada. Essa percentagem está diretamente associada à ordem de nascimento, isto é, 73% das mães com quatro ou mais filhos não programaram a gravidez.

A impossibilidade de tomar anticoncepcionais, a interrupção do remédio por enjôos, o desinteresse ou o desconhecimento em relação a qualquer método contraceptivo foram nomeados como os fatores que possibilitaram as gravidezes das mães entrevistadas. Nenhuma outra estratégia de contracepção foi citada, além do uso esporádico da pílula anticoncepcional. Apenas uma mãe diz que conseguiu operar, após o quinto filho, tomando dinheiro emprestado com vizinhos. A falta de uma política pública de saúde eficiente e capilarizada até esses segmentos da população pode ser constatada nas vidas das entrevistadas. Muitas engravidavam sucessivamente e não encontraram apoio educativo nem estratégico que as orientasse em outra direção. Passaram, incólumes, pelos ambulatórios e serviços de pré-natal.

Pesquisas recentes mostram que 100% dos jovens brasileiros conhecem algum tipo de método contraceptivo. As mulheres adultas informaram, em média, sete métodos. A pílula, a camisinha e a esterilização foram as estratégias mais mencionadas. As duas primeiras são compradas em farmácias, indicando a necessidade de suporte financeiro contínuo para uma prevenção eficaz. A esterilização é realizada em hospitais públicos, quando indicada. Os motivos mais alegados para a interrupção da utilização dos métodos foram os efeitos colaterais, o desejo de engravidar e o surgimento de uma gravidez durante o uso, indicando a má utilização da técnica (Benfam, 1999).

O resultado da falta de controle das mães entrevistadas sobre os seus próprios desejos e seu organismo fica evidente na fala de algumas que associam o nascimento de um filho não desejado (por vezes a própria infratora) com uma gravidez conturbada e problemas de depressão e nervosismo, culpabilizando até mesmo a criança nascida em tais condições. As tentativas de aborto surgem freqüentemente nas falas das mães:

> Hoje em dia, eu agradeço de ter a Antônia, mas eu já fiz de tudo para tirar, porque ela é ruim mesmo e não saiu, entendeu? E tá aí, hoje em dia. Todas as duas eu queria tirar. Tomei um monte de remédio, só que elas não saíram mesmo. Eu não queria porque eu não tinha cabeça, eu era muito jovem, eu queria viver a minha vida, só que Deus não quis. Ele quis que elas ficassem aí e estão aí. (Gina, mãe de Antônia)

Outras tentativas de aborto foram feitas com vários filhos. Os critérios para tal decisão foram: as dificuldades financeiras; não ser a criança desejada pelo novo parceiro; o cansaço excessivo de cuidar de casa e de uma prole grande e a falta de desejo (ou de confiança para tanto) de ser mãe. Os recursos utilizados são variados, incluindo injeções, comprimidos e alternativas caseiras.

Ilda, a caçula de quatro filhos, conta como sua mãe sofreu ao engravidar dela:

> Ela tomava remédio, já caiu da escada, já pegou muito peso. Fazia aquelas coisas tipo assim, pra tirar a criança. E eu não saí de jeito nenhum. Aí eu nasci. Mas ela não queria que eu viesse.

Uma situação única foi a da mãe de Elisabete, obrigada pelo pai da criança a efetuar o aborto. Chegou a se deitar na mesa da clínica e começou a chorar, a ponto de o médico interromper o aborto. Apesar do desejo materno, ao nascer Elisabete teve o mesmo destino de seus irmãos: foi doada e recolhida sucessivamente pela mãe, "pela vida afora". Outras situações de aborto foram narradas como decorrentes de violência física.

> *Em relação aos direitos sexuais reprodutivos, observamos, no país, um aumento significativo de gravidezes precoces e de abortos inseguros, índices alarmantes de doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens, alta vulnerabilidade à Aids e elevada exposição a situações de abuso sexual e de prostituição infantil. Acrescentando-se a esses graves problemas os crescentes níveis de uso de drogas, temos um quadro impactante e assustador da juventude brasileira.* (Benfam, 1999:7)

A Gente Era Fanático um pelo Outro: a repetição do padrão

As adolescentes entrevistadas mostram alguma forma de rejeição ao padrão feminino socialmente esperado, representando um movimento de tentativa de libertação do que lhes foi oferecido como herança: a falta de saída, a submissão e o conformismo com o estilo de vida das mães. No entanto, esses modelos estão tão introjetados em suas vidas que elas tendem a repeti-lo, em intensidades variadas, em suas relações amorosas. Eloísa é um exemplo do estabelecimento de uma relação de total dependência à autoridade masculina.

Saiu de casa para viver com o namorado, com o qual ficou dois anos e dois meses. Ele era viciado em drogas e roubava táxis e lojas para obter dinheiro para o vício. Esporadicamente, envolvia-se com tráfico. Eloísa participava de tudo por causa do intenso amor e também do medo que sentia dele, não lhe recusando nenhum pedido. Era freqüentemente agredida fisicamente de forma severa, sendo obrigada a deixar sua casa toda machucada, refugiando-se em casa de colegas ou de sua mãe. Porém, sempre voltava, pois ele se arrependia e se mostrava culpado. Em suas palavras, era um "amor louco", se entendiam sexualmente muito bem e sempre se procuravam: "Eu brigava muito com a minha mãe por causa dele. Eu acho que eu briguei com o mundo por causa dele. A gente era fanático um pelo outro". Ele tinha profundos ciúmes de Eloísa. Não era mulherengo, pois estavam sempre juntos. Até nos roubos só queria Eloísa por perto, obrigando-a a acompanhá-lo. Eloísa manteve-se leal a ele até a sua morte – ele foi assassinado enquanto ela estava presa. Por várias vezes, quase morreram juntos.

Teve muito medo de ser maltratada pelo rapaz ao ficar grávida, mas ele recebeu bem a notícia. Como já relatado aqui, a criança morreu e o casal voltou à vida infracional. Eloísa diz que, após a primeira prisão, o marido saiu mais agressivo e descontrolado. Ele a impedia de contatar a família, que até hoje não sabe do nascimento e da morte da criança. Solange, a mãe de Eloísa, não visitava a filha para não causar problemas com o rapaz. É considerada culpa-

da por Eloísa ser do jeito que é, tanto pelo primeiro marido (pai de Eloísa) quanto pelo atual padrasto. Acusam-na de não ter controlado a filha, deixando-a muito solta. Solange reage dizendo que também foi solta, mas nem por isso se perdeu.

A vida de Solange foi muito difícil. Muito cedo seu pais se separaram. Ficou um tempo com o pai até que a mãe mandou raptá-la. Sofreu abuso do padrasto por toda a sua adolescência, com o conhecimento materno. Denunciou-o à polícia, sob os protestos da mãe, que lhe pedia para mentir, dizendo que inventara tudo. Voltou então a morar com o pai, mas rapidamente se casou, buscando ter sua própria casa. Logo se separou do primeiro marido, voltando para a casa da mãe e do padrasto abusador. Reatou esse casamento por diversas vezes, deixando com o primeiro marido a filha mais velha (diferentemente de Eloísa, "muito ajuizada"), por temer o comportamento do padrasto.

Para distanciar-se do padrasto, arrumou um segundo marido, o pai de Eloísa, que a deixou bem de vida, mas era excessivamente ciumento. Na separação, perdeu tudo o que tinha. Casou-se com o terceiro companheiro, de quem Eloísa gosta mais do que do pai. Teve um filho com ele, além de criar mais dois dele. Solange assinala que nenhum desses homens bateu nela.

A relação mãe-filha é boa, mas distante. Eloísa conta:

> Eu tenho uma mãe muito liberal. Não fazia tudo que queria, mas essas coisas que ela via sem importância, ela não esquentava, não. Minha mãe era muito minha amiga, sabe? Qualquer coisinha eu chegava pra ela e contava.

Na história de ambas existe ciúme do parceiro, o pouco carinho do pai e a necessidade da figura paterna, além de brigas e reconciliações. Eloísa teve dois modelos femininos na família: o amor incondicional da avó por seu marido abusador (padrasto de Solange), com o qual ainda vive; e a falta de compromisso de sua mãe, que ao menor problema desiste do companheiro ou de cuidar dos filhos. A identificação de gênero como sinônimo de sofrimento parece aproximar mãe e filha.

Tanto na vida das jovens quanto na de suas mães, percebe-se uma relação pautada pela cultura machista. As adolescentes procuram homens que, em sua grande maioria, exercem atividades ilícitas e são jovens – excetuando-se casos em que o envolvimento é com gerente e dono de pontos de droga de idade mais avançada. Os namorados logo se sentem seus donos e, como tal, consideram-se detentores de vários direitos sobre elas: "bem ou mal é [dono], porque ele tá contigo, te sustenta, você depende dele" (Ingrid).

Trazem consigo a certeza histórica de que as mulheres devem ser submissas aos desejos e às ordens do macho, pois foi dessa forma que se constituiu a vida de suas mães. Elas reproduzem o que há de pior na dominação milenar: a definição do homem como senhor e da mulher como serva e o conseqüente papel de cada um.

Os namorados não abrem mão de usufruir de seus 'direitos masculinos', nem quando batem nas namoradas, tampouco quando não se privam de viver as relações que desejarem ou lhes convierem. A constatação de que seus companheiros têm outras mulheres é assumida como fato consumado, tornando-se um motivo secundário para as desavenças entre o casal, como podemos perceber na fala de Ilda, que morava com um gerente-geral do tráfico, de 32 anos:

> Não adianta a gente brigar, porque bandido não tem uma mulher só. Mas o que ele mais importa é aquela que tá ali em casa, que faz as coisas pra ele e que tá ali todo dia. As outras, não... É pra comer e jogar fora.

Logo os homens são perdoados, pois "faz parte da sua natureza", e a culpa recai sobre as outras mulheres, "que perdem a linha por causa de pó". A internalização da 'dupla moral' foi eficientemente realizada no processo de amadurecimento dessas jovens.

> Tem o lance das minas que ficam dando em cima direto, por causa de pó, do dinheiro ou mesmo para dizer que está com alguém poderoso do tráfico. (...) Ele falava que era verdade [as traições]. Ele assumia que era homem e tinha que comer.

A fala feminina condena a violência dos pais sobre as mães, evidenciando revolta e disposição para uma possível denúncia. Essa mesma fala justifica a relação semelhante que elas estabelecem com os parceiros. A agressividade no relacionamento conjugal surge como algo naturalizado pela cultura, fazendo parte da realidade cotidiana desse grupo. Por isso não desenvolvem raiva pelo companheiro, ao contrário: muitas vezes dão a eles razão por seu comportamento violento e consideram que fizeram por merecer.

É verdadeiro também o fato de que nem todas as jovens aceitam sofrer violência dos parceiros, reagindo firmemente e desejando fugir do padrão feminino de vitimização que aprenderam. Inês é uma das que reagem a esse padrão de dependência. Não admite violência física:

> Um homem vem me bater, vem dar na minha cara, não deixo, não. Tem muito homem que gosta de dar na cara de mulher. Não deixo, não. Fico uns dois, três dias com ele e largo.

Algumas obtêm êxito, mas geralmente depois de passarem por um primeiro episódio violento. Chegam a ameaçar o companheiro se o evento se repetir. Apesar disso, mesmo essas meninas mais arrojadas sentem-se, em outras áreas de sua vida, dependentes e frágeis, submetendo-se a outros tipos de subalternidade.

Conscientes de que não têm poder sobre os homens e alimentam sonhos que dificilmente se realizarão, essas meninas investem na relação e sonham com uma história de amor idílico. Várias selam esse sonho ao tatuar no corpo o nome do namorado próximo ao seu, ao lado do desenho de uma flor, mesmo que para isso tenham de sofrer: "É uma tatuagem verdadeira, feita de agulha. Já tenho três anos com ele. Doeu à beça".

Torna-se claro que, apesar das numerosas experiências amorosas negativas que acumularam em suas vidas, a esperança de encontrar alguém que seja 'para sempre' não se dissipa. Essa visão idealizada e romântica sobre o amor, própria das meninas adolescentes, está presente em todos as partes dos diários.

> Quem ama sofre, quem sofre sente, quem sente luta e quem luta vence. (Elena)

> Para a palavra amor não existe tradução, só quem pode traduzi-la é o nosso coração. (Antônia)

> O amor é cego, o destino é cruel, mas jamais infiel. Às vezes acontecem coisas que nem podemos explicar, passam barreiras e lutas que nem queremos aceitar, mas o destino aparece do nada e invade nosso caminho e enche nossas vidas de problemas e espinhos. Mas, quando queremos um amor e por ele lutamos, pisamos sobre esses espinhos e quando por fim esses problemas estão resolvidos, ganhamos a vitória de um grande sorriso, o amor. (Úrsula)

Os trechos que se referem aos namorados também são muitos, demonstrando a profunda saudade que sentem dos companheiros, muitos deles presos, como elas.

> Olha gato, estou muito triste por você estar preso aí no Padre Severino. Sei que é um inferno. Também estou presa e estou morrendo de saudade dos seus beijos, dos seus carinhos e do seu jeito de amar. (Elena)

> Estou triste, com o coração partido. Ando pensando onde estará essa pessoa que tanto amo, não recebi mais notícias estou preocupada. Queria ao menos ter uma oportunidade de vê-lo novamente, como sofro por esse amor! Meu amor, queria poder estar ao teu lado para esquentar o meu corpo no seu, embriagar-me em seus beijos, molhar sua pele com o suor do meu rosto,

> acariciar todo o seu corpo, enfim queria realizar todos os meus desejos. Você me faz falta neste lugar, pois você se tornou pra mim muito especial e inesquecível. Nunca se esqueça que o meu objetivo aqui dentro é você, por isso nunca estrague esta luta. A última coisa que eu queria neste momento era que você me abandonasse. (Ingrid)

> Tu me fizeste te amar, precisar de você. Sentir falta dos seus braços, sonhar com seus carinhos, lembrar dos nossos bons momentos. E de repente, sem eu imaginar já não quer mais me ver. Hoje sou apenas a prisioneira que você desconhece, mas amanhã aquela que te ama e que jamais te esquece. (Úrsula).

Nas mães, não se percebe mais essa imagem idealizada do romance e dos homens, substituída pelo provedor material para os muitos filhos que precisam alimentar. Elas têm uma visão muito sofrida e pouco romântica do futuro. São mulheres ainda jovens, que desistiram de sonhar e apenas se preocupam em cuidar da casa, das próprias crianças e dos netos que começam a chegar.

A socialização feminina tradicional, marcada pelo poder e pelo domínio patriarcal, se perfeitamente realizada, manteria a mulher no terreno do lar e da família. Nos relatos das entrevistadas, pode-se perceber que várias falhas ocorreram, permitindo algumas variantes em relação ao modelo tradicional. A frase de um técnico do ESD que se referiu às meninas como ‘brinquedos de encaixe’ sintetiza as duas idéias básicas sobre a construção social da mulher: a noção de objetos que são utilizados para trazer o prazer daquele que os manipula e a eterna necessidade de complemento, como se precisassem sempre do encaixe, para se sentirem inteiras. Nesse sentido, a socialização feminina das jovens e das mães entrevistadas foi muito bem-sucedida.

3

'FEITO BOLINHAS DE PINGUE-PONGUE'
os efeitos do abandono

> Se eu tivesse sido criada pela minha mãe desde pequena, isso não teria acontecido… Não ia ter tanta confusão na minha vida, de passar na mão de um e de outro como bolinha de pingue-pongue.
>
> (Elen)

As histórias de Elisa e de sua mãe Vanda mostram uma seqüência de desencontros e afastamentos, marca constante na vida de várias entrevistadas. Elisa está desde os 12 anos pela rua, mendigando e usando drogas, tendo passado por abrigos. Neles, brigou e causou danos físicos, atitude que mantém na atual internação, participando de rebeliões e agressões.

Vanda ficou presa durante seis anos, período no qual seus muitos filhos foram doados para várias pessoas. Essa situação até hoje a mobiliza, chorando ao comentar: "Perdi todas as oportunidades da minha vida nessa época, inclusive meus filhos". Essas crianças foram criadas por outras mulheres, não tiveram por elas "aquele amor". Todos a reconhecem como mãe biológica. Elisa, única mulher dentre sete filhos homens, ficou inicialmente uns tempos com uma senhora ligada ao tráfico, depois com uma tia, voltando para a mãe aos nove anos, quando esta foi liberta. Não mais se adaptou à vida com ela e os sucessivos padrastos, fazendo da rua e dos abrigos sua moradia.

A vida de Vanda foi muito difícil. O pai era bruto, bebia, batia na mulher e socava a cabeça dos filhos na parede. A mãe também era violenta com os filhos, que mesmo assim a defendiam diante do pai. Ficava presa na corrente e apanhava freqüentemente. Fugia de casa e "aprontava na rua", tal qual Elisa age hoje. A relação com parentes é muito distante, e ela suspeita de que seus dois irmãos tenham sido mortos pelos próprios familiares.

Seus relacionamentos amorosos foram uma sucessão de malogros. O pai de Elisa foi o primeiro descaminho de sua vida: vivia na rua, bebia, roubava, batia nela e nos filhos. Freqüentava hospital psiquiátrico. Seu segundo parceiro inaugurou o pior período de sua vida, agredindo-a muito. Os dois filhos

desse relacionamento foram doados. Descreve o terceiro companheiro como "galinha", alegando que "não existe homem diferente".

Vanda compara Elisa ao pai "sem vida" e às suas próprias atitudes quando jovem: "Aprontei muito na idade de Elisa. Ela tem a quem puxar". Afirma que Elisa não poderia ser diferente do que é, com o pai e a mãe que tem. Por essa razão, ela é a "filha do mundo".

Como ocorreu enquanto esteve presa, essa mãe continua abandonando a filha. Na primeira ocasião em que, após cinco meses de ausência, visitou Elisa no ESD, os registros técnicos mostram que esta "ficou estática e imóvel, mantendo uma distância afetiva muito grande". Justifica esse afastamento alegando a necessidade de cuidar dos filhos menores e atribuindo toda a responsabilidade pela situação a Elisa, que prefere ficar na rua, não atendendo aos conselhos maternos.

Elisa, por sua vez, sente profunda falta de sua mãe, considerando-se totalmente responsável pelo sofrimento que a faz passar: "Ela é uma mãe ótima... Só que eu faço ela sofrer. Ela gosta muito de mim".

Mãe e filha se assemelham: usam drogas e álcool, irritam-se, ficam nervosas e brigam facilmente, tiveram envolvimento infracional e vida institucional, além de várias marcas corporais, fruto de violências sofridas. A mãe ostenta tatuagem de folha de maconha, cicatrizes de um chute na barriga e de um tiro que levou. Elisa apresenta múltiplas pequenas marcas, resultado dos cortes que se inflige cada vez que se frustra.

Na história dessas duas mulheres, de alguma forma abandonadas pelos pais ou companheiros, tem-se a possibilidade de estudar os efeitos do abandono na formação da personalidade feminina; não existem, infelizmente, estudos específicos sobre o tema que adotem o enfoque de gênero.

O Abandono

Os efeitos do abandono sobre uma criança – danos físicos, quando a criança perde o adulto que a protege, e prejuízos ao desenvolvimento afetivo – têm sido suficientemente relatados na literatura científica. Garbarino (1999) lembra que, quanto mais prematura a experiência de abandono, maior a influência negativa sobre a criança e piores as suas conseqüências. O psiquiatra inglês John Bowlby (1981) foi um dos primeiros a estudar a importância da ausência da mãe para o desenvolvimento infantil. O abandono pode se dar pela total ausência da mãe (ou outro cuidador que a substitua) ou pela descontinuidade da relação (quando a criança é privada de sua companhia posteriormente). Ambas

são formas de interação insuficiente na relação entre mãe e filho e trazem efeitos duradouros para a criança.

Outro tipo de abandono é aquele em que a criança se sente insegura na relação, não encontrando na figura materna o equilíbrio emocional de que tanto necessita, em função de freqüentes separações e do distanciamento afetivo.

Farinatti, Biazus & Leite (1993:164) ilustram a necessidade que a criança tem do cuidado materno relatando uma experiência com macacos. Bebês macacos foram separados de suas mães logo ao nascer e colocados com dois tipos de mães falsas: uma de arame, que possuía uma mamadeira, e outra de pelúcia, desprovida de alimento. "Os bebês macacos permaneciam o tempo todo com a mãe de pelúcia, não se afastando dela nem para a procura de alimento. Essa experiência ensina a precedência do contato físico com relação ao alimento".

O carinho e o afeto são cruciais para o desenvolvimento infantil. Garbarino (1999) salienta que crianças que não conseguem estabelecer vínculos afetivos terão problemas emocionais, enfrentando dificuldades em lidar com os próprios sentimentos e com os sentimentos dos outros, faltando-lhes base emocional para se tornarem adultos com desempenho social normal. Terão ainda problemas em estabelecer empatia, simpatia e cuidado.

Bowlby (1981) e Winnicott (1990) foram os primeiros psiquiatras a associar a carência afetiva da criança com posterior delinqüência. Para o primeiro autor, se a ruptura do vínculo familiar se desse muito precocemente, as conseqüências incidiriam sobre a capacidade intelectual e afetiva; se depois da estruturação da personalidade, a delinqüência seria o caminho. Os efeitos da privação afetiva total seriam a completa incapacidade de estabelecer relacionamento com outras pessoas; quando parcial, os resultados seriam angústia, carência de amor, sentimento de vingança, culpa e depressão.

Além da dificuldade de estabelecer relacionamentos afetivos, Farinatti, Biazus & Leite (1993) ressaltam outros efeitos da carência de cuidados maternos, verificados em crianças pequenas hospitalizadas: impulsos agressivos voltados contra si mesmas e automutilações, arrancando os próprios pêlos do corpo.

O abandono é vivido distintamente por cada criança. Assis (1999), estudando adolescentes infratores do sexo masculino e seus irmãos, mostra como a morte de uma mãe por Aids teve impacto totalmente diferenciado para os dois jovens que criara. Um deles tomou o drama como um motivo para buscar o sucesso na vida, seguindo os passos da mãe; o outro fez do ato trágico o símbolo para sua revolta e opção infracional.

Esse relato leva a duas ponderações. De um lado, verifica-se que a percepção do abandono depende do temperamento da criança e de sua experiência acumulada, pois os comportamentos não são totalmente predeterminados pela carga genética, nem apenas pelo resultado das influências sociais. De outro, tem-se que o sentimento de perda é parte da vida de qualquer criança. Pais ou parentes se separam ou morrem, animais domésticos fogem ou falecem, brinquedos amados são perdidos ou tomados por outros.

O que pode minimizar o impacto de uma situação de perda ou de abandono sofridos por uma criança é algum outro familiar ou adulto cuidador perceber sua fragilidade e buscar supri-la afetivamente. O que potencializa os efeitos do abandono é o laço afetivo se tornar quase inexistente, não havendo mais parente ou substituto que cumpra o papel identificador nas relações primárias. Entregue aos riscos da vida na rua e nos abrigos sociais, fica gravado na mente e no coração da criança que ninguém mais se preocupa com sua vida ou a valoriza.

Seqüência de Abandonos

As meninas entrevistadas aprenderam ainda pequenas o significado de uma perda afetiva. A maioria delas teve seus pais separados antes dos cinco anos de idade, o que impossibilitou, a várias, recordações dos pais vivendo juntos. Apenas duas meninas chegaram à adolescência com pai e mãe ainda convivendo no mesmo domicílio. As jovens cujos pais se separaram não conviveram também com todos os irmãos (em média quatro por família). Tendo sido deles separados precocemente, cresceram espalhados por vários núcleos familiares, que mesclam irmãos oriundos dos muitos casamentos dos vários pais. Situações como a de Antônia são rotina nessas famílias: "É bem dizer eu não conheço ela [a única irmã]. Eu só vi ela uma vez na vida. E eu era muito pequena". Vinte meninas têm irmãos menores que elas, o que implica a cobrança materna de ajudarem no seu cuidado, solicitação comumente rejeitada pelas adolescentes.

A vivência familiar das mães em suas famílias de origem mostrou-se tenuamente distinta. Cerca de metade delas viveu sempre em famílias com ambos os pais e número muito elevado de irmãos, geralmente entre cinco e dez. Os episódios de separação dos pais e os novos casamentos tiveram menor impacto, pois havia maior responsabilidade pela prole. Entretanto, essas mães saíam cedo de casa ou eram expulsas pelas rígidas normas familiares ou pela violência doméstica.

Devido às diferenças entre as gerações, a ausência paterna se mostra mais grave para as jovens, refletindo uma tendência de deterioração da família

nuclear. Após a separação dos pais, as meninas costumam ficar com a mãe ou os avós, especialmente do lado materno. O distanciamento do pai é progressivo. A morte do progenitor foi relatada por sete adolescentes. Uma entrevistada adolescente simboliza o total abandono social. Foi deixada no orfanato ainda bebê e registrada apenas com o nome da mãe, a quem nunca conheceu. A dinâmica familiar acaba por resultar em jovens que passam boa parte de suas vidas em vários núcleos familiares:

> Morei alguns tempos com minha mãe. Aí morava, ficava um bom tempo longe dela. Ficava meses, quase anos sem ver. Aí depois eu voltava de novo, mas eu fiquei um bom tempo sem falar com a minha mãe. (Inês)
>
> Aí eu fui passar uma temporada na casa da minha mãe, não achei legal e voltei para a casa da minha tia. (Antônia)

Na geração materna, também constatou-se que metade delas não viveu sempre com os progenitores, por causa da separação conjugal, da morte de um dos pais e do fato de terem ido morar com algum parente.

As mudanças familiares na vida dessas mulheres se deram abruptamente, denotando uma total falta de estabilidade no cuidado com as crianças. Desta forma, a ruptura da estrutura familiar se torna um potente fator na composição do quadro de sofrimento em que vivem pela falta de "referências, de ordem e de continuidade para a criança seguir o seu roteiro em direção à vida adulta" (Farinatti, Biazus & Leite, 1993:31). Cria um problema não pela falta da estrutura em si, mas por sua repercussão na qualidade e na estabilidade do afeto por parte dos provedores.

Instabilidade dos Cuidados Iniciais

A alternância de ambientes pelos quais passaram resultou, certamente, em sérios impactos na vida dessas jovens. A estabilidade nos cuidados durante a infância está relacionada à atenção constante, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento, por parte de pelo menos um provedor. Esse adulto deve propiciar continuidade de proteção e segurança na infância. O pior cenário para uma criança é aquele em que ela muda de provedor para provedor, ou é enviada para abrigos ou asilos (Rutter, 1989).

Apenas cinco adolescentes ressaltaram a presença constante da mãe nos primeiros anos de sua vida, período fundamental na formação do ser humano. Com orgulho, disseram que a mãe cuidava constantemente, aproveitando para

trabalhar enquanto as crianças estavam na creche ou na escola, ou mesmo levando-as consigo para o trabalho. Quando precisavam ficar sem a mãe, uma parente ou amiga fixa e responsável assumia o cuidado. "Ela sempre deixava a gente com a G. Ela é muito legal! Um amor de pessoa!... Ela considera eu e minha irmãs filhas dela" (Ivone).

Assim, a maioria das adolescentes entrevistadas morou com a mãe ou o pai apenas durante alguns períodos de sua vida, tendo seus cuidados alternados de uma casa para a outra, da família para amigos ou conhecidos e mesmo de casa para a rua. Isabel, com apenas 14 anos, serve como exemplo dessas trajetórias:

> Entregaram eu e minha mãe pra minha avó. Depois de um tempo, meu pai me buscou e me levou pra São Paulo. Eu fico nessa, fico morando na casa de uma, na casa de outra. Pra mim não ficar na mão de um, na mão de outro, eu prefiro ficar na rua. Na casa da minha mãe, na casa da minha avó, na casa das minhas tias, na casa da minha madrinha, na casa do meu padrinho...

Os motivos apresentados pelas adolescentes para a falta de convivência com seus pais são: a separação dos progenitores, a dificuldade econômica familiar, a necessidade de cuidar dos demais filhos, a difícil relação com o padrasto e a madrasta, o envio para pais de criação ou parentes, a não aceitação do comportamento da mãe ou do pai, a fuga de casa, a vivência na rua e a escolha por morar com o namorado.

Infelizmente, para essas jovens, os laços parentais com a família ampliada também são frágeis. Poucas meninas mantêm uma relação positiva com a família materna e paterna, especialmente avó/avô, tios/tias, madrinha/padrinho, a quem poderiam recorrer para serem compreendidas e protegidas nos momentos difíceis da vida. Assim, observa-se que em muitos casos há uma quebra na continuidade das relações significativas, quando o único apoio que conseguem lhes falha. Também essas adolescentes, em geral, não têm sucesso em estabelecer um padrão de relacionamento satisfatório com outras pessoas que pudessem substituir o frágil ou inexistente vínculo familiar (Ribeiro & Ribeiro, 1995).

A tendência a não se envolver com a família ampliada parece perseguir as mulheres entrevistadas. Na geração das mães os relatos são similares, excetuando-se os casos em que elas tenham sido criadas por um dos familiares ou vivido com ele.

Vivência de Rua

Se dorme, dorme nada,
é o corpo que se larga, que se rende
ao cansaço da fome, da miséria,
da mágoa deslavada
dorme de boca fechada,
olhos abertos,
vagina trancada.
Ser ela assim na rua
é estar sempre por ser atropelada
pelo pau sem dono
dos outros meninos-homens sofridos,
do louco varrido,
pela polícia mascarada.

(Elisa Lucinda, 1995)

A falta de outras opções de inclusão na estrutura familiar satisfatória fez com que mais da metade das adolescentes tivessem vivência de rua, denotando o grau de abandono em suas vivências. A experiência na rua para muitas começou precocemente, entre os 5 e os 12 anos de idade.

Em várias famílias observou-se que os filhos tinham o mesmo destino, fazendo com que irmãos compartilhassem o espaço da rua. Embora algumas adolescentes tenham relatado vender mercadorias fora de casa quando muito pequenas, a fuga do lar foi uma estratégia para se livrar de uma série de problemas. Os motivos alegados são sempre: a violência intrafamiliar (física, sexual ou psicológica); não querer ficar só em casa; a não aceitação do comportamento da mãe e das normas familiares; o mau relacionamento com madrasta e padrasto; sentir-se explorada pelos pais; os conflitos com os pais decorrentes de namoros e brigas com irmãos.

Uma questão mostrou-se relevante como fator de fuga da família: o excesso de rigor dos pais ou responsáveis, que tentam impedi-las de sair para namorar ou de se divertir em bailes. Algumas das famílias exigem um padrão de comportamento sexual e religioso muito mais rígido do que o que elas são capazes de apresentar. Nesse momento, a influência dos amigos da comunidade se faz presente, se eles portam modelos de liberdade que incitam a jovem à ruptura familiar.

A rua parece atrair essas jovens pela liberdade que proporciona e pelo distanciamento familiar que possibilita. Entretanto, por mais intensa que seja a vida na rua, de vez em quando a menina visita a família, tentando inutilmente recuperar o vínculo afetivo. Freqüenta ainda, mesmo que esporadicamente, outros núcleos da família ampliada ou então a casa de amigos, buscando um descanso da insegurança que sente na rua. Circula pelos numerosos abrigos existentes na cidade do Rio de Janeiro, não conseguindo neles permanecer por causa de conflitos internos com as outras garotas ou por não se adequar às normas existentes. Muitas acabam por produzir danos ao patrimônio público. Todas as tentativas de obter segurança se mostram fluidas, com pouca perseverança diante dos inevitáveis conflitos do cotidiano.

O espaço da rua é vivenciado em pequenos grupos. O medo da noite, fundamentado na experiência da violência sexual que efetivamente sofrem, transmite-se por todos os indivíduos que se unem para dirimir as ameaças ali existentes. A convivência grupal é variada, marcada pela mobilidade dos indivíduos que vivem nas ruas. Em geral, são grupos mistos e fugazes, que servem tanto para apoio durante os roubos quanto para a proteção noturna. A baixa tolerância a frustrações, assim como a agressividade que as condições adversas levam essa população a desenvolver, põe rápido fim a essas uniões.

Eva: uma história de extremo abandono

> Eu fico triste. Porque eu me acho um pouco diferente, por não ter tido pai, nem mãe. (Eva)

Eva é uma jovem de 18 anos que ilustra o mais elevado grau de abandono que uma criança pode vivenciar. É órfã desde recém-nascida, tendo sido abandonada por sua mãe ainda bebê. Nada sabe de sua família. Tem como único referencial relacional os vários orfanatos pelos quais passou até o início da adolescência, quando sofreu abuso sexual por um funcionário. Após a violência, reagiu agredindo-o, dando-lhe estocadas com caneta, e fugiu, achando que talvez o tenha matado. Essa lembrança até hoje a fragiliza, levando-a a dizer, emocionada, "bati com um monstro".

Pegou várias caronas para o Rio, toda suja de sangue. Alguns homens a quiseram assediar, mas protegia-se contando o drama que lhe havia sucedido, dizendo: "Tem um homem que acaba de estragar a minha vida". Chegando ao Rio, foi para Copacabana, onde conviveu com prostitutas e travestis. Nesta passagem de seu relato, sugere ter ganhado dinheiro com práticas sexuais. En-

volveu-se com homossexualismo e drogas. Comprava no morro e vendia na praia. Nesse submundo, diz que “roubava de dia, traficava de noite”.

As conseqüências do abandono total que Eva sofreu são evidentes. Encontrou como forma de sobrevivência a venda do seu corpo e as atividades infracionais. Mas é no seu universo emocional que mais se notam os efeitos deletérios. Ela vive querendo esquecer a vida que teve, procurando fugir dos seus problemas.

> Eu precisava fazer alguma coisa para esquecer o meu passado e o meu presente, que era tão duro. Eu estava mais sozinha do que nunca. Eu precisava esquecer pra não enlouquecer.

Essa angústia existencial, aliada a episódios de crise epiléptica recorrentes, fez com que provocasse várias brigas com as colegas da instituição, praticasse depredações na unidade e tivesse tentado o suicídio várias vezes. Numa delas, quase teve êxito. Por conta dessas atitudes, já foi encaminhada para hospital psiquiátrico. “Está sempre beirando a desestruturação”, diz o relato técnico sobre ela.

Eva se debate entre dois sentimentos opostos: ressente-se dos pais por ser o que é e por sua vida infeliz, não querendo mais saber deles. Sente falta do cuidado materno, que continua buscando em seus sonhos, quando a mãe lhe acena, dizendo: “Vem filha, me dá a mão”. Eva nunca consegue alcançar a mão de sua mãe. Em seu sonho, na frente do juiz, a mãe acaba negando-lhe a maternidade. Logo a seguir sente frio, acorda e chora.

Essa jovem traz à tona o abandono, a desesperança, a revolta, o sentimento de rejeição e o estigma que carrega desde seu nascimento. Eva não vê possibilidade de dar outro rumo a sua vida. O fato de ser órfã de pai e mãe automaticamente a fez uma ladra, aos olhos da sociedade. Sente-se incapaz de mudar seu destino.

> Mesmo você não fazendo, você sempre vai ser mal vista pela sociedade.
>
> Eu acho que está escrito na minha cara tudo que eu passei, tudo que eu faço de errado.
>
> Mais uma vez vou perder alguém que gosto. É meu destino.

Seu descrédito em relação aos adultos e ao mundo fica explícito no texto que escreveu enquanto cumpria medida de internamento, em que expressa toda a solidão que é sua vida.

Dramas de um Adolescente

Na porta do quarto de uma adolescente perdida, estendem-se pôsteres com dizeres perdidos, a fim de escandalizar os velhos impedindo-os de entrar naquele mundo escuro e misterioso. Misterioso pois todos tinham em mente a idéia de ficar longe daquele quarto escuro, pois o mistério os levava à curiosidade. Mas havia o medo de ao abrir a porta se desandar diante de uma vida sem solução. Problemas, traumas, insegurança, desamor a levavam para o seu inferninho, como era chamado seu quarto, seu ódio, seu consolo. Tudo se resumia num cigarro com grande quantidade de maconha. Ela não era mais ela, o efeito da maconha a passou para outro mundo, onde eram permitidos sonhos coloridos e falsas horas passava esquecida, largada, presa entre quatro paredes e luz muito fraca, iluminando seu rosto pálido e quase sem vida.

4
QUANDO FALTAM LIMITES

Outra característica recorrentemente encontrada nas adolescentes entrevistadas, fundamental para se entender suas atitudes, é a dificuldade em introjetar os limites sociais. Essa capacidade é resultado de um processo de socialização bem-sucedido, no qual a família, em primeiro lugar, e a escola e outras instituições desempenharam o seu papel.

Entende-se por limites intrafamiliares as regras claramente definidas que se aplicam de forma contínua na relação da família entre si e dela com o mundo. Assim, as crianças aprendem quais são os comportamentos aceitos pela sociedade e quais estão interditos. A estabilidade e a consistência demonstradas pelos adultos em suas atitudes são fundamentais para facilitar a internalização dos limites pela criança.

As famílias entrevistadas têm dificuldades em estabelecer regras a serem vivenciadas pelos seus membros devido:

- ao abandono parcial ou temporário das meninas em idade muito precoce, sem a devida substituição por um provedor equilibrado;
- ao grau de vitimização experimentado por essas garotas (discutido nos capítulos seguintes), que as torna reativas à autoridade, dificultando a sua permanência no lar;
- ao severo padrão moral de algumas famílias, que estabelecem regras acima da capacidade juvenil de adaptação;
- à total falta de normas em algumas famílias, em que os próprios pais entregam simbólica ou concretamente seus filhos para o mundo criar.

A ausência paterna nessas famílias aumenta a necessidade do controle materno sobre a prole. Mas não é o que se verificou em várias famílias. As mães se vêem como impotentes na educação das filhas, continuando a esperar pela autoridade masculina perdida e ainda sendo criticadas pelos parceiros e genitores pela falta de pulso firme.

Uma das meninas de boa condição socioeconômica pode ilustrar a falta de supervisão, a falta de limites apropriados para a idade e a resultante necessidade precoce de autonomia e independência. Alessandra se expressa muito bem e idealiza sua vida com muita facilidade, interpretando a realidade sob a

ótica dos seus sonhos, especialmente no que se refere a sua família, a qual considera muito unida e tranqüila. Sua mãe tem problemas psiquiátricos (psicose depressiva), segundo o relato técnico, tendo ficado meses sem reconhecer a própria filha. Alessandra também parece ter problemas, se automedicando e somatizando seus sofrimentos. O pai só a reconheceu como filha aos 12 anos e, mesmo assim, nunca a registrou oficialmente. É casado e tem outra família.

Toda a família mora no Nordeste. Devido aos problemas de saúde da mãe, Alessandra passou períodos em casa de um tio e em internato. Sua vida é marcada por momentos de muita instabilidade. Decidiu vir morar no Rio de Janeiro com uma prima, após desgosto com um namorado. Porém, não conseguiu ficar com ela, pois não queria obedecer às regras de horário para chegar em casa. A mãe não foi capaz de demovê-la da idéia de vir para o Rio, nem de fazê-la voltar quando os problemas começaram, mostrando não ter controle algum sobre as decisões da filha e não saber dos seus problemas. Mandava dinheiro mensalmente para Alessandra se sustentar e pagar a escola.

Alessandra ficou totalmente livre no Rio de Janeiro, procurando manter-se independente. Nesta cidade viveu muitas aventuras, as quais descreve com imagens muitos ricas. Ganhou dinheiro trabalhando em rádio, posou para revistas, conviveu com grupos de *funk*, até se envolver com o namorado da prima, ligado ao tráfico de drogas. Aceitou levar uma primeira encomenda para ele e foi obrigada a continuar a tarefa, pela qual foi pega pela polícia.

A instabilidade vivida por essa jovem não se distingue substancialmente das anteriormente apresentadas, a despeito da distinta inserção de classe social. Para essa jovem, o sentimento de insegurança em relação à mãe, com sérios problemas mentais, e ao pai que nunca a reconheceu levou-a a fantasiar uma vida totalmente distinta da realidade. Quando Alessandra se pensava livre e solta para viver os seus sonhos, acabou presa à dominação do traficante, que novamente a manteve submissa.

A ausência de limites traz também a reboque a necessidade de desafiar autoridades e perigos, atributos comuns aos adolescentes em geral e exacerbado nas entrevistadas. Ilda, que sempre burlou as normas que sua instável mãe tentava impor, assusta-se ao perceber como seu filho de dois anos está seguindo caminho similar, como se começasse um novo ciclo. O menino, criado pela avó com pouca assistência sua, é muito agitado, já tendo sido expulso de duas creches. Numa visita ao ESD, a criança bateu em Ilda, que se assustou e culpou imediatamente a sua mãe, que o cria. Ilda reagiu batendo no filho e brigou com a mãe, pois o menino "pinta e borda com ela". Pede que ela o "eduque para não ser um animal, que ele tá virando um animal de tão nervoso".

Libertando-se de um Rigor Excessivo

Uma das situações que estimulam a busca de autonomia e independência, mesmo que por meio da saída de casa para o casamento ou para a rua, é um lar em que há muita rigidez moral. Essa fala foi muito comum na geração das mães, que procuraram reagir de maneira oposta quando tiveram suas filhas. Nívea fala assim de sua experiência:

> Minha mãe não me deixava ficar conversando com ninguém na porta de casa. Não podia namorar, não podia sair com as colegas. Eu sei que ela tinha medo de que a gente se misturasse, mas era demais. Agora eu converso mais. Eu tinha muita vergonha da minha mãe. Ela também não falava assim essas coisas de mãe para filha, não. Tudo era pecado. (Nívea, mãe de Alba)

Nívea fugiu de casa para casar, pois seus pais não a deixavam sair e não aceitaram seu namoro. Mas a firmeza com que foi criada é lembrada com saudosismo, pois nenhum dos seus irmãos causou problemas como os que Alba, sua filha, têm trazido para a família. O conflito sobre o modelo de educação liberal que adotou e a culpa que sente ficam claros nesta fala: "Eu acho que se eu tivesse agido assim com as minhas filhas, isso tudo não tinha acontecido".

Uma adolescente que mostra claramente essa mesma dificuldade é Úrsula. Sua mãe a doou para ser criada por uma tia, pois tinha muitos filhos e não dispunha de condições para criar todos. Apenas Úrsula foi doada; todos os demais ficaram com a mãe, a despeito da pobreza absoluta da família.

Úrsula foi criada por tios muito religiosos e carolas. Tudo era pecado. Prendiam-na em casa, limitando a possibilidade de relacionamento com outros adolescentes. Ela tinha tudo que fosse bem material, mas se sentia presa. Hoje, elabora assim o sofrimento que passou com a tia: "Ela tava me maltratando me prendendo daquela maneira. Mas hoje em dia, eu vejo que ela queria o melhor pra mim. Eu estava errada e ela, certa".

A tia tratava-a como a uma filha, mas dificultava a aproximação dela com a mãe. Úrsula vivia sonhando com o amor da mãe. No início da adolescência, Úrsula começou a namorar escondido e a usar drogas com um primo. Um dia, quando a tia a pegou mentindo, fugiu para a casa de sua mãe. "Passei de cinderela para gata borralheira". A mãe a aconselhou a voltar para a tia, mas ela não quis mais; quis viver a própria vida.

Na casa da mãe, Úrsula perdeu todo o conforto e bens a que estava acostumada. Paradoxalmente, queixa-se da mãe por ela ser justamente o oposto de sua tia: desorganizada e muito 'mole' na disciplina com os filhos pequenos.

Úrsula começou a trabalhar no tráfico para consumo pessoal e conseguir dinheiro para ter sua própria casa, pois odiava a bagunça da casa de sua mãe. Queria o mesmo cuidado que tinha na casa da tia.

Não houve tempo para recuar, nem poderia, pois não conseguiria mais viver com alguém lhe impondo limites. O tempo do crescimento foi encurtado, e a vida adulta não permite mais a dependência materna. Tampouco está suficientemente madura para seguir só. Foram muitas perdas, em muito pouco tempo.

> Tinha tudo o que queria eu tinha com a tia, mas sempre faltava alguma coisa, que era assim atenção dela, e isso não me comprava. Não me sentia bem só tendo aquelas coisas materiais. Eu queria outra coisa melhor, atenção, carinho, um pouco mais de liberdade. Eu queria ter uma vida de adolescente normal e eles não entendiam isso, tinham tanto medo deu me misturar que eu acabei me estragando.

A total falta de limites ou o seu excessivo rigor provocaram nas adolescentes entrevistadas uma necessidade premente de enfrentarem o mundo extrafamiliar, estimulando assim a independência e a autonomia precoces. Na geração das mães também se constatou uma reação similar, embora com duas distinções: a comunidade a que as mães se expunham era menos perigosa, sendo menor, portanto, a possibilidade de envolvimento infracional. E após as tentativas de autonomia, a maioria das mães voltou, com o passar dos anos, a uma atitude mais dependente.

A Busca da Independência

Assumir uma postura independente perante a vida em etapa tão precoce pode trazer sérios danos a uma adolescente. Algumas jovens assim procederam, deixando claro que desejavam romper com um padrão feminino de submissão ao homem. Em geral, primeiro desejavam libertar-se da autoridade da mãe, da tia ou da avó que as criaram e, depois, dos parceiros.

Muitos exemplos poderiam ser dados. Elisa não quis morar com a mãe porque não gostava que ninguém mandasse nela, querendo "ficar na farra", sem ter que escutar o que a mãe dizia. Sua alternativa foi a rua. Sobre o namorado, do qual está se separando, comenta: "Ele não tem como me mandar, não. Eu não deixo. Nem minha mãe me manda".

Olga não queria ficar presa dentro de casa, enquanto o homem podia ficar saindo com outras mulheres da rua. Justifica seu posicionamento: "Sempre fui desaforada, só fazendo o que quero. Eu sou dona de mim, então vou fazer o que eu quero".

Essa mesma fala é repetida por Ilda, que diz "faço o que bem entendo", mostrando como sempre enfrenta o mundo. Apanhou de um primeiro namorado; quando o segundo tentou lhe bater, ameaçou-o: "Nunca levanta a mão pra mim, porque senão eu posso dar um tiro na sua cara". Ele prosseguiu a agressão e levou um tiro perto do ouvido, ficando uma semana sem escutar, fato que Ilda conta com orgulho. O namorado nunca mais deixou a arma perto dela nem nunca mais a enfrentou. Ela sente-se uma mulher independente e forte.

Ana e sua mãe valorizaram o tema da independência durante toda a entrevista. Essa mãe disse nunca ter vivido com homem, pois prefere sua liberdade. Ana tentou uma união, mas afastou-se, pois viu que "estava se diminuindo". Não aceita ser subjugada na relação.

Essas atitudes são tentativas de romper com o lugar da mulher na socialização tradicional? Sob certos aspectos, parece que sim. Contudo, em outras esferas da relação, essas mulheres não conseguem estabelecer o mesmo grau de autonomia feminina, como é o exemplo de Evelin.

Esta jovem de classe média foi internada no ESD por envolvimento em assaltos a banco. Tem escolaridade elevada e trabalha em atividade técnica. Seus pais se separaram quando ela tinha seis anos. A mãe nunca mais se casou, vivendo com os quatro filhos homens e Evelin, a caçula. É próxima da filha, que a considera "um anjo". Durante longos anos possuiu um comércio, o que a impedia de estar muito presente no lar.

> Ela deixa eu tomar as minhas atitudes, mas está sempre ali me alertando: 'Olha, não faz isso'. É muito carinhosa. Dialogo muito com ela. Ela joga abertamente comigo e eu também com ela.

Evelin participa das decisões amorosas da mãe, tendo muita influência sobre seus relacionamentos: "A gente tem um relacionamento, não é de mãe pra filha, e sim de amiga".

O pai sempre foi totalmente ausente, embora auxilie a família financeiramente, pois é empresário. Evelin mostra como seu pai age:

> Ele ajuda, mas não dá muita atenção. Ele dá tudo que a gente precisa, mas não é um pai presente. Essa relação meio doida com meu pai, ele é maneiro, supergente boa, mas falta responsabilidade, ele nem parece pai de família.

Ela o considera mulherengo, irresponsável, adolescente e aventureiro, sempre às voltas com namoradas muito novas. É um eterno jovem aos 55 anos, agindo "como se tivesse vinte".

> É louco varrido. Se chegar pra ele e falar: vamos ficar 15 dias zoando, viajando, ele nem pensa uma vez. Vamos embora! Abandona tudo e vai. Os negócios continuam na mesma, porque tem os gerentes das lojas. Ele não vai nem ver os livros pra saber como é que está. Não visita as lojas, não esquenta.

Também o acusa de usar o dinheiro que tem para "comprar o sentimento das pessoas". Entra sempre em atrito com ele. Todavia, parece se identificar muito com o pai, utilizando, ao falar de suas experiências, os mesmos atributos com que o define.

Toda a família parece apreciar aventuras e festas. Há relatos de filha e mãe chegando sob o efeito de bebida e uma história de briga em bar causada por Evelin – que havia bebido muito –, pela qual ela respondeu a um processo judicial. Todos os filhos usam drogas e desde novos participam de trilhas de moto pelo interior (com histórias de acidentes), com a aquiescência dos pais. Evelin dirige sem carteira, mesmo já tendo se ferido. Já ficou perdida por duas semanas na mata numa travessia ecológica e pulou muro de quatro metros para entrar numa festa como penetra. De todos esses momentos, Evelin se recorda com saudade. Diz-se movida pela adrenalina e pelas loucuras que pratica.

Quando iniciou suas relações sexuais, foi levada pela mãe ao ginecologista e elas passaram a trocar impressões sobre os sofrimentos que ambas tinham na vida amorosa. Vivenciou namoros que a fizeram sofrer muito pela traição. Passou períodos em forte depressão, mostrando-se muito temerosa de novos relacionamentos e associando relação sexual a dor. A mãe sempre tentava colocar alguns limites de horário e local, dos quais Evelin escapulia com facilidade.

A busca de independência sempre foi questão fundamental para Evelin, tema reiteradamente enfocado na entrevista.

O envolvimento com adultos criminosos parece ser mais uma dentre as várias aventuras que a jovem sempre buscou. Representa também seu desejo de independência, pois foi aceita por uma "quadrilha de mulheres" que desafiava as leis masculinas. Uma parte da avaliação psicológica da jovem aponta a vulnerabilidade que está escondida sob a independência e a força aparentes.

> Caçula de uma família de cinco irmãos homens, busca a posição de uma pessoa independente, auto-suficiente e que pode gerir sua vida sozinha. Na figura materna encontra fragilidade e na paterna, distanciamento. Evelin parece não ter encontrado apoio necessário nas figuras parentais, o que a levou a buscar recursos externos para compensar suas carências internas. A adolescente exige de si força e determinação, não admitindo perder perante a vida,

e diante desta possibilidade, reage com forte descontrole emocional, tornando-se agressiva e partindo para ofensas verbais. Tem fortes traços depressivos, devido a um vazio afetivo que a faz sentir-se à beira de um abismo, sendo levada a uma dificuldade de ajustamento às normas, pela insegurança e baixa capacidade de crítica.

5
A VITIMIZAÇÃO EMOCIONAL

A vitimização emocional é outro fator crucial para a compreensão do encaminhamento das jovens para o universo infracional. Costuma ocorrer acompanhada do abandono, mas tem dinâmica própria. Embora todo ser humano esteja sujeito a vivenciá-la, as mulheres se encontram em posição de grande vulnerabilidade a ela. Como afirma Garbarino,

> *rapazes externalizam seu comportamento através da agressão, garotas são ensinadas a falar sobre o que sentem. Rapazes são ensinados a punir outras pessoas, enquanto garotas são ensinadas a manter suas dores dentro de si.* (Garbarino, 1999:52)

Certamente, o custo dessa internalização é elevado.

Uma das formas mais comuns de abuso emocional é a rejeição. A rejeição da criança pelo adulto ocorre quando este, consciente ou inconscientemente, se recusa a reconhecer a importância da criança e a legitimidade das suas necessidades. Freqüentemente, não é percebida por quem a pratica, que se respalda em várias racionalizações que justificam as atitudes para com a criança ou adolescente vítima. A forma como a criança percebe e significa uma vivência de rejeição é responsável pelas conseqüências.

A rejeição é considerada como um 'câncer psicológico', pois vai se desenvolvendo paulatinamente e interferindo no desenvolvimento da auto-estima da criança, na sua competência social e na sua capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais íntimos, positivos e saudáveis. Crianças que sobrevivem a severa rejeição na infância podem sofrer de retardo emocional, no qual o embotamento afetivo dificulta a relação entre indivíduos adultos (Garbarino, 1999).

Um estudo antropológico sobre rejeição (Rohner, apud Garbarino, 1999), realizado em mais de uma centena de culturas, mostra que, embora cada cultura tenha uma forma particular de expressá-la, em todas elas as crianças rejeitadas têm maior risco de problemas psicológicos, que incluem baixa auto-estima, problemas no desenvolvimento moral e dificuldades em lidar com a agressividade e a sexualidade.

Essa forma de abuso emocional costuma se associar a outras em que o adulto isola a criança, separando-a de experiências sociais normais, impedindo-a de fazer amizades e afastando-a de todos; aterroriza-a, agredindo-a verbalmente, criando um clima de medo, ameaçando-a e amedrontando-a; ignora-a,

privando-a de estimulação essencial e reação, reprimindo o seu desenvolvimento emocional e intelectual; corrompe-a, conduzindo negativamente a socialização da criança, estimulando-a a se engajar em comportamento anti-social destrutivo, reforçando este desvio e tornando a criança inadequada para a experiência normal (Garbarino, Guttman & Seeley, 1986).

Jogadas na Lata de Lixo

Uma das mais evidentes formas de rejeição materna às adolescentes entrevistadas pode ser constatada pelas expressões que elas usavam para descrever as filhas. Colocando lado a lado os adjetivos positivos e negativos, surpreende a maior dimensão do segundo grupo. Vale ressaltar que esse rótulo negativo geralmente ocorre ao comparar a menina entrevistada com outro irmão ou outra irmã.

A descrição da maioria das mães mostra que as meninas são: desobedientes, desaforadas, implicantes, preguiçosas, agressivas, violentas, ciumentas, descuidadas, chantagistas, egoístas, inseguras, teimosas, sem limites, influenciáveis, gananciosas, atiradas, incompetentes, agitadas, rebeldes, petulantes, malcriadas, levadas, interesseiras, impossíveis, irresponsáveis, deprimidas, moles, safadas, desavergonhadas, atrevidas, respondonas, avançadinhas, masculinizadas e nervosas. Estes adjetivos tanto podem significar formas inconscientes de rejeição como a existência de atributos de personalidade mais fortes, com os quais as mães têm maior dificuldade de lidar.

As adolescentes não parecem perceber explicitamente essa desvalorização. Contudo, o impacto emocional ficou mais evidente quando mencionavam ser filhas indesejadas pelos pais, seja pelas tentativas de aborto ou pelas constantes críticas que lhes fazem. Algumas dessas meninas carregam o fantasma da rejeição mesmo antes de nascer.

Antônia é uma delas. Sua mãe, Gina, também passou pela mesma situação, pois não era querida pela mãe, que preferia o filho homem. Na família, corria a história de que Gina fora achada na lata de lixo. A relação de Gina com sua mãe foi sempre difícil, pois apanhava violentamente e sofria recriminações cotidianas, como se nota em sua fala:

> Minha mãe me batia muito. Eu apanhei muito. Eu tinha que dormir no canto da cama, meu irmão tinha que dormir perto dela. Ela dizia: 'Sai pra lá, você não presta. Não sei pra que eu fui ter você, achei você na lata do lixo e peguei você'. No meu aniversário de 18 anos eu joguei isso na cara dela. Eu gostava dela, mas amar, amar com sinceridade, eu nunca amei, não.

Quando engravidou das duas filhas, Gina tentou abortá-las sem sucesso. Drogava-se muito nessa época, o que a fez abandonar ambas desde pequenas. Inicialmente, Antônia ficou com a avó, depois com uma 'madrinha de santo', com uma tia, em abrigos e na rua. Vê-se como enjeitada pelos pais desde sua concepção:

> Minha mãe fala que meu pai foi muito ruim, que não quis me criar. A minha mãe também não quis me assumir. Tem um monte de história que me colocaram num saco de lixo, num caminhão de lixo, lá. Aí eu fui crescendo, crescendo, sem conhecer a minha mãe.

As histórias de rejeição se repetem na família.

Gina faz distinção entre Antônia e a outra filha que deu de 'papel passado', com quem pouco convive. Vê em Antônia um retrato seu: negra, infratora, rebelde. Sobre a outra filha, diz que "é clarinha, tem cabelo liso e é linda!", deixando antever sua falta de apreço pelas características estéticas da sua raça e a rejeição de si mesma por possuir tais atributos.

A vida de Antônia na casa da tia também foi marcada por conflitos, frutos da má relação de sua mãe com essa parente. Embora tenha sido afetivamente ligada a essa tia, distanciou-se pelas críticas que ela fazia à sua mãe por tê-la abandonado e pela insistente comparação entre as duas, levando Antônia a acreditar em sua veracidade: "Eu e minha mãe somos as ovelhas negras". Gina atribui toda a responsabilidade pelo que aconteceu a Antônia à tia que a criou e dificultava sua aproximação, sem a menor crítica sobre seu distanciamento, durante longos anos.

Boa parte do período em que Gina se ausentou, esteve presa por envolvimentos com roubos e tráfico de drogas. Na prisão, assumiu comportamento homossexual, que mantém em suas recentes relações.

Antônia passou parte de sua adolescência na rua, ganhando dinheiro com prostituição, vendendo drogas e roubando. Sofreu um estupro e praticou dois abortos. Tentou em vão, por várias vezes, conviver com a mãe nos intervalos em que estava em liberdade. O intenso consumo de drogas e a preferência da mãe pelas parceiras sexuais não deixaram espaço para a construção de um relacionamento entre mãe e filha. Apesar disso, Antônia sempre buscou o amor de sua mãe, aceitando o pouco que esta podia lhe dar, como se pode notar no relato que faz de uma de suas visitas enquanto esteve internada:

> Meu diário, queria te contar que ontem fiquei muito feliz porque a minha mãe veio me ver. Como eu há muito tempo não via ela, fiquei meio triste e

> alegre. Encontrei um sentimento de amor dela por mim, acho que ela gosta de mim. Realmente eu pensava que ela se preocupava só com a ex-mulher dela, mas depois eu vi que estava errada, porque ela também se preocupa comigo. Mãe, eu te adoro!

A incerteza sobre o amor da mãe a persegue, a ponto de afirmar: "Se acontecer alguma coisa comigo na rua, eu acho que ninguém vai ligar, minha família não vai ligar, minha mãe não vai ligar". Antônia sabe, intimamente, que está só em sua luta pela sobrevivência.

A relação que Gina vem tentando estabelecer com Antônia na instituição é um fato inédito na vida de ambas. Gina trata-a não como uma adolescente de 15 anos, mas como uma mulher adulta de 15 anos, que tem de ser responsável por si mesma e pela família que vier a constituir com uma mulher. Acredita que a filha não vai mudar de vida. Parece ver em seu trajeto o próprio caminho. E não está muito errada em sua percepção.

A identificação física e comportamental entre ambas é cada dia maior: a cada novo comportamento masculino de Antônia, aumenta a aprovação materna, situação que teve seu ápice quando esta decidiu adotar a mesma opção sexual da mãe. Gina afirma a esse respeito:

> Eu curti, eu achei o maior barato. Eu não posso criticar ela jamais. Eu jamais vou criticar ela. Eu queria que minha tia visse porque ela ia falar: tal mãe, tal filha.

Outras situações vividas por ambas se assemelham: Antônia também foi presa por roubo e se envolveu com tráfico; ambas usam drogas pesadamente, consomem bebida, têm muito ciúme e batem nas amantes, são agressivas, estão ameaçadas de morte, dependem de ritos da macumba e dos santos para pensar e decidir sobre a vida, tiveram relações sexuais com homens e não gostaram, viveram na rua e gostariam de ter nascido homens. Ambas criticam muito suas mães.

Embora pareça estar havendo certa aproximação entre mãe e filha, não se apagou o sofrimento originado pelo abandono e pela rejeição na vida de ambas. A incapacidade de Gina em ver as necessidades físicas e emocionais de Antônia e a sua rejeição ao papel de mãe são pontos fundamentais na explicação das dificuldades vivenciadas. Mostra-se mais como uma amiga do que como mãe, atitude muito comum em várias genitoras entrevistadas.

Filhos Preferidos

Um caminho que facilmente leva muitas mães a provocar o sentimento de rejeição na prole é a preferência por determinado filho que concentre características avaliadas como positivas. Analisando a fala das mães, fica evidente o que para as adolescentes é apenas uma suposição: a preferência por outro filho, em geral homem, ou então por uma filha que tenha o típico perfil feminino e doméstico, assuma o cuidado da casa e dos irmãos e auxilie na difícil tarefa de controle familiar. É importante apontar que muitas das críticas feitas às filhas 'rebeldes' relacionam-se a conflitos típicos da adolescência, como, por exemplo, responder aos pais e manifestar desejo de independência.

Ao falarem sobre as filhas envolvidas em infrações, lembram várias características negativas. A mãe de Inês ressalta seus problemas 'de nervos' e a dificuldade para dormir, enquanto do filho homem só fala coisas boas, "sempre foi mais tranqüilo". A mãe de Ingrid fala assim da filha, apelidada de 'Preta' (que se sente, por essa razão, diminuída):

> Ela não é obediente, ela responde, tira todo mundo do sério, é desaforada, preguiçosa, ciumenta demais, chantagista, egoísta, agressiva e atirada com os homens.

Da outra filha, a quem chama de 'Branca' e a quem se diz mais apegada, só atribui características positivas: "Ela era mais tranqüila, mais calma. Pedia pra ir me ajudar no trabalho".

A mãe de Isadora também a compara com as outras:

> Ela sempre foi muito danada. Sempre foi uma garota muito petulante, muito malcriada, desde pequenininha. Ninguém conseguia pôr limites nela, ela que mandava na gente, se bobeasse. Tinha um temperamento totalmente diferente das outras. Temperamento muito forte, sabe? Não gosta de obedecer ordens. Ela sempre foi mais levada. As outras sempre foram mais calmas. A mais velha sempre foi a mais sensata. (Telma)

Essa preferência materna por algum filho agrava o convívio entre irmãos, já deteriorado pela pouca intimidade existente entre eles, que cresceram em diferentes núcleos familiares.

> Eu sou a caçula e não quero outro irmão depois de mim, não. Já chega meus irmãos antes de mim, que é uma guerra danada por causa de ciúmes. Eu acho que a minha mãe dá mais atenção a eles do que pra mim. (Ilda)

A situação se complica ainda mais quando a adolescente tem seu filho criado pela mãe, nova pessoa a dividir o afeto materno. Ilda continua a falar de seus ciúmes: "Ainda tem o neto. Agora tudo é o neto!"

Os ciúmes entre irmãos são difíceis de serem administrados pelas mães. Por um lado, há os parcos recursos econômicos para distribuir entre tantos filhos; por outro, dificuldades emocionais delas próprias também contribuem para as complicadas relações que mantêm com os filhos. Tendem a reproduzir os mesmos mecanismos de comunicação que tiveram com seus irmãos na família de origem, dos quais a maioria se encontra isolada.

Constrangendo pelo Medo e pela Ameaça

Outra forma de vitimização psicológica decorre de agressões verbais que instauram o clima de medo e ameaças e aterrorizam uma criança, trazendo dificuldades para estabelecer relacionamentos futuros baseados em confiança. Venguer et al. (1998) revelam a importância dessa forma de violência sobre a mulher, que pode incluir gritos, ameaças de dano, isolamento social e físico, ciúmes e possessividade extrema, degradação, humilhação, insultos, críticas constantes, acusações sem fundamentação e atribuição de culpa por tudo de errado que acontece, dentre outras formas de intimidação.

Essa situação foi vivida por Alda, que aos 13 anos de idade foi presa por acompanhar o namorado num homicídio. Vive com o pai, a mãe e uma irmã em zona rural do Rio de Janeiro. Desde os dois anos de idade ia trabalhar na lavoura, prática que se recusa a continuar desde que começou a se sentir mal devido a envenenamento por agrotóxicos e foi operada no estômago.

Para compensar sua deserção da atividade responsável pela sobrevivência familiar, Alda assumiu todo o serviço doméstico, fazendo-o bem feito, segundo a própria informação de sua mãe. Também já tinha feito faxina em outras casas, contribuindo para o sustento da família. Contudo, essas tarefas não são valorizadas pela família, que se ressente da redução da força de trabalho na roça:

> Eles ficavam me jogando coisas na cara, que eu era feia, que era pra mim sair de casa. Que eu não merecia aquele prato de comida, que eu não trabalhava pra merecer. (...) A mãe me jogava na cara que se soubesse que eu ia ser assim, tinha me deixado morrer quando eu era criança.

Outro ponto de discórdia entre Alda e seus pais é a questão moral. Eles nunca aceitaram seus namoros, e questionavam sua forma de se vestir, considerada muito avançada para o meio em que viviam. A situação se agravou quando Alda começou a fugir de casa, devido ao seu envolvimento com um adolescente que já tinha um filho e era infrator. Nessas fugas, passou pelo Conselho Tutelar duas vezes, que a devolveu à família sem sequer se aperceber dos problemas vivenciados pela menina, ouvindo apenas a versão dos pais. O abuso emocional sequer foi imaginado pelos conselheiros, pois não se preocuparam em realizar um acompanhamento familiar para dirimir a fonte dos problemas. Restringiram-se a questionar a fuga de casa e a devolver a adolescente ao núcleo familiar.

A suposição de que Alda teria perdido a virgindade provocou uma forte reação dos pais, da irmã e da comunidade religiosa à qual pertencem, que tornaram o cotidiano da menina ainda mais insuportável:

> Você é a vergonha daqui de casa. Se eu pudesse, te botava fora daqui de casa. Só não boto porque senão vai ser ruim pra mim, porque você é de menor ainda. (Pai)
>
> Se você tiver grávida eu juro que eu te mato, pra matar a criança que está dentro de você. Se não, quando você ganhar eu dou pros outros. (Mãe)
>
> Mãe, manda esta piranha sair de casa, ela estava lá com homem. Pelo menos assim, o dinheiro que você vai dar pra comprar as coisas pra ela fica pra mim. (Irmã)

O início das relações sexuais marcou Alda como 'perdida', não sendo mais admissível a seu pai ficar "sustentando mulher desavergonhada em casa", já que "com o trabalho ela não queria nada" e ficava "colocando mau exemplo pra irmã, que é quietinha".

O sentimento de rejeição vivenciado por Alda é associado a dois motivos: seus pais preferirem a irmã e o fato de ela não se encaixar no único modelo familiar aceito pela comunidade. No entanto, o que mais lhe causou sofrimento foram as constantes ameaças – que iam de agressões físicas até a perda de direitos básicos, como a alimentação – e as agressões verbais que a humilhavam. Impressionou muito as pesquisadoras a retração afetiva dessa família, especialmente da mãe, extremamente rígida. Alda, embora manifeste grande emoção ao falar do namorado e da dor que sente pelos maus-tratos a que sua família a submete, denotou total ausência de afeto ao falar da vítima de homicídio, de cuja cumplicidade na morte é acusada. É como se o abuso emocional arraigado nessa família tivesse secado qualquer fonte de afeto ali existente.

Induzindo à Infração

Eliana teve sua mãe presa, tal como Ester, Anita, Elisa e Antônia. Todavia, para Eliana a situação foi diferente, pois encontrou na figura materna o aprendizado, passo a passo, sobre como cometer infrações. Essa indução a comportamentos ilegais tem sido chamada como abuso emocional do tipo corrupção (Garbarino, Guttman & Seeley, 1986). Ocorre quando a necessidade de identificação da jovem com a figura envolvida em comportamentos criminais é estimulada e reforçada pelo adulto. Na prática, seria muito mais freqüentemente caracterizada entre as entrevistadas se fossem considerados outros parentes mais afastados, como tios e primos.

Jovem de 17 anos, Eliana foi entregue a pais adotivos desde os dois meses de idade, pois os pais naturais não tinham condição de criá-la. Seus pais substitutos, bem mais velhos, deram-lhe muito carinho, a ponto de provocar ciúmes nas próprias filhas naturais, sendo por elas acusados de não imporem limites à adolescente. Entretanto, Eliana sempre ouviu de seus familiares adotivos críticas severas a sua mãe, por roubo, prostituição e assassinato, e era comparada a ela por mentir e ter problemas na escola. O rótulo surtiu efeito após uma severa agressão sexual por quatro desconhecidos. Essa violência marcou sua vida. Aos 15 anos, deixou os pais que sempre a protegeram e procurou a mãe, até então "uma estranha" para a adolescente.

Valdete, a mãe de Eliana, vive com novo companheiro e quatro filhos, tendo abandonado apenas Eliana. Tentou inicialmente devolvê-la aos tios; depois passou a ensinar-lhe a profissão da qual a jovem fala com muito orgulho:

> Aí a minha mãe é uma profissional em roubo. Se ela conversar contigo, se você estiver com a sua bolsa, ela abre a sua bolsa, pega a sua carteira e você não vê ela tirando a carteira do teu bolso. Ela é profissional! Aí ela foi me ensinando. Roubando, morando, tudo junto.

Os vários golpes ensinados por sua mãe deixam antever a interseção do roubo com a prostituição. Eliana passou a participar ativamente dos roubos, mas inicialmente se mostrou angustiada em relação à prática de prostituição, pois ainda era recente a sua experiência de estupro.

Com o passar do tempo, tornou-se tão profissional quanto a mãe. Começaram a agir separadamente, pois as duas 'estranhas' não conseguiram manter qualquer relacionamento amigável. Os conflitos aumentaram quando Valdete não aceitou o comportamento da filha com o namorado. Também ladrão, a ele Eliana obedecia cegamente, até que foi assassinado. Diz que hoje a mãe se culpa por ter-lhe ensinado a roubar.

De todo o período em que conviveram, ficou a sensação de estranhamento, como se constata na fala de Eliana:

> Antes eu só via minha mãe de vez em quando. Era como uma estranha para mim. Eu também não entendia muito bem porque ela não ficava comigo. Depois eu vi que a minha vida estava muito igual à dela e eu achei que nessa vida ela podia me ajudar.

Valdete nunca visitou Eliana na instituição, abandonando-a mais uma vez. Eliana conta as várias perdas de sua curta vida: o pai e o namorado assassinados, os pais adotivos, aos quais tanto fez sofrer até que desistissem dela, além da mãe, a quem realmente nunca teve.

O Preço da Falta de Convivência

Uma das conseqüências do abandono e do abuso emocional que muitas das mulheres entrevistadas vivenciaram é a sensação de estranhamento, ao se reencontrarem, já na adolescência da filha. A distância que se estabeleceu entre elas as assusta quando são obrigadas a viver, pela primeira vez, juntas. Ana registra em seu diário a dificuldade de manifestar sentimentos em relação à mãe:

> Queria poder dizer para minha mãe as coisas que nunca tive coragem de dizer quando estava em casa. Queria dizer para ela que não existe nada mais importante na minha vida do que ela, dizer que a experiência que tô tendo tá me ensinando a viver.
>
> Meu coração está sofrendo, porque minha mãe está me abandonando no momento que eu mais preciso dela. Cada dia que passa, a dor da solidão me machuca mais.

Ana foi abandonada pela mãe, sendo criada até os cinco anos de idade pela avó materna, quando esta faleceu. Foi então viver com uma tia, muito rígida, que não a deixava sair de casa. Nesse ínterim, sua mãe a visitava pouco. Passou ainda um tempo com o padrasto, que a criou e registrou, a quem considera seu pai. Sua opinião sobre a supervisão materna durante os anos de seu crescimento demonstra o distanciamento entre ambas:

> Minha mãe sumia assim, um ano, e aparecia de vez em quando. Aí trazia aquele mundaréu de presente. Minha mãe sempre foi destrambelhada. (...) Ela não servia pra ter filho, não, achava que filho era só pra ver. Ela via: 'Oi, tudo bem?' Sumia e nem ligava.

Ana tem uma visão muito crítica e dura de sua mãe, Tânia, que a considera mais maluca que ela própria. Critica o comportamento materno, por envolvimento com prostituição de luxo em Copacabana. A incapacidade de diálogo é uma queixa freqüente:

> Minha mãe é legal. A gente nunca teve contato uma com a outra. Eu não tenho coragem de chegar pra minha mãe e dizer o que eu sinto, e ela também não tem coragem de chegar pra mim e dizer o que ela sente. A gente nunca conversa.

Ela explica assim esse distanciamento:

> Com a minha tia a gente conversava, ela conversava comigo. A maioria das minhas primeiras vezes eu passei lá na minha tia. (...) A minha primeira menstruação, o meu primeiro namorado, o meu primeiro cigarro, tudo.

A situação se tornou crítica para Tânia quando teve de levar Ana para morar com ela, no início da adolescência da menina. Ninguém mais queria assumir o cuidado de Ana, que a todos desafiava, fugindo de casa para ir a bailes, usando drogas e parando de freqüentar a escola.

Essa mãe apresenta uma versão de sua relação com os filhos muito diferente da de Ana. Justifica a dificuldade para criar os filhos com o fato de trabalhar em casa de família. Segundo ela, essa é a razão pela qual os deixou com o ex-marido (padrasto de Tânia) e sua nova esposa. Eles teriam melhores condições para cuidar deles. Afirma enfaticamente nunca ter abandonado os filhos. No entanto, vê em Ana apenas qualidades negativas; chama-a de 'cara de paraíba', associando-a ao pai biológico, que por sua vez nunca acreditou ser o pai da menina. Atribui à filha de 15 anos toda a culpa pela infelicidade de sua vida, eximindo-se de qualquer responsabilidade.

Vivendo juntas, os episódios de agressão física e verbal se tornaram constantes entre as duas, e o atrito maior decorreu exatamente da semelhança de caráter: ambas apresentam enorme necessidade de independência e nenhuma tolerância. A socialização pela violência foi a prática adotada na relação. Tânia diz ter obrigado Ana a engolir muitos cigarros, quando a viu fumando pela primeira vez, e os esfregou em sua cara. Ana tomou exatamente a mesma atitude quando viu o irmão fumando maconha, hábito que ela própria tinha. Ela o fez engolir tudo e quebrou-lhe a boca. Também ameaçou o irmão de queimar sua mão, tal qual a avó fazia com sua mãe.

A mãe não manifestava afeto algum pela adolescente, apenas muita rigidez e intolerância. Mandava a empregada prender Ana em casa, pois temia que estivesse usando drogas. Quando confirmou suas suspeitas, quase a "arreben-

tou e matou". Denunciou a filha à polícia, pois "antes chorar agora do que mais tarde".

A adolescente apresenta mais de uma internação, tendo sido apreendida vendendo 'baseado' na Praia de Copacabana. Já teve vários empregos de babá, arranjados pela mãe. Num deles, sofreu assédio sexual e agressão física do dono da casa.

Desistindo de trabalhar, Ana voltou para casa, onde as agressões entre mãe e filha continuaram, a ponto de, numa noite, quando Ana estava em semiliberdade, ter quebrado todo o apartamento sob o efeito de drogas. Tânia levou a filha de volta para a instituição, onde teve sua medida agravada. Pouco tempo depois, essa mãe ocupava outro apartamento muito bem equipado em Copacabana, no qual recebeu a pesquisadora para dar a entrevista. Reafirma sustentar-se com trabalho em seguradora e com a ajuda do namorado suíço. Divide o apartamento com mais duas amigas, o que apresenta como argumento para não querer receber mais a filha nesse local, após sua liberação da unidade de internamento.

Pouco visitou a menina na instituição durante todo o período de internação. A relação se deteriorou ainda mais depois do episódio da destruição do apartamento, quando Ana a chamou de "vagabunda e vários outros nomes". O desabafo dessa menina-mulher está registrado em várias páginas do seu diário, em que revela sonhar com uma mãe como era sua avó. Esta sim, lhe dera carinho e a criara quando pequenina, até que a morte a levou, deixando para trás mais uma experiência de abandono. Continua a sonhar com uma mãe que seja presente em sua vida: "Completei 15 anos aqui. Esse dia foi o pior dia da infância. Esperava ansiosa a chegada da minha mãe, mas ela não compareceu".

Nenhuma das jovens entrevistadas que cresceram sem a mãe por perto conseguiu superar o estranhamento causado pela convivência com a progenitora, quando iniciada apenas na adolescência. O distanciamento, os hábitos, costumes e valores diferentes revelaram seqüelas difíceis de serem superadas, especialmente no plano afetivo. Isabel deixa isso claro:

> Ela vem me dar um beijo, eu sinto vergonha. Não tenho mais aquele carinho assim. É muito difícil eu abraçar ela. Não sei, eu não me apego.

A solução encontrada pelas jovens foi a separação da mãe, optando pela rua, por morar com novos parceiros ou mesmo construindo o próprio lar, sozinha. Apesar disso, há sempre a figura da mãe presente, seja pela sua negação ou em sonhos.

Assumindo a Culpa pelo Fracasso

Com grande freqüência, é a adolescente em conflito com a lei que assume a responsabilidade pelo fracasso da relação mãe–filha. Mesmo existindo muita crítica em relação à mãe, a culpa impera na vida dessas garotas por causa do sofrimento que sua vida infracional tem levado à família. Antônia fala de seu sentimento:

> Acho que a culpa é minha mesmo, mas minha mãe também tem culpa. Se ela não fosse assim, se ela fosse uma mãe normal, eu não estaria na vida.

A vida de Elen também exemplifica essa situação. Sua mãe, Dora, a deixou pequena com um casal do interior, em outro estado. Considerava não ter condições de criá-la. Ficou com o filho mais velho e posteriormente teve outro, os quais criou. Voltou para o Rio com a família, casou-se de novo e passou a viver em melhor condição socioeconômica do que a família com quem deixou Elen. Nunca se interessou por trazê-la de volta.

Na sua família adotiva, a menina sentia-se rejeitada, e era tratada com intensa violência. Mesmo assim, justifica as atitudes dos pais substitutos:

> Eles compravam as coisas pra minha irmã e não compravam pra mim. Às vezes eles gostavam mais dos filhos deles do que de mim. Claro, porque eram filhos deles. Por isso que eu queria ir embora.

Aos dez anos Elen começou a se envolver com rapazes, perdendo o interesse pela escola. Os pais adotivos, em tais circunstâncias, chamaram sua mãe, que já vivia no Rio, com a intenção de devolvê-la. Elen voltou com a mãe, para uma situação ainda mais difícil do que a que passava com a família adotiva. Sentia-se uma estranha numa família que não conhecia, pois não se lembrava do irmão mais velho, não conhecia o mais novo nem sabia da existência do padrasto. Tinha dificuldade de se relacionar com sua mãe. Trancava-se no quarto, ficava solitária. Constata desapontada: "Eu não sinto ela como mãe". Também não se relacionou bem com o padrasto.

Comparava-se aos irmãos, que estudaram e nunca deram trabalho à mãe. Culpava-se por não ter ouvido as sugestões deles e por isso estar internada, "no sofrimento, sem amor, carinho e compreensão". Vê apenas sua incompetência por não ter tido capacidade de ser para a mãe o que eles conseguem ser.

Dora também relata muito sofrimento com a aproximação de Elen. Tentou inicialmente fazer todas as vontades da filha, buscando compensá-la pelo que não fizera nos anos em que Elen crescia. Não percebeu – ou fingiu que não percebeu – a tentativa de abuso sexual que a filha sofreu do padrasto, presenciada pelo filho caçula.

Quando Dora constatou que não conseguia lidar com Elen, decidiu colocá-la em colégio interno, tendo-a em casa somente nos fins de semana. Como a tentativa fracassou, Elen foi encaminhada para a casa do pai e depois de tias. Na casa paterna, a angústia de Elen se exacerbou, pois o envolvimento com álcool e rituais de macumba a assustava. Soube também da existência de uma irmã, por parte de pai, que havia morrido esfaqueada. Esse período com a nova família serviu para que Elen buscasse se diferenciar dele e da irmã morta, aos quais vinha sendo comparada por sua mãe. Finalmente, Elen passou por abrigos e períodos na rua, quando todas as expectativas familiares sucumbiram.

A falta de carinho da mãe é flagrante na fala dessa menina, bem como a necessidade que Elen tem de afeto. Conta que apenas uma vez Dora deitou-a no colo e a acariciou, pois não tinha tempo, por causa de sua dupla jornada de trabalho. Lembra com tristeza uma fala de sua mãe:

> Eu não posso perder tempo pra ficar fazendo carinho em você, não, porque eu não faço em nenhum dos três. Eu não posso fazer só em você, porque eu trabalho muito e chego tarde em casa.

Ninguém visita Elen na instituição. Dora alega estar com problemas de saúde. As tentativas de contato entre mãe e filha partem sempre das técnicas da instituição.

Em momento algum Elen consegue criticar sua mãe. Desculpa-a e culpa-se por todo o fracasso, inclusive pela doença que ela tem, fruto do sofrimento que lhe causou ao não ouvir seus conselhos.

Mesmo não encontrando na mãe o apoio que tanto busca, Elen continua esperando o carinho de Dora, tema que se faz presente em todo o seu diário:

> Meu Deus, eu estou muito triste sem visita, sem ninguém perto de mim. Não sei o que fazer na minha vida sem a minha mãe ao meu lado agora. Mas não tem problema, um dia a gente se entende. Mas vai ser pra valer. Se um dia eu estiver com um problema, com certeza ela vai me ajudar... Será que um dia eu vou conseguir o que eu quero mais, não há ninguém que possa me segurar e separar da minha amada mãe.

6
A VITIMIZAÇÃO FÍSICA

Embora a violência contra a mulher na família seja uma prática milenar, apenas no século XX começou a se transformar em um tema social da maior importância, e hoje é vista como questão prioritária na luta pelos direitos humanos de meninas e mulheres. Esse problema tem sido objeto de declarações internacionais de direitos humanos e várias conferências internacionais. Começa a ser dada prioridade ao enfoque do problema sob a ótica de gênero.

> *Os direitos humanos da mulher e da menina são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.* Conferência Mundial de Direitos Humanos. Viena, 1993 (Nações Unidas/MJ/SNDH, 1998:12)

Embora no âmbito legal muitas mudanças venham ocorrendo, na prática a situação de subjugação feminina na família ainda se mantém presente, como vem sendo relatado em numerosos trabalhos e novamente constatado nas famílias entrevistadas. Quatro fatores são apontados por Carrillo (1997) para justificar a elevada prevalência da violência contra a mulher: a desigualdade econômica entre homens e mulheres; o padrão de violência física para resolver conflitos; a autoridade masculina; o controle da tomada de decisões e de restrições para as mulheres no que se refere a sair de casa.

A violência física serve como forma de controle do homem sobre a mulher na esfera doméstica. Heise (1994) diz que o específico na violência contra a mulher, em relação às outras formas de violência, é a força ou coerção alimentada e tolerada socialmente. Nem sempre essa força será diretamente utilizada para aumentar o poder masculino. Porém, há casos em que, mesmo sem haver essa intenção, o resultado final é o aumento da subordinação feminina.

Dentre as mulheres presas, vários estudos têm demonstrado a elevadíssima proporção de violência física. Singer et al. (1995), ao pesquisarem o comportamento de presas norte-americanas, constataram que 75,1% haviam sofrido ameaças de violência física no decorrer do último ano e que 69% sofreram de fato tal violência. Molidor (1996) ressalta a vitimização intrafamiliar e a ocorrida na vivência das jovens entrevistadas nas gangues de que fazem parte.

Essa relação de dominação pode ser verificada em todas as esferas da vida das mulheres entrevistadas: como violência do pai contra a mãe; como violência física dos pais sobre as filhas, durante o processo de socialização; nas relações que estabelecem com os parceiros afetivos e colegas e no contato com os policiais, com os quais se confrontam na vida infracional.

Violência Física entre os Pais

A relação conjugal dos pais da maioria das adolescentes é marcada por brigas, discussões e agressões físicas. Apenas seis meninas consideram que seus pais se relacionavam bem, mesmo após a separação. A memória sobre a relação conjugal dos pais traz sentimentos desagradáveis. As agressões são corriqueiras e contadas como situações naturais, corroborando o que se chama de 'banalização da violência', achado comum nas diferentes culturas e classes sociais, quando se trata de violência intrafamiliar.

Em um primeiro momento, quando se conversa com elas sobre as relações familiares, as jovens falam sobre "discussõezinhas, uma vez ou outra, que é normal de todo casal" (Ivone) ou sobre as "discussões de sempre" (Evelin). Em seguida, detêm-se nas brigas que envolvem agressões físicas, em que a mãe se torna a vítima principal, pela fragilidade e subalternidade com que se coloca na relação conjugal. O principal fator motivador das brigas é o ciúme da mãe, motivado pelo comportamento infiel do pai.

> Eles brigavam toda hora. Sempre tinha briga, porrada, porque a minha mãe tinha ciúme do meu pai, porque ele não era fácil. (Elena)

> Eles se dava bem. Só brigava lá por causa de mulher, que ele gostava de noitada, sabe, e minha mãe ficava furiosa com ele. (Odete)

Anita diz que ficava protegendo sua irmãzinha na hora em que a mãe e o padrasto se agrediam, um batendo com a garrafa na cabeça do outro. Desistiu de tentar protegê-la, pois "quem ficava mal era eu mesma; depois eles dois se falavam".

No caso de Alba, o grau de violência do segundo companheiro de sua mãe foi tão extremo que quase ocasionou a morte de sua genitora, que ficou entre a vida e a morte no CTI.

A mãe de Elisa é outra que tem trágicas lembranças. Mesmo passados tantos anos da convivência com os pais, chora ao se lembrar dos momentos em que eles entravam em conflito:

> Tinha tantas brigas... Brigas de tirar sangue, e eu ficava muito nervosa, começava a gritar. Essa violência total lá dentro.

Interessante constatar que houve poucas menções de agressão física entre os pais das mães entrevistadas, os avós das adolescentes infratoras. Como já foi assinalado, na geração desses avós havia maior percentual de casais vivendo juntos e, mesmo em caso de separação, constatou-se uma certa manutenção do vínculo entre o homem e sua ex-mulher e filhos. Parte desse comportamento pode ser entendido pelas normas tradicionais de conformismo e submissão dessas mulheres a seus esposos, diante da mesma situação de traição, bem como pela manutenção do compromisso masculino de prover o lar.

A experiência de Marília (mãe de Elisabete) mostra a capacidade que sua mãe tinha de aceitar as traições do companheiro. Ela sempre ressaltou a importância e o respeito que atribuía ao homem que provia financeiramente sua família:

> O meu pai era muito bom. Tinha loja, tinha comércio, tinha tudo, até antes da gente vir para o Rio, porque o meu pai era muito mulherengo, e as mulheres tomaram tudo que ele tinha. Nessa parte o meu pai não admitia, mas a gente via, até colegas minhas andavam com o meu pai. Mas o meu pai nunca brigou com a minha mãe.

Telma, a mãe de Isadora, tem recordações positivas de seu pai, pontuando novas qualidades para um homem. Alegando pouco saber do convívio íntimo de seus pais, comenta:

> Aparentemente era normal, porque a gente não participava muito disso, não, mas não tinha briga, não. O meu pai sempre foi muito sério, sem vício, era comerciante. Sempre foi muito bom, nunca deixou faltar nada em casa.

Nota-se nessas falas a dependência econômica dessas mulheres em relação ao marido, um dos fatores que influenciam na reprodução da dependência e da violência.

Indaga-se se haveria de fato reduzida freqüência do fenômeno ou se o distanciamento no tempo e um maior grau de sigilo intrafamiliar verificado em gerações anteriores pode estar contribuindo para que as mães dêem pouca relevância ao tema. Outra hipótese que pode ser formulada é a de haver entre as mulheres dessas gerações maior capacidade de compreensão, adquirida com a maturidade.

Violência Doméstica contra a Criança e a Adolescente

Apenas cinco dentre as adolescentes disseram não apanhar dos pais, que lidavam com os problemas dando-lhes conselhos. Ivone é uma delas:

> Quando eu fazia alguma coisa que ele não gostava, ele me chamava pra conversar e perdoava. Se ele me bateu, eu tinha uns dez anos, assim mesmo quem apanhou mesmo foi a minha irmã, não fui eu, por causa de briga de nós duas.

Outras sete disseram ter recebido castigos, palmadas e pequenas agressões. Os castigos são: físicos, como ficar ajoelhada em caroço de milho; psicológicos, como passar determinado tempo lendo tudo que errou na prova; ou de restrição de liberdade, como ficar trancada no quarto e não poder sair de casa.

As demais 15 jovens explicitaram que a agressão física foi a forma de punição privilegiada por pais, padrastos, irmãos, avós ou madrastas para discipliná-las, como ilustra Elen: "Meu pai um dia pegou o pé dele e botou atravessado no meu pescoço. Como se quisesse me matar".

Outra jovem, Olga, sofreu tanta agressão que acabou saindo de casa para fugir da mesma violência que já expulsara sua mãe. Ela conta uma de suas terríveis experiências com a nova madrasta e o pai:

> Ela me deu cabada de vassoura, quebrou a vassoura em cima de mim. Ele me batia que nem homem. Só me dava bicadão na minha cara. É isso que eu tenho revolta. Meu pai empurrou minha mãe, deu só na cara dela. Nós fomos pra cima dele, pra não bater na minha mãe. Foram os piores momentos da minha vida.

Os motivos mais comuns das situações de violência são: desrespeito às normas familiares, especialmente não chegar no horário marcado pelos pais; fuga de casa; falta à escola; recusa a ajudar nos serviços domésticos; namoros; uso de cigarro ou droga; ciúmes do padrasto em relação à mãe; ou mesmo atos banais, como a adolescente comer uma fatia de salame que era desejada pelo pai.

Os objetos citados e utilizados na violência familiar geralmente são: borracha de pneu, cabo de vassoura, pedaço de pau, caroço de milho para ajoelhar, corrente presa na cama, vara, chinelo, faca, cinto e ferro. Além disso, socos, chineladas, tapas, chutes, facadas e ameaças com armas de fogo.

Em muitos casos, as meninas parecem querer diminuir a gravidade das agressões cometidas pelos pais. Justificam as severas violências sofridas alegan-

do terem sido elas próprias as causadoras dos atos violentos praticados por eles. Além disso, muitas dizem não doer as agressões praticadas por eles, como se os pais tivessem o direito de praticar tal ato.

> Me batia de borracha. Aquelas borrachas de pneu... Não chegava a me machucar. Ficava aquelas marcas, depois sumia. (Isabel)

Na geração das mães, a prática de disciplinamento e socialização pela violência física foi relatada por metade das entrevistadas, mostrando como bater é uma estratégia que se repete ao longo das gerações. Em alguns casos, os episódios são bastante severos, como é o caso da família da mãe de Elisa, em que pai e mãe batiam nos filhos, tanto quanto se agrediam violentamente.

> Minha mãe me botava na corrente. Ela me amarrava assim num pé, onde não desse para sair. Tinha que ver, ela pintava e bordava comigo. Uma vez ela me amarrou assim com um fio, aí eu fui e peguei a gilete e cortei, isso quando eu tinha uns 11, 12 anos. A minha mãe veio e me deu, nunca me esqueço disso, a minha mãe veio e me deu duas assim de fio.
>
> Tem coisas que acontecem na nossa vida que a gente não consegue esquecer. Meu pai empurrava a nossa cabeça na parede, pegava a gente pelo cabelo.

Outra mãe que sofreu muito foi Gina, mãe de Antônia, que sempre teve uma complicada relação com a genitora. Ela conta o que aconteceu ao ser flagrada pela mãe beijando uma mulher, antes que sua homossexualidade fosse conhecida pela família:

> Bater de ficar desmaiada no chão. Chegava a esse ponto, de eu ficar com o corpo todo marcado e ver as colegas zoando. Foi quando ela quebrou a minha cabeça em dois lugares.

A mãe de Alba reuniu violência física e sexual na família de origem, continuando a viver as mesmas experiências nas novas famílias que construiu. Sua fragilidade como mulher e a total dependência em relação aos homens podem ser compreendidas em face do relato que faz de sua infância:

> A minha mãe sempre foi muito durona com a gente. Eu apanhei muito da minha mãe, como do meu pai. Uma vez ela me deu uma surra de correia porque eu não queria levantar para o colégio. Falei que não ia estudar mais. O meu pai também, mas não era sempre. Ele me bateu umas três vezes, mas foi forte mesmo. Porque eu fiquei na rua sem eles deixarem. Era mais minha mãe, mesmo. Eu até fiquei com problema de nervo quando era mais nova, de fazer tratamento e tudo, assim meio traumática de apanhar. Eu ficava tremendo, chorando, aí minha tia me levou para o hospital.

Outra mãe que apresenta uma imagem de total desproteção é a de Inês, que sofria constantes agressões do ex-marido, da sogra e de outros familiares na casa em que viviam:

> Ela já bateu em mim, sabe, eu não gosto de falar, tem coisa que eu não gosto de falar, fico calada. Mas eu não vou ficar passando toda a minha vida calada, calada, só ficar apanhando, apanhando dos outros. Que é isso? Eu não sou saco de espancada. Tem um mês atrás quem me bateu foi o filho dela [irmão do ex-marido]. Me deu com o cabo de vassoura na minha cabeça.

Beatriz, a mãe de Andréa, foi abandonada pelos pais na casa dos avós em outro estado do país. Nunca os perdoou. Voltou aos seis anos quando a avó morreu, e não foi totalmente aceita pelos pais e irmãos. Apanhava muito dos pais, "uma coça de manhã, uma de tarde, uma de noite", porque "fazia muita arte". Apanhava de cinto, de tela de arame, lata de leite em pó ou o que estivesse à mão, a ponto de ter que levar oito pontos na cabeça. Foi levada por um vizinho à polícia, onde denunciou seus pais por maus-tratos, fazendo-os passar uma noite na cadeia. Passaram a ter "mais ódio ainda" de Beatriz. Até hoje é malvista pelos pais e irmãos.

Várias dessas mães, mesmo que criticando as atitudes violentas praticadas pelos pais, acabam por dar alguma justificativa para seu comportamento. Gina, que sofreu muitas agruras e se diz revoltada com os pais, fala sobre sua mãe:

> Não sei se era revolta por parte dela ou porque eu também aprontava. Mas eu aprontava, e as coisas de antigamente eram melhores. Era soltar pipa, jogar bola de gude, ficar no meio dos garotos no campo. Ela nunca aceitava isso e me batia.

Nessa fala, Gina destaca que o comportamento inaceitável da mãe foi uma reação a atitudes indesejáveis na socialização feminina.

Um Ciclo de Violência Física se Reproduzindo

A história de Isabel e sua mãe, Glória, é um exemplo típico de reprodução do ciclo da violência. Glória abandonou Isabel e outra filha aos cinco anos de idade, quando se separou do marido, motivo de ressentimento para Isabel. Desde então, a menina viveu com o pai, a avó paterna (a quem realmente ama) e alguns tios.

Glória conta que sua vida com os pais foi similar à que ofereceu aos filhos. Seus pais se separaram quando ela tinha 15 anos, e os filhos foram distribuídos. Considerava seu pai um homem bom, mas a sua mãe ruim. Apesar disso, Glória apanhava do pai quando este chegava em casa e a mãe não estava. Da mãe apanhava por qualquer motivo, a ponto de lhe tirar sangue. Esta costumava deixar os filhos sozinhos dentro de casa por longos períodos, nos quais estabelecia relacionamentos extraconjugais.

> Se meu pai ficasse um ano fora, preso, a gente ficava presa. Mas ela não entregava a gente pra alguém. Ela trancava a gente dentro de casa, era preciso bombeiro. A minha mãe me batia muito.

A agressão entre o casal também era freqüente.

A mãe de Glória teve vários companheiros, mesmo enquanto morava com o marido. Tanto ele como os seus irmãos usavam drogas. A família se dissolveu. Glória nunca teve diálogo com sua mãe, de quem nunca recebeu carinho. Sofreu ainda abuso sexual do avô e do tio, porém nunca falou a respeito disso com ninguém, pois acreditava ser errado.

Glória constata que, assim como não recebeu carinho dos pais, nunca conseguiu dá-lo para Isabel e outros filhos. Doou uma filha, com a qual nunca mais teve contato, apenas lembrando que a agrediu na última vez que a viu. É muito seca com os dois filhos que a acompanharam na entrevista. Sofre por ser assim: "Eu era muito fria. Até pouco tempo eu não era de beijar as minhas filhas, de abraçá-las". É uma das únicas mães entrevistadas que fazem crítica à própria conduta com a filha: "Ela teve tudo, quarto, tudo, mas não teve carinho".

Isabel contou uma história similar. Fugia de casa por não se dar com a madrasta, que a colocava contra o pai. Sofria violência física extrema e cotidiana, sempre com borracha de pneu, o que a deixava invariavelmente marcada no corpo. Diz odiar o pai por essa violência, e ter deixado de falar com ele. A mãe impingiu-lhe uma cicatriz na cabeça por bater com o cabo da vassoura numa das primeiras vezes em que fugiu de casa, aos nove anos de idade. Logo, justifica Isabel, "ela não estava errada: eu aprontava muito". A mãe se cansou de buscá-la na rua, situação à qual reagiu com naturalidade: "Um certo dia ela não foi mais atrás de mim. Eu nem ligo, porque se eu quiser eu procuro ela".

Tal como a mãe, Isabel sofreu tentativa de abuso por pessoa da família, igualmente escondendo o fato. Com apenas 14 anos de idade, já fez dois abortos,. Sua baixa auto-estima fica evidente ao falar sobre o filho que teria tido – "Se eu não tenho responsabilidade comigo mesma, eu vou ter com outra pessoa?" – bem como ao comentar a agressão do pai em relação à irmã: "Ele bate pra ela não ser o que eu sou. Eu não sou nada por enquanto".

Isabel tem seguido sua vida marcada por uma sucessão de violências, agora cometidas por conhecidos, namorados e colegas de instituição. Demonstra profunda dificuldade em enfrentar os conflitos. Foge e logo se entrega, procurando ajuda.

Outro mecanismo de reprodução do ciclo de violência também pode ser identificado nas vidas de Ingrid, Eloísa e Ilda, que sofreram violência física de seus parceiros amorosos.

Violência Policial

Mais da metade das jovens relatou episódio de violência física cometida por policial, revelando o quão corriqueira é essa agressão na vida de adolescentes envolvidas em atos infracionais. Não é apanágio das mulheres sofrer esse tipo de abuso. Muitos estudos têm demonstrado a violência policial no país, seja contra infratores, seja dirigida à população de jovens em geral (Assis, 1999; Minayo et al., 1999)

Os relatos das meninas mostram um grau de crueldade na relação não condizente com a fala corrente dos traficantes, segundo a qual as mulheres seriam mais bem tratadas pelos agentes da lei. Muitas relatam situações em que os policiais mergulhavam suas cabeças na água, com ou sem plástico, até elas perderem o ar, lançaram suas cabeças na poça de lama, deram-lhes tapas na cara, socos no peito, bateram suas cabeças contra a parede, agrediram-nas com pedaços de pau, ou as obrigaram a traficar para eles. Os resultados dessas torturas são similares ao que relata Olga: "Me arrebentaram na porrada, fiquei toda moída em cima da cama! Aí todo mundo, os cara, te massacraram".

Ivete, mesmo grávida de oito meses, apanhou dos policiais, indo direto para o hospital, onde teve um parto prematuro. Essas jovens consideram que foram "tratadas igual cachorro" ou "como se fosse homem" pelos policiais, que delas queriam extrair informações e nomes dos parceiros do ato infracional. Algumas chegaram a ser feridas por balas.

> Eles me arrastaram, pegaram um pedaço de pau daqueles grossos, aí começaram a me bater, começaram a me arrastar, enrolaram o meu cabelo assim, me arrastaram na lama. Enfiavam minha cabeça na poça d'água até eu perder o fôlego. Falava: quando quiser falar, levanta a mão que eu te tiro. Eu levantava a mão, ele tirava a minha cabeça, eu pegava um ar, aí começava de novo. (...) Jogava minha cabeça na parede, pegava o fio, me enforcava... Nossa, eu sofri muito, muita paulada nas costa. (Úrsula)

> Uma menina estava apanhando de chicote, eles me batendo, dando só bicão, só socão! Eles botaram a gente sentada na pedra, com a mão pra trás, aí seguraram no meu cabelo, levantaram e me deram um montão de tapa na cara. Me arranharam com um canivete, deram com a bota na minha canela, abriu a minha canela, isso aqui meu já estava cheio de sangue. Eu tomei uma coronhada atrás da fronte, se eu tomasse na frente eu ia morrer. (Elena)

A ameaça e o desrespeito são tamanhos que Eva, apreendida por estar carregando pó, foi obrigada pelo policial a cheirar cocaína no cano da pistola dele, sob ameaça de morte:

> Colocou o pó no cano da pistola, falou pra mim puxar. Só que a cocaína que ele tinha botado era dele. (...) Eu fiquei com medo. Deve estar com caco de vidro, e eu vou morrer.

A corrupção desses profissionais também faz parte da vivência cotidiana das adolescentes, pois elas são chantageadas para que dêem a eles elevadas quantias, muito além de suas posses. Está em jogo o dinheiro oriundo do tráfico ou dos roubos. Uma visão mais crítica dessa atuação foi apresentada por Eliana:

> Se eles fizessem o serviço deles, de acordo com a lei, eu acho que seria mais fácil pra eles pegar o ladrão, porque aí eles prenderiam toda vez que eles pegassem. Agora, eles fora da lei, eles preferem dinheiro.

Duas jovens de classe média foram tratadas de forma diferenciada pelos policiais. Evelin não sofreu nenhuma violência, e foi acompanhada de sua casa até a delegacia pelos policiais. Alessandra foi ameaçada e logo reagiu, cônscia dos seus direitos: "Ele levantou a mão pra mim. Aí eu falei que, se eles me batessem, eu ia processar eles, aí eles também não me bateram".

As jovens acreditam não haver diferença na violência do relacionamento dos policiais com elas, nem por serem mulheres, nem por serem 'menores'. Pelo contrário: citam algumas localidades em que os policiais são mais rigorosos com as mulheres, por considerarem-nas 'safadas', 'piranhas', 'vagabundas', exprimindo assim o quanto a transgressão do papel feminino socialmente esperado os incomoda. São direta ou indiretamente sempre agredidas e mandadas "de volta ao tanque e à pia, de onde nunca deveriam ter saído", segundo esses agentes que sintetizam, nos seus modos, o extremo da repressão patriarcal.

7
A VITIMIZAÇÃO SEXUAL

A experiência de abuso sexual aconteceu muito cedo na vida dessas mulheres. Dez entre as 27 adolescentes entrevistadas sofreram estupro e seis vivenciaram episódios de assédio sexual, todas com menos de 15 anos. Na geração das mães, seis, das vinte entrevistadas, se disseram vítimas de alguma forma de abuso sexual. Para muitas dessas mulheres, a experiência sexual violenta foi o marco de entrada no mundo adulto.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é compreendido como qualquer contato, ato ou jogo sexual, envolvendo relação hetero ou homossexual, em que o agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado que a criança ou adolescente. O agressor pode se impor pela força, por ameaça ou indução da vontade da vítima; esta pode ser estimulada sexualmente ou servir de estímulo sexual para o agressor. Pode variar desde abusos sem contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, pornografia, indução à prostituição) até atos sem penetração (sexo oral, intercurso interfemural) ou com penetração (digital, com objetos, intercurso genital ou anal). As principais categorias de abuso sexual são o incesto (união sexual de parentes próximos consangüíneos, como pais e irmãos), a pedofilia e a pederastia (relação sexual do adulto com a criança pré-púbere e púbere, respectivamente), o exibicionismo, o molestamento, o estupro, a prostituição infantil e a pornografia envolvendo crianças (Assis, 1994).

São várias as conseqüências de abuso sexual. Distúrbios psicossexuais são alguns dos resultados mais relatados dessa violência, especialmente a incapacidade de atingir o orgasmo, o desprazer ou a aversão sexual, a redução de desejo sexual e a dispareunia (dor ou incômodo da penetração), a depressão, as condutas automutiladoras e auto-aniquiladoras, a baixa auto-estima e a tendência suicida (Farinatti, Biazus & Leite, 1993; Charan, 1997).

Juhu & Gazan, apud Azevedo (1989), indicam ainda problemas nas relações interpessoais. As interferências decorrentes do abuso podem se dar em três níveis: recusa de estabelecer relacionamento com homens (medo da intimidade); dificuldade em manter parceiros, tendo apenas relações transitórias; e a tendência a supersexualizar relações com homens.

Nessa linha de pensamento, Gomes (1994) lembra a prostituição como outra possível conseqüência, fruto do rótulo decorrente da perda da virginda-

de. Grundlach (apud Charan, 1997) indica como provável resultado a homossexualidade feminina, devido à recusa da vítima a se aproximar de homens, social ou sexualmente.

Muram et al. (1995) investigaram a ocorrência de abuso sexual em adolescentes e adultas. Observaram que as adolescentes normalmente são os alvos de agressões sexuais, embora se tenha verificado uma tendência, nos dois grupos, de essas ocorrerem mais de uma vez. Isso pode refletir comportamentos de risco das vítimas ou fatores relacionados ao ambiente, os quais contribuem para aumentar a vulnerabilidade dessas pessoas quando associados a uso de álcool, área residencial desprotegida, trabalho no turno da noite. Os comportamentos femininos considerados de risco, recorrentemente relacionados por muitos autores, na verdade revelam as atitudes que a sociedade define como inadequadas para as mulheres, como andar só, ficar na rua até tarde da noite e utilizar quaisquer tipos de drogas.

Estudos feitos com mulheres presas comprovam a freqüência mais elevada da violência sexual nesta população. Singer et al. (1995) revelaram que 81% delas, quando entrevistadas, relataram ter sofrido esse tipo de abuso em algum momento de suas vidas – na infância, na adolescência ou na vida adulta.

Quando o Abuso Acontece na Família

Quando o agressor sexual é uma pessoa da família, o problema criado para a menina é muito grave, porque a atinge no seu núcleo fundamental de proteção, de confiança, de afeto e de relação de dependência. No caso do incesto entre pai e filha, Farinatti, Biazus & Leite observam que

> *é uma história de paixão e de violência, onde não há lugar para a ternura e as solicitudes reais, mas sim para a fusão dos corpos e a difusão dos papéis familiares. As gerações não existem, todos são contemporâneos.* (Farinati, Biazus & Leite, 1993:98)

É visto como um segredo, às vezes carregado pela vida toda como uma "marca de culpa e pecado" (Eisenstein & Souza, 1993). Farinatti, Biazus & Leite (1993) apontam como provável conseqüência do incesto as relações sexuais precoces fora de casa e a saída do lar.

Três jovens passaram por esse tipo de problema. Elen é uma delas. Em sua história, já apresentada aqui, viram-se os recorrentes abandonos que sofreu por parte da mãe. Ela pouco se recorda do abuso de que foi vítima, e sobre isso nada consta no seu relatório. O fato não chegou ao conhecimento da

equipe técnica da instituição. O abuso ocorreu entre o período em que veio morar com sua mãe, por volta dos dez anos de idade, e as suas várias tentativas de morar com pais, tios, no internato, na rua e no abrigo. Essa menina ficou pouco tempo em casa de sua mãe e seu padrasto. A dificuldade em falar sobre o tema foi flagrante. Um longo silêncio precedeu a narrativa. A primeira justificativa de Elen foi dizer que sua mãe não tinha conhecimento de que seu padrasto a havia molestado. Descreveu assim o ocorrido:

> Eu estava deitada, isso eram três horas da tarde e meu irmão de seis anos que viu. Aí eu falei com a minha mãe. Ela começou a falar com ele. O meu irmão falou que ele estava deitado em cima de mim. Quando acordei, o meu irmão falou isso pra mim. Mas eu estava dormindo.

Elen foi então indagada se havia sentido alguma coisa e responde imediatamente que não. No entanto, logo complementa:

> Mas eu fiquei com nojo dele. Acho que eu vi e quis esquecer mesmo. Mas eu não lembro. Eu lembro às vezes do peso dele. Eu não gosto de ninguém em cima de mim mais. Fiquei traumatizada, eu acho.

Um dos impactos que essa experiência causou em Elen, com apenas 13 anos de idade, é a dificuldade em manter relações sexuais. Ao abordar as experiências sexuais que mantinha com outras garotas internadas na instituição, afirma:

> Tinha vezes que eu nem sentia prazer. Mas com meu namorado eu também não sinto muito por causa daquela coisa do meu padrasto. Eu fiquei meio assim com homem.

A segunda menina que relatou abuso sexual por familiares foi Inês. O grau de sigilo sobre o tema foi tamanho que nada surgiu nas várias entrevistas com essa adolescente e sua mãe, Helga. Apenas pelo relato técnico soube-se que

> aos seis anos de idade Inês vivenciou abuso sexual do padrasto, sendo encaminhada ao Juizado da Primeira Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, para obter acompanhamento técnico. A medida judicial foi o afastamento de Inês do lar. A jovem não soube informar onde ficou quando foi afastada de casa. Afirma que desde os nove anos freqüenta a rua.

Inês passou muito tempo em casa de conhecidos e abrigos. Há vários meses não tem contato com a mãe, que pouco a visita na instituição. Sua vontade de vê-la é imensa, tema presente em seu diário, no qual desenha sua genitora como um coração sorrindo e ela como um coração chorando.

> Mãe do meu coração, mãezinha querida da minha vida e da minha paz, gosto muito de você. Você é uma pessoa importante para mim e meu irmão e para a minha família. Você é como uma rosa no campo, você é importante para mim. Você é a minha esperança, você é o meu jardim. Você é esperança. Você é paz. Você é o amor da minha vida.

A falta de visão crítica a respeito da mãe é total. Helga tem comprometimento mental evidente, já tendo sido internada em clínica psiquiátrica na juventude. Dificilmente coordena suas idéias. Entende que supervisiona eficazmente os filhos e não considera haver abandonado seus dois filhos. A culpa por Inês ter se desencaminhado ela a coloca toda em uma mulher com quem a filha conviveu. Todos os seus problemas os descreve como oriundos do fato de ter sido abandonada recentemente pelo parceiro (o mesmo padrasto que abusou de Inês). Este, com apoio de sua mãe, expulsou Helga de casa após impingir-lhe oito anos de uma convivência marcada por agressões físicas. Ao perder o seu bem mais precioso, sua casa, Helga ali deixou o filho mais velho, para guardar seu lugar.

Inês queixa-se do padrasto, defendendo sua mãe:

> Ele deu na cabeça da minha mãe. Quando eu estou lá fora, ninguém faz isso. Se eu estivesse lá fora, ia bater na minha mãe o quê! Eu dava uma coça nele bem dada. Eu dou.

Conta que apanhava muito dele, além de ficar horas ajoelhada em caroço de milho. Informa que ele usava drogas e bebia, o que tornava a convivência em casa mais problemática.

Elen e Inês receberam de suas mães a mesma solução para o abuso: ambas se omitiram na hora de agir em defesa da filha. Fingiram não existir o problema e procuraram afastar a jovem do meio familiar. Conseguiram, assim, manter o padrasto abusador em sua posição habitual de provedor financeiro e moral da família. Toda essa reação se deu de forma tão sigilosa e perversa que levou as adolescentes a se culparem por todas as mazelas familiares, e, principalmente, por todos os sofrimentos de sua mãe. A dominação masculina está tão internalizada como natural que as meninas ao menos se questionam, ou às suas mães, a legitimidade ou ilegalidade das ações desses homens e sobre a escolha feita por elas.

A terceira e última jovem com relato de abuso sexual é Isabel, que, embora confirmando a violência, respondeu que não gostaria de conversar sobre o assunto. Perguntou: "É difícil para mim falar, posso não falar?" Diz que não chegou a ser violentada, mas o abuso fora cometido por uma pessoa da própria família. É interessante notar que o relato de Isabel é idêntico ao de sua mãe, Glória, uma das seis genitoras que foram vítimas de algum tipo de abuso sexual.

Glória sofreu assédio sexual do tio materno e do avô paterno, que faziam ‘brincadeiras’ com ela. Nunca comentou nada com ninguém: “Sabia que não podia, né? Um era avô e o outro era tio”. A lição de sigilo e internalização dos sentimentos foi eficientemente aprendida pela filha.

A outra mãe que sofreu abuso ainda na infância foi Solange (mãe de Eloísa). Era assediada sexualmente pelo padrasto. Emociona-se muito ao contar esse episódio, mesmo depois de tantos anos. Chegou a denunciar o agressor à polícia, indo contra a sua própria mãe:

> Era terrível! Eu chorava, procurava casa de colegas pra mim dormir, com medo. Colocava uma porção de roupa. Era uma coisa muito horrível mesmo... Ele nunca chegou a ter nada comigo, ele só ficava falando as besteiras dele...

A mãe, em lugar de proteger, solicitou a Solange que dissesse à polícia que inventara toda a história. Preferiu inocentar o companheiro, com o qual vive até hoje, afirmando que ele é louco devido a um tiro na cabeça. Justificou e sacralizou o abuso na família. Esse padrasto também abusou da irmã de Solange e de uma cunhada. Questionada sobre sua relação com a mãe, Solange responde: “É boa. Mas eu sinto mágoa”.

Três outras mães sofreram violência sexual dos companheiros, já na vida adulta.

Nívea era obrigada a praticar sexo oral com dois tios durante toda a adolescência. Quando se casou, essa prática continuou com o marido, o que lhe despertava muito nojo. A repulsa dessa mãe à atividade sexual a leva a compreender a opção homossexual de sua filha Alba e a entender “por que ela não gosta de sexo”. As conseqüências do abuso a longo prazo ficam evidentes, se não em sua vida, na da própria filha.

Outra que sofria agressão física e sexual constantemente do marido era Rosália, situação que deixou profundas marcas na filha Ingrid:

> A minha mãe já não queria mais se deitar com ele porque sabia dos casos dele. Ele ameaçava com arma e tudo, obrigando ela a transar com ele. A minha mãe corria pro nosso quarto. Ele vinha e puxava minha mãe pelos cabelos.

Vera (mãe de Ângela) diz já ter sido violentada pelo marido. Mas o fato de ser seu esposo a leva a descaracterizar o ato como um estupro:

> Só uma vez. O meu próprio marido, mas eu não posso considerar estupro, né? É meu marido! Ele chegou em casa bêbado depois das farras dele e

> começou a me agarrar todo fedendo de cachaça, me apertava e eu falando que não queria, para ele me largar, e ele fez assim mesmo. Chegou a me machucar. Eu fiquei com nojo dele.

Seja a agressão sexual sofrida na infância, seja na vida adulta, o sofrimento evidenciado por essas mulheres continua afetando a capacidade relacional com homens e com os filhos. O sigilo não acaba com o sofrimento dessas mulheres, pelo contrário: exacerba as experiências, tornando-as um acervo familiar, evidenciado especialmente no trato com as filhas mulheres, prováveis e potenciais vítimas da mesma agressão.

Quando o Abuso é Praticado por Pessoas Desconhecidas

Nove adolescentes e uma das mães contaram episódios de abuso sexual praticados por pessoas de fora da família, com as quais não mantinham relacionamento. A história de Odete é muito distinta das demais. Foi morar com um homem idoso por vários meses, aos 11 anos de idade, sua primeira fuga de casa. Esse homem utilizava Odete para fazer sexo oral e anal e para a mendicância. Dava-lhe muitos presentes. Quando descobriram onde viviam, Odete voltou para casa, mas, segundo a mãe, continuava a procurá-lo porque "estava viciada nele". Odete ganha dinheiro com drogas e com prostituição. Sobre o assunto, comentou apenas: "Eu já morei com um coroa que eu fazia essas coisas [sexo oral]. Eu tinha 11 anos. Mas não gosto de falar nisso, não".

Ana foi assediada sexualmente pelo patrão da casa onde era babá; ao deixar a casa, levou uma surra.

Alba foi raptada aos seis anos de idade, quando estava ajudando seu pai, na feira. Um homem a chamou para dar "não sei o quê" e a levou para o mato. Ela ficou quase uma semana desaparecida. Reage assim ao fato:

> Eu não me lembro direito [se houve abuso sexual]. Eu só sei que quando eu penso nisso eu sinto nojo. Será que ele fez alguma coisa e eu não me lembro? Só me lembro dele me batendo e falava umas coisas... que eu nunca mais ia ver minha família... e eu chorava muito, muito. Fiquei um bom tempo com nojo de sexo depois do que aconteceu.

A mãe de Alba conta que o comportamento da filha mudou após o episódio:

> Ela mudou de comportamento, pediu depois de um tempo para raspar a cabeça dela, só queria se vestir de roupa de homem, andar no meio de menino. Até que ela falou para mim que queria namorar com uma mulher, mas eu já tinha percebido que ela tinha virado sapatão. O que eu podia fazer?

Eliana acompanhou um rapaz que se dizia da igreja dos pais e lhe prometia um emprego. No meio da caminho, três outros homens se agregaram e a levaram para um matagal. Eles a ameaçaram com arma e a estupraram das 5 às 10 horas da noite.

> Foi uma coisa muito ruim. Bateram muito, aqui tem até uma facada, porque eu ia morrer. Eles falavam assim: aproveita, porque essa vai ser a primeira e a última. Aí eu começava a chorar.

Foi salva por policiais que passaram pelo local. Um dos homens foi preso, e a adolescente encaminhada para exame de corpo de delito.

Essa agressão marcou uma ruptura nos sonhos da adolescente, significando "o fim de uma vida e o início de outra, o fim de um sonho de ser uma menina normal, da igreja e o início de uma vida perdida". Deixou a igreja dos pais, pois sentia-se profundamente envergonhada, achando que ninguém mais ia respeitá-la. Então decidiu:

> Eu precisava fazer alguma coisa para ser respeitada de algum jeito. Eu ter entrado para essa vida tem muito a ver com essa história toda. A minha vida tomou outro rumo. Acho que, de alguma forma, roubando eu voltei a ser respeitada.

Eliana confunde o respeito que julga ter perdido com o temor que sente nas vítimas dos roubos que praticara. Outra conseqüência da agressão é o nojo que sente por homens, mencionado em diversos momentos da entrevista.

Vera contou um episódio de estupro que sua filha Ângela sofreu quando voltava da escola, aos oito anos de idade. O avô percebeu que a menina estava demorando muito a voltar a casa e saiu para procurá-la. Encontrou-a deitada num campo no meio do mato, toda coberta de sangue. A única vez em que Ângela falou sobre o episódio foi com o avô, no momento em que ele a localizou. Essa mãe pede sigilo, pois o assunto nunca mais foi abordado. Segundo Vera, a psicóloga que atendeu a menina logo após o ocorrido disse que ela tinha criado uma barreira e que era melhor não falar mais sobre o assunto. Ângela negou, na entrevista, ter passado por qualquer tipo de violência sexual.

Elisabete é outra vítima que não falou nada na entrevista sobre o abuso que sofrera, mas o fato encontra-se no seu prontuário e foi abordado pela mãe. Tinha sete anos de idade e só contou a história para a mãe quando já

fizera nove anos. Ao narrar sua versão do fato, a mãe lembra que Elisabete chegava perto dela, chorando, dizendo que estava machucada. Mas não falava como se havia ferido. A mãe ficava muito preocupada, pois "ela era muito nova para estar sangrando". O tempo se passou e a menina parou de ir bem na escola. Anos depois, Elisabete contou que um rapaz a chamou, dizendo que ia dar doce e presentes. Colocou-a na garupa da bicicleta, levou-a para a casa dele e deu-lhe remédio. Disse não se lembrar do ocorrido. A mãe mudou-se do bairro sem saber quem era o agressor, descoberto só muitos anos depois, por reiterados estupros de crianças.

Úrsula sofreu abuso por parte de um gerente do tráfico, com quem trabalhava, já na adolescência. No dia seguinte, ele lhe pediu desculpas. Sobre o assunto, comenta: "Relação com homem sempre você sente alguma dor; com mulher, não", referindo-se às relações sexuais que vem mantendo com meninas da instituição.

Três meninas que viviam na rua foram vítimas de violência sexual nesse espaço de grande perigo para mulheres. Ester vivia na rua desde os oito anos e relata o medo de aí ser agarrada, mostrando como os fantasmas do abuso sexual permeiam o imaginário feminino. Foi violentada aos nove anos.

> Os caras lá tiraram a minha virgindade. Eles me pegaram à força. Eram dois. Me machucaram toda. Não fico nem mais sozinha na rua. Fico sempre com outras pessoas.

A experiência de Antônia foi similar. Já estava há bastante tempo na rua quando conheceu um garoto, que a levou para um lugar afastado.

> Quando eu cheguei lá, tinha mais dez pessoas me esperando. Começaram a me bater, me bater, me bater, a me violentar. Tiraram a minha roupa, me machucaram toda.

Após um longo intervalo de tempo, continua: "O único estupro que teve foi esse".

Anita também freqüentava muito a rua, mas se livrou de uma tentativa de estupro, pois os acompanhantes a ajudaram. Entretanto, certa vez, quando tinha cerca de 11 anos de idade, "ainda era moça", sofreu estupro ao voltar para casa à noite:

> Quando desci do ônibus, dois caras me agarraram para um canto escuro e me esculacharam. Eu não tinha nem força para gritar. Essa é a pior lembrança que eu levo. Eu tento esquecer mas não consigo. Acho que isso me revoltou ainda mais. Eu fiquei mais nervosa. Mas ninguém sabe disso.

A reação de Anita ao relato foi imediata, chorando e pedindo para nunca falar a ninguém o que acabara de contar. Paula, a mãe de Anita, foi a única que contou ter sofrido abuso por desconhecidos, tal qual sua filha. Paula foi agarrada na adolescência por vários homens, ao andar com uma amiga pela rua à noite. Foi levada para o cemitério e abusada das 11 horas da noite até as 4 da manhã. Sente-se vingada, pois 'encomendou' a morte dos estupradores aos bandidos locais. Mostra toda a sua revolta: "Eu tava junto. Tanto ódio que eu fui junto, ainda cuspi na cara dele lá morto". A despeito de ter passado pela mesma experiência, fez o seguinte comentário sobre o abuso da filha: "Eu cansei de falar. Ela deu mole".

Os relatos dessas experiências sexuais violentas mostram o quanto a idéia do direito masculino ao corpo da mulher continua arraigada, gerando e alimentando a dificuldade em mencionar o assunto. Esse silêncio contribui para manter a impunidade. Os maus momentos vividos também acarretam conflitos nas relações sexuais posteriores. A mais direta e facilmente observável é o nojo, o medo de novos intercursos e a preferência da relação sexual com mulheres no espaço institucional. Mas os resultados da violência afetam toda a história de vida dessas mulheres.

Quando o Abuso é Praticado por Agentes da Lei

Eva é uma exceção nesse grupo, pois vivenciou a agressão por parte de um funcionário do internato onde vivia. Conta assim o episódio que marcou tão negativamente sua vida, levando-a a fugir e viver na rua:

> Foi horrível. Eu lembrava do monstro que me estuprou, eu me senti suja, queria que acabasse logo. Quando eu fui estuprada eu era virgem, nunca tinha nem beijado homem.

Após a agressão, Eva tem-se tornado fisicamente muito masculinizada, preferindo manter relações sexuais com mulheres, pois "com homem dói". Teve um namorado porque se sentia emocionalmente carente. Sobre essa relação, destaca que a fez lembrar do acontecimento terrível que sofreu. Vive hoje envolvida em prostituição.

As demais seis jovens relatam assédio e violência sexual por parte de policiais, com os quais passaram a conviver em função da inserção infracional.

As histórias são muito similares. Além da agressão física comumente empregada por esses agentes contra todos os infratores, independentemente

de sexo, as meninas são solicitadas a prestar favores sexuais para não serem presas. A maioria conta o assédio sexual, mas nega orgulhosamente ter cedido às ameaças, preferindo assumir as conseqüências. Assim fez Elisabete:

> Quando eu vim pra cá pela primeira vez eu estava com pó, assim dentro da calcinha, sabe? E ele já tinha achado comigo. Ele foi e pediu pra mim tirar minha roupa. Falou que senão ia me matar. Eu, com medo, que eu era novinha, 14 anos, bobinha, nunca tinha levado uma dura de um policial. Ele mandou eu abaixar as calças. Eu fui, abaixei. Ele foi, passou a mão, assim, sabe? Mas só isso.

Ângela passou por fato similar:

> Ele ia pagar minha fiança. Pra você dormir na minha casa, ele falou. Um passou a mão no meu peito, outro queria beijar minha boca. Ele falou: você vai fazer com ele e vai fazer comigo, também. Eu falei: eu não vou fazer nada.

Muitos comentários surgem sobre as amigas que cedem às ameaças. Eliana lembra o caso de uma delas, "que os policiais comeram e ainda falaram que iam matar. Ela foi obrigada a entregar [delatar]. Quase que mataram ela". Elisabete complementa: "Tenho várias colegas que transaram com os vermes para ter liberdade".

Três possibilidades surgem na negociação com os policiais. A primeira delas é decidir entre praticar algum tipo de ato sexual (transar, 'dar uma mãozinha' ou 'fazer um boquete') ou ser presa. Outra possibilidade é optar entre praticar algum tipo de ato sexual ou morrer. Por último, a alternativa é trocar favores sexuais por dinheiro, relógio ou outros objetos. A reação de repulsa e indignação das adolescentes a quaisquer das três opções é unívoca.

Odete é a única exceção, pois assumiu ter praticado sexo oral com um policial para não ser presa: "Já apanhei muito de polícia, já me fez chupar ele, um polícia, uma vez. Ele me prendeu e falou que eu tinha que mamar ele. Eu fiz".

Todas as demais argumentaram que prefeririam morrer, ir presas ou pagar a serem estupradas por policiais. Ana diz que prefere morrer a transar com policiais, pois tem nojo. Assistiu a uma colega sua que transou "com quatro policiais. Eles falaram que se ela transasse com os quatro, eles não iam matar a gente". Nessas horas, as garotas com aparência masculina se eximem desse perigo e podem até apanhar mais: "Mas também por um lado é bom: eles não tentam me estuprar" (Alba).

As jovens manifestam rejeição não apenas aos policiais como também às colegas que a eles cedem. Falam dessas garotas sempre na terceira pessoa. Percebe-se ser uma norma do grupo distanciar-se de qualquer envolvimento

com policial, regra rigidamente estabelecida nesse meio, chegando a constituir-se numa questão moral. Entretanto, lê-se nas entrelinhas que, por vezes, a autoridade e a força empregada pelos agentes da lei podem se sobrepor à força e às regras estabelecidas no mundo infracional.

8

APRENDENDO A LIÇÃO

a influência de amigos, namorados, familiares e das drogas

A influência do grupo de amigos sobre um adolescente tem sido importante tema abordado pelas teorias sobre delinqüência juvenil. É no grupo que muitas jovens encontram incentivo e apoio para a saída do lar e passam, em conjunto, a praticar atos infracionais. É o caso de Ivete, que saiu de casa aos 12 anos para morar com uma colega em outra comunidade, passando a se envolver com o tráfico local. A jovem, quando ainda criança, fugia freqüentemente para driblar o controle familiar: "Eu queria andar com as minhas colegas, eles não deixavam, e eu fugia mesmo". De maneira geral, as mães identificam as más companhias como a causa da mudança do comportamento das filhas:

> A Ivete tem um bocado de amizades que não são boas. No meu ponto de vista, foi isso que levou ela. Toda vez que eu ia atrás dela tarde da noite, às vezes as colegas dela vinham e mandavam ela se esconder, que eu tava caçando ela. (...) Só amiga lá, amizade dali, amizade daqui, amiga pra lá, amiga pra cá. Sempre se misturou com quem não presta. (Lurdes, mãe de Ivete).

Assis reconhece o lugar especialmente importante do grupo de amigos exercendo influência sobre os adolescentes infratores do sexo masculino:

> *Os grupos de amigos citados pela maioria dos jovens infratores integram o mundo infracional – não necessariamente da própria comunidade em que vive o adolescente. Poucos infratores conseguem manter amigos sem qualquer envolvimento com a vida infracional e participantes de experiências de vida em comunidade. Percebe-se que, à medida que o jovem vai se envolvendo em atos infracionais, seu universo de amigos passa a ser mais restrito.* (Assis, 1999:75)

Entre as meninas, nota-se que a força dos amigos se exerce com maior intensidade nos momentos em que os conflitos familiares se exacerbam. Em geral, a adolescente necessita de apoio do grupo para sair do espaço doméstico, diferentemente do menino, que sempre conviveu com os companheiros na rua.

Elena, de apenas 13 anos, descreve com riqueza de detalhes o que precisava fazer para se livrar dos severos castigos da mãe:

> Uma vez, ela me botou uma corrente no meu pé, amarrou na cama, já me trancou dentro de casa e eu saí por um buraco lá em cima... Eu não consigo ficar sozinha, eu gosto de ficar conversando com os outros na rua...

A jovem se vangloria das amizades que fez no tráfico em sua comunidade:

> Ficava na rua o tempo todo e falava que ia para a escola. Aí eu ficava na boca com os caras, todo mundo me conhece desde criança, desde pequena nesse meio, aí depois eu comecei a usar droga, fumar, cheirar, cheirar cola...

As meninas cultivam amizades para ir a bailes ou passear na comunidade, mas o destaque que dão às amigas e aos amigos é reduzido, se comparado ao percebido entre os rapazes infratores, que muito falam dos companheiros do mundo infracional (Assis, 1999). Uma possível explicação é que, quando estabelecem relações amorosas com os parceiros, as amizades ficam em segundo plano em suas vidas.

A influência dos familiares envolvidos em criminalidade, que já fora evidenciada entre os rapazes infratores (Assis, 1999), ficou comprovada também para as meninas, que agregam à freqüente experiência de criminalidade da mãe a relatada em relação aos pais, padrastos, irmãos e tios. Cinco mães tinham histórias de envolvimento com a criminalidade. Apenas uma foi presa na adolescência. Laura (mãe de Ester) foi apreendida por seu envolvimento com o tráfico de drogas: "Eu estava servindo, servindo pó". Fala do quanto é arriscada a vida do tráfico, mas critica a filha que rouba: "Brigo com ela por causa disso. Pára com esse negócio! Eu não gosto desse negócio, não!" Diz ter se iniciado nessa vida já adulta, depois que perdeu o marido.

Gina (mãe de Antônia) se envolveu com roubo e tráfico:

> Poxa! Eu fiz muita droga: eu roubei, eu trafiquei, era um lado que eu arrumei para poder comer, me vestir, foi onde eu fui parar na cadeia. A primeira vez foi por roubo. Fui embora porque não tinham provas contra mim... Aí em 95 eu rodei de novo por roubo. Aí fiquei presa dois anos, dez meses e 25 dias... Já fui pega por tráfico, mas só que eu não fiquei em cana, não, porque eu dei volta nos policiais.

Ela fala da emoção que sentia em seu trabalho no tráfico de drogas: "Pra mim era um barato. Todo dia a gente tinha dinheiro, só começou a ficar chato quando os policiais começou a vir atrás da gente..."

Dos motivos que a levaram a se envolver com a criminalidade, a entrevistada aponta a falta de suporte familiar:

> Foi falta de ajuda da própria família, a própria família criticar as coisas quando a gente não tá fazendo nada: você tá fazendo isso, tá fazendo

> aquilo, você não presta, na minha casa você não pode entrar. Porque antes (de a avó morrer) eu criticava muito o tóxico. Se uma pessoa fumasse ou cheirasse, pelo amor de Deus, não chega nem perto de mim, que eu não tô a fim de ir presa.

Diz não se arrepender das coisas que fez, pois, segundo ela, foram cruciais para sua sobrevivência. Ela fala sobre sua posição atual em relação ao seu envolvimento anterior:

> Dos 18 anos pra cá eu já fiz tudo, só nunca matei, mas já fiz tudo na vida. Mas não me arrependo, porque se eu não fizesse isso hoje eu tava morta por doença ou por tiro... Eu não penso em fazer mais nada de errado... Acho que agora eu sou uma otária, porque antigamente, querida, eu não ficava dura, não. Tô dura, sem cigarro. E hoje em dia eu tenho medo de roubar, traficar...

Vanda, mãe de Elisa, ficou presa durante seis anos por furto junto com o companheiro. Apesar de estar há sete anos solta, ainda se emociona ao falar desse período:

> Todo mundo foi preso, aí eles se deram bem e eu fiquei. Ele pegou dois anos e quatro meses e foi embora e eu fiquei. Tirei seis anos. Eu não estou agüentando, eu não gosto de falar dessas coisas.

Aponta a relação com esse homem como a causa de sua entrada na vida do crime: "Desde que eu conheci o pai da Elisa, eu conheci todas as coisas ruins. Usei drogas pela primeira vez do lado dele..." A entrevistada chorou compulsivamente ao falar do período em que esteve presa: "Eu perdi todas as minhas oportunidades da minha vida nessa época, inclusive meus filhos".

Essas mulheres destacam o quanto é difícil a vida na prisão. Apenas Gina (mãe de Antônia) traz uma experiência de aprendizado no meio de tantas atrocidades:

> Eu acho que foi ali que eu mais aprendi. Ali tem muitas coisas boas e muitas coisas ruins. Eu via as colegas umas dando facadas nas outras e não podia falar nada. Via elas brigarem e não podia fazer nada. A comida vinha azeda, com perna de barata, com coisa de vassoura, isso tudo tinha na comida... Pra mim foi uma experiência que eu tinha de passar por isso para aprender.

Ela fala das relações homossexuais, comuns dentro da prisão, e de seu relacionamento com outra detenta que fez com que a pena se tornasse mais leve:

> O tempo passou mais depressa, eu saí primeiro e fiquei visitando ela. Toda semana eu ia lá visitar ela, mas a família dela separou a gente.

Paula iniciou seu envolvimento ainda adolescente, como sua filha Anita:

> Já aprontei muito... Mexia com os outros, aí juntava eu e umas colegas, apanhava bolsa de dinheiro das velhas. Aí fui presa; não cheguei a ir presa, não, fui na delegacia, mas minha mãe foi lá e me tirou...

É importante ressaltar que todas as entrevistadas que já estiveram envolvidas com atos infracionais em algum momento da entrevista fizeram menção às filhas, projetando-se nelas. Dizem usar sua experiência no intuito de alertar as filhas para o caminho que estão seguindo. Em alguns casos, por serem filhas de mulheres infratoras, recebem como herança cultural a predisposição a delinqüir. Esse destino é comumente apontado como um risco pelas próprias pessoas responsáveis pela criação da adolescente: "Começava a falar (a tia que a criou) que minha mãe era marginal, que eu ia ser igual a ela..." Quando a mãe quis se responsabilizar pela menina, recebeu como resposta: "Você não vai levar ela daqui, senão ela vai ser igual a você".

Metade das adolescentes relata ter outros parentes envolvidos no mundo infracional, além das mães. O comprometimento do pai foi narrado por três meninas. Irmãos, primos, primas e cunhados também são comumente mencionados como envolvidos, facilitando o ingresso das meninas na infração. Notou-se um certo constrangimento por parte das meninas ao relatarem o vício ou o envolvimento dos pais com a vida do crime:

> Tava eu e minha tia, aí chegou essa mulher dizendo que era minha mãe. Aí minha vida acabou. Eu acabei perdendo o interesse pela vida, comecei a me meter em lugares errados. Eu não agüento a minha mãe do meu lado usando droga igual ela. Todo mundo quer uma mãe direitinha, que faz comida, cuida da casa. Cadê tua mãe? Tá presa. Maior humilhação. (Antônia)

As histórias de mortes violentas são muito comuns: avó morta por bala perdida; pais, irmãos, primos, padrastos e namorados assassinados pelo envolvimento com o mundo infracional. Essas vítimas são sempre do sexo masculino, com exceção de duas jovens, irmãs de duas adolescentes entrevistadas. As mortes dos parentes aparecem de forma muito relevante nas falas que expressaram a dor que ainda mobiliza essas jovens.

São freqüentes também as histórias de violência. As entrevistadas trazem relatos não só da família de origem como da família construída – irmão atingido por bala, padrasto com bala alojada na cabeça, cunhado assassinado, irmão, filho e marido assassinados, filha raptada e estuprada –, demonstrando o grau de exposição dessas famílias à violência.

O uso de álcool como problema foi também relatado, especialmente pelas figuras masculinas como pai, tio e avô, com conseqüentes histórias de violência provocadas pela bebida. Dentre as mulheres entrevistadas, esse problema também se mostrou muito relevante.

Amor Bandido

> Eu comecei a gostar dele de uma tal forma que eu não só me envolvi com ele como na vida que ele vivia, na vida do tráfico. (Ingrid)

A figura masculina do parceiro representa na vida das jovens uma relação tão autoritária e hierárquica como a que a jovem tinha em sua família de origem. Por essa razão, a preferência dos parceiros pela vida infracional acaba por levá-las para o mesmo espaço de risco. Todas as adolescentes entrevistadas tiveram pelo menos um companheiro envolvido em tráfico ou roubos. Muitas delas apresentaram uma seqüência de envolvimentos com homens criminosos, fazendo menção à preferência por homens mais fortes, poderosos e capazes de supri-las financeiramente.

A dependência que elas demonstram em relação aos companheiros, importante facilitador da vida infracional, pode ser constatada a seguir, na história de Ingrid.

O pai é mulherengo e separado de Rosália, a mãe de Ingrid. Teve vários casamentos. Obrigava, sob ameaça, Rosália a manter relações sexuais com ele e a agredia. Batia com pau e fio. Também agredia Ingrid, embora fosse a filha mais chegada ao pai. Usava drogas e bebia muito. A mãe demorou a separar-se do marido por necessitar dele financeiramente para o sustento dos filhos. Afetivamente, nunca assumiu os filhos e pouco interesse demonstrou pela prisão de Ingrid.

Rosália diz nunca ter sido feliz: "A única felicidade que tenho, mesmo, são meus cinco filhos. Sempre assumi sozinha". A mãe não queria a gravidez de Ingrid. Sacrificou-se, mas não se separou de nenhum filho. Rosália já esperava a internação da filha. Foi como que o cumprimento de um vaticínio.

O envolvimento de Ingrid com o tráfico é grande. Ela acompanhava todas as atividades da 'boca' com o namorado, por quem é muito apaixonada; várias vezes foi ameaçada pelas outras mulheres dele. Ele tem 38 anos e parece assumir a posição de pai: não a deixa usar roupas curtas, receber dinheiro ou presente dos pais, nem sair de casa. Já bateu em Ingrid, mas ela afirma que

mereceu, pois estava "totalmente errada". Rosália crê que Ingrid apanha freqüentemente e que fica com ele por medo (repetindo o destino familiar), não percebendo a paixão que mobiliza a filha.

> Às vezes eu fico pensando o que fez eu me apaixonar tanto por ele, mas eu não sei. Tá com ele me dá uma segurança, mas ao mesmo tempo eu não tenho sossego, pensando que ele pode morrer a qualquer momento. (Ingrid)

Ingrid, ao mesmo tempo, parece ainda querê-lo, embora demonstre medo de ser castigada por terminar o namoro. Desculpa o namorado, dizendo que ele sempre buscou protegê-la. Não faz associação entre a relação e o uso da casa de sua família pelo traficante, onde escondia as drogas do 'movimento'. Era obrigada a aceitar o traficante armado dentro de casa, para sofrimento de Rosália. Ao ser pega pela polícia, Ingrid assumiu toda a droga como sua, sem mencionar o nome do namorado. O amor por ele está bem marcado no seu caderno:

> Estou triste, com o coração partido. Ando pensando onde estará essa pessoa que tanto amo, não recebi mais notícias estou preocupada. Queria ao menos ter uma oportunidade de vê-lo novamente, como sofro por esse amor! E nem sei se ainda sou amada.

Outras meninas também mantêm um tipo de relação similar, com homens mais velhos, que ocupam posição de destaque no tráfico de drogas. Tornam-se 'donos' e responsáveis pelas garotas, que em troca da proteção aceitam a submissão e, no caso de algumas, até a agressão física.

Perdas e Danos: a influência das drogas

> Um dia eu morrerei. Um dia todos morrerão e, quando eu for morta e sepultada, plantarás um lindo pé de maconha em meu túmulo. E quando for fumar dessa maconha, provarei a todos que, mesmo morta, ainda faço sua cabeça. (Eliana)

> – E o que a droga significa na sua vida? (Pesquisadora)

> – Perdas e danos. (...) Eu vou usar a droga e vou perder cada nervozinho de minha cabeça, reduzindo a minha cabeça. Cada vez que eu dou um 'dois' na maconha, um nervo vai embora. Dá esquecimento... Você perde com a droga o controle, sua sanidade, sua sabedoria, sua compostura. (Antonia)

Apenas três jovens entrevistadas nunca utilizaram drogas ilegais. A quase totalidade relata o uso de algum tipo, seja ela legalizada como álcool, cigarros, comprimidos tranqüilizantes; seja ilegal, especialmente a maconha, a cocaína, o *crack*, a cola de sapateiro e outras substâncias inalantes fortes como removedores de tinta ('tini' e 'bin'). A maconha é a líder, seguida por cocaína, cola e álcool. Apenas cinco meninas dizem ter conseguido superar a dependência.

O uso de drogas pelos jovens do Rio de Janeiro é muito menor do que o constatado entre as entrevistadas. Minayo et al. (1999) mostram que o álcool é a substância mais utilizada pelos jovens cariocas (32% dentre os da classe média e 37% na classe popular), seguido pela maconha. Dentre as meninas, sobressai o uso de medicamentos. Morris et al. (1995) indicam que jovens presos norte-americanos, de ambos os sexos, revelaram taxas elevadas referentes ao uso de drogas e excesso de bebida. Singer et al. (1995) confirmam esses achados entre 83% das mulheres adultas presas, sendo as principais substâncias a cocaína e o álcool.

As adolescentes que têm vivência na rua relataram início mais precoce do uso de drogas, sendo que por parte de algumas isso se deu aos sete anos de idade. O primeiro contato geralmente é explicado pela curiosidade e pelo incentivo de colegas da escola, do baile ou da rua, de parentes ou do namorado, o que reforça a importância do ambiente e das companhias na formação de hábitos de vida saudáveis. Resistir aos vários convites para o consumo torna-se tarefa difícil, especialmente para a adolescente que deseja ser aceita por seu grupo.

> Ficou me chamando para cheirar, falando que eu tinha sido presa, virado careta… Eu falei que não queria essa vida pra mim, não. (…) Eu não quero parar mais na boca, só que para ir para casa de umas amigas eu vou ter que passar por lá… Ele disse: tu vem a hora que tu quiser, vamos dar um teco aí… (Ingrid)

As que vivem com a família costumam ter seu envolvimento conhecido pelos parentes. Fabiana (mãe de Elena) fala da luta sua e do companheiro para ajudar a filha: "Eu já peguei umas três vezes ela drogada... Já levei pro médico, já entrou no soro... Muitas vezes eu peguei ela drogada".

As mães falam da dificuldade em lidar com a adolescente em tais circunstâncias:

> Deu pra mim sentir que ela tava se envolvendo com droga. Eu falava pra ela: ou você muda, você pára essas amizades ou vou entregar para o Juizado de Menores. Faz quase um ano que eu percebi isso aí. Eu acho que ela cheirava... (Rosália, mãe de Ingrid)

O uso de drogas foi mencionado por três mães entrevistadas. Uma delas diz ter se iniciado no vício com o ex-companheiro, que era traficante:

> Antigamente era só pó. Agora era aquela mistura. Antigamente era aquele negócio puro, agora é misturado. Não dá, faz até mal... Tem gente que fica doente, agressiva. Eu não: eu fico calma, tranqüila... (Laura, mãe de Ester)

Essa mãe via na droga um ponto de apoio e um meio para refletir sobre sua vida:

> Todo dia, toda hora (usava maconha, cocaína). Eu não conseguia ficar sem; a cocaína nem tanto, mas a maconha... Muitos criticam, mas para mim foi a nível de desabafo, porque eu fumava muito e pensava muito na vida. Ali que eu fazia um arremate da minha vida.

A utilização das drogas provoca sensações diferentes nas jovens. A maconha induz à fome e à tranqüilidade. O uso de cocaína acarreta, na maioria das adolescentes, delírios, agitação, paranóia. Uma delas, após ter cheirado muita cocaína na rua, disse que falou com Deus. Perguntada se achava que o ocorrido estava relacionado ao efeito da droga, assegura que havia acontecido na realidade, mostrando a confusão entre o delírio e a realidade.

A cola também é mencionada por seus efeitos delirantes:

> Você vê coisas: mesa voando, vindo atrás de você, pessoa andando atrás de você, você se vê cheia de sangue…Formiga gigante, barata gigante... (Antônia)

A maconha é indicada como uma substância que dá fome. Esses efeitos que acompanham o uso das drogas ilegais vêm associados a outros sentimentos positivos – dar sentido, prazer e sensibilidade à vida –, como se pode verificar nas falas de algumas meninas:

> Ocupava um espaço grande da minha vida, dava algum sentido. Pela droga eu tinha por que acordar. Eu acordava pra conseguir dinheiro pra me drogar. A droga dá um prazer na vida, dá uma pitadinha de sensibilidade. (Antônia)

Algumas adolescentes revelam consciência das conseqüências do uso das drogas, especialmente dos efeitos de esquecimento e dano cerebral, o que não as impede de consumir.

> Aí, pra mim, droga, toda droga é droga. É a opinião que eu dou é que todo mundo fale não pra droga. (Alessandra)

> Será que eu vou conseguir parar? Droga é a desgraça dos jovens. Come o nosso cérebro e faz a gente só fazer merda. Eu queria isso. Queria nascer de novo para mudar tudo. (Anita)

Uma única jovem, Elisabete, faz um discurso diferenciado. Diz que cocaína é 'deprimente' e que vai parar de usar. Porém, quanto à maconha, assume postura diferente: "Porque eu acho que ela não me prejudica em nada".

As jovens se dizem viciadas ou não em função da capacidade de ter controle sobre o uso. Ilda, embora inicialmente se diga viciada há vários anos, rejeita essa idéia ao afirmar que sabia se controlar no tráfico e não cheirar a cocaína que não era dela. Ivete também se diferencia, pois "quando não queria fumar, não fumava". O autocontrole tão almejado é comentado por Antônia:

> Não, porque bem dizer hoje eu não sinto mais falta. Bem dizer eu uso porque eu quero. Como eu parei de usar cocaína, eu posso parar com a maconha, e a cola eu não paro porque eu não quero…

Para aquelas adolescentes dependentes da droga, os roubos são motivados pela necessidade física.

> Uso todo tipo de droga. Cocaína, maconha, cola e 'bin', um líquido que a gente compra aí, molha na blusa e cheira, aí fica doidona, chapadona. Nesses dias agora, uma colega minha morreu de 'bin'. Ela tava chapadona de 'bin', aí ela caiu, a gente pensou que ela tinha desmaiado, mas ela tava morta... (...) Cola me deixa chapada. Deixa tonta, faz a gente mexer com os outros, zoar os outros. (Isabel)

O consumo de álcool é também freqüente. Episódios em que se consumiu elevada quantidade de álcool foram comumente relatados. Poucas garotas, no entanto, são como Ângela, que diz estar se tornando alcoólatra, bebendo todo dia e deixando de comer – para beber. Outras, como Evelin, dizem consumir cerveja socialmente, porém relatam episódios de forte embriaguez ou têm queixas de seus familiares sobre esse consumo. Alda diz beber cerveja esporadicamente; no entanto, em seu prontuário consta que a jovem faz uso diário de álcool e possui edema nos pés, provocado pela ingestão excessiva da bebida.

O uso de álcool foi ainda mais freqüente entre as mães. Oito delas referiram-se a algum tipo de problema. Algumas entrevistadas falaram sobre o uso social do álcool, outras apontaram os malefícios da bebida para suas vidas.

> Eu tava separada e já estava me entregando na bebida... O pouquinho de dinheiro que entrava dentro de casa comprava comida, sim, mas sempre tirava um pouquinho. Vamos supor: se eu tivesse para comprar uns cinco quilos de arroz, comprava três, para tirar da cervejinha e do cigarro... Não ficava bêbada, mas tinha que beber... (Geórgia, mãe de Odete)

> Quando eu estou aborrecida, eu bebo... Qualquer coisa que acontece na minha vida eu começo a beber, mas isso não resolve... Só piora. (Laura, mãe de Ester)

Fatores que Facilitaram a ‘Opção’ pela Vida Infracional

Como pôde ser observado até aqui, são muitos os fatores que facilitaram o comportamento infracional das adolescentes, oriundos da relação familiar, da influência dos amigos e namorados, da falta de apoio da escola, da comunidade ou da sociedade em geral. A forma como cada jovem vivenciou e captou as difíceis relações e situações pelas quais passou também contribui para se entender por que chegaram à infração. Nessa questão, lembra-se que, em pesquisa anterior com meninos infratores (Assis, 1999), quando foram entrevistados o infrator e um irmão não infrator, muitas diferenças de personalidade foram encontradas, indicando ser este outro importante aspecto para se compreender a gênese da infração juvenil. Os rapazes em conflito com a lei mostraram maior arrojamento, valentia, rebeldia, espírito aventureiro, visão imediatista e falta de introjeção de limites em relação a seus irmãos.

A socialização dessas meninas, marcada por abandono, negligência, falta de limites e violências de variadas ordens, mostrou-se por um lado bem-sucedida e, por outro, um malogro. No primeiro caso, nota-se que as meninas não conseguiram efetivamente romper com o modelo de subordinação feminino tradicional, embora tenham feito esforços nesse sentido. No segundo caso, o fracasso da mesma socialização se deve, essencialmente, à ruptura que as jovens provocaram ao tomarem o caminho infracional.

Esse é o tema abordado a seguir, na Parte II, em que se apresenta uma nova etapa da vida das jovens, quando já se tornam ativamente infratoras, destacando-se as sanções que lhes são impostas pela sociedade.

PARTE II

‘A VIDA DO CRIME NÃO É A VIDA DO CREME’

gênero e infração

A casa de seu desenho é uma prisão: muitas grades, muito reforçada, indicando uma necessidade de proteção. Isabel se sente muito desprotegida, muito frágil.

Sem raiz, sem base. Mas tem consciência de que ela própria precisa se sustentar, ficar firme. Consciência de que não pode muito contar com as figuras parentais, essas são frágeis, marcadas por sentimento de aversão.

Utiliza os elementos sol (figura masculina) e lua (figura feminina) fundidos. Essa fusão indica situações de penetração, violência, ameaça. As figuras protetivas são ao mesmo tempo ameaçadoras. A fusão de nuvens reforça a necessidade de aproximação, do estar junto, do toque.

Em relação à sexualidade, devido ao seu alto grau de carência afetiva, pessoas de ambos os sexos que ofereçam carinho e proteção serão bem-vindas. Imagem feminina, relacionada à mãe, confusa. O que pode ser o motivo de uma identidade sexual indefinida.

Já tem consciência de seu espaço, respeita o outro. Capacidade de reflexão desenvolvida. Fragilidade interna intensa: pedido de socorro.

Ameaças constantes de figuras masculinas (amarelo e vermelho se relacionam a símbolos fálicos) – talvez relacionadas à violência sexual sofrida. Se sente protegida na instituição dessas ameaças. O 'lado de dentro' (a instituição) é mais tranqüilo que o 'lado de fora' (a rua). Sente-se mais protegida na instituição (principalmente das ameaças masculinas). (Psicóloga)

9
QUANDO FALHA O 'COMPROMISSO'

> O creme é fofinho, leve, saudável. A vida do creme é uma vida macia. A do crime é muito dura. É a vida do mata ou morre.
>
> (Ingrid)

Nesta parte do texto lança-se um novo olhar para as adolescentes, com foco nos rótulos de infratoras, desviantes ou 'menores delinqüentes'. A visão das jovens como vítimas dos sucessivos fracassos familiares, sociais, políticos e econômicos, mostrada na Parte 1, contrapõe-se a esse outro enfoque, em que se tornam sinônimo de medo e perigo, merecendo portanto a punição que recebem ao assumirem o estigma de infratoras e o sofrimento pelos quais passarão durante o internamento. Para as adolescentes como Isabel, na reclusão institucional os riscos são menores do que os que passava quando vivia livremente em sua casa.

A visão maniqueísta de vítima e agressor como dois seres totalmente independentes mostra-se bastante inapropriada para se compreender a inserção infracional das meninas, muitas delas ainda crianças quando se iniciaram nessas práticas. A leitura que se segue revela a impossibilidade de se 'separar o joio do trigo', mostrando como em um mesmo indivíduo essas situações se coadunam. Para se compreender essa afirmação, ajuda recorrer a formulações teóricas de alguns autores que refletiram sobre o processo de construção social do indivíduo desviante.

Becker (1977:60) afirma que "os grupos sociais criam o desvio ao fazerem as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicarem essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes". Dessa maneira, o desvio não constitui uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas resulta da aplicação, por parte de outras pessoas, de regras e sanções a um 'desviante'. Logo, conhecer a 'interação' entre a pessoa que comete um desvio e aquela que responde a ele é o melhor caminho para entender esse desvio, mais do que o próprio comportamento infracional. Valerá a pena retornar várias vezes a essa questão para se perceber a facilidade com que muitas jovens, especialmente aquelas mais desprotegidas e oriundas das classes populares, incorporam e assumem facilmente o papel de delinqüentes. E também para observar como as autoridades, de sua parte, adotam diferentes posições, dependendo da inserção social da menina 'desviante'.

Outro autor que trata da forma como a sociedade categoriza e segrega os indivíduos é Goffman (1975), que mostra existir uma discrepância entre a identidade social real (as categorias e os atributos que as jovens ostentam) e a identidade social virtual (a que a sociedade espera de uma adolescente do sexo feminino). É a percepção dessa discrepância que inicia o processo de estigmatização, por meio da internalização de um efeito depreciativo e de descrédito, primeiramente introjetado pelas meninas como fracasso por não se terem tornado adolescentes convencionais.

A Justiça e a prisão subseqüente são as próximas etapas que sancionam a pessoa como desviante: a primeira, quando a sentença é emitida; é a segunda, como mostra Foucault (1984:214), a partir do momento em que alguém entra na prisão, quando "se acionava um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delinqüente".

Após receber o rótulo de infrator, fica mais difícil prosseguir uma vida sem envolvimentos com o mundo infracional. Segundo Becker (1977:80), em função dessa realidade, o desviante desenvolve comportamentos ilegítimos, confirmando o que se pensava a seu respeito. Põe-se em movimento um mecanismo perverso de exclusão, produzindo "uma profecia que se auto-realiza" e moldando o indivíduo segundo a imagem que as pessoas fazem dele.

O ciclo se fecha quando do desligamento da prisão: o complexo polícia-Justiça-prisão assegura a reincidência: a primeira, ao detectar o novo delito; a Segunda, ao promover nova condenação; e a terceira, ao inviabilizar a recuperação (Adorno, 1989).

O processo de incorporação do estigma pelas jovens durante a vida institucional é apresentado a seguir, em formas diferenciadas e complementares. Tenta-se enfatizar as motivações que as levaram a desistir do 'mundo do creme', espaço dominado pelas mulheres (segundo elas próprias), optando pelo 'mundo do crime', esfera legitimamente masculina. Detalham-se ainda as peculiaridades de gênero em cada tipo de infração cometida e na forma como as 'internas' (denominação que a partir de então adquirem) são tratadas desde o momento em que entram no Sistema Legal.

Esse processo começa quando a adolescente chega ao juiz por ter praticado algum ato infracional. Este abre imediatamente um processo e marca, a seguir, uma audiência para definir qual a medida socioeducativa que a jovem receberá.[10] O prazo máximo permitido pelo ECA para a deliberação da medida é de 45 dias. Nesse ínterim, o juiz tem duas alternativas principais para encaminhamento da jovem: pode entregá-la aos responsáveis, orientando-os para que a tragam no dia da audiência, ou mantê-la em internação provisória.

Tanto as jovens em internação provisória quanto as que na audiência recebem medida definitiva de internação[11] estão submetidas à restrição de liberdade na única instituição estadual mantida com este fim, destinada a jovens do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos: o Educandário Santos Dumont.

Motivações para o Ato Infracional

Segundo Becker (1977), todos os indivíduos têm impulsos para realizar um ato desviante. A diferença por ele encontrada entre o que chama de pessoas convencionais e as desviantes é que as primeiras se aliam a um processo de compromisso que as impede de transgredir. Nesse processo, o indivíduo adere a certas linhas de comportamento, motivado por escolhas que não afetem o rumo que quer imprimir a sua vida. O autor dá como exemplo uma pessoa convencional que deixa de fumar maconha por uma razão determinada. Além do prazer imediato, estão em jogo aspectos que ela considere muito relevantes, como trabalho, família e reputação. Organiza, portanto, sua vida em função dos laços que estabelece com a sociedade convencional.

O que então estaria acontecendo com os desviantes, segundo esse autor? Para Becker, existem dois mecanismos que justificam suas opções: o primeiro é a falta de aderência aos padrões da sociedade convencional, justificando assim a liberdade para seguir os impulsos. O segundo é o recurso às técnicas de neutralização, que seriam justificativas dadas pelas pessoas que infringem a lei, aceitas apenas por elas mesmas e pelas subculturas das quais fazem parte, sendo totalmente rejeitadas pelo sistema legal e pela sociedade dominante.

Nas falas das jovens entrevistadas e de suas mães, os motivos apontados como facilitadores do envolvimento infracional foram variados. O acesso rápido ao dinheiro, com a conseqüente possibilidade de adquirir os bens de consumo almejados, foi a principal razão mencionada pelas adolescentes, especialmente

---

[10] O ECA prevê a possibilidade de aplicação das seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Medidas protetoras comumente aplicadas (art. 101): encaminhamento aos pais; orientação, apoio e acompanhamento; matrícula em estabelecimentos de ensino fundamental e freqüência obrigatória; inclusão em programa comunitário de apoio à família e à adolescente; requisição de tratamento médico/psicológico/psiquiátrico; inclusão em programa de auxílio, orientação e tratamento de drogados e internação em abrigo.

[11] A medida de internação só pode ser aplicada em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração ao cometer outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (ECA, art. 122). A natureza da infração é condição necessária, mas não suficiente para a aplicação desta medida. Para isso, devem-se considerar também as circunstâncias do ato praticado e a capacidade do adolescente de cumprir a medida. O período máximo de internação não pode exceder a três anos, e a liberação é compulsória aos 21 anos (ECA, art. 121).

das envolvidas com o tráfico de drogas. O dinheiro que conseguem com o ato infracional é principalmente gasto com a montagem de um amplo guarda-roupa.

> Eu tenho um guarda-vestido de roupas. Eu quanto mais eu quero roupa, mais eu tenho. Quanto mais eu vejo roupa, mais eu quero. E se eu passo numa loja, vejo aquela roupa e não tenho dinheiro na hora, mais tarde ou amanhã eu volto para comprar. Eu tenho que comprar. (Isabel)

A necessidade de ostentar roupas novas em bailes e passeios com namorados é uma questão relevante para as jovens e as suas mães, que também sofrem por não poder atender à constante demanda. É notória a preferência das meninas pelas roupas de marca, hábito da juventude atual. Entretanto, para seguirem os ditames da sociedade consumista, precisam utilizar estratégias pouco convencionais, única fonte possível e justificada para a satisfação imediata dos seus desejos. É o que sinaliza Ester:

> Eu roubo mesmo porque eu fico na rua e quero comprar roupa pra mim, e roupa que eu gosto de usar é só de marca, eu não tenho condição de arrumar dinheiro. Eu peço, ninguém me dá. Eu peço para arrumar trabalho, os outro ficam com medo, então a gente tem que roubar mesmo. A única solução que tem é roubar, mesmo. Pra mim, é. Não sei pros outros.

Algumas adolescentes cooperam em casa, ampliando assim o número de pessoas que usufruem dos resultados dos atos infracionais. A posição das mães é, em geral, de rejeitar o 'dinheiro sujo' que essas filhas conseguem. Porém, as próprias meninas se encarregam de criar subterfúgios para que a família aceite o dinheiro, que passa a ser muito importante diante da precariedade econômica de algumas famílias. Alba, uma menina homossexual que assumiu o lugar do pai, ilustra a posição de destaque que jovens de tão pouca idade alcançaram como provedores de suas casas:

> Eu gastava quase todo o meu dinheiro com coisas pra casa, para a minha irmã caçula, e o resto eu ficava pra mim. Para isso o tráfico era bom. Eu estava sempre com dinheiro.

O gasto com drogas foi mencionado pelas jovens apreendidas por roubo. Para as garotas inseridas no tráfico, esse dinheiro parece já ser descontado do total recebido das atividades, não merecendo destaque maior por parte delas. A rapidez da circulação do dinheiro adquirido e a experiência em lidar com elevadas quantias diariamente fazem com que as jovens não consigam administrar o ganho de forma a mantê-lo ou multiplicá-lo. Ademais, elas não têm hábito de poupança. O consumo é imediato. Perdem-se em cifras elevadas e dão valores excessivamente altos a mercadorias banais.

> Quatro mil é muito pouco! Numa semana eu acabei com os quatro mil! Nesse tempo eu já cheirava, e pó acaba com o dinheiro muito rápido. Dinheiro roubado acaba muito rápido. Vem fácil, vai fácil. Porque se você trabalhar para ganhar 400 real, você não vai dar 400 real numa roupinha... Agora, eu já não trabalhava, era dinheiro roubado. Podia comprar um tênis de 500 real, que amanhã ia ter outros 500. (Eliana)

Uma segunda razão indicada como motivadora da infração está relacionada à família: a falta de segurança familiar, os maus-tratos físicos e psicológicos, a educação muito repressora, as perdas familiares e a falta de alguém que imponha limites, temas já abordados. Elen, enfaticamente, afirma: "Se tivesse sido criada com a minha mãe desde pequena, com certeza isso não teria acontecido".

A violência sexual do estupro também marcou algumas jovens, a ponto de elas não enxergarem mais a possibilidade de uma existência honesta, como se a agressão sofrida as tivesse rotulado como inaptas e não merecedoras de uma vida comum como a das jovens de sua idade. O estigma da perda da virgindade, especialmente quando a violência se dá por vários homens ou é de conhecimento geral, faz que considerem o casamento e a escolaridade inviáveis. Assim, a entrada no universo infracional surge como uma fatalidade.

A influência de parentes, amigos e namorados é relatada como outro fator propulsor para o envolvimento infracional, reiterando o que Becker afirma:

> *Em muitas atividades desviantes essas motivações são aprendidas na interação com membros mais experientes do grupo desviante, ou seja, são aprendidas a partir de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante em particular.* (Becker, 1977:78)

Para as adolescentes que roubavam, o grupo de amigos – especialmente aquele formado por companheiros e companheiras da rua – foi importante influência. Essas 'más companhias' passam a ensinar os primeiros passos para se ter êxito nas atividades ilegais. A necessidade de se mostrarem pertencentes ao grupo as torna leais e boas aprendizes. A pressão do parceiro envolvido em atos infracionais, bem como a influência direta de uma mãe "há trinta anos ladrona na cidade" (Eliana), também foi um motivo relatado.

Algumas jovens foram cooptadas pelos colegas do sexo masculino, que necessitavam de uma figura feminina menos visada para viabilizar o roubo. Nesses casos, tornaram-se figuras com participação secundária.

> Vieram correndo atrás de mim. Aí eu fui, parei. Aí ele falou assim: você vai em Nova Iguaçu, que a gente vai fazer um negócio e eu quero você pra dechavar a gente (...) Eu falei assim: 'Eu não vou, não. Eu não sei fazer isso, não. Eu nunca fiz isso na minha vida, eu não sei fazer isso. Eu vou embora, amanhã a gente se vê'. Ele falou assim: 'Não. Você vai, sim. Aí levantou a blusa'. Ele estava com um 38. (Alda)

Na visão das mães, a influência dos colegas, especialmente das amigas, é motivação fundamental para a mudança de comportamento das adolescentes, argumento semelhante ao utilizado para justificar a entrada de adolescentes do sexo masculino no universo infracional (Assis, 1999).

A influência de maridos e parentes a que se afeiçoam é também mencionada como porta de acesso ao tráfico de drogas. A relação afetiva estabelecida com o parceiro se torna prioridade em detrimento de todas as outras relações familiares e de amizade outrora existentes. As mães têm visão semelhante a esse respeito, especificando o agravamento das relações com a filha por causa dessa influência.

> Depois que ela se envolveu com esse rapaz, tava muito difícil entender ela, conversar com ela. Só eu mesmo, que era mãe, que falava com ela. O resto da família ficou isolada. Eu sei que, numa parte, foi pelo conforto que ele dava que ela se envolveu, e por outro foi pela aventura de viver perigosamente. (Mãe de Ingrid)

Duas outras razões foram mencionadas apenas pelas mães: o uso de drogas e a herança de características negativas dos pais, apontando para a internalização do estigma que essas mães provavelmente impuseram a suas filhas.

> Ela tem a quem puxar. Eu falo pra ela que ela não podia ser diferente, com o pai e a mãe que teve. Mas é verdade, a gente era louco, louco mesmo. (Mãe de Elisa)

Um último fator aventado para explicar a vida infracional é o prazer da aventura, que parece ser o fator propulsor para muitas jovens entrevistadas. A força que exercem e o medo que impõem ao roubarem, o acesso às armas, a possibilidade de atirar e enfrentar policiais, atividades comuns ao tráfico, deixam as jovens em constante estado de excitação.

> Você se diverte muito. Não é pelo dinheiro, é pelo prazer que dá (...). A vida do crime é emoção pura! É viver cada dia como se fosse o último, sem pensar no amanhã. (Elisabete)

As motivações relatadas pelas jovens reforçam a não internalização do compromisso com alguns valores da sociedade, especialmente os ligados às normas sociais de propriedade privada e de respeito às autoridades legais. Elas pouco têm a perder, o que facilita o rompimento com o comportamento esperado pela sociedade. O preço dessa insubmissão é o sofrimento, além de muitas outras conseqüências dolorosas. Em suas vidas, predomina o impulso em detrimento da racionalização sobre as conseqüências dos atos praticados.

Quanto ao segundo mecanismo pelo qual Becker (1977) explicita a opção desviante (as técnicas de neutralização), veremos no decorrer do texto que

as explicações dadas pelas jovens justificam as 'escolhas' que fizeram. Em nenhum momento o ato infracional – e as vítimas dele decorrentes – foi mencionado nos diários das jovens, revelando que, pelo menos aparentemente, ele ocupa um lugar secundário no seu cotidiano. Nos relatos técnicos, são feitas menções à ausência de sentimento de responsabilidade em relação às ações infracionais.

Esses fatos podem estar relacionados às formas como a jovem em conflito com a lei reduz a significação dos seus atos: definindo-se como isenta de responsabilidade pelas influências que sofreu em sua vida; não dimensionando os efeitos que seus atos provocam sobre outrem; considerando que o dano infligido não é um erro, em decorrência de estar motivado por situações específicas como uma vingança, o que torna a situação justificada; ou ainda sentindo-se correta diante da necessidade de atender à demanda de um grupo menor ao qual pertença (por exemplo: as normas do tráfico de drogas), em detrimento da sociedade maior (Becker, 1977).

Todos esses mecanismos contribuem para manter as jovens fora dos padrões socialmente aceitos, assim como para o surgimento de um estigma que as marcará a partir de então. As diferentes aproximações com o mundo infracional variam em função do tipo de atividade que desenvolvem, destacando-se a entrada no mercado ilegal de drogas, os roubos e os homicídios.

A relevância desses três tipos de atos infracionais pode ser observada na Tabela 4, que mostra a composição do Educandário Santos Dumont no primeiro semestre de 1999, período em que as entrevistas foram realizadas.

Tabela 4 – Adolescentes com medidas de internação (provisória ou não). ESD – janeiro a junho de 1999

Atos infracionais	nº	%
Tráfico de drogas	21	20,4
Uso de entorpecentes	10	9,7
Roubo	26	25,2
Furto	8	7,8
Lesão corporal	5	4,9
Porte de armas	4	3,9
Dano	14	13,6
Homicídios/tentativas	3	2,9
Outros	12	10,7
TOTAL	103	100,0

A inserção no tráfico e o uso de drogas são os primeiros tópicos abordados, seguido pelos roubos. Os homicídios finalizam essa lista, selecionada não pela sua freqüência, mas pela magnitude que esses atos infracionais alcançam no imaginário da população.

Mulheres no Tráfico

> Para entrar no tráfico tem que ter disposição. Não pode ser uma mulher qualquer, querer ter muita frescura. (Ingrid)

Trabalhos anteriores sobre o universo prisional feminino no Rio de Janeiro (Feem, 1982; Lemgruber, 1983; Dantas, 1985; Silva, 1989; Pereira, 1993; Silva, 1994; Oliveira, 1995; Bastos, 1997) foram realizados quando os roubos eram a principal razão para a detenção de mulheres, fato que veio a se modificar em meados da década de 90. Pouco se sabe, portanto, sobre a inserção das mulheres no tráfico de drogas. Um artigo que trata do tema foi publicado por Zaluar (1994), que fala a respeito das "mulheres de bandido, mistura de mulher-mãe e de macho na guerra entre homens", relatando três casos observados em seu estudo, considerados fora do padrão feminino na comunidade em que viviam, ainda na década de 70. Tinham um perfil de independência e sabiam se articular com o esquema do tráfico local, cuidando dos 'negócios' para parentes e tomando para si os homens que desejavam como parceiros sexuais. Como contraponto a essas exceções, mostra o perfil habitual das mulheres relacionadas ao tráfico naquele período, descritas como personagens secundárias.

> *Usualmente, o envolvimento das mulheres começa pelo amor por um bandido ou pelo vício. Começam a furtar para ajudar o namorado ou para pagar a droga. São elas também que escondem as drogas e as armas em casa e que passam a roubar nas lojas para dar roupa bonita e dinheiro aos namorados. Freqüentar a boca e estar metida entre bandidos, no entanto, pode ser entendido como possibilidade de estupro pelos rapazes.* (Zaluar, 1994:227)

Na década de 90, a situação se modificou em muitos aspectos. A fala de uma ex-diretora do Educandário Santos Dumont dá uma dimensão das alterações ocorridas no sistema de atendimento a jovens em conflito com a lei nos últimos anos, ressaltando, porém, a mesma visão de subordinação feminina ao homem:

> Antes a gente trabalhava só com a menina por furto, por roubo ou por homicídio, que era um percentual pequeno, mas existia. De cinco anos pra cá, a gente trabalha diretamente com a criança envolvida nas drogas, e o que me

> deixa assim mais preocupada é porque cada vez mais a menina está mais envolvida com isso aí, ou seja, como mulher do traficante ou como a gerente, mas a gerente tem um macho por trás protegendo, e os machos estão sempre na linha de frente. Tem sempre alguém por trás, que é um homem protegendo ela. É por isso que ela é um número menor dentro do sistema Degase, porque ela é mais protegida, como toda mulher em qualquer sistema.

A questão fundamental que se pretende abordar a seguir é a real posição de adolescentes do sexo feminino no tráfico de drogas do Rio de Janeiro, permitindo lançar luzes sobre o crescimento estatístico de seu envolvimento nessas infrações, que hoje representam a primeira causa de aprisionamento de mulheres de todas as faixas de idade no Rio de Janeiro.

A constatação do aumento do número de mulheres trabalhando no tráfico é fala corrente entre as entrevistadas, que no entanto compreendem ser necessárias algumas características consideradas pouco femininas para conseguir sucesso nessas atividades. Os atributos tidos como fundamentais são disposição – sinônimo de coragem, força física para correr, pular muros e nadar – e brio para apanhar sem entregar o nome dos integrantes do 'movimento'. Não podem 'amarelar na hora' ou aparentar insegurança, pois são cobradas pelo menor vacilo: "Nem parece que é bandida, cheia de medo!"

Para essas mulheres, o tráfico é 'da natureza' do homem. A necessidade da captação de parceiras para a sobrevivência do 'movimento' faz com que surjam novos argumentos. Úrsula exemplifica:

> Os caras falavam pra gente que, se as garotas têm coragem pra parir um filho, têm que ter disposição para o tráfico. (...) Ter filho é da natureza da mulher. O tráfico não; é mais para homem.

Esse argumento masculino encontra resposta imediata na fala feminina, deixando em evidência a bem-sucedida socialização da mulher para o cuidado com o outro, para a reprodução e para a manutenção da família.

O envolvimento das garotas no tráfico muitas vezes não é evidente para os familiares e conhecidos, que só tomam consciência da realidade no momento da apreensão. A adolescente escamoteia suas ações e sente-se mais livre para agir, como aponta Alba: "Mas assim as pessoas daqui pensam que eu não cheguei a me envolver muito no tráfico, não. Estava envolvida até o pescoço".

Entre aquelas famílias que sabem da participação da adolescente, o grau de conhecimento é sempre superficial. A maioria acredita que a participação se restringe ao uso ou à venda de pequenas quantidades de drogas.

A inserção feminina no tráfico se dá sob duas formas principais.

A primeira delas reflete a profunda sujeição aos mandos masculinos, correspondendo ao que habitualmente se denomina 'mulher de bandido'. A iniciação das adolescentes é feita pelo parceiro. É habitual que este tente vedar sua participação ativa, deixando-a restrita ao limite do lar. Dizem que, às vezes, chegam ao ponto de se esconder do parceiro para fazer uso de drogas. Entretanto, pela proximidade com as atividades ilegais, essas jovens rapidamente tomam ciência de todos os fatos, assistem a vários episódios de violência, temem por seus parceiros e aprendem a defender-se e a defendê-lo, mesmo acima de sua própria segurança. Como as ligações afetivas têm vida muito curta, rapidamente elas estão formadas nos códigos do tráfico, passando a buscar posições mais ousadas no 'movimento' nos relacionamentos afetivos posteriores, ou mesmo começando a agir de forma totalmente independente de qualquer homem. Úrsula conta:

> Quando eu morava com ele, eu comecei a tomar o gostinho. Via arma em casa, muita droga, muito dinheiro, eu queria entrar e ele dava ordem para não deixar. Aí depois que eu me separei dele eu entrei.

Ilda passou pela etapa de dependência e aprendizado em seu primeiro casamento com um traficante, assumindo uma participação mais firme (porém ainda subalterna) nas atividades do tráfico com o segundo parceiro com quem viveu. O aprendizado anterior fez com que se tornasse mais determinada a assumir um papel mais importante nas atividades da 'boca', chegando a se tornar o 'braço direito' do namorado, geralmente pessoa de destaque no 'movimento'. Chegou a administrar o pagamento dos rapazes, a guardar sob sua supervisão as drogas e as armas e a comprar os bens necessários ao grupo. Garotas com esse perfil ganham casa e conseguem consumir em maior escala, alcançando *status* no meio. Tornam-se figuras de confiança, interrompendo os 'derrames' usuais. Como conseqüência, passam a ter mais poder perante o marido e o grupo, embora não lhes possa ameaçar a autoridade masculina nem interferir nas decisões da 'boca'. Na verdade, mantêm uma relação maternal de provimento e proteção do grupo, especialmente dos maridos.

Ingrid é outra 'mulher de bandido' que assumiu toda a culpa pela apreensão de cocaína escondida em seu quarto, sem o conhecimento dos familiares. A mãe estava sendo obrigada a aceitar em sua casa o namorado da filha, um gerente do tráfico local, causa dos freqüentes conflitos familiares. Comenta assim o episódio em que se sacrifica pelo seu homem:

> O juiz está me castigando aqui dentro porque ele quer o gerente, que é meu namorado, vivo ou morto. Eu não dei nada, não dedurei ninguém. Falei que era minha, que não tinha envolvimento com ninguém.

O grupo que representa a segunda forma de inserção feminina no tráfico é o das garotas que se envolvem de maneira mais independente de maridos e namorados, podendo ter a entrada facilitada por parentes ou amigos. Essa forma de inserção não indica que tenham excluído a influência masculina em suas vidas, mas que este não é o fator determinante da entrada e da continuidade na atividade infracional. Estão prioritariamente preocupadas em obter, à custa do próprio esforço, um rendimento capaz de manter o padrão de consumo que desejam para si. Atuam como vendedoras, vapores ou endoladoras, circulando pela comunidade com muita facilidade, por vezes descendo para o 'asfalto' para levar a droga para outros usuários, como prostitutas, travestis e jovens de classe média. Eva exemplifica como comercializa a droga fora do morro e como lucra com esse negócio:

> Eu comprava no morro, eu mesma endolava. Vamos supor: um pó de vinte eu fazia dez 'papelzinhos'. Depois vendia cada um por dez reais, quinze, porque em Copacabana o tráfico na pista é muito grande. As prostitutas ganham muito dinheiro, elas dão, elas pagam. (...) Às vezes eu vendia, elas cheirava. Eu tinha que esperar ela voltar para ela me pagar.

Alessandra também atua de forma autônoma, mas se diferencia um pouco desse padrão de vendedor, pois transportou droga em grandes quantidades de um bairro para outro da cidade, funcionando como o que se chama vulgarmente de 'mula'. Foi induzida pela prima a trabalhar para o namorado, um ex-presidiário, pois estava absolutamente sem dinheiro para se manter na cidade do Rio de Janeiro. Esta jovem, proveniente do Nordeste e com perfil de classe média baixa, servia bem aos propósitos do movimento pela facilidade com que circulava em vários ambientes. Tendo aceito a primeira vez, a adolescente se viu obrigada a manter a atividade, sob ameaça de perder sua vida.

Um exemplo de independência total de uma garota no tráfico é o de Alba, exceção no grupo entrevistado. Ela é assumidamente homossexual desde muito pequena e totalmente responsável pelo sustento econômico de sua família. Atua como se fosse um dos homens do tráfico, motivo pelo qual chegou a ser gerente do 'branco' (da cocaína), posição privilegiada na hierarquia do tráfico. Explica seu sucesso: "Acho que é por eu ser igual a homem. Lá eles não me tratam como se fosse mulher. Eles até me chamam de Paulo".

Alba constata que as mulheres da boca ocupam apenas a posição de 'vapor', sem chegar a cargos mais altos, de gerente ou segurança. Para se diferenciar delas, veste-se como homem e conta com o respeito total do grupo, sendo considerada de igual para igual e enfrentando os mesmos perigos que eles. Tem o perfil para chegar a posições de liderança ainda maiores e sonha

com isso. Esse perfil tipicamente masculino da mulher infratora, tradicionalmente relatado na bibliografia, apareceu somente nesta entrevistada.

Nos cargos subalternos, como os de vapor e 'endolador', as mulheres que atuam diretamente na venda desenvolvem as mesmas atividades que os homens, tendo de desempenhar as mesmas funções, sem nenhum privilégio. Cumprem as escalas de trabalho e se relacionam com os demais jovens de igual para igual. A mulher tem preferência quando se trata de transportar drogas para outros locais, atuando como 'mula', porque há a idéia de que são menos visadas pela polícia e, portanto, teriam mais êxito na entrega do material. A mulher grávida teria ainda maior valor, pois não é alvo de revistas, nem de agressões policiais. Esses pressupostos para contratá-las, comuns entre os traficantes, parecem, no entanto, não ser levados em conta pelas forças de repressão, pois mostram-se muito graves as violências policiais sofridas pelas entrevistadas quando apreendidas pelos agentes da lei.

Essas meninas modificam o vestuário segundo a ocasião. Quando necessitam de disfarce para a polícia, optam por usar roupas mais largas e bonés, como se fossem rapazes. Aproveitam também para colocar outra roupa mais feminina por baixo, o que pode ser útil num momento de fuga. Outra jovem relata usar roupas mais curtas e provocativas, o que facilitava o êxito em seu negócio.

Algumas adolescentes foram aliciadas pelo tráfico pelo vício com que os traficantes as alimentaram. Elisabete é uma delas. Afirma que começou a "cheirar a na casa do patrão":

> Ele não cheirava. Ele colocava lá, pra mulher dele cheirar. E eu, assim, com a mulher dele, cheirava muito, muito, muito, nossa! Fiquei muito magra, fiquei acabada. Aí que começou. Foi aí que eu comecei a vender pra ele.

Em geral, o consumo de drogas pela adolescente antecedeu ao início do trabalho de venda, o que mostra a importância da dependência como mais um fator estimulante ao desejo de consumo e facilitador do engajamento no trabalho com o tráfico, inclusive para manter o uso.

O tráfico de drogas é considerado por essas jovens como uma rotina de trabalho, pois, se não o fizerem, não ganham. É cansativo, 'sujo', exige muita disciplina e acordar cedo. Como foi relatado anteriormente, a hierarquia e as normas típicas de um trabalho formal são assimiladas, incorporando-se termos como acidente de trabalho e licença, para justificar o afastamento quando presas.

A disposição para executar o trabalho está sempre sendo provada. Para que possa 'ser considerada', não pode 'dar mole', tem que 'saber fazer conta' para não ter problemas com o acerto das vendas, e mostrar que é muito corajosa. Nesse sentido, as meninas com melhor escolaridade têm mais sucesso no gerenciamento do dinheiro movimentado.

As provas de bravura e coragem masculina são testes a que se submetem a todo instante. Elisabete mostra como, constantemente, cobra-se da mulher que ela exiba padrões de comportamento tipicamente masculinos:

> Tem aquela coisa de você querer mostrar para os caras que você não tem medo, que você é igual a eles. (...) Tem muito isso de mostrar para os garotos que a gente tem coragem.

Úrsula diz que essa característica não é apenas uma exigência masculina, mas torna-se uma necessidade feminina de se mostrar à altura do meio:

> Eu fico mais no meio deles do que no meio de mulher. (...) Eu também não aceito divisão só porque eu sou mulher. O que eles vão fazer eu quero fazer, então eu vou fazer também. Não quero que falem: 'Você é mulher, vai ficar aí'. Não, não tem essa.

Essa mesma jovem mostrou reações tipicamente femininas às provas de coragem a que se submete no cotidiano. Sobre as mortes a que assiste, comenta:

> É uma parte que eu não suporto, detesto. Essa parte eu evito o máximo de poder ver. Eu não gosto, ainda mais quando é parceiro assim que eu tô acostumada. Às vezes é parceiro que trabalhava comigo na boca, mas deu mole, tem que cair. Fico triste. Já perdi muitos. É muito doloroso.

Ela conta que, em outra ocasião, foi a um churrasco no qual o enfeite da mesa era a cabeça de um 'X9':

> Eles fizeram um churrasco na boca e penduraram a cabeça. Eu nem olhava pra cima. Mas a gente tem que participar, senão eles desconfiam da gente.

Olga não passou no teste da coragem. Foi convidada a matar um 'vacilão'. Mostrou sua fragilidade e sua incapacidade para prosseguir no trabalho ao se negar a agir assim: "Não vou matar ninguém não, por causa de que eu vou ficar com remorso, porque eu nunca matei ninguém".

Reconhecida na boca por um codinome masculino, essa menina superou o temor inicial, passando a participar ativamente de troca de tiros, momentos em que as garotas se envolvem ativamente em eventos violentos. Ela conta um desses episódios:

> Teve uma vez que eu tava numa casa dormindo, com uma pistola embaixo do meu travesseiro. Eu deitada, aí eu levantei. Escutei uns passos, porque o morro fica muito alegre. Quando tá calminho, eu sei que tá lombrado. Aí eu, pô, esse morro tá sinistro! Eu olhei pela janelinha assim, quando eu abro a janela já tão na minha cara. Eu vou atender? É ruim! Quando eu pulo a janela, caio lá na ribanceira, corro pra caramba, polícia não vem atrás de mim, só dando tiro atrás de mim. Destravei minha pistola, comecei mandar tiro em cima dele.

Não deixam também de participar da crueldade com que o tráfico trata os alcagüetes. Conhecem todos os meandros, aceitam as regras do jogo, mas muitas delas denotam um sentimento maior pelo sofrimento das vítimas do que o observado entre os rapazes infratores anteriormente investigados (Assis, 1999). Por essa razão, comumente não se colocam como agentes principais das agressões. Por vezes são usadas como iscas para trazerem as vítimas aos locais da execução, geralmente realizada por vários rapazes.

> Eles nem fazem na frente de todo mundo. Eles costumam tipo pescar, sabe, jogar uma isca, chama pra fumar um baseado, pra dar um rolé, aí leva pra um lugar adequado, assim que pode matar. Um lugar mais solitário, que não tem ninguém. Quando chegar naquele lugar, aí tem uns quatro, cinco cabeça te esperando. Já vai te enquadrar, te cercar. (...) É a lei, eles são assim. Na favela tem que ter ordem do patrão. Então, se é um cara que o patrão considera, às vezes eu e o restante da boca não gosta desse cara, mas o patrão se amarra na dele, então ele vacilou hoje, o patrão foi e perdoou. Ele foi, vacilou de novo o patrão foi e perdoou. Então a gente fica bolado porque a gente não gosta, não vai com a cara dele, mas o patrão não quer deixar. Aí chegou a vez dele, na hora que não dá mais para o patrão perdoar, que tem que cair, aí aproveita, aí já vai, faz miséria, corta braço, sabe. Já não gosta dele mesmo, corta braço, cabeça, taca fogo, faz essas coisa toda.

A fala de Elena, que se nomeia como a "única pequenininha que trabalha no tráfico" e que tem "o maior conceito na favela", também mostra a inserção feminina nesses momentos de extrema violência. Distingue sua atuação autônoma ao participar do assassinato de uma colega: "É só eu e a minha irmã. A minha outra irmã é mulher de bandido".

> Tirei uma rapa de pó solto que tava no meu bolso, eu tava até de roupa de homem nesse dia. Bati, bati e eu ainda cheirei. Cruz credo! Muito ruim! (...) Aí levei ela pra lá, era de noitão, eu cheia de medo, tava peidando mesmo. Cheguei lá, daqui a pouco vem os moleques dizendo: 'Você tá fazendo errado!' Respondi: 'Quem tá fazendo o bagulho errado, quem sabe sou eu!' Aí coloquei na cabeça dela, aí ela caiu no chão assim e falou: 'Qual é, Elena, vai me matar?' Eu disse: 'O trabalho é meu, não posso fazer nada!' Aí os

> moleques começaram a fuzilar ela, aí trouxeram ácido muriático, aí falou assim: 'Joga, Elena!' Aí eu cheia de pena, sabe? Cheia de pena, que eu não gosto de matar nem um bicho, imagina ela! Aí eu cheia de pena joguei ácido na cara dela, na hora foi comendo tudo. Aí pegaram a faca, maior facão, começaram a cortar ela todinha, mas todinha mesmo. Começaram a cortar o osso e colocaram dentro de um saco plástico, jogaram um pouquinho de álcool e tacaram fogo.

Indagada sobre como se sentiu no momento, responde que ficou toda arrepiada, chorou, ficou cheia de remorso, saiu do local e nunca mais voltou, não aceitando mais fazer esse tipo de coisa. Entretanto, racionaliza: "Se eu não matasse, eu ia morrer".

A convivência de todas essas adolescentes com a morte é cotidiana. Matar o outro é encarado como uma questão de sobrevivência, uma condição para não morrer, aliviando-se, dessa forma, o sentimento de culpa. "Não me arrependo de nada. Se eu não matar, eles me matam". Embora nenhuma das que respondem por tráfico seja responsabilizada por assassinato, duas delas mencionaram participação nesses episódios durante a entrevista. As vítimas foram duas mulheres, uma por ter dívidas no tráfico e outra por ser 'X9'. A fala de Ester revela uma intensa banalização da vida alheia: "Matei matando mesmo, não foi troca de tiro, não. Ela estava devendo, eu fui e matei".

Uma estratégia para lidar com as emoções provocadas pelos homicídios com requintes de crueldade foi a de se acostumar com a violência, abandonando o lado sentimental que elas inicialmente tinham. Assim aconteceu com Alba, que sentia pena das pessoas que matava na troca de tiros e aos poucos foi se acostumando. Racionaliza a situação afirmando tratar-se de uma luta pela sobrevivência, uma defesa da própria vida (ou mata ou morre): "A gente acaba acostumando, mas no início era difícil. Eu ficava meio com pena. Mas a gente pensa que é a gente ou ele".

O manejo da arma de fogo é geralmente ensinado pelos traficantes com quem as garotas se envolvem desde cedo. Elena, uma menina de 13 anos de idade, fala sobre sua iniciação precoce no uso das armas:

> Eu e minha irmã andava de pistola, não andava de fuzil, não, de pistola, que eu era nanica, eu não agüento com o fuzil. Já peguei no fuzil, mas dar tiro, se eu der eu dou impacto na parede.

O treinamento utiliza métodos de aprendizado passo a passo, visando a instigar o desejo da adolescente de manejar a arma de forma a conquistar o *status* e o respeito do grupo. O aprendizado passa por aulas teóricas ("você não pode nem olhar pra frente, não pode olhar nem pra trás nem

pros lados, tem que olhar só pra frente, e com o coisa na mão, com a arma na mão") e práticas, nas quais latas de cerveja e bonecos de pano servem como alvo e bandeiras vermelhas impedem os estranhos de se aproximarem.

Aquelas que obtêm êxito mostram-se radiantes e mais confiantes em si mesmas, além de conseguirem a atenção dos rapazes para sua proeza, como mostra Olga, ao comentar o desafio a que se submeteu para ser aceita no grupo:

> Quem conseguir rodar a pistola três vezes e atirar vai ganhar maconha e vai pagar uma caixa de cerveja. Aí eu fui a primeira. Eu tava fumando, chapadona. Aí eles ficaram sabendo que eu estava na manha já de atirar.

Ilda, habituada ao convívio com as armas do marido, utilizou-a contra ele numa briga conjugal, quando este queria agredi-la. Atirou por cima de sua cabeça, fazendo com que ele ficasse surdo por vários dias. Ela fala sobre a sensação de força e poder que a posse de uma arma lhe dava: "É um impulso tão grande que ela dá, porque você tem que ficar forte". Esta jovem sempre se disse 'louca' e 'doida' por possuir sua própria arma. Quando a obteve do marido, sua primeira providência foi enfeitá-la com figuras de Minnie e Mickey. O amor às armas, que simbolizam fortemente o poder e a força masculina, foi destacado por muitas adolescentes, que as consideravam 'lindas' ou uma espécie de brinquedo com os quais substituem algumas fantasias infantis que ainda mantêm:

> Quando vejo arma na televisão, nossa senhora!... Eu vejo filme demais de guerra, que tem muita arma, e eu gosto de ver!

Outras garotas enfatizam a proteção que as armas lhes dão, proteção que não alcançaram na vida por meio do cuidado e do carinho familiar e social.

> Eu não gosto de arma, não, mas acabei aprendendo a usar para me proteger... (Alba)

> É muito difícil você plantar no tráfico sem estar montada. Você precisa se defender, trocar tiro com os policiais... Mas eu não matei ninguém. (Úrsula)

Responsabilidade e coragem são sinônimos do estilo de vida exigido no trabalho no tráfico. É uma experiência em que o risco de morrer ou ser presa a qualquer momento obriga essas meninas a não cometerem nenhum erro. "Tem que ter peito para trocar tiro com a polícia. Tem que ter sangue frio, eu acho até que é difícil," diz Úrsula. Assim, essas meninas se consideram adultas.

O prazer do risco da vida sempre por um fio se contrapõe ao perigo e ao medo. Traficar por 'farra', 'curtição' e pela diversão da vida em grupo, desafiar

policiais, correr riscos a todo momento são ações que gratificam, sobretudo numa idade em que o gosto pela aventura faz parte dos sonhos e dos desejos.

O tráfico tem ainda outro atrativo. Para Elisabete, a responsabilidade a ela atribuída fazia com que se sentisse importante:

> Se eu te disser que é ruim, eu estaria mentindo. Eu sou assim, eu tenho que estar fazendo alguma coisa, senão eu fico deprimida e eu acho até que o tráfico me tirou da depressão.

Essa sensação de realização mostrou-se presente na fala de várias meninas, que com base na utilização da própria força conseguiram conquistar sua auto-estima, bem como a dos homens. E essas jovens que desde crianças sentiram a ausência de imagens masculinas e a fragilidade da figura feminina parecem, também, suprir essa carência encontrando uma saída diferente para suas vidas.

Cabe ressaltar, porém, que essa demonstração de força e coragem que exigem de si não as coloca em posição de igualdade com os homens. Várias formas de controle do comportamento feminino continuam a existir na relação que estabelecem com os parceiros afetivos e com os colegas de trabalho. A violência sexual se mostra uma efetiva forma de coerção, seja decorrente da atuação policial, seja dos parceiros sexuais ou até mesmo dos próprios companheiros do tráfico. Isso aconteceu com Úrsula, a qual sofreu um estupro de um traficante seu conhecido, que havia bebido muito. No dia seguinte, o problema foi resolvido com um pedido de desculpas. Alba se esconde atrás de sua figura masculina com o objetivo de proteção sexual:

> Às vezes eu me dou pior, mas também por outro lado é bom: eles não tentam me estuprar. Menina jeitosinha eles sempre querem esculachar. Eu prefiro apanhar até morrer.

Zaluar (1994:228) aborda esse assunto em seu trabalho: "Entre bandidos, o comportamento sexual da mulher é controlado de modo rígido e extremamente violento".

Toda a atividade infracional relatada até aqui teve como maior conseqüência a apreensão e a entrada no Sistema Judicial. Essa nova etapa é considerada pelas jovens como a mais difícil de suas vidas. Pode-se observar no Quadro 2 o caminho institucional por elas percorrido após a apreensão policial. Seis entre as dez adolescentes que respondem por tráfico de drogas já tiveram mais de um processo judicial. Há uma posição mais rígida do juiz em relação à adolescente apreendida com drogas e armas. Quando carrega apenas pequena quantidade de tóxico, verifica-se uma tendência à aplicação de medidas mais leves, como a de semiliberdade (SL) e a de liberdade assistida (LA) nos Centros de Recursos Integrados de Aten-

dimento ao Menor (Criam), após um breve período de internação provisória no Educandário Santos Dumont (ESD). A estada nos Criam resultou, em vários casos, em evasão. Quando recapturadas por mandado de busca e apreensão ou quando se entregam, são levadas diretamente ao ESD, onde cumprem períodos mais longos de reclusão e são chamadas reincidentes.

Quadro 2 – Dados institucionais das adolescentes que praticaram tráfico de drogas*

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
Olga	Não	Teve sua primeira entrada aos 15 anos, apreendida em casa, onde havia armas e drogas. Responde ainda por uso de drogas (art. 12 e 14). Permaneceu cinco meses no ESD, indo para o Criam em SL.**
Úrsula	Sim	Aos 16 anos de idade ocorreu sua primeira entrada no Sistema, por estar trabalhando como fogueteira para os traficantes do local onde mora (art. 12). Foi para o ESD em internação provisória, e entregue aos responsáveis um mês depois. Teve a segunda entrada seis meses após, apreendida por policiais com 15 'trouxinhas' de maconha. Apanhou muito durante a apreensão, tendo necessidade de acompanhamento hospitalar. Foi diretamente para a ESD, onde ficou por um ano.
Odete	Sim	Aos 13 anos de idade, já teve duas passagens no Sistema: uma por roubo de transeuntes portando caco de vidro e outra por vender drogas (internação em que foi entrevistada) em sua própria casa.
Ana	Sim	Aos 13 anos de idade foi apreendida vendendo baseado, 'uma muca de 5', na Praia de Copacabana. Passou por várias delegacias policiais antes de chegar à DPCA. Foi encaminhada para o Criam, em SL. Apresenta nova entrada, cerca de um mês depois, por causa de briga com adolescente na própria unidade (art. 129, *caput)*, além de ser acusada de ter 'estuprado' uma menina (art. 214). Foi à delegacia policial de adultos, DPCA, retornando para o ESD, onde continuou a cumprir medida. Relata episódio de destruição do apartamento da mãe, quando foi levada à Delegacia de Polícia. Este fato não consta do processo. Tem envolvimento com prostituição.

Quadro 2 – Dados institucionais das adolescentes que praticaram tráfico de drogas* (cont.)

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
Alba	Sim	Teve a primeira entrada aos 15 anos, por suspeita de envolvimento com o tráfico de drogas. Recebeu internação provisória no ESD, alcançando SL no Criam em cerca de dois meses. Evadiu-se após um mês. Um mês e meio após essa evasão, foi pega por policiais militares, pela mesma suspeição. Ficou cerca de um mês no ESD e recebeu nova medida de SL no Criam. Evadiu-se da unidade cerca de dois meses depois, por estar sendo ameaçada por uma adolescente, que desejava cortar-lhe o rosto. Entregou-se no dia seguinte ao Juizado e retornou ao ESD, onde cumpriu mais seis meses de internação. Recebeu medida de LA no Criam. Quatro meses depois, essa medida foi substituída por SL, com atividade em projeto da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) e do Degase.
Ingrid	Não	Aos 17 anos ocorreu sua primeira entrada, por ter guardado para o namorado uma bolsa com cocaína. Ficou no ESD por oito meses, recebendo medida de LA no Criam e sendo entregue aos responsáveis.
Alessandra	Não	Entrou no Sistema aos 16 anos, por ter sido apreendida com 'quantidade significativa de cocaína'. Ficou internada no ESD por três meses, quando foi enviada de volta ao Nordeste e entregue ao Conselho Tutelar do município onde vive.
Elisabete	Sim	Aos 14 anos teve a primeira entrada no ESD, por ter se evadido quatro vezes de Criam do interior do estado. O motivo original foi ter sido apreendida com 12 'sacolés' de cocaína. Transportou cocaína na própria unidade. Na primeira vez no ESD, permaneceu cerca de um mês, em internação provisória. Depois cumpriu LA no Criam, sendo entregue à tia e solicitada matrícula no ensino formal. Fugiu de casa. Foi expedido mandado de busca e apreensão. Três dias depois, teve nova entrada pelo descumprimento da medida e porte de arma, que introduziu no Criam. Por essa razão, voltou ao ESD, onde ficou dois meses e foi encaminhada para uma clínica de tratamento para dependentes químicos. Foi obrigada a mudar de município e de Criam por risco à sua vida, participando de episódio de lesão corporal (art. 129, *caput*) e sofrendo advertência. Cerca de dez dias depois da mudança fugiu, e foi expedido novo mandado de busca e apreensão. Em menos de um mês foi

Quadro 2 – Dados institucionais das adolescentes que praticaram tráfico de drogas* (cont.)

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
		voltando ao ESD. Participou de conflitos no ESD, indo para o Juizado (art. 354). Dois meses depois foi encaminhada ao Criam, de onde fugiu, e recebeu regressão de medida, voltando ao ESD. Após dois meses na unidade, foi internada em hospital psiquiátrico, de onde evadiu-se. Foi capturada seis meses depois, por mandado de busca e apreensão. Está cumprindo medida de internação no ESD há quatro meses.
Ilda	Não	A entrada no Sistema deu-se aos 17 anos de idade, quando foi apreendida em casa, onde guardava, junto com o marido, grande quantidade de armas e drogas. Levou um tiro dos policiais no braço, durante a apreensão. Ficou seis meses no ESD, indo cumprir medida de SL no Criam. Está participando de um projeto da FIA e do Degase há cinco meses.
Ivete	Sim	Aos 15 anos, teve a primeira entrada no Sistema por portar 19 'papelotes' de cocaína para venda. Em vinte dias recebeu medida de LA no Criam, com indicação de matrícula escolar. Após dois meses evadiu-se, e foi expedido mandado de busca e apreensão. Menos de um mês depois voltou ao Sistema por estar novamente inserida em tráfico. Permanece há mais de um ano no ESD, onde participou de novos episódios de agressão (art. 129, 1º) e rebeliões (art. 354).

* O teor dos artigos citados está no Anexo.

** SL – Semiliberdade LA – Liberdade Assistida

Punindo Usuárias de Drogas

Três adolescentes entrevistadas estão internadas por uso de drogas (Quadro 2). Tal dado não surpreende, haja vista a freqüência que esse ato tem ocupado nas estatísticas da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro: 21,5% de adolescentes de ambos os sexos em 1998. Nota-se que essa tendência é distinta da relatada pelo Desipe no que se refere à prisão de adultos: cerca de 1% para ambos os sexos no mesmo ano.

Duas dessas jovens não tinham envolvimento anterior com tráfico, sendo apenas usuárias. Elena se distingue por evidenciar envolvimento em venda de drogas e posse de armas, embora não responda legalmente por isso. Usa drogas em grande quantidade desde muito nova, freqüentando a 'boca', fumando, cheirando cola, passando de abrigo em abrigo. Ela conta alguns percalços de sua vida:

> Quando estava pichada na rua, eu procurava um abrigo para engordar, depois eu fugia para curtir a rua, zoava à beça, ficava chapada, roubava, eu tava até morando com um cara que era ladrão.

Policiais a detiveram várias vezes por uso de drogas, mas ela conseguiu se libertar devido aos favores trocados com os agentes da lei.

Surpreende notar que garotas tão jovens sejam apreendidas por usarem drogas em abrigos públicos. Todas elas receberam medidas mais leves. Uma foi entregue aos responsáveis, que já haviam fracassado em mantê-la em casa, pois ela vivia em abrigos há muito tempo. Imediatamente, fugiu de onde já escapara outras vezes e logo tornou-se reincidente. Outras duas, ao chegarem ao Criam, participaram de tentativa de colocar fogo nas dependências. Tornaram-se, portanto, também reincidentes e voltaram para o ESD. Essas jovens mostram o absurdo de se tratar um usuário de drogas pela via da criminalização, institucionalmente contribuindo para construir o indivíduo infrator.

Quadro 3 – Dados institucionais das adolescentes apreendidas por uso de drogas*

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
Anita	Sim	Teve a primeira entrada aos 13 anos, por ser apreendida por policiais usando maconha com colegas (art. 16). Ficou apenas um dia no ESD e foi encaminhada para o Criam, em SL**, sendo-lhe vedada a possibilidade de atividades externas. Após três semanas nessa unidade, participou de incêndio de alojamento (art. 250), retornando ao ESD.
Elena	Sim	A primeira apreensão foi aos 13 anos de idade, por uso de cigarro de maconha em abrigo público no qual vivia e por suspeita de furto. Poucos dias depois, recebeu remissão da medida, sendo encaminhada aos responsáveis, com indicação de apoio, acompanhamento temporário e tratamento psicológico. Voltou ao Sistema por ter fugido de casa no mesmo dia em que foi liberada da instituição, tendo recebido mandado de busca e apreensão. Ficou cerca de um mês no ESD em internação provisória, até ir para o Criam, com LA e tratamento antidrogas. Evadiu-se novamente da unidade e foi apreendida, tendo outra entrada no ESD em menos de um mês. Orgulha-se de ser cria do ESD.
Elen	Sim	Teve sua primeira entrada no Sistema aos 12 anos de idade por uso de drogas (maconha) em abrigo no qual vivia, recebendo imediatamente medida de SL no Criam. Com 12 dias nessa unidade, ajudou a provocar incêndio no alojamento (art. 250). Ficou seis meses internada no ESD.

* O teor dos artigos citados está no Anexo.

** SL – Semiliberdade   LA – Liberdade Assistida

Adolescentes Apreendidas por Roubos

Como relatado na Introdução, os crimes contra o patrimônio, conhecidos como furtos e roubos, têm sido a principal causa de apreensão de mulheres nos mais variados países do mundo e também no Brasil. Tradicionalmente, os furtos e os roubos a lojas eram as atividades preferidas. Esse mesmo perfil infracional compôs o quadro habitual do ESD até poucos anos atrás, quando a intensificação do tráfico de drogas na cidade incluiu também as meninas no negócio. Enquanto apenas três das que participaram do tráfico de drogas também confessaram roubar, metade das adolescentes internadas por roubos já participou de atividades do tráfico de drogas e todas eram usuárias. Os roubos são justificados pela necessidade de consumo de bens e de drogas.

A fala da ex-diretora do ESD – e atual diretora dos Criam – sobre a mudança no perfil de jovens internados por roubo hoje, no Sistema, mostra o que é uma preocupaçãode todos:

> Ele não entrou no Sistema por drogas, ele entrou por furto. Mas se ele furtou ou roubou em função da droga, sempre o segundo artigo dele vai ser o tráfico, vai ser o artigo 16. Se ele roubou foi pra comprar uma maconha. Então, por trás de artigos leves, vamos chamar assim, tem sempre o artigo 12 ou o 16 por trás, principalmente o 16, que é o usuário. Eu estou apavorada porque eu não sei aonde isso vai parar. Eu hoje me sinto impotente.

Embora seis jovens pratiquem ambas as atividades, várias desistiram do tráfico pela maior lucratividade do roubo, "pois se divide o dinheiro com menos gente"; pela rígida hierarquia do tráfico, "pois tem-se que seguir ordens do 'patrão' e se morre mais cedo"; e pela menor pressão das regras e da disciplina do tráfico: "acordar cedo, responsabilizar-se pela carga e seu pagamento". Assim, a vida no roubo é uma 'escolha' que lhes permite maior liberdade.

Várias argumentam que a angústia, a raiva, a aflição, o ócio, a fome e o desejo de consumir são os motivos que as induzem aos roubos. Vêem essa prática como a única opção possível para suas necessidades. O roubo torna-se, então, um 'vício': sentem-se desesperadas e insatisfeitas quando não estão agindo:

> O único modo de comer é roubando. Isso depois que eu aprendi a roubar. (Ester)

> Eu vejo *playboy* passando, usando um biquíni diferente. Falo: também quero. Também posso. (…) Aí eu queria roubar porque eu queria ter roupa, eu queria entrar num restaurante, bem arrumada. Eu queria sentar, eu queria comer, sem ser mal vista pela sociedade. (Eva)

O envolvimento nessa prática infracional inicia-se, em geral, por volta dos 12 aos 14 anos de idade. Os objetos tirados de outros são citados por elas: dinheiro, cordão de ouro, cheques, cartões de crédito e vales-transportes, por exemplo, em locais como ônibus, restaurantes, botequins, táxis, lojas e casas lotéricas. As jovens selecionam as vítimas, preferindo as 'madames' por terem dinheiro ("não são gente sofrida") e serem mais frágeis; os 'gringos', porque são os que têm mais recursos; ou ainda os patrões.

Os roubos costumam ser praticados principalmente em grupos de colegas de ambos os sexos ou, em casos esporádicos, com o marido ou a mãe. São executados várias vezes na semana, ou a 'toda hora'. Apenas quando obtêm muito dinheiro numa investida podem se dar ao luxo de descansar. Os roubos

a transeuntes, citados como eventos muito comuns, são geralmente praticados com armas brancas, como facas, canivetes ou cacos de vidro. Iniciam-se por uma aproximação à vítima, assustando-a. São privilegiadas as mulheres, pois "é só botar terror nelas que elas caem". Inês relata uma ameaça que costuma fazer, atingindo diretamente a vaidade feminina: "Manda tudo, senão eu vou cortar a tua cara! Você vai sair daqui toda rachada, toda torta!"

As adolescentes que praticam roubos a carros ou ônibus costumam portar armas de fogo, tais como 38, 48, revólver com espoleta, ou estar acompanhadas de parceiros que as carregam. O acesso às armas dá-se por intermédio do namorado ou parceiro de assalto, ou pelo contato anterior com o tráfico de drogas. Eliana é um desses exemplos. Começou a dar golpes em homens, ensinada pela mãe. Depois passou a auxiliar os companheiros nos roubos a ônibus. Ela fala sobre seus temores iniciais, a habilidade que adquiriu e a necessidade de se provar competente e corajosa diante do grupo eminentemente masculino, de forma similar ao que acontece no ambiente do tráfico:

> Eu entrei no ônibus arrumadinha, sentei do lado de uma pessoa. Meus colega entrou e ficou lá na frente, perto do motorista. O outro ficou lá atrás. Quando o meu colega meteu a mão, falou: 'Perdeu geral. Ninguém tenta nada. Todo mundo abaixa a cabeça e tira a carteira' (...) No primeiro eu não peguei arma, não. Depois de bastante tempo que eu já estava roubando muito, mesmo, é que me deram arma. Falou que eu ia enquadrar e eles iam recolher. Eu peguei, entrei com a arma nas costas, fiquei lá em pé perto do motorista tremendo, com medo. (...) Tava muito nervosa, mas tinha que mostrar um voto de confiança para eles verem que eu roubava mesmo. Pra eles não falar 'a ladrona da farinha de trigo', eu tinha que mostrar disposição pra eles. Quando eles falaram 'já', eu botei a arma na cabeça do motorista e falei: 'Perdeu o dinheiro. Leva o ônibus na moral. Se parar em algum ponto, o primeiro a morrer vai ser você'. A geral foi tirando o dinheiro e dando na mão dele. Eu cheia de medo, cheia de medo de tá alguém armado, ter polícia no ônibus.

Aquelas que roubam com marido e em grupos masculinos costumam funcionar como uma espécie de 'escudo' para a prática infracional.

> Da minha casa até o local, quem ia com a arma era eu. Na minha bolsa. Então pra ele [marido] era mais dechavado ir com uma mulher. (Eloísa)

> Um dia antes, quando eu tava no meio deles, eles já tavam planejando de uma garota ir com eles. (Alda)

Em relação às vítimas desses roubos, chama a atenção o fato de as adolescentes se isentarem de qualquer responsabilidade sobre as agressões que porventura tenham a elas infligido. Nenhuma das adolescentes chegou a ferir gravemente as pessoas. Ester, que ameaçou uma de suas vítimas com caco de vidro, exemplifica o que considera culpa da pessoa a quem lesou:

> Uma mulher ficou nervosa e acabou se cortando no caco de vidro. (Ester)

O uso de armas mais brandas felizmente torna menores as conseqüências das agressões.

> Eu furei o pé dela com a bala de revólver de espoleta. Porque a espoleta que eu uso, fura. Se eu não desse, ela podia chamar a polícia, e a polícia ia me esculachar. Não me arrependi, não. (Ester)

Esta última frase revela a lógica do 'ou ela ou eu', a qual parece eximir a adolescente de qualquer responsabilidade sobre seus atos.

O Quadro 4 mostra o que sucedeu após a apreensão policial das jovens. Pode-se observar que a maioria apresenta histórico de várias reincidências infracionais e de trânsito freqüente entre roubo e tráfico. Elas também têm vivências comuns de conflitos ocorridos em abrigos ou nas unidades de ressocialização do Sistema de Atendimento. As evasões se repetem, produzindo sucessivas entradas e saídas das unidades. Essas meninas passam boa parte da adolescência internadas na instituição.

Suas fichas institucionais apresentam repetidas sugestões de reinserção familiar, de matrícula no ensino formal, dentre outras recomendações, que não chegam a ser efetivadas completamente, mostrando pelos atritos internos e evasões a gravidade dos casos e a incompetência do Sistema quanto ao seu principal objetivo: a ressocialização.

Quadro 4 – Dados institucionais das adolescentes que cometeram roubo*

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
Ester	Sim	Primeira entrada no Sistema aos 12 anos de idade pelo art. 157, *caput*, proveniente de Delegacia Policial de Adultos para o ESD, onde ficou dez dias. Foi encaminhada para abrigo e solicitado acompanhamento psicológico e inserção em rede de ensino. Evadiu-se no dia seguinte. Deu entrada novamente oito meses depois, pela posse de cem gramas de maconha (art. 12), indo para o ESD, onde ficou vinte dias. Foi então encaminhada para o Criam para obtenção de documentos, reaproximação familiar, curso profissionalizante e possibilidade de ser colocada em família substituta. A terceira entrada ocorreu cerca de dois anos depois, por tentativa de roubo a pessoa na rua (art. 157, 2°, I e II), ficando 38 dias no ESD e indo cumprir LA no Criam, com tratamento antidrogas, matrícula em rede oficial de ensino, obtenção de documentos e reaproximação familiar. A quarta apreensão se deu poucos dias depois de sua entrada no Criam, por suspeita de assalto e descumprimento de LA**. Recebeu como medida a volta ao ESD, onde ficou cinco meses, retornando para o mesmo Criam. A quinta entrada se deu quatro meses após esse retorno, por suspeita de ter participado de roubo de relógio (art. 157, *caput*). Foi direto para o ESD. Ficou alguns dias e recebeu medida de SL no Criam, sendo-lhe vedada pelo juiz a possibilidade de atividade externa. Evadiu-se no mesmo dia, roubou e foi novamente apreendida e internada no ESD, momento em que foi entrevistada, aos 15 anos de idade. Participou de vários conflitos na instituição, que não resultaram em novos processos.
Eva	Sim	A primeira entrada se deu aos 16 anos, por assalto a coletivo, portando caco de vidro (art. 157, 2°). Recebeu internação provisória no ESD. Um mês após foi cumprir LA no Criam, com tratamento antidrogas. Evadiu-se três dias depois. A segunda entrada ocorreu um mês após a evasão, novamente por roubo (art. 157, *caput*). Foi para o Instituto Padre Severino cumprir internação provisória e logo encaminhada para o ESD em medida de internação. Com quatro meses de estada no ESD, teve novo processo por atear fogo a roupas e colchões, causando danos à instituição (art. 163). Foi desligada do ESD com seis meses de internação, indo para o Criam, de onde evadiu-se três dias depois. A terceira entrada ocorreu quatro meses após a evasão, novamente por roubo (art 157, 2°, II). Foi imediatamente para o ESD, onde cumpriu mais seis meses. Há relato de cometer lesão corporal na unidade (art. 129, *caput*), pela qual recebeu advertência oral do juiz. Foi desligada após efetuar exame ósseo, que comprovou que a adolescente era maior de idade. Tem envolvimento com prostituição.

Quadro 4 – Dados institucionais das adolescentes que cometeram roubo* (cont.)

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
Eliana	Sim	Deu entrada no Sistema aos 15 anos de idade, por roubo (art. 157, 2º, II). Cumpriu internação provisória no Instituto Padre Severino. Recebeu medida de LA a ser cumprida no Criam. Três meses após foi novamente apreendida por tentar roubar uma senhora na rua (art. 157), recebendo medida de SL no mesmo Criam. Evadiu-se na semana seguinte. A terceira entrada se deu seis meses após a evasão, por roubo e tentativa de extorsão (art. 158 c/c 14, II). Foi para outro Criam, cumprir SL, com escolarização e iniciação profissional. Evadiu-se em menos de um mês. Foi emitido mandado de busca e apreensão. Cerca de um mês depois, novamente pega por roubo em ônibus, foi para o ESD, em internação provisória. Recebeu MSE de internação. Após cerca de seis meses na unidade, aos 17 anos de idade, nasceu seu filho, e foi cumprir SL em centro que abriga mães adolescentes. Envolveu-se em tentativa de fuga da unidade, que não redundou em novo processo.
Elisa	Sim	Entrou no Sistema aos 15 anos de idade, por provocar a quebra de vidros da janela de um abrigo público em que vivia (art. 163). Foi diretamente para a DPCA e o ESD, onde ficou quatro dias, recebendo remissão extrajudicial, com indicação para abrigo provisório (Criam), matrícula em instituição educacional, tratamento antidrogas, acompanhamento psicológico e prestação de serviços à comunidade (programa de combate à pichação). Evadiu-se um dia após a chegada. A segunda entrada se deu quarenta dias depois, por tentativa de roubo a uma senhora (art. 157, 2º, II). Recebeu internação provisória no Instituto Padre Severino e posteriormente SL no Criam. A terceira entrada também foi pelo art. 157 associado a lesão corporal (art.129, *caput*), defendendo-se de agressão corporal que sofreu quando dormia na rua, cometida cerca de seis meses após a infração anterior. Cumpriu internação provisória no ESD por quatro meses, indo para o Criam em SL (escola e profissionalização, vedadas atividades externas até comprovação de matrícula e que a equipe do Criam considere que a família e a adolescente encontram-se aptas ao convívio nos fins de semana). Evadiu-se da unidade, entregando-se cerca de um mês depois, por temer que os traficantes tirassem sua vida, após sofrer pressão policial. Quinze dias após retornar à unidade, participa de novo conflito, sendo responsabilizada por lesão corporal. Um mês depois participa de um motim de presos (art. 354). Quando completa cerca de dez meses de sua última apreensão, é desligada do ESD, indo para o Criam em SL, de onde evadiu-se. Dois meses após é autuada pelo art. 129, 1°, aos 17 anos de idade.

Quadro 4 – Dados institucionais das adolescentes que cometeram roubo* (cont.)

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
Inês	Sim	Teve sua primeira entrada por roubo a coletivo (art. 157, 2°, I e II), aos 14 anos de idade. Cumpriu internação provisória no ESD. Recebeu medida de SL no Criam, sendo-lhe vedadas as atividades externas. Nessa unidade, participou de tentativa de incêndio, configurando depredação de patrimônio público (art. 163), sendo levada à DPCA e recebido regressão de medida para internação no ESD. Foi para o Criam em SL depois de quatro meses.
Isabel	Sim	Teve primeira entrada aos 13 anos de idade, indo para o ESD em internação provisória, por tentativa de roubo a uma senhora (art. 157, 2°, II). Após três dias recebeu medida de SL, indo para o Criam, de onde evadiu-se após quatro meses. A adolescente se entregou dois meses depois, recebendo medida de internação no ESD.
Andréia	Não	A primeira entrada foi por tentativa de assalto a transeunte (art. 157), aos 13 anos de idade. Provém de carta precatória de município da região metropolitana do RJ. Após seis meses, foi cumprir LA no Criam.
Isadora	Sim	Aos 15 anos, teve a primeira entrada no Sistema, por tentativa de roubo a taxista (art. 157), indo para o ESD provisoriamente e recebendo medida de SL no Criam, de onde evadiu-se. A segunda entrada foi por tentativa de roubo de carro de passeio (art. 157, 2°, I e II), ocorrida quase quatro meses após a evasão do Criam. Também responde por uso de drogas na unidade. Recebeu medida de internação no ESD, onde permaneceu por cerca de oito meses, quando foi para o Criam em SL, de onde fugiu novamente, retornando no dia seguinte à evasão. Recebeu regressão de medida, voltando para o ESD. Tem envolvimento com prostituição.
Evelin	Não	Aos 17 anos, foi apreendida por envolvimento com assaltos a banco em cidade do interior do Rio de Janeiro. Aguardou a medida no ESD por risco a sua vida. Após quatro meses de unidade, foi encaminhada ao Criam.
Antônia	Sim	Teve a primeira autuação aos 14 anos, por estelionato (art. 171, 2°, I), sendo acautelada no Instituto Padre Severino. O juiz fez a entrega provisória aos responsáveis, sugerindo acompanhamento psiquiátrico e psicológico e tratamento antidrogas por um período de 90 dias. Foi feita a manutenção do acompanhamento socioeducativo por oito meses. Quatorze meses após a primeira apreensão, a jovem foi internada provisoriamente no ESD por ter participado de briga em abrigo público (art. 129, c/c 14, II). Em poucos dias voltou ao abrigo, sendo indicada sua

Quadro 4 – Dados institucionais das adolescentes que cometeram roubo* (cont.)

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
		matrícula em rede pública de ensino. Quatro meses após esse episódio, foi apreendida por arrastão a coletivo (art. 157, *caput*), indo para o Criam em SL, sendo recomendado tratamento antidrogas. Evadiu-se 15 dias depois. Teve nova entrada por descumprimento de medida judicial. Voltou ao ESD e se envolveu em lesão corporal (art. 129, *caput*) e dano ao patrimônio (art. 163), nove meses após essa última entrada. Tem envolvimento com prostituição.
Ângela	Não	Aos 17 anos, teve sua primeira entrada por envolvimento em assalto a táxi (art. 157). Peregrinou por três delegacias de adulto, até chegar à unidade. Cerca de um mês depois recebeu medida de SL no Criam.
Eloísa	Sim	Aos 16 anos, sofreu sua primeira autuação por assalto a carro (art. 157, 2°, I e II). Ficou poucos dias no ESD e foi para o Criam em SL, tendo como recomendação a inserção em rede de ensino e a profissionalização, tratamento antidrogas e sendo-lhe vedadas as atividades externas sem a prévia autorização judicial. Ficou quatro meses e evadiu-se. Entregou-se ao juiz e depois retornou ao Criam, evadindo novamente. Dois dias após, sua mãe a encontrou e a levou de volta ao juiz, retornando ao ESD.

* O teor dos artigos citados está no Anexo.

** SL – Semiliberdade LA – Liberdade Assistida

Jovens que Cometeram Homicídio

Apenas duas das adolescentes entrevistadas cometeram homicídios. A situação das jovens do Rio de Janeiro segue a tendência mundial de pequena inserção feminina em atos dessa gravidade. Ambas contam a mesma história: seus namorados foram os responsáveis, sendo que ambos também eram adolescentes, e também estão detidos nas unidades masculinas de ressocialização. Foram, portanto, cúmplices dos homicídios. As duas meninas eram primárias e viviam em cidades do interior do Rio de Janeiro. Alda tornou-se cúmplice na morte de um homem adulto, a quem seu namorado fora contratado para matar. Participou do plano arquitetado pelo companheiro e decidiu acompanhá-lo e ajudá-lo na fuga, pois conhecia bem a região. Dormiu toda uma noite no mato, em tocaia, e na hora exata do crime escondeu-se.

Ivone tem uma história diferente. Seu namorado a acusa de ter matado uma jovem de 12 anos, ex-namorada dele. Ivone nega, alegando que no momento do homicídio estava no carro e afirmando ser o namorado totalmente responsável pelo ato, premeditado pelo rapaz, sem o conhecimento dela. Ambos estavam sós com a vítima no local do crime.

Nenhuma das duas portava as armas de fogo que mataram as vítimas.

Ambas as adolescentes se disseram mobilizadas com a morte das vítimas. Alda não se arrepende de ter participado. Porém, afirma que ficou a pensar na família do morto, colocando-se no lugar da esposa viúva. Imaginava também o que teria acontecido se fosse o seu namorado que tivesse morrido, deixando-a com um filho. Ivone relata insônia, anorexia e nervosismo durante vários dias, além de arrependimento pelo que fez junto com o namorado.

De todas as jovens, essas duas são as únicas cujos pais vivem juntos. Ivone provém de família sem dificuldades socioeconômicas, gerindo sua vida particular e profissional com autonomia desde os 14 anos.

O Quadro 5 mostra que as duas jovens não tinham histórico infracional. As medidas judiciais aplicadas às duas são distintas: Alda foi entregue aos responsáveis e Ivone continua internada, cumprindo um longo período de internação.

Quadro 5 – Dados institucionais das adolescentes que cometeram homicídio*

Nome	Reincidência	Relato da Trajetória Institucional
Alda	Não	Deu entrada no ESD em internação provisória aos 13 anos de idade, por ter sido apreendida, junto com o namorado, por prática de homicídio (art. 121). Um mês após foi entregue ao responsável.
Ivone	Não	Foi apreendida aos 17 anos de idade, por suspeita de participação em homicídio. Permaneceu no ESD em internação provisória. Está cumprindo medida de internação.

* O teor dos artigos está no Anexo.

A marca das infrações cometidas pelas jovens é apenas a primeira de uma série de outras feridas que marcarão as jovens que não aderem aos padrões e compromissos da sociedade. À medida que se inserem no sistema legal vigente, outras marcas ainda mais profundas surgirão. O primeiro trauma vivenciado se refere à má qualidade da atuação policial, demonstrando o quanto o Sistema de Segurança Pública falha no momento da autuação do ato infracional. É ainda omisso, corrupto e especializa-se na violência sexual, modo mais fácil de subjugação dessas adolescentes. Também não minimiza a violência física sobre elas, mesmo quando grávidas, principalmente em alguns municípios da região metropolitana do Rio, onde as agressões se mostraram muito contundentes.

Essa recepção lastimável introduz as jovens em novos esquemas institucionais: o Sistema Judiciário, representado pelo juiz, o Ministério Público e a Defensoria (com uma pálida atuação); e o órgão executor das medidas preconizadas pelo juiz, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas, que administra as unidades de ressocialização, especificamente o Educandário Santos Dumont, a instituição investigada.

Os ritos e os problemas das jovens nesses espaços serão discutidos nos próximos capítulos.

10
AS ADOLESCENTES INFRATORAS E O SISTEMA LEGAL

Estudos em outros países têm demonstrado o quanto o sistema legal reflete os valores tradicionais das sociedades. É o caso, por exemplo, do sistema americano e do inglês (Chesney-Lind, 1997; Heidensohn, 1995), que punem mais severamente jovens sexualmente desviantes e mulheres separadas ou de famílias 'desestruturadas'.

A atuação dos juízes americanos encontra respaldo em muitas famílias que se sentem desafiadas pelos comportamentos rebeldes das adolescentes. Elas denunciam os próprios filhos à Justiça, por situações como fuga de casa e falta à escola. Por sua vez, o Sistema Juvenil responde impondo o controle social ao jovem, reforçando o valor da obediência. Especialmente no caso das meninas, a autoridade familiar tem a última palavra, não importando o quão abusiva ou totalitária seja, como bem evidencia Chesney-Lind, ao relatar a fala coercitiva de um juiz a uma adolescente com problemas familiares:

> *Quero que você prometa obedecer à sua mãe, ir perfeitamente à escola, não faltando um dia sequer. Desistir dessas pessoas que estão tentando levar você para o caminho errado. Não ficar em locais onde essas pessoas estão e ficar onde sua mãe mandar. Não quero ver você nas ruas da cidade, exceto com seus pais ou para ir ao médico.* (Chesney-Lind, 1997:66)

Abreu (1999) mostra quadro similar no Brasil, ao analisar processos judiciais de moças moradoras do Rio de Janeiro no início do século XX. Segundo ele, os principais juristas do século XIX e seus herdeiros das décadas posteriores viam no Judiciário o "grande papel de organização de uma política voltada para disciplinar os comportamentos sexuais e amorosos, ao melhor punir os crimes sexuais" (Abreu, 1999:292). Cannepa é outro autor que investigou o posicionamento do Judiciário em relação às mulheres, publicando um dos raros relatos que mostram a visão da mulher infratora no Rio de Janeiro. Seu texto, de 1951, dá exemplo do diferente tratamento então dado ao sexo feminino pela Justiça:

> *a mulher é criatura delicada de quem o homem sempre espera alguma coisa e por quem alimenta uma admiração que o impede de julgá-la com a mesma severidade com que julga um varão. (...) Um magistrado não condena a mulher com rigor idêntico ao que aplica ao homem.* (Cannepa, apud Bastos, 1997:59)

Três proposições teóricas acerca da justiça criminal e sua ação sobre o sexo feminino são debatidas. A primeira delas, já ultrapassada, é a de que o sistema agiria como um cavalheiro com as mulheres, protegendo-as dos rigores da lei, punindo-as menos ou dispensando-lhes tratamento mais leve; a segunda é a de que o sistema é severamente sexista, reforçando noções de sexualidade estereotipada sobre o comportamento sexual e punindo especificamente as mulheres por meio de sanções contra as sexualmente desviantes; a terceira é de que o sistema tentaria proteger mulheres de si próprias ou da dureza da lei, permitindo ao juiz maior rigor, por uma "coerção delicada" (Heindensohn, 1995).

Pouco se pode inferir sobre o Judiciário, com base no presente estudo, pois este teve como referencial a unidade de atendimento, que é parte do Poder Executivo. Entretanto, é impossível não reconhecer os problemas enfrentados no dia-a-dia institucional, decorrentes do desencontro do Executivo com o Judiciário. Uma primeira e evidente constatação é de que a estruturação familiar das adolescentes é fundamental para influenciar a medida judicial, os relatórios técnicos, com os erros e acertos que essa decisão pode ocasionar. A autoridade paterna foi privilegiada pelo Conselho Tutelar, que sucessivamente mandou Alda de volta para casa, sem interferir nos motivos das suas repetidas fugas do ambiente doméstico. Adolescentes com estabilidade familiar são mais facilmente 'devolvidas aos responsáveis'.

As dificuldades das meninas entrevistadas se tornam ainda maiores pelo total desconhecimento que têm do funcionamento da Justiça. Dirigem-se ao juiz pelo primeiro nome e inicialmente têm clareza de que ele é o responsável pela duração do tempo de cumprimento da medida, questão que suscita profundos conflitos na vida institucional. Porém, a relação com ele é totalmente impessoal e mediada pelos relatos técnicos. A figura do juiz é de ausência e, num segundo momento, as jovens passam a culpar as técnicas pelos atrasos e pelas dificuldades que vivenciam. Problemas existentes entre a esfera judicial e a área de execução serão abordados no próximo capítulo, demonstrando que, entre conflitos e disputas de atribuições, as necessidades das internas permanecem em segundo plano.

As Unidades de Aprisionamento

Após passarem pelo crivo judicial, as mulheres são recolhidas nas unidades fechadas. Em todo o mundo, constata-se que esses espaços foram planejados para punir homens criminosos, e nunca eficientemente adaptados para atenderem às necessidades femininas.

Em 1816, registrou-se um primeiro protesto em relação a essa questão, na Inglaterra. Elisabeth Fry assinalou que "as necessidades das mulheres prisioneiras devem ser diferentes das dos homens" (Heidensohn, 1995:64). Ela organizou um sistema ordenado e disciplinado, aparentemente com a concordância das presas. Eram ministradas aulas, o trabalho era remunerado e permitiam-se as práticas religiosas. A equipe técnica recebia preparação para suas atividades e havia a possibilidade de as detentas comprarem bens com o dinheiro adquirido com o trabalho prisional. Essa instituição existiu apenas enquanto sua idealizadora viveu. Desde então, poucas modificações foram realizadas.

Estudos modernos comprovam a inexistência de serviços condizentes com as necessidades próprias da população carcerária feminina, verificando-se, em prisões para mulheres, uma réplica dos serviços destinados ao sexo masculino. Dentre as necessidades femininas que não são atendidas, estão: tratamento para as dependentes de drogas (em maior número que os homens); atendimento médico, psicológico e social para as muitas mulheres com histórias de violência física e sexual sofridas na vida cotidiana (Miller et al., 1995; Singer et al., 1995;). Outro importantíssimo problema é a maior freqüência de transtornos mentais e uso de medicamentos psicotrópicos entre mulheres, questão ainda mais reforçada entre presas. Conforme Heidensohn (1995:75), "todos os tipos de doenças mentais são distorcidos pelo aprisionamento. É uma reação à vida na prisão". Esses problemas requerem atenção especializada, que dificilmente é oferecida.

Outra característica mundial das prisões femininas é serem consideradas mais problemáticas que as masculinas, não pelo grau de violência (sempre maior entre os homens), mas pelos distúrbios coletivos e instáveis que as mulheres causam – em função de problemas mentais, freqüentes automutilações e agressões aos funcionários e entre si.

As prisões femininas do Rio de Janeiro têm sofrido das mesmas inadaptações, gerando muitas preocupações, especialmente pelo comprometimento da saúde mental.

> *"Mania de doença" está intimamente relacionada com a própria sensação de inquietude gerada pelo enclausuramento, a qual faz com que a menor dor transforme-se rapidamente em idéia fixa.* (Lemgruber, 1983:38)

> *Os afetos, as sensações são visivelmente intensificados na penitenciária. A somatização é um tipo de processo que as presas manifestam de forma generalizada e constante. Somatizam, geram e cronificam doenças que se arrastam como incuráveis. Esse processo hipocondríaco não deixa de ser um modo de expressar uma dor não palpável, difícil de ser referida.* (Bastos, 1997:91)

Essas múltiplas dores e sentimentos são frutos da socialização feminina, que coloca em primeiro plano a necessidade de relacionamentos afetivos ligados ao cuidado e à proteção. A perda afetiva é a mais sentida pelas presas. Diversos trabalhos em todo o mundo mostram que as mulheres aprisionadas são abandonadas pelos maridos, esquecidas pelos filhos, tendo nas mães o único vínculo com a sociedade. Isso mostra o quanto o sistema é altamente punitivo e iatrogênico ao isolar as mulheres.

As dificuldades apresentadas pelas adolescentes internadas são há muito tempo conhecidas, inclusive no Rio de Janeiro. Mostra-se, a seguir, como há várias décadas a situação se mantém inalterada, à mercê do descaso governamental e da sociedade civil.

A Institucionalização no Educandário Santos Dumont

As meninas internas são duplamente transgressoras: por um lado, pela 'condição legal de menor e infratora', por outro, pela 'condição social de mulher'. (Pereira, 1993:6)

O Educandário Santos Dumont, no município do Rio de Janeiro, concentra jovens encaminhadas por juízes das Varas da Infância e Juventude de todo o estado. É uma instituição pequena, se comparada às três outras unidades de internação para jovens do sexo masculino administradas pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), órgão ligado à Secretaria de Segurança do governo estadual, responsável pelo cumprimento das medidas socioeducativas para os jovens em conflito com a lei.

O reduzido número de meninas e a pequena visibilidade da mulher envolvida na criminalidade são apontados como responsáveis pelo lugar subalterno que essa instituição tem ocupado no sistema socioeducativo, desde sua criação. Esse fato vem sendo historicamente relatado em documentos que investigaram a instituição feminina (Oliveira, 1995; Pereira, 1993).

Não existem registros específicos sobre a data em que se iniciou o recolhimento das meninas em unidades voltadas especificamente para a sua recuperação. Sabe-se que o Abrigo de Menores, criado em 1923, foi a primeira instituição a dedicar um setor à internação e ao atendimento a jovens do sexo feminino, uma vez que a entidade responsável por esse atendimento até então, a Escola Correcional Quinze de Novembro, criada em 1889, atendia apenas os rapazes (Oliveira, 1995).

Segundo Pereira (1993), antes de 1972 a unidade feminina se chamava Internato Coração de Maria e era considerada um minipresídio, que reunia jovens infratoras e abandonadas. De 1988 a 1992, houve atendimento exclusivo para as infratoras. De 1992 a 1994, voltariam a conviver na instituição adolescentes infratoras e abandonadas, separadas por uma parede. Em 1994 houve um processo de separação definitiva, restando apenas as infratoras na unidade, em cumprimento do que é preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Durante toda a sua história, a unidade ocupou vários prédios, teve diversos nomes e muitas direções. Foi transferida do governo federal (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, a Funabem) para o estadual (Fundação Estadual de Educação do Menor, a Feem) décadas antes do que ocorreu com as unidades masculinas, por um "esdrúxulo acordo de cavalheiros" (Pereira, 1993:54), sem explicação lógica.

A história da instituição não está registrada em nenhum arquivo público: SAM, Funabem, Feem, FCBIA, Degase. Sua trajetória foi parcialmente recuperada pelas oito pesquisas realizadas na instituição nas duas últimas décadas, as quais descrevem uma dura realidade que parece imutável. Cabe ressaltar a importância do interesse feminino nessas pesquisas: todas elas foram realizadas por mulheres, que buscaram evidenciar o papel de gênero e sua relação com a delinqüência e a institucionalização.

O mais antigo estudo sobre a instituição foi efetuado de junho a novembro de 1981 no então denominado Centro de Recepção e Triagem I (CRT), apto a receber adolescentes de 14 a 18 anos de idade. Teve como objetivo traçar o perfil da clientela assistida. Foi realizado pela Feem, órgão da Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Nessa época, ali coabitavam menores infratoras que, em sua maioria (79%), cometeram furtos, com adolescentes apresentando desvios de conduta como consumo de tóxico e prostituição. Também havia garotas que perambulavam pelas ruas da cidade (Feem, 1982).

Essa pesquisa já demonstrava a frágil situação familiar e social das internas: baixa escolaridade, ausência de registro civil, problemas pedagógicos, psicológicos e psiquiátricos, uso de drogas, famílias matrifocais e com múltiplos problemas de saúde, difíceis relações com pais e padrastos, além de familiares envolvidos em infrações. A maioria das garotas internadas era primária na infração (91,4%).

Apenas 43,5% das meninas então entrevistadas disseram que o atendimento recebido na instituição havia exercido influência positiva sobre o seu comportamento, denotando uma visão negativa do tempo vivido na unidade. Também reprovaram o relacionamento com a equipe de auxiliares e

administrativa, qualificando-o de forma mais negativa do que o estabelecido entre as adolescentes e entre estas e os técnicos.

O estudo conclui sugerindo a transformação do Centro de Recepção e Triagem I no Educandário Santos Dumont, unidade de permanência que pudesse oferecer "um atendimento específico, cuja eficácia estará diretamente relacionada com o desenvolvimento de uma programação adequada e contínua, durante prazo superior àquele que peculiariza a passagem por um Centro de Triagem" (Feem, 1982:117).

Em 1984, novo estudo focaliza a unidade, já denominada Educandário Santos Dumont, apontando os "apelos e atropelos do menor" durante sua institucionalização. Relata a monótona vivência cotidiana, a precariedade de oficinas profissionalizantes, o ensino formal pouco desenvolvido e desinteressante, os momentos de rebelião que levavam a desnecessárias "caçadas a criminosos de alto risco" e a importância do homossexualismo entre as internas. Destaca-se o encaminhamento de meninas para clínicas psiquiátricas, em função de comprometimento mental, emocional ou como punição por indisciplina (Dantas, 1985). Conclui-se que a instituição "produz efeitos contrários àqueles a que se propõe, quando através de sua ação, paternalista e segregadora, dificulta a absorção do menor no âmbito social" (Dantas, 1985:26).

No ano de 1988, outro estudo foi elaborado, enfatizando exclusivamente o tema do homossexualismo feminino na unidade (Silva, 1989). Também descreve o cotidiano institucional, detalhando as relações amorosas propiciadas pelo intenso contato entre as jovens internas e a postura dos dirigentes, técnicos e agentes disciplinares diante dessa questão. O tema foi também abordado nos dois trabalhos já mencionados, mostrando a relevância que ocupa na vida cotidiana da instituição. Silva termina por encarar o homossexualismo na instituição feminina como uma estratégia de defesa à opressão vigente no local.

Em 1993, Pereira defende uma dissertação de mestrado sobre a instituição, com o título *A Ilha do Diabo: instituição e poder*. Ressalta, pormenorizadamente, a importância da análise dos mecanismos de controle, tais como a vigilância sobre gestos, atitudes, hábitos e discursos, os horários rígidos e a medicalização, visando a produzir corpos dóceis. Critica a concentração de jovens ociosas no pátio, pois "vigiadas 24 horas por funcionários e, especialmente, por monitores, obtém-se a vigilância contínua e permanente do grupo e uma visão de tudo aquilo que se passa" (Pereira, 1993:117). Denuncia a violência dos agentes responsáveis pela segurança e da polícia nos momentos de invasão.

Pereira também mostra como a instituição culpabiliza a adolescente infratora e sua família pela internação, pelos problemas econômicos e sociais dessas famílias, bem como pela violência entre seus membros. Aponta a difícil

relação com a figura materna, "pessoa submissa e alvo de freqüentes idealizações" (Pereira, 1993:74), e demonstra a identificação das jovens com suas mães na atitude de submissão que constroem com seus companheiros. Relata a vivência nas ruas, muito comum entre essas jovens, bem como o medo decorrente das atividades que ali praticaram – temem por represálias pelos atos infracionais e pela punição das colegas da rua. Termina por afirmar que a instituição, "escondendo sua face de violência, encontrou um novo tipo de sistema para continuar a criar excluídos sociais" (Pereira, 1993:152).

Durante o ano de 1993 e parte do seguinte, Silva (1994) conviveu com a realidade da instituição, produzindo um trabalho intitulado *Cadê Minha Fada Madrinha?*. Os temas investigados pela autora foram: a existência (ou não) de um projeto pedagógico institucional, avaliado com base nas expectativas dos funcionários e das jovens, os efeitos da institucionalização e a questão do feminino em relação à infração.

Ela constata a inexistência de "proposta pedagógica efetiva para as meninas infratoras" (Silva, 1994:54), mostrando que o profissional age segundo seus valores e interesses pessoais, desacreditando do potencial de recuperação das jovens. Afirma que, para "garantir o 'suprimento' das necessidades básicas e o 'funcionamento harmonioso' da instituição, as demandas educacionais e de lazer são esquecidas" (Silva, 1994:108). Ressalta ainda que "o clima de desconfiança entre a equipe da escola e o Judiciário é muito forte" (Silva, 1994:63).

Ao analisar os prontuários das garotas internadas, a autora atesta que "o conhecimento a respeito da menina não se amplia de um memorando para outro" (Silva, 1994:77). Esses documentos não contêm informações sobre o trabalho que se faz com a menina ou sobre as suas peculiaridades pessoais. A reação de rejeição dos profissionais às infratoras ficou evidente nas suas falas, pois consideram-nas mais agressivas e de mais difícil relacionamento do que os jovens infratores.

A visão das garotas sobre o aborto mostrou que elas encaram a questão com muita tranqüilidade, dispondo de amplo conhecimento sobre sua prática. Muitas já têm seus próprios filhos, reproduzindo, nessa relação, a experiência que tiveram com suas próprias mães, geralmente muito conflituosa. Histórias freqüentes de abuso sexual e prostituição foram também relatadas. O amor incondicional que elas têm por seus namorados ou namoradas manifesta-se por meio de declarações em cadernos e tatuagens pelo corpo.

A autora termina por declarar que a escola é

> *uma continuação do 'mundão', e os valores que aqui se materializam são aqueles que as meninas encontram na rua: a lei do mais forte e a falta de solidariedade. O*

coletivo que lida com as garotas dentro da escola estimula a internalização do egoísmo e do autoritarismo. (Silva, 1994:157)

Realidade similar foi constatada numa pesquisa sobre as condições de atendimento no município do Rio no mesmo ano (Fiocruz, 1993). Os autores revelam a falta de estrutura para reintegrar os adolescentes no convívio familiar, capacitá-los para o mercado de trabalho, reeducá-los e proporcionar-lhes melhor condição de vida ao saírem da instituição, enfim, torná-los cidadãos. Esse estudo foi realizado sob os auspícios do Ministério Público Estadual, com a estrita finalidade de pressionar os poderes públicos para a melhoria do atendimento a esses jovens.

Em pesquisa realizada durante o ano de 1994 com 152 jovens internadas no educandário, denominada *As Implicações Psíquicas no Ato Infracional de Repetição*, Oliveira (1995) enfatiza a difícil conjuntura da instituição naquele ano, momento em que a unidade finalmente deixou de atender às consideradas 'carentes', restringindo sua atuação às jovens em conflito com a lei. Ainda naquele ano, as outras instituições do sistema deixavam de ser atribuição federal para serem de alçada estadual, conforme política de descentralização estabelecida pela Constituição de 1988.

Mesmo já sob a tutela estadual desde a década de 70, a instituição sofreu profundas modificações ao passar para um novo departamento, o Degase, que finalmente congregou todas as unidades de atendimento a jovens em conflito com a lei. A saída de antigos funcionários e a chegada de novos levaram a intensos conflitos, que repercutiram na qualidade do atendimento. O educandário foi a única instituição que resistiu às mudanças sem troca de direção.

Segundo Oliveira (1995), a unidade constituía a escola pobre do complexo, sempre a solicitar todo tipo de auxílio às suas vizinhas. Sua imagem era também muito negativa no interior do próprio Sistema. Tal percepção ajudou a encerrá-la ainda mais num grande isolamento. Os responsáveis pelo Sistema não sabiam muito bem informar o que acontecia na sua rotina, e todos temiam maior aproximação. Servir nesse educandário era tido como castigo para os funcionários faltosos das outras unidades do circuito, mencionado como um difícil local de trabalho, pelas constantes 'arruaças' provocadas pelas jovens, 'por causa da própria natureza feminina'.

Oliveira (1995) traça um perfil das jovens que passaram pela unidade no ano investigado, mostrando o elevado índice de reincidência (27,6% das meninas internadas); a participação secundária da menina no mundo do crime; e sua 'predileção' por delitos de baixa gravidade, como o furto. Um pequeno número de jovens havia praticado assalto à mão armada. Outros dados sociais e familiares são apresentados.

O mais recente trabalho realizado na instituição foi o de Luce (1997), enfocando a privação afetiva e a violência doméstica, destacando os aspectos emocionais das adolescentes que cometeram atos infracionais. O trabalho levanta a hipótese de que existe uma relação entre maus-tratos na infância e na adolescência e delinqüência. Faz uma análise de alguns casos clínicos atendidos na instituição, trabalhando principalmente com a estrutura familiar, situações de violência vividas na infância e na adolescência e o significado emocional do ato infracional. Aponta ainda a elevada freqüência de violência sexual entre as jovens e o difícil relacionamento delas com suas genitoras:

> *a relação com a figura materna é vivida de uma forma intensa, mas parece que a mãe da adolescente infratora não é vivida tanto como uma santa que necessita de proteção, assim como a mãe desejada do jovem infrator. A mãe é idealizada, sim, mas muitas vezes odiada e sentida como injusta.* (Luce, 1997:50)

Ainda hoje permanece precário o atendimento prestado pelo Educandário Santos Dumont, conforme se poderá verificar nos capítulos a seguir. É também um sistema fracassado no que se refere à ressocialização. Pesquisa recentemente realizada nos presídios adultos do Rio de Janeiro mostra que uma em cada cinco presas passou pelo sistema juvenil (Superintendência de Saúde/RJ, 1999).

Busca-se fazer uma análise mais global e atual das várias interfaces dos poderes estabelecidos no ESD, segregados espacialmente na instituição. Por essa razão, optou-se por organizar o texto segundo o setor de admissão, o pátio, o alojamento, as salas de atendimento técnico, o setor de profissionalização e o cubículo. Nesses espaços circulam as jovens, os agentes, os técnicos e a direção, com interesses, motivações, significados, formas de relacionamentos e atuação distintas. Lembra-se aqui uma célebre frase de Foucault, apropriada ao que se propõe abordar nos capítulos seguintes: "A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço" (Foucault, 1998:121).

11
O MOMENTO DA RECEPÇÃO E O RELACIONAMENTO COM A ADMINISTRAÇÃO
as salas da direção

A idéia da instituição é muito ruim. Ela é um depósito que não se assume como depósito. A instituição não tem cara, ela precisa de uma. Não tem corpo, não tem perna. A instituição não tem nada. Precisa de um psiquiatra para a instituição.

(Instrutor de oficina)

A gente tem na Santos Dumont uma coisa crucial chamada espaço. Aqui se brinca de fazer alguma coisa, se engana. Eu engano que faço, eu engano que aprendo, porque da forma que as coisas são distribuídas ali, sala e espaço físico, ninguém dá nível a ninguém, ninguém aprende nada. A Santos Dumont foi sempre a lanterna do Degase. Tinha verba pra tudo quanto era lugar, pra cá nunca. Eu nunca consegui uma obra de ampliação, nunca. Com uma pequena obra ali dava pra fazer um grande negócio pra essas meninas, porque o número é muito pequeno.

(Ex-diretora)

Se a direção não ressocializar ninguém, falhar no trabalho socioeducativo, não acontece nada. Agora, se fugir, botar fogo... A preocupação está em não ter rebelião, não ter fuga, não ter confusão, não ter motivo pra imprensa.

(Funcionária da direção)

O Educandário Santos Dumont fica num complexo que centraliza três instituições de internamento para jovens em conflito com a lei. Externamente, assemelha-se a um estabelecimento prisional: muros brancos altos e um portão principal de ferro azul, com uma pequena abertura na parte superior, por onde o funcionário responsável pela segurança observa, identifica e autoriza a entrada de quem chega. Não há agentes de segurança permanentemente na parte externa, o que tem sido alvo de críticas por parte dos funcionários, por causa dos furtos e roubos que ali têm ocorrido.

Preenche os critérios do que Goffman (1996) chama de 'instituição total', pois todas as esferas da vida diária são realizadas em um mesmo ambiente, por meio de um plano racional único. É marcado pela barreira ao mundo externo, para o qual as internas não podem sair, a menos que haja autorização por parte do juiz, o que costuma ser uma exceção à regra.

Ao ultrapassar o portão, o visitante se depara com uma área aberta, com alguns bancos de concreto, onde são realizadas as visitas, logo em frente ao prédio da administração. Na entrada do prédio, há uma varanda onde ficam o guarda de plantão e um funcionário que faz um registro sobre o visitante e os horário de sua entrada e de sua saída. Internamente, existem duas salas destinadas ao trabalho administrativo, louvável em função da carência de material e dos instrumentos de trabalho antigos e precários – alguns sequer funcionam de forma eficiente. Há ainda uma sala para a direção, outras duas para os atendimentos técnicos e um pequeno banheiro.

A sala da administração e da direção estão em locais estratégicos, permitindo o controle da área externa onde ocorrem as visitas. Esse arranjo espacial, da arquitetura e dos olhares, torna possível uma vigilância hierárquica, funcional e quase contínua, que se repete por toda a unidade, exceção feita aos alojamentos e ao cubículo (Foucault, 1984). Basta bater no portão da unidade para que o dispositivo da vigilância seja acionado.

Atrás do prédio administrativo encontra-se um amplo pátio, onde as adolescentes passam a maior parte do tempo. Dali tem-se acesso aos alojamentos, ao cubículo, ao refeitório, à lavanderia, à enfermaria e ao setor pedagógico. A passagem por esses espaços – e a compreensão dos seus significados – é inevitável para todas as jovens quando chegam à instituição.

O Momento da Admissão

A entrada na instituição prisional tem sido investigada por alguns autores que desejam conhecer seus efeitos sobre as mulheres. Fogel (1993) verificou que, na primeira semana de prisão, metade das internas relatou pânico e medo, especialmente de serem molestadas sexualmente e de sofrerem violência física. Mulheres que ficaram detidas na cadeia antes de irem à prisão ouviram histórias terríveis sobre a vida ali, contribuindo para aumentar o medo que estavam sentindo. As preocupações com a família e com os filhos ocupam todo o pensamento. Seis meses depois, as mesmas mulheres foram entrevistadas e tornaram a enfatizar o estresse de terem que ficar separadas de sua família,

fatores que mais as incomodavam na prisão. Temiam que seus filhos não as reconhecessem mais. Mencionaram dificuldades com a perda da liberdade, restrições da vida prisional, falta de autonomia para controlar suas vidas, falta de privacidade e de respeito por parte da equipe de funcionários. O temor da violência havia se dirimido, exceto em momentos em que os rumores de conflitos se avizinhavam.

A admissão provocou modificações importantes na vida das mulheres entrevistadas por Fogel, resultando em estados de saúde adversos verificados após seis meses de reclusão: elevado índice de depressão e ganho de peso resultando em obesidade, além de sintomas depressivos e físicos, como fadiga, dor de cabeça e dor nas costas.

As adolescentes infratoras, especialmente as primárias no Sistema, trazem os mesmos medos que as mulheres do estudo de Fogel (1993) tinham sobre a vida prisional. Adquiriram esses temores na convivência com outras adolescentes, com funcionários do Criam e de outras unidades do Degase e com os policiais, interessados em aterrorizá-las. Falam com muito medo da violência física e sexual, especialmente das ameaças de abuso sexual por parte das adolescentes homossexuais e da agressão física dos agentes. Com o passar dos dias, logo percebem que tais impressões não são totalmente condizentes com a realidade da instituição.

Logo que chegam à unidade, são revistadas por uma agente educacional do sexo feminino. Esse procedimento é similar àqueles pelos quais seus familiares terão de passar nos dias de visita. A revista consiste em desnudar-se totalmente e manter-se com as pernas abertas, abaixando-se e levantando-se três vezes seguidas, para que a agente se certifique de que não há nada inserido em suas partes íntimas. Tal norma provoca constrangimento para todas as pessoas que a ela são submetidas.

A seguir, as roupas das adolescentes são levadas para o 'pertence' e ficam lá até elas se desligarem do Educandário. Recebem um vestido da instituição e dormem solitárias no 'cubículo', até passarem pelo atendimento médico. Somente depois poderão receber o uniforme, short azul e blusa branca de malha, para serem finalmente inseridas no alojamento.

Goffman (1996) destaca como as instituições prisionais impõem a 'mortificação do eu' dos seus internos, exemplificada aqui na barreira que separa o mundo intramuros do extramuros, marca do momento de admissão e de uma nova etapa de vida. Assim, as prisioneiras são obrigadas a aceitar papéis com os quais não se identificam, na tentativa de conviver com as 'regras do jogo' na instituição. As adolescentes internas no educandário vão, gradualmente, perdendo sua identidade. A uniformização é um exemplo típico da mudança

na forma como se visualizam. Há tristeza por não mais terem acesso ao que lhes é próprio, aqui representado por suas roupas. Sobretudo para as adolescentes, isso é muito humilhante, pois a preocupação com roupas ocupa lugar prioritário em suas vidas.

Giddens (1989) aborda os efeitos de situações humilhantes, como a de desnudamento e do ingresso no cubículo no momento da admissão, situação em que fica isolada em local nada apropriado para uma adolescente, como se poderá constatar mais adiante. Atos como esse são caracterizados pelo autor como uma forma de "violação dos territórios do eu", visto que a adolescente (e posteriormente seus familiares) tem de expor publicamente seu corpo, além de ser obrigada a se trancar em ambiente precário, impedida, dessa forma, de manejar as fronteiras entre fechamento (espaço privado) e abertura (espaço público), que servem para preservar um sentimento de segurança da pessoa.

Para a recém-chegada, essas transformações internas são carregadas de muita angústia e sofrimento. Já para as meninas habituadas à vida institucional, qualquer nova garota traz modificações na entediante vida cotidiana. Se a recém-chegada for uma velha conhecida, o comentário se espalha rapidamente. As notícias da rua assumem destaque principal e a alegria é evidente. Quando entra uma jovem desconhecida do grupo, há uma certa rejeição inicial, especialmente porque as garotas que têm interesses homossexuais passam a disputar a atenção da novata, fazendo apostas sobre quem a conquistará. Certamente a nova situação gera instabilidade nas relações afetivas até então estabelecidas, provocando ciúme e implicância em relação à recém-chegada. Esse desconforto não costuma durar muito tempo; em poucos dias a novata passa a ser aceita.

A recém-chegada é logo informada sobre a vivência na instituição. Embora haja uma norma recentemente estabelecida pela direção-geral do Degase, disciplinando os horários, não há na unidade uma rotina muito rígida no dia-a-dia. Em geral, elas acordam entre 7h30min e 8h. Aquelas que querem arrumam a sua cama e tomam banho. A limpeza do quarto e do banheiro interno são de sua responsabilidade. Saem para o pátio e dirigem-se ao refeitório, onde entram em fila para o café da manhã, às 8h30min. As atividades acontecem das 9h às 12h, e as adolescentes que desejarem delas participar dirigem-se para as salas. Nenhuma atividade é obrigatória. Quem não for para o espaço de trabalho fica no pátio.

Aproximadamente às 12h, elas fazem fila para o almoço. O grupo de cada alojamento entra separadamente. Após o almoço, escovam os dentes e voltam para o pátio, para fumar. Sentam-se na quadra, e o agente entrega um cigarro para cada uma das fumantes que têm cigarros guardados na instituição.

Começam, então, as atividades da parte da tarde. Muitas meninas permanecem no pátio. Às 15h organizam-se para o lanche, após o qual recebem roupas limpas e tomam banho. Depois, voltam para o pátio e aguardam o jantar, às 18h. Depois do jantar, podem fumar novamente e ficam no pátio até as 20h, assistindo à televisão, quando fazem um lanche e entram para o alojamento, para dormir. De lá, só saem no dia seguinte.

Como as atividades são opcionais e boa parte do tempo as adolescentes ficam ociosas, o dia na instituição transcorre lentamente. Elas reclamam que o tempo não passa, o que torna-se ainda mais grave nos fins de semana, quando o movimento de funcionários e das atividades é ainda menor. As muitas lacunas na rotina diária dificultam a disciplina e o processo pedagógico.

Os Momentos das Visitas

Como a rotina das adolescentes é pouco atraente, elas anseiam por novidades, especialmente quando trazidas de fora da instituição, por seus familiares. As visitas de mãe, pai e filhos são permitidas e estimuladas pela equipe técnica. Outras pessoas da família e namorados só são autorizados depois de avaliação técnica. Esses encontros podem ocorrer três vezes por semana, nos dias em que a assistente social responsável pela menina estiver na instituição. Eventuais visitas em outros dias só são consentidas mediante autorização por escrito da assistente social.

Após a humilhante revista (nem sempre seguida à risca), os familiares sentam-se nos bancos de concreto, próximos à entrada, e aguardam ansiosamente enquanto um funcionário chama a adolescente no pátio. O encontro com a mãe é geralmente bastante emocionante: beijam-se, abraçam-se, algumas choram. Em certas vezes percebe-se o distanciamento entre mãe e filha já nesse momento: elas não se tocam e quase não conversam durante o tempo em que estão juntas. Freqüentemente, a mãe vem acompanhada do filho da adolescente, quando esta também já é mãe. Em alguns dias, muitas meninas recebem visita simultaneamente, e as jovens orgulhosamente apresentam a sua família para a da colega.

As famílias, principalmente as mães, costumam chegar carregadas de produtos de higiene pessoal (creme para o corpo, xampu, artigos ansiosamente desejados), peças íntimas, cigarros e biscoitos. Esses objetos são exigidos pelas adolescentes, mesmo quando a família está economicamente impossibilitada de trazê-los. São comuns os conflitos entre mãe e filha quando as encomendas não são trazidas, pois, além de representarem a satisfação das necessidades femininas, são vistas como prova do grau de compromisso e carinho que a mãe tem para com a menina internada.

Os pedidos de objetos de consumo pessoal permeiam todas as demais relações que as adolescentes estabelecem na instituição. Pedem tudo e a todos. Técnicos, agentes, pesquisadores ou mesmo visitantes são bombardeados ininterruptamente com solicitações as mais diversas possíveis, por vezes atendidas. Segundo Ochoa (1994:77), com esse comportamento parece que elas "mendigam os seus direitos", ficando numa postura dependente e passiva diante dos funcionários, esperando pela boa vontade da 'tia' para receberem as coisas. Diante da menor frustração, os desentendimentos eclodem.

O cigarro não pode entrar no pátio, devendo ficar com o agente, que o repassa para a menina duas vezes por dia, após o almoço e o jantar. Muitas vezes as famílias levam lanches para compartilhar com as meninas durante a visita. Algumas mães mais carentes recebem o almoço da instituição. O acesso ao pátio não é permitido, e a própria menina vai buscar a comida para a mãe.

Durante todo esse convívio, funcionários da instituição se mantêm distanciados, mas atentos à movimentação. Algumas visitas são consideradas estranhíssimas pelos técnicos, que mencionam mães que se sentam ao lado da filha sem que as duas se olhem ou se falem, parecendo "dois robôs"; ou então mães que dormem com bebês no colo, deixando os técnicos preocupados com a segurança da criança e com a adolescente solitária durante a visita.

O término do horário da visita, que varia de acordo com a permissão da assistente social, é anunciado por um funcionário. A mãe só é liberada para ir embora depois que a adolescente passa por nova revista para impedir a entrada, no pátio, de algo que não seja permitido.

Algumas vezes, os familiares passam para as jovens objetos considerados impróprios pela direção. Estas tentam esconder os objetos sob as roupas, buscando disfarçar dos agentes a posse. Em geral, é muito difícil descobrir como certos objetos aparecem em poder das garotas internadas.

Várias mães nunca visitaram as filhas ou o fizeram esporadicamente, trazidas pela insistência das técnicas. No caso das adolescentes habituadas a receber visitas, elas costumam entrar em desespero se a mãe, por algum motivo, não comparece. Muitas vezes, encontram-se meninas chorando pelos cantos. Ficam ansiosas por notícias da família, e uma única falta pode ser considerada por elas como abandono: "Minha mãe me abandonou aqui, esqueceu de mim". Os sentimentos se misturam: ficam preocupadas e sentem raiva. Comumente, justificam brigas em que se envolvem, pela frustração em não receber visita. Poucas jovens se conformam com a solidão em que vivem na unidade. "Eu não recebo visita mesmo, nem me esquento" (Ester).

Apesar do aparente distanciamento das adolescentes em relação a suas famílias, durante as visitas fica mais evidente o seu sentimento de culpa pelo sofrimento que causaram. Ao mesmo tempo que pedem coisas, verificam as dificuldades maternas para a obtenção de dinheiro da passagem e para a compra dos objetos desejados. Outras se referem ao comportamento de irmãos, mães ou avós, que ficaram doentes com o desgosto que elas causaram.

Para algumas poucas adolescentes que têm família mais próxima, o relacionamento nas visitas melhora à medida que o tempo passa:

> Quando acontece uma coisa dessa parece que fortalece, se une ainda mais, e aquelas pessoas que estavam um pouco distante se aproximam. No início eu senti um pouco de vergonha deles, mas agora eu sinto muita gratidão e eu só suporto isso tudo por causa deles.

Para algumas, parece haver melhoria da relação entre mãe e filha. Nesse ponto, o que parece exercer uma forte influência é o trabalho que a instituição realiza, pois facilita a aproximação de ambas. Além disso, há adolescentes que realmente começam a refletir sobre os conselhos familiares que antes elas não escutavam, aproveitando-se desse distanciamento forçado.

Durante as visitas, as mães deixam transparecer que vêem mais pontos positivos que negativos no ESD. No primeiro caso, especialmente porque crêem que a internação pode mudar as atitudes rebeldes das jovens e deixá-las mais calmas, além de ser uma oportunidade para aprenderem a escrever e fazer cursos, servindo ainda como um tempo para 'doutrinar quem não tem limites'. Dos pontos negativos, um dos mais acentuados pelas mães – conforme o relato de quatro delas – é a violência física que as filhas sofrem. Preocupam-se também com a 'mistura' que existe na instituição, tanto no que se refere aos delitos quanto à opção sexual.

> Ver a minha filha naquele lugar eu não agüento. Ali só acontece coisa de ruim com ela. Ela já apanhou das meninas, tá toda cortada, que ela mesma se cortou, tá sempre lá presa sem poder receber visita. (Mãe de Elisabete)

> Se a criança vai ali pra melhorar, eu acho que só tem a piorar... Porque ali é muita mistura, principalmente aquelas sapatão que tem ali... (Mãe de Andréia)

O perfil dos visitantes das adolescentes corresponde ao observado nas prisões de mulheres adultas em todo o mundo. Em geral, são abandonadas pelos companheiros (quando os tinham), tendo como último e único apoio a mãe. Realidade oposta ocorre quando a adolescente está em liberdade e tem seu parceiro preso, tal qual relatado por várias das entrevistadas. Elas se preocupam intensamente com ele. Isso é relatado também por Zaluar:

A mulher verdadeira do bandido é aquela que, junto com a mãe e as irmãs, ajuda-o na hora do sufoco, quando está na prisão e precisa de dinheiro, advogado, roupas, comida e tudo mais. Como Amélia, 'a mulher de verdade', sofre muito por seu marido, irmão ou filho. Mas, ao contrário da Amélia, esta mulher dedicada pode vir a roubar, mentir ou traficar e até matar, morrer, se isso for preciso para ajudar o prisioneiro. (Zaluar, 1994:230)

Sucessão de Direções

A relação das adolescentes com a direção do educandário mudou no primeiro semestre de 1999,[12] por causa de troca da direção. Isso provocou grande impacto na unidade, que estava há anos sob a mesma direção. Após cinco anos na unidade como assistente social, a diretora que saiu ficou quatro anos neste cargo, tendo *a priori* longa experiência em trabalho com meninas. Conseguiu passar por períodos de grande instabilidade no Degase, sem que houvesse maiores problemas no educandário. Foi convidada a assumir posição de maior responsabilidade no Sistema e preparou sua substituta, com cinco anos de experiência em unidades masculinas. Durante o processo de transmissão do cargo, teve o seguinte cuidado:

> Eu passo a direção, você não vai ter trabalho. Não sou melhor do que ninguém, mas eu estou te entregando uma casa íntegra, é só você levar pra frente. Agora, uma coisa você tem que fazer, isso eu exijo de você: separe meia hora do seu dia pra ouvi-las. Isso é importantíssimo, porque do que você ouve você tem a casa inteirinha na mão.

A ex-diretora era muito querida pelas adolescentes e mantinha boa relação com as técnicas. Entretanto, era vista como rígida por agentes, especialmente por não compreender as faltas e os problemas pessoais de cada um. Não lhes dava autonomia, mantendo toda a instituição sob rédea curta. Tinha como lema do seu trabalho a relação e o envolvimento com as jovens:

> Eu não consigo me distanciar do pátio. Eu me meto mesmo, dou esporro, falo, eu não quero nem saber. Eu quero que eles parem e ouçam o que eles estão fazendo. Então eu acho, sei lá, que é até um defeito, eu não sei sentar num lugar e só mandar. Eu aprendi fazendo, indo pro pátio fazer. (...) Uma

[12] Houve outra mudança de direção no final desta pesquisa, que não constituiu objeto de análise neste texto.

> coisa que eu me gratifico é que depois que eu entrei na Santos Dumont não teve mais porrada, ninguém batia em ninguém aqui dentro. Elas se feriam, se machucavam. Eu não tinha um adulto que encostasse o dedo nelas.

A chegada da nova diretora provocou insegurança entre as meninas e os funcionários. Com as adolescentes a situação foi se ajeitando, porém entre os funcionários o clima se modificou profundamente. Embora ela tenha sido bem vista por todos os profissionais pelo bom convívio, notou-se uma clara divergência entre eles. Dentre os que lidam com a disciplina, observou-se uma satisfação pela autonomia que passaram a ter; entre alguns técnicos, constatou-se a preocupação com a modificação do jogo de forças.

> Ela tinha que ter uma visão mais geral, começar a aprender quem é quem direitinho, porque tem coisas que você nem pode dar ouvidos. Talvez se ela estivesse um pouco mais presente... (Técnica)

Estava aí se configurando o que Costa (1999b:143) denomina de "o dirigente refém", preso aos interesses corporativos de funcionários.

As mudanças ocasionadas pelos dois estilos de direção foram claramente sentidas durante o período em que as pesquisadoras permaneceram na instituição, o que explica parte dos conflitos analisados mais adiante e a entrada de uma terceira diretora, em um curto período.

As dificuldades da direção, no entanto, não se findam na figura da própria diretora. Nos depoimentos, sobressai o desafio que é gerir a unidade. Sua função principal é avalizar os relatórios feitos pelas técnicas, organizar reuniões com a equipe, efetuar o entrosamento com o Juizado. Entretanto, despende a maior parte do tempo conseguindo substitutos para os funcionários faltosos; solucionando conflitos entre a equipe, "que dá mais trabalho que a adolescente"; solicitando viatura para levar alguma menina ao médico; ou ainda lidando com a burocracia do Degase. A fragilidade da relação com os funcionários também foi uma das queixas da diretora:

> Pra mim, nas vezes como diretora, é mais fácil lidar com adolescente do que com funcionário, porque adolescente é... Elas sabem, tá? Ela quando entra aqui pra instituição ela sabe que ela errou.

Outro ponto de difícil enfrentamento para a direção refere-se ao envio dos relatórios técnicos de cada adolescente para o juiz. Todo mês elabora-se um mapa com os documentos, que são enviados com três meses de antecedência, porque o Juizado tarda para reavaliar e dar a sentença. Quando a jovem completa seis meses de internação, período de reavaliação judicial, às vezes é enviado um segundo relatório. A direção e as técnicas sentem-se por

vezes pressionadas pelas jovens, que as culpam pela demora em receber a reavaliação judicial. A desconfiança das meninas assim se expressa:

> Eu tô bolada com ela [técnica]. Ela já não me chama pra conversar há muito tempo, nem sei se ela tá fazendo meu relatório. Acho que ela tá me levando enganado. (Alessandra)

> O que te confunde aqui dentro é porque você sempre conta o dia que falta pra você ir embora. Se a pessoa fala assim: 'falta três meses', você vai contar dia por dia. Quando você chegar nos 15 dias, você parece que passou 15 anos. Você dá aquela coisa: 'eu não vou mais sair daqui, vou passar três anos, eles não querem me falar'. Quando alguém, que nem minha assistente social, vai no pátio, eu já falo assim: 'Ih, ela já vem me dizer uma má notícia, vai me dizer que o juiz mandou me internar'. Aí você fica com um monte de confusão na tua cabeça, às vezes você perde a cabeça mesmo. (Ivone)

Esse mesmo corpo funcional sofre pela falta de apoio judicial, bem como pelo distanciamento da direção do Degase, que não se envolve nesses conflitos. Ficam isoladas em sua atuação.

> Tem menina esquecida aqui dentro e a gente manda relatório, faz ofício. O Degase não se envolve na relação com o juiz, não compra briga nenhuma pra gente. O Ministério Público, então, não dá apoio. Se a gente quer comprar alguma briga com ele, é peito com ele.

Alguns juízes são conhecidos pela dificuldade de relacionamento com os gestores da unidade. Merece destaque, pela freqüência com que foi nomeado, o responsável pela comarca do Rio de Janeiro, que suscitou a seguinte crítica: "O Judiciário só sabe chamar a gente de incompetente, quando na realidade ele também não faz nada pra ajudar a nossa incompetência".

Em meados de 1999, começaram a ocorrer sérios conflitos sobre as modificações dos relatos técnicos introduzidas pelos profissionais que os elaboraram, decorrentes de uma capacitação desses profissionais. Passaram a privilegiar toda a história social das jovens, em detrimento da exclusividade que se dava à vivência institucional (Claves, 1999). A fala da diretora técnica sobre a relação com esse juiz ilustra a complexidade da situação:

> É meio complicada. Ele falou que o nosso relatório não tinha credibilidade nenhuma pra ele, em 90% dos casos. Que decidia os processos baseado em outras peças do processo, que não o relatório do Degase. Foi uma briga, um bate-boca.

> ‘O senhor nunca viu adolescente? Porque quando o adolescente entra, ele passa num juiz de plantão, que nunca é o senhor, aí ele fica seis meses lá, a gente manda o relatório avaliativo, pro senhor fazer a reavaliação, o senhor diz que esse relatório não tem validade nenhuma e se baseia em outras peças. Gostaria de que peças pra dar a sentença?’ ‘Ah, não falei, quer dizer, falei, mas não quis dizer isso. Você está deturpando as minhas palavras.’ Outros juízes não agem assim, discutem uma indicação. Ele não reavalia no prazo. (...) Tem menina de um ano e tanto que não fez nada, não descumpriu a medida, quer dizer, não fez outro contato, e está esquecida aqui dentro e a gente manda relatório, eu faço oficio. É... a gente não sabe o critério, porque tem juízes difíceis. Tem uma juíza que diz assim: ela concorda com tudo desde que não seja a menina voltar pra cidade dela.

Vale a pena se deter um pouco mais sobre essas dificuldades, pois repercutem diretamente na vida das jovens, embora elas pouco percebam, identificando a culpa no nível das pessoas com as quais se relacionam intimamente: as técnicas e a direção. A fala de uma pessoa da direção traduz uma queixa das adolescentes, que não compreendem os diferentes critérios que são aplicados pelo juiz.

> Com todos os relatórios que a gente encaminha, se ele tivesse tempo pra ler e ver realmente o perfil de cada adolescente no relatório... Mas a coisa é máquina, é robotizada, então muitas sentenças são dadas sem conhecer a situação do adolescente. Por que eu te digo isso? Porque entra uma dupla no mesmo ato infracional, um é liberado e outro não. Um tem semiliberdade com atividade e outro as tem vetadas. Que parâmetro ele usou? Não foi o relatório, porque os atos são iguais. Então, qual foi o critério? Então é muito fácil você chegar e dizer que você faz um trabalho que não tem credibilidade com o Juizado. Mas será que nós, técnicos, temos credibilidade no Juizado? Em outras comarcas é completamente diferente. Tem juiz que acompanha passo a passo. Tem juiz que deixa o técnico entrar em uma audiência. Você expõe toda a situação. Não fica uma coisa fria. No Juizado na capital, nenhum adolescente entra pra audiência.

A tradicional falta de entrosamento entre o Poder Judiciário e o Executivo no Rio de Janeiro, representado pelo Juizado e o Degase, foi mencionada por Minayo et al. e reconhecida como um dos fatores que inviabilizaram um convênio que buscava melhorar o atendimento feito pelo Degase nas unidades, inclusive no ESD:

> *Cabe questionar a viabilidade de execução das metas propostas face ao extremo poder que o Judiciário ainda desfruta sobre os jovens em conflito com a lei. A fragilidade da Defensoria Pública e a relação estabelecida entre o Ministério Público e o juiz contribui para uma situação relatada por todos os participantes das oficinas (funcionários do Degase, professores da Uerj e coordenadores do convênio), de prepotência da fala judicial.* (Minayo et al., 1999:102)

A breve menção a esse jogo político mostra o quanto a adolescente não é ouvida nem suprida em suas necessidades de ser em desenvolvimento. Os interesses corporativos travam disputas na vida cotidiana, e esse problema já foi mencionado em outros trabalhos feitos no ESD. Dantas (1985) revela em seu estudo a nítida demarcação que se delineia entre os grupos, compondo dois binômios de interesse, que por vezes se relacionam de forma estereotipada e hostil: adolescentes e equipe técnica/direção e técnicos com direção. Vários outros focos de poder permeiam os fóruns de embate, contrapondo técnicos e direção aos agentes e os variados arranjos estratégicos feitos pelas adolescentes.

Esse modelo institucional ajuda as jovens a introjetarem os papéis que precisarão desempenhar nas diferentes esferas de relacionamento na unidade.

12
O PÁTIO, O LOCAL DA DISCIPLINA

– Quais são as maiores dificuldades do seu trabalho? (Pesquisadora)

– O pátio, porque mal ou bem ele está envolvido num sistema penal. Ele não está num setor pedagógico, ele fica na linha de frente. Se bobear, toda hora está dando conflito. O pessoal que trabalha diretamente com elas no pátio é diferente, porque vira repressor. São regras. Infelizmente, nós temos que fazer cumprir essas regras.

(Agente educacional)

No pátio interno, as jovens ocupam o tempo conversando em pequenos grupos, jogando dominó ou pulando elástico. Outras ficam mais solitárias e escrevem em seus diários, prática comum na instituição. Só saem desse espaço à noite, para dormir, para participar de alguma atividade, quando chove, na hora das refeições ou para serem atendidas por alguém da equipe técnica. O pátio conta com uma quadra coberta para atividades físicas e quatro mangueiras, que tornam o ambiente mais agradável e fazem sombra nos dias mais quentes.

Um rápido olhar pelo ambiente basta para que já se detectem os diferentes estilos das meninas. Mesmo estando de uniforme, nota-se a vaidade de algumas e o desleixo de outras. O maior zelo consigo mesma manifesta-se nas roupas limpas e nos cabelos penteados, em contraposição às que preferem andar descalças, desarrumadas e com roupas sujas. Outra distinção refere-se ao jeito mais feminino de vestir, com *shorts* justos e camisetas curtas, evidenciando melhor o corpo, em oposição às que vestem longos calções e blusas compridas e largas, assemelhando-se mais ao vestuário masculino juvenil. Dentre essas últimas, encontram-se as que se referem a si mesmas como homossexuais.

As relações de amizade são aí cultivadas e registradas amiúde nos diários. Frases românticas e idealizadas expõem sentimentos que, várias vezes, são desfeitos pela realidade, apontando a instabilidade emocional das adolescentes, exacerbada pela sua condição.

Amizade é igual a cristal quando quebra, jamais será igual. (Elisabete)

> Um amigo não é aquele que enxuga as suas lágrimas, mas sim é aquele que não as deixa cair.

> Saiba que amigos não são aqueles que enxugam as suas lágrimas com a mentira, mas sim aqueles que as deixa cair com a verdade. Quando vivemos para enxugar as lágrimas das pessoas não temos tempo para chorar.

> Adorei sua amizade, pena que não foi sincera de sua parte, mas mesmo assim não guardo mágoas suas e de ninguém. (Ilda)

> Te adoro, gosto de você, também às vezes te odeio, mas nossa amizade é muito forte, porque não tem falsidade. (Antônia)

Devido ao fato de a maioria das adolescentes permanecer no pátio durante quase todo o dia, é nesse espaço que acontece a maioria dos conflitos. São comuns brigas, puxões de cabelo e muita agressão verbal. As frágeis relações estabelecidas entre as garotas provêm de uma intensa labilidade afetiva, sendo raros os relatos de bom relacionamento. Estes, quando ocorrem, se dão seletivamente com poucas colegas e, geralmente, duram pouco tempo.

Banalidades costumam motivar as brigas: apelidos, brincadeiras, ciúmes de alguma garota ('babadage'), tomar o lugar de outra na fila, ameaçar ler o diário alheio ou pegar os objetos pessoais da colega tornam-se razões para o início das pequenas guerras. Os resultados são adolescentes muito machucadas fisicamente, por socos, murros nos olhos, chutes e tentativas de enforcamento. Em momentos de frustração, utilizam também as substâncias que encontram na instituição, cheirando desodorante, buscando uma forma de se excitar e se manter alteradas. A relação de desconfiança e falsidade é avivada pelo ciúme que decorre dos relacionamentos amorosos. Um desses relatos tão comuns é o de Elisabete:

> Eu comecei andar com uma garota e ela começou andar com outras meninas. Aí, nossa amizade foi, assim, diminuindo, a minha e a dela. Antes a gente só andava agarrada. Ela pegava, chegava perto de mim: 'Tá trocando a minha amizade'. Eu: 'Não, você que está trocando a minha'. Ficava aquele negócio. A gente nunca conversava, pra falar: 'Você vai continuar andando comigo e largar ela de lado'. Só ficava assim: 'Você tá trocando a minha amizade'. Ela ficou sabendo de uma coisa, um dia que a gente brigamos, que ela queria saber pela minha boca, não pela boca dos outros, que eu tava com uma garota. Ela foi, me chamou. Falou que queria saber pela minha boca, que ela ficou sabendo pela boca dos outros. Nisso, ela foi, me deu um tapa. Eu falei: 'Pára!' E me deu mais um tapa. Eu só comentava pra ela parar. Aí eu falei: 'Nossa amizade acaba aqui'. Ela falou: 'Tá bom. Sua amizade, pra mim, não faz falta'. Eu tinha acabado de jantar, ela chegou com uma escova de dente. Falou um negócio assim: 'Olha minha escova de dente'. Eu não respondi,

> fiquei quieta. Ela: 'É. Não tá conversando comigo mesmo, não?' Aí foi, me deu um chute na barriga e saiu correndo. Eu fui, corri atrás dela e dei um tapa nas costas dela. Aí eu agarrei ela por aqui. Aí ela foi e mandou eu soltar. Eu soltei, mas achando que ela ia pro canto dela e eu ia pro meu. Na hora que eu soltei, ela foi, me deu esse soco no nariz. Meu nariz quase quebrou. Aí fomos pra delegacia. Chegou lá, a gente séria, com raiva, sabe? Eu olhei pra cara dela, ela olhou pra mim, deu um sorriso pra mim! Eu olhei, com cara de nojo. Na hora que eu olhei, ela tava olhando. Eu não consegui e dei um sorriso pra ela. Ela falou assim: 'Nunca imaginei que nossa amizade ia acabar numa delegacia'. Eu falei: 'Nunca imaginei que nossa amizade ia fazer isso no meu rosto'. Ela disse: 'Mas você me deu o tapa'. Eu falei: 'Mas você me deu o chute, primeiro'. Aí conversamos, sabe? Ela me pediu desculpa.

Três jovens são especialistas em despertar inveja nas outras, por serem mais cultas, instruídas e demonstrarem maior desenvoltura corporal e relacional. Recebem por isso o apelido de 'estreluda'. Sofrem discriminação ao revés: colocam-se e são colocadas de lado por morarem na Zona Sul ou pertencerem à classe média. Sentem-se diferentes e reforçam essa situação na fala e no isolamento que procuram estabelecer em relação às demais internas, preferindo a companhia dos agentes e técnicos. A fala de Evelin, a respeito da preferência musical das adolescentes pelo pagode e pelo *funk*, evidencia o fosso social que se abre nessas relações:

> Sabe, eu sei que o gosto delas é diferente do meu, e eu respeito isso, saio de perto, não critico. Só que elas não respeitam o fato de eu ser um pouco diferente e sempre jogam piadas. Mas eu não dou bola, também eu tento entender que muitas vezes é por falta de criação, de berço. Ninguém escolhe. Tenho certeza que se elas tivessem as mesmas oportunidades do que eu tive...

As adolescentes de melhor padrão social usam, dentro da instituição, o que Goffman (1996) chama de "tática de adaptação", afastando-se da vida institucional e preferindo o isolamento à aproximação com as outras. Alessandra justifica sua atitude:

> Me distancio pra depois não falarem que eu sou X9. Depois eu também falo: 'Eu não tava sabendo de nada'. Pronto, eu fico mais por fora. Eu sempre tô me distanciando.

Essas adolescentes acabam por compreender melhor as dificuldades dos agentes, justificando algumas das atitudes que tomam, pois "sentem falta de que as meninas tratem eles com educação, com carinho, porque não é fácil: as meninas xingam, gritam". Essa aliança fica explícita na fala de Evelin: "Os agentes acabam sendo os meus amigos aqui dentro".

A recíproca é certamente verdadeira. Eles costumam tratá-las com maior cuidado e respeito.

Nos momentos de conflitos, a atuação dos agentes educacionais e de disciplina é imediata, entrando em ação para amenizar o tumulto. Cerca de quatro agentes ficam constantemente em pontos estratégicos do pátio para vigiar as adolescentes, dar proteção ao setor pedagógico e impedir fugas. É para esse local que o foco da vigilância converge de forma mais intensa, como já assinalado, verificando-se de forma nítida o funcionamento do esquema pan-óptico de Bentham (Foucault, 1998): pela distribuição de um pequeno número de agentes educacionais em diferentes pontos no espaço do pátio, desenha-se uma rede de olhares que transforma o grupo de adolescentes em individualidades enumeráveis e controláveis.

A Conflituosa Relação com os Agentes

O pátio é também o local em que as jovens mais se relacionam com os agentes. Essa convivência é muito dificultada pelo grau de insatisfação desses profissionais com sua inserção no trabalho. Coexistem três tipos de agentes, com atividades similares, embora tenham funções distintas. São eles: monitores, antigos profissionais da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA); agentes educacionais concursados pelo Degase em 1994 e agentes de disciplina, também do Degase, contratados em 1998. Trabalham em quatro plantões, tendo cada qual o seu supervisor.

Oficialmente, caberia ao agente educacional uma ação eminentemente pedagógica, como bem salienta o cargo. Entretanto, esses funcionários acabam se tornando responsáveis pela disciplina, e não desenvolvem trabalho educacional. A fala de um deles demonstra a situação. Fez o concurso, para o qual estudou o pensamento de pedagogos como Paulo Freire e Makarenko, e hoje atua como porteiro da unidade.

> Abro porta, fecho porta, cubro um colega de disciplina que sai para um lado, fico no posto olhando para evitar que a menina vá lá para a frente, separo briga também.

As atribuições oficiais desses agentes seriam: orientar as adolescentes quanto a hábitos higiênicos; auxiliá-las nos horários das refeições; acompanhar, encaminhar e realizar atividades internas e externas de recreação; zelar pelo cumprimento de horário e programações, reunindo-as para as atividades; observar seus comportamentos, dialogando com elas ou encaminhando-as às áreas especializadas; estimular e promover o encaminhamento de alunas à assistência médica e odontológica; realizar atividades integradas com a equipe técnica; participar

da organização de festas e eventos socioculturais; promover jogos esportivos e lúdicos e outras atividades pedagógicas; participar de reuniões técnicas; registrar em livro próprio as ocorrências do plantão; estimular e promover a troca de roupa pessoal, de cama e de banho, distribuir escovas de dentes e de outros objetos; substituir o agente de disciplina em situações de necessidade comprovada e/ou nas emergências; recolher os pertences pessoais das adolescentes em sua entrada no Sistema e devolvê-los quando de sua saída das unidades.

Na prática, os agentes educacionais ocupam-se das mesmas atividades dos agentes de disciplina, como afirma um entrevistado, na instituição desde o concurso de 1994:

> Não consigo trabalhar com a minha função. Mesmo após o concurso do pessoal de disciplina, a nossa condição continua a mesma.

Em vez de 'educar realmente', passa o dia inteiro 'tomando conta' de adolescente. Diz ter ficado surpreso ao começar a trabalhar nesse 'presídio mirim', expressão que utiliza ao denominar o educandário.

A situação de conflito mostra-se constantemente. Alguns se negam a tomar determinadas atitudes disciplinares, alegando não terem sido contratados para assumir tais posições, o que causa tensão entre as equipes e a direção.

> Muitas vezes, a gente nem se envolve muito no problema. O agente educacional evita se envolver muito em problema de parte disciplinar e não se desgasta tanto.

Essa tentativa geralmente não dá certo. Um agente educacional conta que fez um curso de prevenção ao uso de drogas e não pode aplicar o conhecimento na instituição; tem formação esportiva e não consegue utilizá-la com as jovens; deseja fazer um relógio com o isopor que tem em casa, "pois 90% não sabem ver hora". Nada disso consegue realizar pela mesma razão: "Não tenho tempo para fazer isso. O Estado não permite". Seu tempo só é direcionado para a vigilância e responder a inquéritos. A respeito da total falta de orientação pedagógica da sua função, desabafa: "É uma palhaçada com a gente, uma covardia".

Em 1998 entraram os agentes de disciplina concursados, chamados por alguns funcionários como 'os rapazes *pitbull*'. A prova de seleção solicitava conhecimentos de português e outros voltados para a segurança, com as seguintes atividades: "prestar assistência aos adolescentes; executar determinações judiciais e/ou administrativas; escoltar e acompanhar as tarefas internas e externas; conduzir veículos automotores terrestres oficiais; fazer cumprir a lei, os deveres e direitos dos adolescentes nas Unidades Infracionais; acompanhar os

adolescentes às audiências, recambiar para outras Unidades sempre diligenciando para evitar evasão; registrar em livro próprio as ocorrências do plantão; zelar pela segurança física do adolescente, evitando situações de risco; executar tarefas burocráticas, nos casos especiais, quando designado; manter diálogo com os adolescentes, com fins de identificar os portadores de deficiência física ou mental e encaminhá-los aos setores competentes; aplicar as sanções permitidas no regimento institucional; zelar pelo companheiro da equipe interagindo com fins de evitar a violência ou agressão; fazer a contenção nos casos de rebelião, indisciplina e evasão; cuidar, planejar, executar ou melhorar medidas de segurança do estabelecimento; fazer ronda noturna nos alojamentos, sistematicamente e sem aviso prévio; substituir o agente educacional, no âmbito das competências do agente de disciplina".

Fica claro, no edital, a demanda desses agentes para a segurança da unidade. Além de se posicionarem em pontos estratégicos do pátio, conduzem as meninas solicitadas pela equipe técnica até as salas de atendimento, ou aquelas chamadas pela administração para receberem visita. Fazem a revista de adolescentes e suas famílias, abrem e fecham o alojamento e organizam as filas das meninas para as refeições.

Pela fala de alguns deles, nota-se que não foram preparados para lidar com adolescentes. A lógica militar e a visão disciplinar prevalecem. "Se você falar pra mim que essa planta tem que ficar sem nenhuma florzinha, eu sigo à risca o que me orientam a fazer", mesmo que a tarefa solicitada não faça o menor sentido. Essa rígida linha de trabalho provoca vários atritos, quando esses funcionários começam a lidar com tanto rigor com adolescentes que nunca primaram pela tolerância a limites sociais. Isso aconteceu no primeiro dia de trabalho desse mesmo agente:

> Eu cheguei e tinha a orientação de que as adolescentes só poderiam fumar na quadra. Na minha primeira manhã, eu tive que acompanhar uma adolescente na enfermaria e vi que ela estava com um cigarro na mão. Ela sentou e eu falei: 'Olha, você não pode ficar aqui, fumar aqui'. Aí ela começou a me xingar, falando que no outro plantão isso podia. Eu tive que imobilizá-la e trouxe ela. Ela veio gritando, vieram as assistentes, a diretora. 'O que está havendo?'

A luta pela disciplina é árdua e cotidianamente travada, provocando desânimo nos funcionários: "É quase impossível disciplinar as meninas. Eu não diria impossível, mas é muito difícil". A falta de consenso sobre as normas aceitáveis provoca conflito entre os próprios funcionários, que são reconhecidos pelas meninas conforme os plantões: mais agressivos ou mais condescendentes.

> É complicado você desacostumar certos hábitos delas, cortar certas indisciplinas, certas atitudes que elas já estão habituadas a fazer ao longo desse tempo. É antiético falar, mas é porque tem gente que, pra facilitar o trabalho, deixa as meninas fazerem o que querem. Então, quando você pega e não deixa, você bate de frente, então cansa, te irrita, você se indispõe contra elas. Na gíria daqui, é vestígios de outro plantão. Elas falam assim: 'No outro plantão eu posso fazer isso, por que nesse eu não posso?' A gente ouve isso o dia inteiro. Se você tem um procedimento padrão, elas vão se habituar. No início elas vão espernear, vão chorar, mas vai virar uma rotina para elas, como é a rotina. (Agente de disciplina de um plantão muito criticado pelas adolescentes)

A dificuldade dos agentes em aceitar os revides carregados de revolta das meninas às menores frustrações é um dos pontos mais delicados dessa relação. Dependendo do grau de sensibilidade do agente, situações corriqueiras viram um problema institucional.

> Tem uns que não suportam que a menina diga nada que já quer trancar. A linguagem delas é essa. Como é que elas vão falar com a gente de outra maneira? (Funcionária da direção)

Os termos utilizados mostram apenas a lógica da imposição sem questionamento, e nunca a participação e a negociação como estratégias de trabalho. A visão negativa que vários deles alimentam sobre as garotas certamente inviabiliza qualquer relação de ajuda e confiança mútua.

> Você, pra conversar, tem que pelo menos obrigá-las a permanecer em silêncio, pra poder ouvir o que você tem a dizer. Se interessar, bem; se não interessar, amém!

A situação torna-se ainda mais difícil no caso dos monitores da FIA, que, embora se enquadrem nas funções de agentes educacionais, atuam como os de disciplina – além de terem remuneração inferior à dos funcionários do Degase, a despeito de sua maior experiência na unidade. Segundo a fala de um entrevistado,

> Tinha que tirar os funcionários da FIA, porque são uns irresponsáveis. Em termos de pátio, não estão nem aí pra hora do Brasil, insatisfeitos com os salários, e não vão fazer nada, porque não interessa fazer. Somos ranços.

Outro núcleo de insatisfação é o dos funcionários que cursam o 3° grau ou têm nível superior e não vêem possibilidade de progressão funcional. Todos esses problemas interferem profundamente no posicionamento dos agentes em relação às meninas.

As jovens também revelam instabilidade e imaturidade afetiva na relação com eles. Assim, as que são mais agitadas e rebeldes exacerbam seu comportamento. Ester, apesar de relatar um bom relacionamento com os agentes, diz que não gosta deles, chamando-os de 'nojentos' porque não as deixam fugir. Qualquer contrariedade as faz reagir contra eles. Uma das mais corriqueiras formas de reação é o xingamento, alvo de crítica de outras jovens que consideram esse tipo de agressão reveladora de baixo nível social.

A segunda forma de reação são as agressões físicas, que acompanham as verbais. Anita exemplifica uma situação em que um agente enforcou por tê-lo xingado. Sua atitude foi chutá-lo o quanto pôde. A resposta às provocações das jovens é, em geral, muito mais firme do que demanda a situação, como bem define Ana:

> A menina chegou a desmaiar. Ela foi parar no cubículo, desmaiada. A V., que também não agüentou quieta, falou, falou. Botaram a V. no cubículo.

Ao contrário do relatado anteriormente, também acontece de a adolescente se apaixonar por um agente. Sobre isso, conta uma ex-diretora:

> Acontece constantemente elas se apaixonarem, uma paixão avassaladora. Eles têm que trabalhar com isso. Elas estão com a sexualidade aflorada, longe do namorado, do companheiro, dos maridos. Se o agente dá uma atenção maior, aquilo já vira uma fantasia. Eles deveriam passar por todo um processo de capacitação pra chegar até esse cargo de agente educador, de agente de disciplina.

Mas, como seria de se esperar, há grandes diferenças de relacionamento entre os agentes e nos plantões específicos. Dois deles são alvos das críticas mais severas por parte das meninas, e a eles se relaciona a maioria dos conflitos ocorridos na instituição. As meninas dizem que esse grupo é "muito ignorante e não sabe conversar". Chegaram a fazer um abaixo-assinado para pedir a saída de um agente de disciplina. A falta de habilidade desses plantões 'linha-dura' pode ser verificado na fala de Elisa:

> Eu tava estudando. Eu fico nervosa rapidinho. Aí fui no agente: 'Você pode me arrumar um desenho, pra mim poder desenhar?' Ele disse que não. Eu disse: 'Você pode me dar um desenho?' Ele respondeu: 'Não vou te dar, não'. Sem querer – sem querer, não – eu chamei uma palavra feia. Aí o tio, ao invés de falar direito pra mim sair dali, sabe o que ele fez? Pegou, me enforcou com força mesmo, apertando e tirando.

A falta de limites claros na vida cotidiana, um dos elementos que provê equilíbrio e facilita a disciplina, foi criticada por Alessandra, ao mencionar uma

ocasião em que os agentes suspenderam a entrega de cigarros, após tentativa de rebelião, e logo em seguida os distribuíram: "Vocês não têm palavra, não. Se eu falo que vou cortar o cigarro, corto mesmo". O descompasso entre as equipes e a imposição de regras, muitas vezes não explicitadas e discutidas, provoca o enfraquecimento da relação entre um adulto e um adolescente.

Alguns agentes conseguem estabelecer um relacionamento mais próximo com as adolescentes, mas essa não é a regra. A queixa mais freqüente é quanto à falta de diálogo. Muitos agentes apresentam sinais visíveis de esgotamento e intolerância, especialmente aqueles que estão há mais tempo no Sistema. Alguns monitores dizem o quanto é desagradável e desgastante para eles o trabalho com adolescentes do sexo feminino, considerando-as muito abusadas e desrespeitosas. Certos agentes ostentam lesões físicas decorrentes de agressões das adolescentes, o que os torna ainda mais intolerantes ao contato mais próximo com elas. Queixam-se da falta de articulação com a equipe técnica. Sabem que, por estarem na linha de frente, ninguém conhece tão bem as meninas quanto eles. No entanto, desperdiçam todo esse conhecimento pela falta de integração profissional.

Alguns desacreditam no poder de recuperação das meninas, vendo-as como reincidentes profissionais ou criticando a 'boa vida' que levam na instituição. Esse descrédito pode ser percebido na fala de um profissional que sugeriu às pesquisadoras levarem as garotas para servirem de cobaias em testes biológicos, desrespeitando a situação de desenvolvimento físico e social pela qual passam e os seus direitos.

É importante enfatizar esse desgaste físico e emocional dos funcionários. Muitos já trabalham há muito tempo com esse tipo de clientela. Tal esgotamento certamente compromete o trabalho. Além disso, falta comunicação dentro do próprio grupo, entre eles e com a direção. Queixam-se ainda do Degase, que não lhes dá o respaldo necessário ao trabalho. Portanto, consideram-se desvalorizados pelo menor *status* de seu cargo e alienados das informações que chegam aos profissionais mais próximos da direção. Tudo é favorável ao não-cumprimento do processo pedagógico. Cada qual realiza seu trabalho, não havendo espaço para discussão conjunta de problemas. O ambiente é de total desconfiança.

Embora alguns agentes tenham nível superior ou estejam freqüentando cursos de capacitação e especialização para melhorar a prática profissional, a maioria age como típicos agentes carcerários, reproduzindo os estigmas sobre as jovens infratoras e seus familiares, tratando-os como bandidos ou vagabundos.

Em resumo, a função de controle sobre o espaço das adolescentes fica totalmente explícita no pátio. É este o local em que se vê mais claramente a função implícita das instituições totais, onde "a disciplina dos corpos é quase uma descrição do que ocorre" (Giddens, 1989:127). A fala dos agentes e das

adolescentes comprova que, no ESD, a preocupação com o controle fica em primeiro plano, de modo que o objetivo oficial de ressocialização cai no vazio e perde seu sentido. Nesse espaço, foi esquecido um dilema recorrente das unidades penitenciárias: punir e simultaneamente recuperar os indivíduos. Vence a primeira estratégia (Ramalho apud Adorno, 1989).

13
LIVRANDO-SE DA VIGILÂNCIA
os alojamentos

> Eu queria falar da minha vida, do que eu estou sentindo, até chorar sem ninguém ficar encarnando. Às vezes eu fico acordada à noite só para chorar. É a única hora que você tem paz.
>
> (Úrsula)

> Às vezes fico acordada, enquanto todos estão dormindo. Fico com insônia, acordada, perambulando por esse quarto, que à noite, quando todos dormem, torna-se macabro. Às vezes, me sobe um arrepio, é muito esquisito, e então começo a pensar em minha vida.
>
> (Ingrid)

Esses trechos dos diários de duas meninas revelam o significado da solidão noturna num local onde a individualidade está massacrada e os sonhos e temores podem fluir livremente. Os alojamentos são os locais em que as adolescentes são menos vigiadas e, portanto, têm mais liberdade. Ficam ali trancadas por cerca de 12 horas. Ali se distanciam dos adultos e das regras impostas pelo grupo. Para as que mantêm relacionamentos afetivos sexuais, é onde se torna possível, ainda que com dificuldades, concretizar seus sonhos. Para os técnicos e funcionários, é o espaço temido das relações homossexuais, com as quais eles não sabem como lidar.

Existem três alojamentos na unidade, com 12 camas em cada um, chamados alojamentos 1, 2 e 3. A distribuição das adolescentes nesses locais se dá de forma aleatória, mas já houve tentativas dos técnicos de separá-las por idade, por comprometimento infracional e até mesmo por opção sexual. No alojamento 3 foram colocadas, certa vez, apenas as jovens homossexuais. Essas iniciativas não foram à frente, e atualmente encontram-se em um mesmo alojamento primárias e reincidentes, as ditas homossexuais e as heterossexuais, meninas perto de completar 18 anos e as mais novas.

As camas são distribuídas em duas fileiras de seis, com um corredor comprido que leva aos três banheiros, que dispõem de sanitário, pia e um cano no lugar do chuveiro. As jovens fazem de suas camas suas próprias casas: objetos pessoais como agenda, produtos de beleza e bichos de pelúcia dividem o espaço com retratos da família, do namorado e trabalhos feitos na própria instituição. Retratos de artistas afixados na parede próxima à cama ampliam o domínio territorial que elas são capazes de obter em espaço tão despersonalizante. As camas caracterizam, ainda, os distintos graus de exclusão experimentados pelas jovens: as mais enfeitadas revelam os presentes que suas proprietárias recebem de seus familiares. Quanto mais objetos de limpeza e beleza ali existirem, maiores o *status* da jovem e a inveja das demais. Essa situação tem gerado vários conflitos na instituição. Embora a maioria das garotas tenha muito cuidado com suas camas, algumas são deixadas totalmente desfeitas e com aparência suja.

As paredes são totalmente pichadas com os seus próprios nomes, os de seus namorados da rua, os de casos assumidos na instituição e ainda alguns palavrões. A limpeza do alojamento e dos banheiros é razoável. Algumas adolescentes cooperam, varrendo o alojamento. Saem dele logo que acordam. Retornam só na hora do banho e depois, à noite, para dormir. Nesses intervalos o espaço fica fechado, e as jovens só têm acesso a ele com a autorização do agente. Em dias de chuva, impossibilitadas de ficar na área descoberta, permanecem maior tempo em seus dormitórios. Essa estratégia é justificada pela direção pela necessidade de fazer com que as meninas participem das outras atividades da instituição, e não fiquem o dia todo deitadas na cama.

O Homossexualismo no ESD

Kitsuse, citado por Lemgruber, analisa a forma pela qual as mulheres são rotuladas como homossexuais em um presídio feminino no Rio de Janeiro na década de 70. Afirma que

> *somente quando indivíduos são definidos e identificados por outros como homossexuais, e recebem tratamento considerado 'apropriado' para aqueles assim definidos, é que surge uma 'população' homossexual para investigação sociológica.* (Lemgruber, 1999:117)

Como se poderá verificar na instituição adulta e também no ESD, a partir do incômodo gerado pelos relacionamentos afetivos estabelecidos entre as internas iniciou-se um processo em que as mulheres passaram a ser rotuladas pelo comportamento sexual e a se aceitarem como tal. Lemgruber explicita:

> *A análise do homossexualismo numa prisão feminina envolve uma gama de problemas diversos, como a própria dificuldade de conceituar homossexualismo. Para o corpo de guardas e para a administração, basta que duas internas estejam sempre juntas para levantar suspeitas. Quanto às presas, a prática homossexual implica comportamento marcadamente 'sexual', desde beijos na boca à relação sexual propriamente dita.* (Lemgruber, 1999:117):

No pátio se iniciam as cantadas e as insinuações de namoro, mas é no dormitório que as relações amorosas se concretizam em atividade sexual, longe do olhar da instituição. Apesar de todas as entrevistadas já terem tido relacionamento sexual com homem, metade delas também tinha experiência homossexual, principalmente dentro do ESD. Essas relações costumam ser intensas e pouco duradouras. As adolescentes se relacionam com várias meninas em um pequeno espaço de tempo. Há apenas uma exceção, Úrsula, que nutriu um sentimento muito forte e único por uma só adolescente durante toda a sua internação.

Esse comportamento é oposto ao relatado por vários autores. Silva (1989) observou entre as meninas do ESD, no final da década de 80, relacionamentos homossexuais mais estáveis, reproduzindo o modelo familiar com papéis distintos de pai, mãe e filhos. Citando um estudo feito na Febem por Junqueira, Silva (1989) reafirma esse achado: a menina que entra pela primeira vez na triagem vai desempenhar o papel de filha em função da sua inexperiência. Algumas assumem o papel de pai e a grande maioria, o papel de mãe, numa tentativa de reproduzir o núcleo familiar. Os casais são formados, e aquelas que assumem o papel masculino se tornam tão opressoras quanto qualquer funcionário. As que assumem o papel feminino são obrigadas a todo tipo de serviço.

Não se percebeu nenhuma organização das garotas no que se refere à reprodução desse tipo de relação familiar. Lemgruber (1983) sinalizou uma mudança de padrão ocorrida entre as mulheres adultas na década de 70: passaram de 'casais sérios' a namoros, por motivos como repressão e também como estratégia de evitar o rótulo. A elevada fluidez com que esses relacionamentos se dão e os papéis desempenhados pelas garotas ficarão evidentes no decorrer deste capítulo.

Três diferentes tipos de comportamentos homossexuais foram observados. O primeiro deles é o mais freqüente, quando a garota mantém esse tipo de relação apenas na instituição. O segundo é quando ela inicia essa prática na unidade e a continua ao sair, como é o caso de Elisabete:

> Antes eu tinha vergonha de alguém descobrir. (...) Agora, não. Para mim é normal, todo mundo faz, me acostumei. Quando saí daqui da outra vez, eu colei com uma mulher lá fora, ela era carinhosa.

O terceiro tipo de comportamento foi verificado por uma adolescente que assumiu integralmente o comportamento homossexual para sua vida, independentemente da institucionalização. Este é o caso de Alba, que nunca se relacionou heterossexualmente, a não ser num possível abuso sexual sofrido na infância. Essa menina assumiu comportamento homossexual logo após a violência sofrida:

> Eu sou um homem num corpo de mulher. E eu tento esconder de todo jeito esse meu lado de menina. Só tive experiências ruins com homem. Parece que os homens que entraram na minha vida foi só para infernizar ela.

É considerada o 'dedo de ouro' da instituição, e desejada por muitas garotas.

A Fase da Paquera

> Você será para mim tudo e nada. Tudo que me faça feliz ao seu lado e nada que me faça sofrer por você, meu amor.

O ambiente do internato propicia um profundo envolvimento emocional entre as adolescentes, semelhante ao que tinham com os namorados quando estavam livres. O espaço dedicado às amizades e aos namoros com meninas do ESD ocupa muito mais páginas do que aquele onde os rapazes são lembrados, com raras exceções. O ideal romântico do amor eterno, internalizado nas mulheres, mostra-se exacerbado pela própria adolescência, como se pode ver nessas declarações.

> Gata, eu estou numa fase de aprender o que é o amor de verdade e só você que pode ser a minha professora. Quero construir um mundo só para nós duas e mais ninguém. (Elisa)

> Querida, sempre te amei e sempre te amarei. Você para mim é inesquecível, jamais vou tirar o seu lindo nome do meu pensamento. Iludi várias mulheres, mas nunca vou te iludir, porque pessoa como você, não merece ser iludida. (Odete)

> Você é um fruto que jamais vi nesse mundo, e por esse fruto ser tão delicado que na mesma hora em que te vi me apaixonei. Essa louca paixão foi profunda e que aos poucos me tortura. Como pude me envolver nessa louca paixão, que não tem fim nem solução? (Ester)

Essas emoções ocupam a mente e os corações das meninas e se expressam fisicamente em atitudes de nervosismo, falta de desejo de se alimentar e tendências depressivas, que resultam na busca de atendimento clínico e psiquiátrico.

> São quase 4h da tarde, fui até a porta do alojamento e bati de frente com ela, quase dei um troço, o coração bateu forte e as pernas ficaram bambas, mas agora estou muito feliz, pois só assim poderei voltar a me alimentar novamente. Eu acho que estou é ficando doente.
>
> Esses dias têm sido os piores da minha vida. Eu não sei viver sem ela. Eu cheguei a ficar dois dias sem comer. Eu perdi a linha quando ela foi embora. Ninguém entendeu nada. (Úrsula)

As surpresas das relações são cotidianas. Vivem das informações que umas passam às outras, num leva-e-traz que causa sofrimento pela falsidade e traição ou felicidade pela certeza de que se é desejada por alguém, suprindo minimamente a carência afetiva a que estão submetidas.

> Hoje eu soube de um segredo que fiquei surpresa. Uma sapatão se revelou pra mim, que guardava um sentimento há muito tempo com ela... Sentia algo muito forte por mim e disse mais, que eu seria a única garota com quem ela ficaria sério e daria um grande valor. Sinceramente estou surpresa, pois jamais pensei isso dela até porque nunca tive maldade com ela e nem pretendo ter. (Úrsula)

Lemgruber (1999:122) explica a especificidade do homossexualismo em instituições fechadas:

> *As razões que levam à prática homossexual em situações como a prisão, em que não há a opção heterossexual, são necessariamente de caráter diverso daquelas que orientam o indivíduo para o homossexualismo na sociedade abrangente. (...) Entretanto, apenas a impossibilidade de manter relações heterossexuais não explica as razões que levam a presa à prática do homossexualismo.*

Essa autora lembra outros fatores etiológicos importantes, como o hábito da prática homossexual fora dos muros prisionais (rua, abrigos); a falta de contato com o sexo masculino, seja ele sexual ou não; a tentativa de encontrar um meio 'que ajude o tempo a passar'; a necessidade de carinho e afeto; e ainda o preenchimento de uma série de necessidades, principalmente de auto-afirmação, de relações afetivas significativas e de reforço da feminilidade, pois grande parte dessas mulheres não mantém qualquer laço afetivo com pessoas fora dos muros. Ela completa:

> *Parece não haver dúvidas de que esse tipo de relação supre uma série de necessidades, levando-se em conta as circunstâncias da vida prisional, que são de extrema pobre-*

za afetiva e inexistência de alternativas viáveis para a expressão sexual. A quase totalidade das internas envolvidas com homossexualismo optaria pela relação heterossexual se lhes fossem oferecidas alternativas. (Lemgruber, 1999:126)

Eliana explica as razões que a levaram a iniciar seus namoros:

> Acaba fazendo o tempo passar mais rápido, a gente se sente muito sozinha aqui. As coisas aqui se confundem, porque você está sozinha, tem uma colega, você acaba pensando que tá a fim dela, porque você tá carente.

Um funcionário do ESD, com sensibilidade, tenta compreender a especificidade do comportamento feminino:

> As meninas institucionalizadas procuram muito mais o ato sexual que os meninos na mesma situação. As mulheres precisam de alguém e o menino não, precisa se masturbar. As meninas parecem, assim, brinquedos de encaixe. Entrou uma pegou, quer dizer, tem que arranjar um casal, tem que arranjar um par. É uma necessitando da outra. Eu acho que o comportamento delas não é de homossexuais, o comportamento delas é a carência. A menina já é a parte sensível, mesmo. A sensibilidade, o romantismo, aquela parte fragilizada, mesmo.

Sobre o tema, comenta Pellegrino (1983:104): "a homossexualidade pode significar o exercício da vontade, do humano", contrapondo-se à tentativa institucional de abolir as diferenças. Ganharia assim uma dimensão política de resistência à tentativa de reduzir os indivíduos "ao nível da necessidade, perdendo-se a capacidade de pensar e sonhar" (Pellegrino, 1983:114).

Concretizando Sexualmente a Relação Afetiva

A iniciação nessas práticas sexuais é difícil para muitas garotas. Embora Lemgruber (1983) diga que no presídio adulto feminino estudado não havia violência sexual, observou-se esse problema nas unidades do Sistema. Aparece em dois casos no ESD, que merecem ser comentados. Isadora, que se envolvera em prostituição, foi vítima de agressão na unidade, talvez sofrendo na pele o estigma de prostituta. Todas as adolescentes negaram peremptoriamente essa atividade, mesmo quando os relatos técnicos assim o afirmavam. Odete, também com história pregressa de prostituição, foi acusada de abusar sexualmente de uma jovem, negando veementemente sua participação. O preconceito em relação à prostituição foi um fato comum entre as jovens infratoras, tendo também sido mencionado anteriormente por Pereira (1993), que ressalta a condenação e o rótulo que as prostitutas enfrentavam no ESD.

A existência de violência sexual é reconhecida pela direção:

> Não gosto quando elas derrubam as meninas na cama para fazer coisa. Isso eu realmente eu chamo, vejo o que está acontecendo. Do contrário, eu acho que isso é da situação do presídio. Tem umas que fazem forçadas, a gente sabe disso. Têm pavor e não querem.

Os silêncios que envolvem essa prática violenta na unidade não se repetem quando elas falam sobre o relacionamento sexual que desejam. A pressão inicial para a prática sexual é tamanha que algumas meninas cedem na segunda ou na terceira internação, após conviverem com chacotas de colegas que as acusam de 'cuspir para o alto', antevendo o momento de mudança no comportamento sexual. Elen é uma garota de 13 anos que explica suas dificuldades iniciais:

> As meninas todas falaram: 'Você vai ter que roçar!' Aí eu comecei a chorar, porque eu comecei a ficar com medo. As meninas me chamaram para brincar de salada mista. A primeira pessoa que eu beijei foi a Ana, e ela quis ficar comigo. Falei: 'Não vou ficar com você, não, porque eu não gosto de mulher'. E ela: 'Não cospe pro alto, não'. Aí foi passando até que eu fiquei com a Vera. Às vezes eu me sentia bem, mas às vezes eu achava aquilo muito errado.

Essa prática acaba por ser naturalizada no decorrer da vivência na unidade. Mesmo aquelas que se recusam não criticam a atitude das colegas e a justificam pela carência emocional: "Deve ser porque tá todo mundo sozinha" (Elen).

Para conviver com a sensação de vergonha que muitas tinham inicialmente, argumentam como Elisabete, que discrimina sua vida em dois mundos distintos:

> Lá fora eu não gosto de ficar muito com mulher, não. É assim uma coisa muito estranha. Lá fora eu tenho vergonha, às vezes tenho vontade, mas tenho vergonha. Aqui não, é normal.

O relacionamento costuma se iniciar por meio de mensagens escritas e beijos, como algo intensamente desejado pelas garotas.

> Quero saber qual será o dia que você vai se entregar para mim. Eu espero que esse dia chega logo, pois estou ansiosa demais. Você me levou na disciplina, mas tá maneiro, eu sei aguardar na disciplina. Um beijo bem gostoso na sua boca. Quem sabe que com esse beijo você caia na real. (Ana)

> Mesmo não estando contigo, todas as noites, todas as madrugadas, toda hora, toda tarde, todo minuto e todo segundo fico imaginando sua boca beijando a minha, seu corpo rolando com o meu, e eu sentindo você inteira. (Elena)

Durante as entrevistas, algumas meninas relataram com detalhes as táticas de abordagem e os sentimentos que as garotas lhes despertavam. Pouco se detinham sobre a concretização das atividades sexuais, mesmo quando indagadas, demonstrando certa dificuldade em se abrirem sobre esse tema, considerado 'pouco apropriado' para o sexo feminino. Em seus diários o detalhamento é grande, mostrando o quanto precisam do carinho e do afeto resultante da atividade sexual, entendida desde as preliminares (beijos, toques) até a relação sexual propriamente dita. O ritual da aproximação é relatado por Úrsula:

> Hoje foi um dia maravilhoso, pois a tarde foi melhor ainda, porque eu namorei tanto que quase perdi a linha. Fiquei muito louca, pois ela me excitou demais, estava desesperada, não sabia mais o que fazer, pois fiquei perdida com ela. Pena que foi só excitação, pois infelizmente não deu para passar disso, mas tá tranqüilo, o meu dia chegará e aí eu vou poder matar todos meus desejos com ela. Essa garota está me deixando cada vez mais apaixonada, perdida na ilusão. Apaixonado.

As descrições sobre as fortes emoções que sentem não se distinguem em nada do relacionamento que tinham com os homens.

> É muito bonito quando ela me chama, me olha nos olhos e diz que me ama, me abraça tão forte. Só pra provocar um beijo gostoso antes dela deitar. E quando ela deita me quer por inteiro, rolando na cama, cai um travesseiro. Seu jeito bonito e feroz de me amar. Eu peço descanso, ela não quer parar. Assim deve ser um casal bem casado, na dor e no amor, sempre do mesmo lado. (Elena)

> Gostaria muito de reencontrar o meu grande amor, pois só em ver ela eu iria ficar louca de amor, que eu pudesse tocar no corpo dela, beijá-la, sentir o suor dela no meu, acariciar ela totalmente e sussurrar no ouvido dela. (Eliane)

A rotatividade de relacionamentos pode ser observada nos sucessivos trechos escritos por Antônia, assumidamente homossexual na unidade, e disputada pelas garotas com características mais femininas:

> Eu queria beijá-la mais. Quando foi embora, então chegou uma garota nova. Então, desgostei dela mais rápido do que pensei. Então, ficamos em amizade, então fiquei querendo comê-la de novo. Quando voltamos dei os íntimos beijos, fomos dormir. Quando acordei matou a minha vontade, dei vários beijos. Quando jantamos eu soube que ela ia embora, fiquei muito triste.

> Quando conheci a Vera, foi uma atração física que senti. Eu queria comer ela, mas como no primeiro dia que fiquei com ela, ela me deu. Eu comi então. Eu comecei a gostar dela, então ela me largou. Comecei a desgostar dela.

> Comecei a beijar sua boca Rose, acariciar sua boca e seu corpo, então foi a melhor coisa que aconteceu.

> Com a Rita eu me sinto frio. Com a Célia é diferente, eu fico quente, fervendo. Ela é uma garota muito inteligente, faz o meu tipo, perdida nos seus braços me encontrei. Ainda vou colocar a aliança no seu dedo, que se case comigo aqui dentro.

Apesar da clareza das expressões reveladas nos diários, há um limite entre imaginação e realidade. Elas encontram dificuldades de concretização devido à vigilância do pátio e à presença de muitas garotas no dormitório. Vê-se, pela fala seguinte, que a efetivação da relação não é tão fácil e freqüente quanto as adolescentes desejariam.

> Hoje foi um dia maravilhoso, pois aconteceu a minha primeira relação com uma mulher e depois de seis meses na seca. Sabe, foi bom demais, porque eu adorei, até porque foi com a pessoa que eu mais desejava e amo. Mas agora estou meia grilada, pois eu não sei se ela gostou assim como eu gostei e eu tenho vergonha de perguntar isso a ela. Mas tá tranqüilo, pois mesmo assim eu adorei e estou aguardando a próxima, pois pretendo fazer melhor. (Úrsula)

As opiniões sobre a qualidade das relações sexuais entre mulheres parecem apontar para um saldo positivo. Elisabete está entre aquelas que gostam igualmente das relações homo e heterossexuais: "Não tem diferença de uma relação com homem. Os dois são carinhosos".

Eva, vítima de estupro em ocasião anterior, prefere a relação com mulher: "Foi muito diferente. A mulher é mais delicada, mais meiga, aí é muito bom".

Ester também pensa dessa forma. Prefere ficar com mulher, pois "o homem não dá valor pra gente. Mulher dá mais valor".

Elen reage diferente. Teve algumas dificuldades para sentir prazer na relação sexual com mulheres, mas relativiza essa situação, pois "com o meu namorado eu também não sinto muito por causa daquela coisa do meu padrasto, eu fiquei meio assim com homem".

Úrsula se expressa assim:

> Eu nem sei como isso aconteceu. Mas ela me cantou e eu não resisti. E todo mundo briga por ela. Mas foi muito bom, eu nunca me senti com nenhum homem como eu me senti com ela. Eu queria colar com ela lá fora. Assumir para todo mundo o quanto eu gosto dela. A minha mãe já sabe e aceitou. Mas ela é muito mulherenga, já deve estar cheia de mulher na rua. Ela é muito doce, muito meiga, é bem diferente de homem. Agora eu entendo melhor as sapatão. Eu sempre achei ridículo, mas agora eu vi que é com muito mais carinho. (...) A relação com o homem sempre você sente alguma dor; com a mulher, não. Ela é o grande amor da minha vida.

Apenas duas meninas que mantiveram atividades sexuais com outras colegas disseram preferir as relações com homens.

As que não admitem relação homossexual de forma alguma procuram não se mostrar contra nem a favor de tal prática. Resistem às 'cantadas' iniciais, argumentando que só gostam de homens. Compreendem e justificam o comportamento homossexual como uma forma de as adolescentes se sentirem protegidas, seguras e menos sozinhas na instituição. Apenas uma a rejeita totalmente, dizendo "não ser de Deus".

Segundo as adolescentes, os pontos altos da relação homossexual são o carinho, a delicadeza, a fragilidade da mulher e a impossibilidade de engravidar. Parecem assim se redimir de toda a imagem negativa que trazem das figuras masculinas de suas vidas e das violências por eles cometidas. Contudo, fazem uma distinção fundamental entre ser mulher e ser 'sapatão', conforme diz Elisabete: "Eu não me considero sapatão, não, porque eu faço a mulher da relação".

Essa visão tem sido recorrente em outras pesquisas feitas no universo prisional feminino (Lemgruber, 1999; Silva, 1989). A ex-diretora também define as meninas pelo comportamento feminino esperado, lembrando exceções que não se encaixam nessa regra. "Elas nunca são as ativas. Elas são as passivas, porque elas estão acostumadas a ter um relacionamento lá fora".

Apenas uma garota se assume 'sapatão': tem comportamento totalmente masculinizado, comanda as relações com as mulheres, manda nelas e é mais ativa no ato sexual. Três outras manifestam um comportamento exterior muito masculinizado, embora não assumam uma identidade homossexual. Uma delas ainda vive profundo conflito.

> Tenho dois meses de sapatão, porque estou pensando me tornar de vez. Por que quero? Porque acho que vida de sapatão é muito mais simples e eu que tenho que bancar mulheres. Mas isso é o principal: pra ser sapatão tem que ter disposição. Isso eu tenho de sobra. Vou virar realmente sapatão a partir de hoje. Virei sapatão pra sempre. Nunca mais vou sair com homem, palavra de sujeito sapatão, pra nunca mais sair de homem. Quando eu crescer, o nome do meu filho vai ser Jorge. (Antônia)

Silva fala sobre o peso que se esconde por trás daquelas que assim se assumem: "Esse termo 'sapatão' é caracterizado pelos valores masculinos, o que faz com que a 'menor' se considere um homem" (Silva, 1989:27).

O desfecho inevitável dessas relações acaba se assemelhando ao que elas vivenciaram nas uniões dos pais e nas suas próprias: traição, rejeição e abandono.

> Em toda a minha vida, nunca pensei que pudesse me apaixonar por essa mina com tanta intensidade e a perder de forma tão cruel e amarga. Fico totalmente enlouquecida quando penso que, diante dos fatos, não terei você nunca mais. Amo-te. (Eliana)

> Eu não quero que ela fique comigo por pena, pois eu quero amar e ser amada e não amar e ser rejeitada. (Alba)

> Queria viver a minha vida inteira com a pessoa que eu amo, mas ela nem quer saber de mim. Pra ela sou um cachorro. Já não tem mais razão, tudo pra mim acabou, já não tenho mais vontade de viver. Queria morrer, assim eu não ia sentir mais a dor desse amor mal correspondido. Mas mesmo assim te amo. (Elena)

O Homossexualismo e a Ambigüidade Institucional

> A condição do quarto é pra isso acontecer. Apaga a luz, bota homossexual com heterossexual, como é que fica? Não sei como seria resolvido isso. A coisa vai sendo empurrada com a barriga e fica assim. Eu acho que a instituição facilita. Por que não bota uma luz? Não abre uma cortininha? Aí vem outro e pergunta: 'E a privacidade?'. (Técnico)

Essa opinião técnica mostra a insegurança da equipe dirigente diante desse tema, a exemplo do que foi assinalado por Silva sobre a postura de uma antiga direção do ESD. Ele disse que essa questão é, "até certo ponto, omitida, pois há uma grande dificuldade de abordá-la na prática, e talvez por isso sua exigência seja negligenciada" (Silva, 1989:29).

Não há normas vigentes no sistema de atendimento, o encaminhamento dos casos que vêm à tona fica a cargo dos funcionários da unidade. Por isso mesmo os encaminhamentos são vulneráveis às concepções morais dos dirigentes. O dilema entre o respeito à privacidade e a necessidade de a vigilância aparece explícito nas atitudes de uma ex-diretora:

> Eu nunca tive a pretensão de dizer que não existia. A gente procurava evitar ao máximo, e até eu mesma conversando com elas. Eu dizia pra elas que o corpo era delas, mas que a opção sexual era uma coisa que eu não tinha que intervir fora da unidade, mas dentro da unidade elas tinham que respeitar o corpo de cada uma. Agora, se você está a fim de dar o seu corpo pra uma brincadeira, se é uma opção sua e você não tem o direito de agredir ninguém,

> e que se fizesse no sapatinho, tudo bem, eu não ia saber, mas se eu flagrasse eu ia punir. Mas é muito difícil a gente segurar isso. Eu já tive até a pretensão de botar todas as que se diziam homossexuais dentro de um dormitório só, mas aquilo me incomodou de tal forma que passou uma semana: eu não posso, porque eu estou discriminando, não é por aí. Elas vão ter que segurar a onda, respeitando as pessoas. E aí a gente fez uma reunião e elas escolheram qual o dormitório que elas queriam ir. Olha, se faziam no sapatinho eu posso dizer que faziam, mas que eu tenha flagrado ou o plantão flagrado... (...) Eu não sei nem se está certo ou está errado. O que eu fazia era puramente por instinto, e instinto maternal.

Uma ex-diretora também se refere à impossibilidade de controlar a situação:

> Aqui dentro tá muito difícil, mesmo. Você tenta respeitar, mas ao mesmo tempo você não pode aceitar. Porque você está numa instituição de adolescente feminina e a homossexualidade, hoje em dia, você não pode, como eu vou dizer, criticar. Ao mesmo tempo você não pode afastar aquela pessoa, discriminar. Você tenta aceitar, mas aqui dentro eu não posso incentivar isso. Eu não gosto de incentivar e também não tiro por completo o que ela gosta. (...) Nós repreendemos assim, nós não deixamos que aconteça. Eu, por exemplo, passo sempre pros meus agentes que não gosto que eles deixem elas abraçadas, se beijando. Dentro dos quartos que não haja, não quero que haja isso. Realmente a gente repreende aqui dentro. A coisa visível realmente a gente repreende, mas elas escrevem carta de amor uma pra outra que a gente não pode repreender. Desde que a carta seja uma coisa de amor mesmo, não uma coisa mais íntima, a gente também não deixa. Mas a gente evita de deixar abraçar, beijar, essas coisas assim, mas o convívio entre elas de andar de mão dada, isso não tem quem consiga tirar, de ficarem o tempo todo juntas. Até porque o próprio convívio delas em alojamentos juntos, são duas meninas, na hora do banho, na hora de dormir. E nós estamos ali próximo olhando tudo.

Esse ideal de vigilância não se verifica na prática, o que leva a equipe a viver em permanente ambigüidade. Além do medo da discriminação sexual, funcionários costumam fazer 'vista grossas' pela impotência que sentem e porque usufruem do estado de satisfação oriundo dos únicos momentos de felicidade que as adolescentes vivenciam na internação. Portanto, permitir esse tipo de contato é útil para o controle da unidade, pois "fazer sexo acalma" (Silva, 1989:30).

É evidente que a falta de clareza dos técnicos e agentes é notada pelas internas: "Aqui todo mundo tem caso com todo mundo e os tios até já aceitam, porque não têm como controlar" (Eliana).

Embora haja repressão, esta é eminentemente dirigida aos comportamentos públicos, que ofenderiam os padrões morais vigentes.

Praticamente, os educadores não discutem formas de encarar as dificuldades suscitadas por esse comportamento. A única fala que antevia uma possibilidade de mudança pela transformação da mentalidade institucional vigente foi a de um técnico, que se furtou a analisar o homossexualismo como uma questão isolada:

> Falta o que fazer, falta de uma boa conversa. Já está na hora da escola providenciar esses diálogos. Você tem que dar trabalho, tem que exercitar uma forma mais criativa, mais educativa para que as ociosidades não aconteçam, para que não ocorra este tipo de relações libidinosas. Ninguém valoriza este comportamento. (Técnico)

Por vezes são sugeridas fórmulas simplistas e inócuas para se resolver a questão, como a que procura reduzir a masculinização das meninas à mudança de suas vestes. Heindensohn (1995), ao abordar os presídios femininos ingleses, fala da tentativa de reduzir o número de homossexuais pela reabilitação do uso do uniforme, evitando assim que elas se vestissem como homens. No ESD, apesar de o uniforme ser único, ele é pouco feminino, o que favorece a adoção de um comportamento masculinizado. As homossexuais buscam os mais largos e compridos.

> Chegou um momento de alguém chegar de cueca, aí eu falei: 'Negativo, é uma instituição de meninas, e como é uma escola de menina, vai todo mundo usar calcinhas. Você não tem nada pra segurar nessa cueca aí, pelo contrário. Quando tiver que segurar o absorvente, a cueca não vai segurar, então vamos trocar. Cueca na minha mão e toma calcinha'. (Diretora)

Em síntese, a direção e os funcionários da unidade não vêem o homossexualismo como uma definição sexual das jovens de que eles cuidam. Consideram-no apenas fruto das carências pelas quais passam quando estão internadas. Para algumas meninas, pela experiência e porque vivem numa situação específica, trata-se de uma forma de relacionamento duradouro, que certamente será posto à prova ao deixarem a unidade. Nesse sentido, fazem coro os funcionários que afirmam com segurança que a maioria delas voltará aos relacionamentos heterossexuais e terá filhos, cumprindo o destino tradicional da mulher. Essa tendência foi observada em estudo com presidiárias adultas (Lemgruber, 1999).

14

A EQUIPE DE SAÚDE

as salas de atendimento técnico e a enfermagem

> Quando elas passam daquele pátio para dentro das salas, elas são mais boazinhas, elas perdem aquela impulsividade, agressividade, até porque elas têm uma relação boa comigo e com as outras técnicas. Elas têm um interesse próprio e estão menos influenciadas pelo grupo. Quando vêm sozinhas, elas ficam mais tranqüilas.
>
> (Psicóloga)

Cada vez que uma adolescente deseja falar com algum técnico, precisa ser levada do pátio para as salas internas do módulo principal. É evidente a mudança de atitude da adolescente, que, isolada de seu grupo, expõe-se em ambiente impessoal e devassado. O espaço destinado às salas de atendimento é exíguo e compromete a qualidade da atenção, pois três assistentes sociais recebem as adolescentes e suas famílias em uma mesma sala, que é separada da sala da psicóloga por uma divisória baixa. Obviamente não há sigilo, o que dificulta o andamento das entrevistas.

A instituição conta com quatro assistentes sociais. O maior problema na execução de suas atividades é, segundo elas, a falta de um espaço onde o sigilo seja mantido. O trabalho com a família geralmente se restringe apenas à mãe e a alguns poucos contatos, por causa da falta de tempo e da urgência na elaboração dos relatórios técnicos a serem fornecidos ao juiz. Todas as informações obtidas são passadas, segundo elas, para o prontuário da jovem.

As meninas são divididas igualmente entre as quatro assistentes sociais. Caso uma retorne à instituição, continua sendo atendida pela mesma pessoa, o que, na opinião das profissionais, facilita o trabalho, pois o vínculo já foi estabelecido. Os atendimentos às adolescentes não têm data certa. Muitas se queixam de que há pouco acompanhamento.

O relato do serviço social, muitas vezes, é excessivamente repetitivo, e o atendimento parece muito burocrático. Em média, cada menina é atendida uma vez por semana, o que também depende da demanda feita por elas às profissionais.

As assistentes sociais têm oficialmente as seguintes atribuições: prestar atendimento à adolescente, utilizando técnicas de histórias de vida, assim como à família ou aos responsáveis; realizar visitas domiciliares; desenvolver estratégias de conscientização com as adolescentes reincidentes e as respectivas famílias; manter atualizados os prontuários sociais, tornando-os instrumentos de revitalização da metodologia de trabalho e fonte de pesquisa; confeccionar um cadastro com os recursos comunitários dos diversos municípios; encaminhar adolescentes e famílias aos recursos detectados no cadastro; atender às solicitações dos juizados, fornecendo sumários ou relatos descritivos; manter entrosamento sistemático com as comarcas afins, visando a acompanhar a adoção da sentença, sua execução e seus desdobramentos (ESD, 1998).

Na prática, agem providenciando documentos diversos, localizando famílias, autorizando visitas, propiciando o entrosamento da menina com a família e da menina com a instituição. Verificam também a situação processual da adolescente, encaminhando pareceres, o que pode interferir na reavaliação da medida pelo juiz. Nos atendimentos, buscam levar as meninas à reflexão sobre o seu comportamento na família, na instituição e na vida infracional e ajudá-las a traçar novos planos de vida.

Dependendo da postura de cada técnica, nota-se o seu grau de envolvimento com as adolescentes. As mais próximas são chamadas por elas para autorizar telefonemas e visitas e lembradas quando estão em apuros, o que ocorre quando se encontram no cubículo.

Apesar do esforço dessas profissionais, o tempo despendido nas numerosas atividades burocráticas contribui para o distanciamento da relação que estabelecem com as adolescentes. Foram raros os relatos de afeto das meninas pela sua assistente. Afirmam que filtram o que dizem para a técnica. A falta de privacidade e o receio pelo que pode ser acrescentado ao relatório remetido ao juiz fazem com que as meninas mantenham uma relação superficial. Na verdade, as internas buscam o serviço social mais para saber sobre o andamento de seu processo, ou informações sobre a família, do que para se orientar.

As assistentes sociais permanecem a maior parte do tempo na sala da equipe técnica, ou às vezes nos bancos à frente da instituição conversando com alguma das mães. Pouco freqüentam o pátio, onde as garotas passam a maior parte do tempo. Essas, por sua vez, freqüentemente solicitam atendimento pelas assistentes ou pela psicóloga com a intenção única de deixar o pátio por alguns momentos.

Os atendimentos oferecidos se orientam mais no sentido de apontar os erros das garotas, mostrando a maneira que consideram 'certa' de agir. Poucas se

dedicam a dar importância a ouvi-las e a valorizar suas experiências, seus afetos, buscando entender os motivos que as impedem de construir uma nova história.

O educandário tem três psicólogas. O atendimento psicológico também sofre com o problema de falta de espaço físico. A sala onde acontece a sessão é muito pequena, sem privacidade. Tudo que é falado em uma sala é ouvido com clareza no outro espaço.

> Eu já falei vinte vezes que essa sala é o absurdo do mundo! Você está atendendo, aí do outro lado tem a mãe de um outro, ela não vai poder falar do crime dela. Você está atendendo e tem uma outra menina que é de um movimento contrário ao dela, uma de um comando e a outra do outro. Não tem condição. (Psicóloga)

As adolescentes são divididas entre as profissionais. Todas passam pelo menos uma vez pela psicologia. Apenas algumas que apresentam um comprometimento especial recebem atendimento continuado. Para lidar com o problema da superlotação da unidade, adota-se a seguinte atitude:

> Eu privilegio alguma, não deixo de atender as outras, mas privilegio em nível de tratamento, aquelas que vêm fazendo tratamento, que têm demanda. Eu faço só um superficial, sem pegar muito aprofundamento, saber mais o histórico, saber como ela está, como é que foi no pátio com o relacionamento com as outras meninas. Aquelas meninas que eu sinto que têm uma demanda, aí realmente a gente se aprofunda. Aí eu vou fundo. (Psicóloga)

A psicologia tem as seguintes funções no plano de ação institucional: desenvolvimento de um trabalho com as adolescentes e suas famílias, visando à promoção social, usando uma orientação teórica com base na psicanálise, dentro de uma abordagem clínica, institucional e social; atendimento no momento de recepção e triagem; preparação e informação da adolescente em relação à dinâmica do relacionamento de grupo dentro da instituição; estudo de caso e elaboração de parecer psicológico para envio ao Juizado; atendimento individual ou em grupo de funcionários; atendimento em grupo com adolescentes para fins informativos sobre saúde física e psicológica; estudo de caso com a equipe interdisciplinar; contato com a comunidade, objetivando a promoção social da adolescente; realização de palestras com a equipe; participação de atividades recreativas, sociais e culturais; supervisão de grupos de estagiários de psicologia que atuem na instituição; promoção de reuniões de serviço de psicologia; elaboração de relatórios de avaliação; aplicação de testes psicológicos como recurso na elaboração de parecer técnico (ESD, 1998).

No cotidiano, a psicologia – juntamente com o serviço social – realiza uma triagem e identifica aquelas jovens que apresentam maior necessidade de

atendimento. Também é responsável pelo relatório. Uma profissional disse que não passa todas as informações que tem para o prontuário pois, segundo ela, estaria expondo a vida da adolescente. Algumas mães são também atendidas, mas isso não chega a se constituir rotina. A falta de tempo para reunião da equipe técnica é questionada, pois os casos não são discutidos em grupo.

Os pareceres psicológicos são muitas vezes elaborados com termos que privilegiam distúrbios de personalidade, tais como 'fragilidade egóica' ou 'personalidade ambígua'. Paralelamente, assinalam os dados sociais obtidos da família ou da própria menina, que muitas vezes funcionam como provas da impossibilidade e da impotência para atuar diante dos problemas que a menina apresenta. Esses pareceres podem ainda dar margem a práticas repressivas, como manutenção do internamento, transferência institucional ou tratamento especial (Guilon apud Violante, 1983).

Uma das psicólogas tem uma dinâmica diferenciada de atuação, interagindo com os outros profissionais da instituição e freqüentando o pátio. Essa disposição é logo percebida pelas meninas, que mantêm com ela uma relação muito próxima. As demais profissionais de psicologia adotam uma postura similar à apontada em relação ao serviço social.

A precariedade das condições de trabalho a que as técnicas são submetidas deve contribuir para o seu esgotamento pessoal, pois vem somar-se ao ambiente no qual a história de violência é a tônica. Em meio à falta de espaço, de respeito aos atendimentos, dos prazos a que devem se ater para encaminhar os relatórios de caso aos juizes, elas parecem se virar como podem na instituição. Foram muito comuns os relatos das dificuldades que enfrentam.

A despeito disso tudo, a fala de uma das psicólogas é bastante otimista. Mostra como acredita na recuperação de algumas meninas como fruto de seu trabalho, especialmente quando consegue conciliar o atendimento da adolescente com o de seus familiares. Quando essa técnica consegue colocar mãe e filha juntas no atendimento, elas começam a falar da diferença, da falta de comunicação, da desarmonia:

> As meninas têm a fantasia de que, se falarem alguma coisa com a mãe, vai acontecer uma coisa na vida delas. A gente vai quebrando devagar isso, sempre respeitando o tempo da menina e a possibilidade.

Entretanto, as dificuldades para se efetivar a relação com a família são quase intransponíveis, como se percebe na fala das diretoras.

> Atualmente, são acompanhamentos individualizados no caso da família. Já tivemos uma vez. Momentaneamente foi parado, porque às vezes a gente

sente uma certa rejeição sobre isso. Aí começam a colocar vários empecilhos: é porque não têm tempo, é porque trabalham, é porque a situação financeira não dá pra ficar pagando passagem pra vir aqui, essas coisas todas. Nós estamos pretendendo voltar a fazer esse trabalho junto com a família, e o próprio Degase está com essa proposta de trabalhar também a família.

O que eu nunca tive muito significativo foi o trabalho com família dentro da instituição. A gente fazia trabalho esporádico com família que precisava de mais atenção. (...) O problema era conciliar vontade, mesmo, do técnico fazer o grupo de família, porque espaço físico, fazia embaixo da mangueira. Espaço físico não era problema.

Nos momentos do atendimento, o comportamento das meninas é totalmente diferente do que elas apresentam no dia-a-dia. Um agente comenta:

Não adianta. A pessoa pegou a menina, ficou meia hora com ela dentro da sala, lá ela é completamente diferente. O meio ambiente dela é aqui no pátio. É aqui e na rua. Aqui elas têm o grupo que fala a mesma linguagem delas.

Por essa razão, uma das psicólogas considera importante ir sempre ao pátio, observar a rotina e a realidade delas:

Sempre que eu posso eu vou ao pátio, dou uma olhada nelas, porque ali você vê exatamente como que é lá dentro do grupo. É interessantíssimo. Você vê aquela menina totalmente submissa ao grupo, vê a outra que é agressiva, que domina.

Essa postura é pouco freqüente na unidade, o que constitui motivo de queixa dos agentes e das próprias adolescentes.

Você tem dentro da instituição muros onde o serviço social, psicologia, serviço médico, enfermagem, parecem trabalhar separados das pessoas da faxina, das pessoas do coração do pátio, que são os agentes educacionais. Nunca vi, dificilmente eu vejo uma psicóloga, uma assistente social ou um médico chegar pra um profissional e falar assim: 'O que que você está achando do quadro da menina?'. (Educador)

Para a psicóloga entrevistada o trabalho é maior, pois, ao ouvir os agentes a respeito das meninas, também ouve suas queixas e seus problemas:

Se houve um desentendimento com as meninas, eles vêm e falam. Eles assumem se perderam a paciência, que é natural, e a gente tenta entender isso.

Essa técnica vê como urgente a necessidade de amparo psicológico para muitos profissionais da unidade, por causa da grande insegurança que sentem no trabalho institucional. Tem clareza, porém, de que essa abordagem mais

ampliada e aproximada das jovens e dos agentes é muito difícil de ser levada adiante no contexto da instituição. No entanto, sua crítica sobre a burocratização e a fragmentação das práticas é fundamental.

A saída das jovens da unidade é um momento de ruptura, não havendo suporte afetivo para as meninas nessa ocasião. Não há encaminhamento para instituição pública que possa atender e dar suporte psicológico a essas jovens, mesmo após várias tentativas por parte do serviço de psicologia.

Um bom número de adolescentes diz ter bom relacionamento com as técnicas, incluindo-se nesse grupo as jovens de melhor condição social. O 'bom relacionamento' parece significar essencialmente a capacidade delas de 'escuta' e a possibilidade de diálogo. Todavia, dois aspectos da realidade põem fim a várias tentativas de relacionamento: a desconfiança de que tudo que disser para a técnica irá para o relatório, prejudicando-a posteriormente, e a lentidão do andamento de seus processos na Justiça, fruto da falta de integração entre a unidade e a Vara da Infância e da Juventude. Ambas as situações dificultam sobremaneira a relação de confiança que muito poderia ajudar a adolescente.

A primeira questão acima é de difícil solução, pois a técnica tem compromisso com a Justiça. Deve, por função, informar os novos fatos que venha a conhecer sobre o ato infracional em questão, ao mesmo tempo efetuando um julgamento que priorize a proteção da jovem sob seus cuidados. Como já assinalado, as técnicas costumam não incluir nos relatórios tudo o que ouvem das garotas, atendo-se exclusivamente aos fatos que possam orientar o caso específico a que a interna esteja respondendo naquele momento. Para as jovens, a regra é desconfiar sempre, como demonstra Alba:

> Ela pensa que eu confio, mas eu fico com pé atrás…A gente, no tráfico, aprende uma coisa: até que prove o contrário, todo mundo é alemão.

As técnicas acabam responsabilizadas por qualquer frustração em relação ao andamento do processo ou a problemas com as visitas das meninas, sendo por isso chamadas por algumas de 'cobra cascavel', 'fofoqueira' ou 'chata'. São vários os momentos em que adolescentes as xingam, sugerindo com gestos um conluio da técnica com o juiz. Sabem que a maneira de obterem atenção é pelo grito "Daqui a pouco vou dar um *show* pra mim falar com ela" (Elena).

São comumente acusadas pelas meninas de não se envolverem suficientemente no seu caso, como diz Anita: "Eu vou trocar de assistente. Ela não corre atrás de nada pra mim ir embora. Só fica na dela, pega um desenho..."

Ao mesmo tempo que são questionadas pelas internas, não encontram eco no Judiciário, que não valoriza o trabalho por elas desenvolvido, como já ressaltado. Dessa forma, estão sempre numa posição incômoda de intermediárias que são responsabilizadas sem ter o poder de decisão.

Atendimento Médico

O educandário conta com um clínico geral, uma psiquiatra e um dentista, que trabalham na unidade, cada um, duas vezes por semana. O clínico geral e a psiquiatra fazem o atendimento na enfermaria. Os casos mais graves são encaminhados para atendimento nos hospitais da rede pública, sempre acompanhados pelo auxiliar de enfermagem e um agente de disciplina para garantir a segurança. O atendimento dentário é feito no Instituto Padre Severino ou na Escola João Luiz Alves, instituições vizinhas que fazem parte do complexo de atendimento a infratores.

Para o médico clínico ou obstetra e dentista, o plano de ação exige as seguintes atribuições (ESD, 1998): prestar atendimento clínico às adolescentes; realizar exames clínicos (bucal), prescrever medicamentos, elaborar laudos, redigir pareceres; encaminhar para a rede de saúde pública (os casos de emergência); acompanhar a jovem na instituição; participar de reuniões interdisciplinares e organizar palestras sobre prevenção e promoção da saúde.

Uma das grandes tarefas do clínico é atender a casos de gravidez das adolescentes internadas. A grande dificuldade institucional é saber onde colocar mãe e filho. Essa situação é tão comum na unidade que, em determinado momento da pesquisa, havia quatro jovens grávidas na instituição. Duas entrevistadas enfrentavam esses conflitos. Segundo a opinião da direção, quanto mais nova a grávida, maiores as dificuldades, pois elas expõem a barriga e o corpo sem atentarem para o cuidado com o bebê. Também se ligam afetivamente à criança em menor intensidade.

> As grávidas que estão mais próximas aos 18 anos já têm uma visão diferente da gravidez. Elas já realmente se incorporam como mãe, vêem aquele neném como uma coisa boa, que é a mudança da vida delas, que elas querem uma vida melhor pro filho delas, querem mudar de vida pra dar uma condição melhor pro filho. Já aquela grávida que é mais novinha não tem nem conhecimento realmente do que é uma gravidez.

O encarceramento produz sentimentos de tristeza nas jovens grávidas. A instituição, por seu lado, está completamente despreparada para oferecer um

atendimento adequado para mãe e bebê. Esse problema existe em prisões de todo o mundo, que buscam alternativas para enfrentar a questão do bem-estar da criança e da mãe. Estudo americano (Chesney-Lind, 1997) mostra que o afastamento da mãe do núcleo familiar é contundente e desastroso: dois terços das presas adultas americanas (38 mil mulheres) têm filhos (58 mil crianças). Metade dessas mães nunca mais viu os filhos desde a prisão; outras os vêem raramente. Não telefonam, não se correspondem ou recebem notícias, embora fossem as responsáveis pela educação dos filhos antes de irem para a prisão. Essa ruptura dos laços familiares só é atenuada pela presença de algumas mães, que continuam dando suporte às filhas presas.

Na Inglaterra, há uma tentativa de se manter as crianças com suas mães em um presídio feminino (Heidensohn, 1995). O estado provê ajuda para os 'bebês encarcerados'. A experiência suscitou polêmica entre a sociedade, que alega ser a atmosfera institucional inapropriada para a educação infantil. Resultados demonstram que as mães presas desempenham melhor as atividades maternas, sendo receptivas às orientações que recebem.

A direção anterior do ESD tinha um antigo plano para atender as meninas e seus bebês após o parto. A diretora discorda das práticas de separação ou de abandono da jovem mãe adolescente e seu filho a seu próprio destino:

> Desde 97 que eu tenho um projeto que está lançado em todos os lugares que você possa imaginar. Eu enviei esse projeto pra construção de uma unidade pra grávidas e puérperas. A menina já tá grávida e ela é jogada fora da Santos Dumont num momento em que ela mais precisa de apoio, que é ter junto o bebê. Ou a gente põe ela pra algum lugar junto com esse bebê ou a gente está fadado a ela ficar presa na Santos Dumont e o bebê ir pra 1ª Vara. Então eu prefiro que ela vá embora junto com o filho. Pelo menos a criança tem assistência materna, mas isso me incomoda porque passam a ser clientela de rua, dormindo embaixo de viadutos, em abrigos, e se cria um novo cidadão marginalizado também. Então, se a gente tivesse a construção dessa unidade, pelo menos a gente teria condições de ficar com o bebê e botar ela pra trabalhar e dar um início da vida dela de mãe.

Enquanto não se aproxima o momento do nascimento, a espera de uma nova vida faz com que a grávida seja bem tratada pelas colegas, que a auxiliam no enxoval, durante as oficinas de crochê e bordado. A unidade providencia o acompanhamento médico e o enfoque psicológico é dado pelas técnicas. A grande insegurança sobre o parto e o futuro consomem muita energia dessas jovens, que não têm amparo emocional no mundo exterior.

Um fato inédito na instituição ocorreu no segundo semestre de 1999, quando por determinação judicial o ESD foi obrigado a manter uma adolescente

com o filho recém-nascido. Este garoto e a mãe adolescente ocupam uma das salas do prédio principal, que já é ínfimo para atender às atividades burocráticas. Não se sabe o desenrolar desse caso, mas se questiona a inadequação do espaço do ESD para necessidades específicas.

As instabilidades emocionais naturais na gravidez passam a demandar mais atenção, a qual nem sempre é suprida, como demonstra a fala da direção:

> Ela passou a gravidez dela toda aqui dentro. Ela chora muito, tá muito sensibilizada, eu converso com ela. Eu acho muito difícil. Eu acho que as adolescentes que tivessem grávidas não poderiam ficar junto, deveria ter um local separado pra elas. Poderia ser dentro da própria instituição, mas que a gente tivesse um local que pudesse para trabalhar mais com essa gravidez dela. Nós temos o pré-natal, nós fazemos o pré-natal com elas. O nosso médico consegue, no hospital, que elas tenham pré-natal. A gente leva os exames pra elas fazerem, procura incentivar a fazer o enxoval, nos cursos de ponto de cruz, de tricô e de crochê. Tendo verbas, a gente compra o material pra elas fazerem, senão os familiares trazem de casa. Eu acho que aqui dentro da instituição tinha que trabalhar somente com as grávidas, porque elas têm uma necessidade muito maior que as adolescentes que não estão grávidas, como a própria alimentação. Elas sentem mais fome. Elas sentem muito mais necessidade de ir ao banheiro. Toda hora tem que abrir o alojamento pra grávida ir ao banheiro, então alguns agentes não sentem o quanto isso é realmente necessário. Quando é agente masculino, talvez não entenda dessa necessidade.

A intensa mobilização afetiva que a gravidez dessas adolescentes provoca na equipe faz com que as tentativas de reinserção familiar sejam reiteradas. Quando elas fracassam, a negociação com o juiz é intensa, para encontrar um local para ambos (mãe e filho). Nada se sabe das trajetórias das jovens mães e de seus filhos depois que saem da unidade, pois são, freqüentemente, deixadas à sua própria sorte, carregando consigo mais um problema além dos muitos que já tinham.

O Lugar da Psiquiatria

Do atendimento psiquiátrico realizado no ESD, espera-se oficialmente o seguinte: avaliação psiquiátrica das adolescentes; discussão com a equipe interdisciplinar do plano de ação para cada uma delas; participação na elaboração de sumários interprofissionais ou pareceres psiquiátricos, quando solicitados; visita a outras instituições públicas e estabelecimento de convênios, para possível

fornecimento de recursos na área da saúde mental não disponíveis no Degase; contato com adolescentes e funcionários no pátio, para aliviar as tensões inevitáveis; palestras para os profissionais da escola; grupo operativo, de triagem e informativo ou para atendimentos individuais; participação nas reuniões da equipe; participação na formação e manutenção do Centro de Estudos do Degase

Na prática, a psiquiatra faz um revezamento de sala com os profissionais de enfermagem e atendimento clínico, sem a possibilidade de sigilo na consulta. Lida com adolescentes com distúrbios psicopatológicos, outras com problemas psicológicos, necessitando de psicoterapia; algumas dependendo de medicação e outras, ainda, dependentes químicas. É sempre chamada para discernir entre 'questão de doença mental e questão de disciplina'. A psiquiatra entrevistada ressalta a sua importante função de tranqüilizar a equipe:

> O fato de ser adolescente, e de ser um adolescente que está perturbando, mexe muito com a equipe em si. Muitas vezes a equipe fica: 'Realmente, não agüento mais!' Eu já vivi várias situações de 'essa menina precisa internar, precisa internar!'. Se você está ali podendo mostrar que pode ser de outra forma, eu acho isso uma coisa boa.

O problema mais freqüentemente apresentado pelas meninas é o transtorno de conduta, especialmente distúrbios da atenção por hiperatividade. O uso abusivo de drogas é também muito comum. A demanda para a psiquiatria é, portanto, grande, e muitas adolescentes tomam regularmente medicação controlada.

> Tem várias meninas que me pedem medicação, até porque elas fazem uso abusivo de drogas. Então elas pedem quase como se fosse um substituto. Isso acontece. E uma coisa que com freqüência eu nego é medicar. Tem meninas que eu medico, que você vê que é uma situação que para elas é muito difícil lidar com a agressividade. Pode facilitar com que elas aproveitem os demais recursos da instituição.

Não é apenas o ESD que apresenta esses problemas. As prisões femininas em todo o mundo estão bastante familiarizadas com o atendimento psiquiátrico. São muitos os estudos que mostram a maior vulnerabilidade feminina nesse aspecto. Morris (1995) verificou que as taxas de tentativas de suicídio e de ferimentos decorrentes dessas tentativas foram duas vezes maiores em mulheres jovens presas do que aquelas constatadas entre jovens em faculdades. Teplin, Abram & McClelland (1996) constataram que as desordens mais comuns em presídios femininos são, em ordem decrescente: abuso ou dependência de droga, abuso ou dependência alcoólica, estresse pós-traumático e depressão crônica.

No ESD, os ansiolíticos para aplacar a insônia são procurados por várias garotas, já habituadas a seu uso por influência das mães. Elen dá um exemplo

diferente do oficialmente informado para a prescrição de medicação: "Quando a gente fica nervosa, a doutora dá remédio, manda para o Pedro II, e a gente só queria conversar".

Na visão da psiquiatra, porém, há necessidade de outras áreas técnicas da unidade cooperarem para evitar a medicalização, tão solicitada pelas meninas. O desejo pela prescrição de medicamentos, encarados como substitutos das drogas que elas usavam antes de ingressar na unidade, foi também aventado por Pereira (1993). Esta médica conta uma tentativa de redução da medicalização por meio da distribuição de chá para facilitar o sono, ou de mais atividade esportiva para favorecer o descanso. Como esse respaldo em geral não existe, ela calcula que 12% das meninas estivessem sob medicação. Não há nenhum registro no prontuário técnico das meninas que possibilite dimensionar a extensão dessa prática ou o tipo de medicação administrada, o que reflete uma falha ou desinteresse na notificação de remédios. Expondo uma realidade antiga do ESD, Pereira (1993) fala da medicalização como uma espécie de 'camisa-de-força química', utilizada como mecanismo de controle disciplinar, servindo ao propósito de 'docilizar' as jovens 'rebeldes'.

Na rotina da instituição, há manifestações nervosas das garotas que vão além de gritos e ameaças, culminando com lesões autodestrutivas, como os cortes da pele com caco de vidro e tentativas de enforcamento. Esses atos costumam ficar circunscritos a algumas internas, até que um desequilíbrio de forças da instituição provoque uma reação em cadeia que termine por envolver a maioria. Quando começam a surgir mais casos de automutilação, a direção e os funcionários entram em estado de alerta, lançando mão de todas as estratégias que imaginam para poder controlar os distúrbios.

> Quando eu cheguei aqui na unidade, estava uma fase de todas estarem se cortando. Tudo que acontecia se cortavam. Eu chamei a que eu achava que era a mentora, conversei com ela, pedi muito que ela não fizesse isso. Comecei a sentir que as outras meninas estavam fazendo também porque eu estava dando mais atenção à que tinha se cortado muito e não às outras. Então outras também começaram a se cortar. Aí eu conversei com todas, expliquei, falei pra elas o quanto era perigoso o corte, porque agora nesse momento de repente o corte não ia infectar, não ia acontecer nada de tão sério, mas futuramente que os cacos de vidro que elas pegavam eram do chão, que tinha micróbios e tal, e futuramente até no momento que elas fossem ser mãe que isso poderia ser prejudicial à saúde delas. Parece incrível: todas pararam. (Diretora)

A tendência do sexo feminino a internalizar seus sentimentos, especialmente em situações que provoquem raiva, tem sido relatada como explicação para a somatização e a auto-agressão que as meninas cometem em situações-limite, como a

da internação. Swaffer & Hollins (1997) simbolizam o enclausuramento como espaço do nervosismo e da depressão, da revolta e da inutilidade, da dor de cabeça, da febre e do enjôo, da insônia, da saudade e da tristeza que acometem essas jovens mulheres.

Alessandra apresenta um perfil típico. Já fez tratamento psiquiátrico em duas ocasiões, pois tinha alucinações. Diz estar sob controle medicamentoso no ESD (no relato técnico, apenas se informa que usa medicação ansiolítica, em caso de necessidade). Apresenta episódios de somatização. Quando sente medo, tem tremor no corpo e aparecem manchas roxas em sua pele, sentindo que vai desmaiar. Quando sente raiva, fica muda e sem reação. Com a proximidade das outras garotas, passou a se cortar no ESD, postura que nunca apresentara.

As idéias de suicídio mostraram-se presentes nos diários, especialmente nos momentos de castigo, quando só lhes resta o amparo da figura divina.

> Não sei por que a minha vontade é tão grande de se matar, se eu pudesse eu me mataria. Só de pensar que eu vou passar o meu aniversário aqui, dói até o meu coração. Para completar a minha tia me botou de castigo durante um mês. A cada dia que passa eu vou me revoltando mais ainda com esse mundo cheio de maldade e crueldade. Meu Deus, ampare o meu caminho e não deixe eu cair em tentações. Meu Deus pai, que o senhor tenha piedade de mim.
>
> Ultimamente ando muito triste, angustiada pelos cantos, chorando como se minha vida não tivesse mais sentido, estou com medo de mim mesma, medo de cometer alguma besteira. Peço muito a Deus que me ajude neste momento difícil que estou passando. (Ingrid)

Uma das estratégias para lidar com problemas desse tipo é o encaminhamento ao Hospital Psiquiátrico Pedro II. Elen refere-se a esse fato: "Esse pessoal daqui, os agentes, as técnicas, é só a gente ficar nervosa que eles acham que a gente tá maluca".

Dessa forma, as portadoras de distúrbios de comportamento não tolerados na instituição são enviadas momentaneamente para outros fóruns. As ameaças e as atitudes ficam registradas nos diários das garotas:

> Eles pensaram que eu tava louca e me mandaram pro Pedro II. Se eu me matasse aqui ia ser da responsabilidade deles. Eu fugi porque lá dentro, convivendo com os loucos, você acaba ficando mesmo. E lá não fica nenhum segurança com a gente. Eles mandam a gente pra lá para se livrar da gente mesmo, pra não dar mais problema pra eles.

> A Taís tentou se matar, tava fazendo a maior zona na escola, aí quiseram se livrar dela. Tanto é que as meninas já descobriram isso e quando tão cansadas daqui fazem alguma coisa pra mandarem elas pra lá. Volta e meia vai uma pra lá, e de loucas não têm nada. (Elisabete)

Lima (1993), analisando o tema da transferência de crianças e adolescentes da Funabem para a Colônia Juliano Moreira, traz contribuições para se pensar o encaminhamento das adolescentes do ESD ao Pedro II. Revela que essa era uma forma encontrada pela Funabem para se eximir da responsabilidade pela adolescente, já que legalmente caberia a ela zelar por sua integridade física e mental. Assim, a transferência resolve temporariamente o problema da instituição, e não o do adolescente, abafando as deficiências institucionais. O autor argumenta ainda que os indivíduos que se rebelam contra a ordem instituída, que recebem mais castigos e punições, são considerados inadaptados, portadores de desvio de conduta, justificando a transferência para outra instituição segregativa.

Tais conclusões foram confirmadas no recente estudo de Bentes (1999), que fez um levantamento em todos os prontuários de adolescentes do sexo masculino internados na unidade de adolescentes do Pedro II entre 1994 e 1997. Dividiu os internos em dois grupos: com e sem mandado judicial. Dentre os primeiros, notou que eles têm tempo médio de permanência maior e apresentam com mais freqüência o diagnóstico de distúrbio de comportamento, enquanto no outro grupo predominam as psicoses. Os adolescentes são novamente estigmatizados na unidade, que não deseja ter pacientes rebeldes e com comprometimento infracional. A autora termina por afirmar que o projeto assistencial da unidade de saúde não considera que crianças e adolescentes considerados 'portadores' de distúrbios de conduta se beneficiem da internação psiquiátrica.

Em relação ao tema, a psiquiatra do ESD assume a seguinte postura, diante da pressão que sofre e da responsabilidade que está sob suas mãos:

> Eu evito realmente, o mais possível, mas em alguns momentos você percebe que está havendo alguma coisa que está muito gritante. Tinha uma menina que eu fiquei com medo, que ela já tinha feito uma tentativa de suicídio, e eu fiquei com medo que houvesse uma tentativa mais forte. Aí você tem que ver inclusive questões da casa, mesmo: se, por exemplo, estivermos próximos do fim de semana, vai ser difícil e tal.

Os cortes com caco de vidro, feitos especialmente nos braços mas ocasionalmente atingindo regiões mais nobres como o pescoço, são a resposta mais direta das jovens à falta de atenção dos funcionários às suas solicitações. O momento de solidão e desespero em que são punidas no cubículo é quando mais se ferem. Queixam-se de não ter ninguém para conversar a respeito de suas angústias,

o que as faz tomar atitudes extremas, de tentativa de enforcamento e de engolir caco de vidro, como fez Elisabete. Tais atos revelam-se como meios de chamarem a atenção para si. O apelo que fazem é respondido com o cubículo ou a internação no Pedro II, mostrando o quão impotente e incompetente se sente a unidade para lidar com esses casos de desespero e carência.

A falta de opções para encaminhamento ambulatorial também dificulta o trabalho psiquiátrico. A profissional do ESD diz que é mais fácil conseguir a internação da adolescente em hospital psiquiátrico, cuja resposta judicial é mais rápida, do que atendimento em centro de atendimento psicossocial.

Na instituição psiquiátrica, as jovens acabam por provocar problemas e tentar sistematicamente a fuga.

Do ponto de vista dos profissionais e dos demais pacientes do hospital, o receio caminha em direção oposta. Anseiam por seguranças que isolem o perigo representado pelos infratores que ali se internam (Bentes, 1999).

15

O LUGAR DO FRACASSO

as salas de aulas e as oficinas profissionalizantes

> Tem meninas que demoram aí um ano e tanto. Não tem uma escola formal aqui dentro. Resultado? Ela não consegue completar nenhuma seriação escolar, pra gente fornecer um certificado, que isso anima pra ela dar continuidade. A Elisa? Era analfabeta. Já entrou aqui cinco ou seis vezes e continua analfabeta. Não posso aceitar um negócio desse.
>
> (Funcionária da direção)

O fracasso revelado na fala acima tem sido reiteradamente mencionado em todos os outros trabalhos realizados no ESD desde o início de sua existência. Malaguti (1998), analisando os laudos técnicos da Funabem, descreve situações semelhantes que refletem a ineficácia institucional em reeducar, ressocializar e reintegrar a adolescente à sociedade. Em seu estudo, jovens considerados analfabetos e que tinham várias passagens pela Funabem eram novamente inseridos na instituição, na mesma situação. O autor argumenta que os objetivos oficiais camuflam o verdadeiro objetivo de manter sob controle determinada parcela da população.

Se a falha na alfabetização já é tão evidente, pode-se imaginar o que é feito no sentido de profissionalizar as jovens. Conforme ressalta Lemgruber (1999), para que a ação pedagógica resultasse eficiente, o tempo passado na unidade deveria abrir ao interno perspectivas efetivas de melhoria socioeconômica, o que não acontece em função da baixa qualidade dos cursos oferecidos na instituição.

Apesar de o resultado final ser tão precário, há real investimento de alguns professores nessa tarefa. O setor pedagógico do ESD, formado por três salas onde funcionam as oficinas e a escola formal, é o único lugar em que as jovens circulam livremente sem precisar do acompanhamento do agente. A equipe do setor é composta por dois pedagogos, quatro professores de 1ª a 4ª séries, dois professores de educação física, um de artes cênicas e quatro instrutores para as oficinas de culinária, crochê, bordado e cabeleireiro.

Segundo os documentos oficiais, a recepção da jovem é feita por especialista em educação, que lhe informaria sobre as normas do educandário e a apresentaria à equipe de funcionários. A entrevista pedagógica é feita pelo professor ou especialista em educação e visa a conhecer o grau de escolaridade da aluna, propor as atividades pedagógicas, descobrir suas preferências e encaminhá-la para os cursos de iniciação profissional e de sala de aula (ESD, 1998).

A Escola Formal

Em relação à escola formal, nos anos de 1998 e 1999 organizava-se um grupo de alfabetização e outro direcionado para o atendimento de 1ª a 4ª séries, pois não havia condição de se criarem turmas específicas por série. Trabalhava-se com pequenos grupos, de acordo com o número disponível de professores, procurando desenvolver atividades que atendessem às necessidade e aos interesses das adolescentes e valorizassem os seguintes aspectos: pluralidade cultural; leitura de diferentes linguagens de forma crítica (texto, teatro, música, dança, vídeo); envolvimento com o tema a ser trabalhado (pesquisa, debates, leitura de material relacionado ao tema) e confecção de material apropriado e significativo (cartazes, murais, mensagens, desenhos e ornamentação).

As aulas são ministradas em uma sala grande com quadro-negro, mesas e cadeiras. Nesse espaço, há uma divisória. Do outro lado, há mais cadeiras, mesas e um armário com livros didáticos, enciclopédias e obras literárias. Nessa divisória são expostos os trabalhos e os desenhos realizados pelas adolescentes, além de cartazes sobre higiene pessoal.

A freqüência às aulas não é obrigatória. Não existe nenhum trabalho contínuo, pois a rotatividade e a heterogeneidade da turma não o possibilitam. As meninas entram na sala e saem de lá sem advertência alguma. As adolescentes passam a maior parte do tempo na sala de aula, desenhando.

As dificuldades são enormes. Uma professora conta que só dando-lhes muito amor e carinho consegue realizar seu trabalho de coordenação motora de preparação para a aprendizagem. Procura atrair a clientela para a sala, sempre buscando agradar às jovens. Lembra que antigamente tinha o recurso de uma boa sala e de um rádio para ouvir música, excelente chamariz, enquanto as meninas faziam colagem, corte, dobradura ou algo similar. Atualmente, o "espaço é péssimo", diz ela.

O que se espera das jovens é tão elementar quanto conseguir que façam uma linha reta ou fechem um círculo. A descontinuidade na freqüência das garotas às aulas é o mais grave problema:

> Consigo manter um grupo entre aspas. O máximo que consigo é três. Uma ou outra vem todo dia, as outras vêm no dia que querem e na hora que querem. A maioria é muito difícil. Eu não sei o que a gente tem que fazer.

A total impotência desses profissionais diante das meninas e à falta de uma proposta pedagógica consistente fica evidente na fala de uma professora:

> A obrigatoriedade é uma faca de dois gumes. O certo seria elas freqüentarem a sala de aula, mas só que na prática isso não funciona. Quando elas são obrigadas a ir para dentro da sala, elas agridem ao professor e não ficam mesmo. Elas são espontâneas. Elas têm que ter assim, uma aula livre, como ultimamente tem sido feito.

Nessa aula livre, a simpatia da menina por determinada professora indica aquela que deseja como orientadora. Em função disso, misturam-se garotas dos mais distintos níveis educacionais na mesma sala e a professora se divide, "botando ela ali no cantinho, dando atividade pra essa aqui e trabalhando com a outra".

A responsabilização pelo fracasso do processo de aprendizado e pela falta de compromisso institucional recai duramente sobre os professores, criticados pelos funcionários da unidade, que se ressentem do insucesso das atividades pedagógicas e do ócio dele decorrente:

> Porque você também não tem um profissional que você diga: 'A aula começa às 9h'. E ele não está lá 9 horas. Então você carrega a escola toda pra dentro da sala de aula, e chega às 9h o profissional não está.
>
> Tem funcionário aqui que você percebe que ele é envolvido aqui, que ele quer que a menina aprenda, que ele faz tudo pra alfabetizar, e tem outros que mal vêm aí dar a carga horária, com uma má vontade danada. (...) Se elas perguntarem muito, leva logo um fora.

Alguns professores também cobram da direção uma atitude mais dura em relação aos colegas faltosos, aumentando o clima de conflito na unidade.

> Os responsáveis pelo setor pedagógico passam essa angústia que eles têm, porque eles estão vendo. Antes de eu ver, eles já viram. Ficam assim numa posição... porque era colega há muito tempo, aí vem e passa pra mim, e eu tento organizar tudo, uma escala, uma coisa pra ter, aí chamo e passo pra diretora. Ela vai, dá uns apertos. Funcionário falta uma semana, quando tem feriado. Fica sem atividade pras meninas. (Professor)

Os trabalhos anteriormente realizados no ESD evidenciam que a falta de real vontade política de mudar a situação interfere nas tão sobejamente lembradas falhas individuais – e provavelmente as determina:

> Esse novo diretor do Degase, ele gosta muito dessa coisa de aparecer, dizer que tem curso. Aí entrega diploma, traz a Banda da Polícia Militar. Essas meninas aí receberam diploma mês passado. (...) Eu não daria diploma, eu podia dar um certificado de participação com tantas horas numa atividade de bordado, mas um diploma, profissionalizante, com todas as autoridades presentes, banda da Polícia Militar, cachorros amestrados... (...) Ele falou que a gente não sabe fazer *marketing* do nosso trabalho. Ele tenta passar essa imagem que o Degase está fazendo curso, tá comprando máquina pra oficina, só que a máquina está aí há seis meses e até hoje não veio material nem professor. Vê se você não encontra peças de máquina lá na lavanderia? Tem mais: não sei quantos computadores estão aí, ó!

Costa chama essa situação de vitrines, quando, em lugar de um reordenamento corajoso e profundo nas instituições, os dirigentes se restringem a fazer pequenas melhorias nesse ou naquele setor:

> *Faz-se uma oficina profissionalizante, um programa artístico-cultural, uma iniciativa na área de esportes e isso é apresentado ao Governo e à opinião pública como a evidência de que os graves problemas da instituição estão sendo, enfim, superados. Tais práticas são uma maneira de as pessoas se desincumbirem dos encargos de consciência e mostrarem que estão fazendo alguma coisa, são vitrines essas pequenas melhorias descontextualizadas.* (Costa, 1999b:145)

Oficinas Profissionalizantes ou Terapias Ocupacionais?

Segundo a fala de uma das diretoras, o que se promove na unidade são terapias ocupacionais sem obrigatoriedade. Os cursos de iniciação profissional têm como objetivo incentivar as alunas para o trabalho, como parte de sua formação para a vida em sociedade, estimulando-as no desenvolvimento de suas aptidões e envolvendo-as em atividades produtivas, diminuindo as horas ociosas.

A instituição conta com uma musicoterapeuta, que proporciona momentos muito desejados pelas jovens. Nessas ocasiões, busca-se estabelecer o vínculo terapêutico, desenvolver a consciência corporal e a auto-estima, trabalhar e organizar o ritmo interno; desenvolver a percepção de si mesmo, do outro e do mundo externo; possibilitar a exteriorização dos conteúdos internos; conscientizar sobre e explorar o potencial do menor e facilitar sua auto-expressão (ESD, 1998). A sala de musicoterapia é a mais agradável da instituição: tem sofás, almofadão e uma grande mesa com cadeiras. Pela falta de espaço, a sala é dividida com outros profissionais quando está desocupada.

Há também um profissional que trabalha com artes cênicas, visando a desenvolver a auto-estima da adolescente, criando a possibilidade de agir e interagir, internamente e no meio social, de forma consciente, e a aumentar sua capacidade de interpretar e modificar o mundo em que vive. Esse profissional trabalha com peças de teatro, pintura e confecção de objetos, entre outras atividades. A impossibilidade de planejar o trabalho, devido à instabilidade institucional, a conseqüente falta de material e a falta de assiduidade das meninas são fatores que impossibilitam o sucesso das atividades. A criação de objetos, bonecos e máscaras em papel foi abruptamente interrompida por faltarem recursos para farinha de trigo e outros materiais que "custam uma fortuna". As meninas são indicadas pela pedagoga, segundo critérios não conhecidos pela equipe. Há jovens que sempre voltam e outras que comparecem às atividades, xingam e vão embora, retornando ocasionalmente. O professor procura fazer com que as próprias criadoras dos trabalhos possam ficar com eles, lembrando com saudade do tempo em que elas faziam quadros para dar às mães, aos namorados e filhos. O problema da falta de sala, considerada imprescindível para se criar uma intimidade entre professor e alunas, também é mencionado pelo profissional:

> Eu trabalho num arremedo, num pedaço de alguma coisa, de sala dividida por outra coisa que eu não sei identificar muito bem, cercado por algumas coisas esquisitas que eu também não sei. Essa relação mais próxima, de poder conversar, de poder trocar, fica mais complicado aqui.

A oficina de arte culinária tem formalmente o objetivo de desenvolver a auto-estima e a responsabilidade da adolescente por meio de uma atividade produtiva, bem como conscientizá-la de que pelo trabalho pode ter uma participação positiva na sociedade. Aprende-se a confeccionar salgados, bolos e doces. As aulas são ministradas na despensa da instituição, onde estão improvisados um fogão, um *freezer* e um armário no qual são guardados os mantimentos. É uma sala muito pequena; por esse motivo, apenas três meninas podem participar. Assim, o curso dura apenas um mês, para contemplar um maior número de meninas.

A procura é grande. As garotas recebem determinada quantia por semana, fruto da venda de doces e salgados feitos por elas. Estão inclusive recebendo pequenas encomendas. Para essa atividade, é avaliado o comportamento da adolescente, já que a cozinha é um local onde existem utensílios perigosos para a segurança de todos na instituição.

As atividades de crochê e bordado são apresentadas como tendo objetivos e estratégias comuns: serem produtivas e servirem como terapia ocupacional para as adolescentes. Ali, elas aprendem a fazer o trabalho manual e realizam exposições internas para a venda do material.

Essa atividade é bastante procurada pelas adolescentes, que fazem trabalhos para presentear a mãe ou bordam o nome do namorado. São atividades que requerem atenção do instrutor, por trabalharem com agulha e tesoura. Parecem ser as que mais prendem a atenção das meninas.

A oficina de cabeleireiro tem como objetivo desenvolver a auto-estima pela aceitação e a valorização da própria imagem. As atividades propostas são: corte, penteado, lavagem e secagem, alisamento, escova, permanente afro, limpeza de pele, maquiagem, manicure e pedicure.

O salão de cabeleireiro tem um significado muito especial para as meninas. O espaço é alegre, sempre com música dançante e conta com muitos produtos de beleza. O instrutor é considerado por elas como um amigo. Começou a montar o espaço com seus próprios recursos e, habitualmente, consegue doações para que ele se mantenha, pois a instituição não o supre com o material necessário.

O instrutor não considera as atividades que executa como um curso profissionalizante. Seu objetivo é mais trabalhar com a auto-estima da jovem do que o ensino propriamente dito. Procura fazer com que as meninas fiquem no espaço sem brigar, dialogando bastante e evitando a agressividade entre elas. Diz que seu trabalho é muito de improviso – funciona como um identificador e 'resolvedor' de problemas. Ele conta que, quando vê uma garota se agredindo e se cortando, ninguém pode esperar o dia seguinte para a psicóloga intervir, ressaltando a necessidade desse olhar por parte de todos que estão na unidade:

> Seja ele faxineiro, seja ele diretor da escola, tem que imediatamente dar atenção, dar ouvido a essa menina. Você pode recuperar aquela falta, aquela abstinência e até mesmo evitar uma morte.

Enquanto esse profissional cuida do cabelo de determinadas meninas, outras observam. Depois é a vez de umas fazerem nas outras o que observaram.

> Elas têm um potencial de aprendizado incrível. São todas inteligentes. Eu lembro de uns trabalhos fantásticos. Você tem que dar atenção pra essas meninas pra ter uma resposta.

O espaço está sempre muito cheio, com novas meninas querendo participar. Organizam-se desfiles de moda, concursos de beleza e coreografias.

Pode-se constatar, após a apresentação dos cursos existentes, que a maioria das jovens não se integra sistematicamente nas atividades disponíveis. Entram nas oficinas e saem sem permanecer o tempo suficiente para apreenderem os conhecimentos transmitidos. As razões alegadas para não aderirem são variadas: falta de material, desorganização das atividades, cursos muito simples para quem

tem alguma escolaridade, atividades promovidas desinteressantes, 'sem graça' e repetitivas. Essas dificuldades são ilustradas pela fala de Eliana:

> A gente quer estudar, fazer bordado, não tem material. Pra gente aprender alguma coisa, a gente tem que se esforçar. Mas sem material, como é que a gente vai aprender? Quando a gente quer jogar vôlei, não tem bola.

As atividades relatadas pelas internas são: ensino formal, bordado, dança, teatro, crochê, cabeleireiro, ginástica, culinária, pintura, vôlei, bijuteria, artesanato e Preservida (curso de prevenção de doenças e uso de drogas). Segundo Elen, a atividade mais disputada é o curso de bordado, e o ensino formal é a atividade que a maioria das jovens menos gosta de freqüentar.

Apenas duas adolescentes dizem gostar de ler, ambas apresentando melhor padrão socioeconômico. A visita do pessoal da Igreja cristã também foi mencionada como um momento importante, agregando meninas que se interessam pelas atividades religiosas. Sob o aspecto religioso, há relato de adesão a culto afro, manifestado na fala sobre presença de 'espíritos' que 'tomam' algumas meninas ou as 'perseguem' no alojamento.

As festas comemorativas e socializantes são utilizadas como estratégia para incentivar a participação das adolescentes que costumam confeccionar material apropriado para essas ocasiões, ajudando na ornamentação e nos demais preparativos. São exemplos a festa junina, a comemoração de Natal e de aniversariantes do mês. Nessas datas há bolo, salgados e refrigerantes. Além disso, freqüentemente promovem-se atividades recreativas dirigidas, tais como olimpíadas e peças de teatro, entre outros acontecimentos desse tipo, mantendo-se contato com outras instituições de internamento e o Criam, inclusive masculinos. Esses momentos ficam registrados nos diários das adolescentes. Há relatos esporádicos sobre essas atividades de lazer, que elas valorizam muitíssimo. Úrsula escreve:

> Hoje o dia foi um pouco melhor que ontem, pois houve jogos, brincadeiras e filmes depois do almoço, e isso ajudou a passar o tempo.

Tais acontecimentos são vividos pelas meninas com muita euforia e satisfação. Quando fica impossibilitada a participação de todas nesses eventos, a direção escolhe aquelas que estão apresentando melhor comportamento, o que funciona como uma espécie de prêmio.

16

O AUGE DA PUNIÇÃO

o cubículo

> Punir é castigar, fazer sofrer. A intimidação a ser obtida pelo castigo demanda que este seja apto a causar terror. Ora, tais condições são reconhecidamente impeditivas de levar ao sucesso uma ação pedagógica.
>
> (Thompson, 1987)

> Eu uma vez coloquei fogo no cubículo. Não dá pra agüentar aquilo ali, não, sem fazer nada. É coisa de bicho, não de gente.
>
> (Elisabete)

Do pátio tem-se acesso ao cubículo, local para onde são encaminhadas as adolescentes que receberam castigo por situações como brigas com colegas, desrespeito e agressão a funcionários, tentativas de fuga, depredação da instituição.

Nem todos os castigos levam a jovem ao cubículo. Em situações que envolveram grande número de internas, como uma tentativa de colocar fogo na instituição, as adolescentes ficaram restritas ao alojamento durante uma semana. Só saíam para as refeições e retornavam ao quarto. Outra estratégia utilizada é retirar todos os objetos pessoais e de higiene, que são de grande valor para as garotas.

Esse quarto de castigo, quando está vazio, é também utilizado para a primeira noite das adolescentes recém-chegadas na instituição e que ainda não receberam atendimento médico – medida obrigatória antes de uma adolescente ser inserida no grupo.

Para se chegar ao cubículo, passa-se por um portão alto e fechado com cadeado, que leva a um corredor sujo e pichado até o teto. Quase não se vê a cor da parede, devido à pichação, à pintura antiga e aos incêndios ocorridos. São quatro pequenos espaços com uma cama de alvenaria em cada um. Uma parede separa o banheiro: há uma pia de concreto, um boi (vaso sanitário no qual as necessidades são feitas de pé, o que é adequado ao sexo masculino) e um cano no lugar do chuveiro. Os quartos são pichados, escuros, sem ventilação e de péssima aparência. As meninas também deixam ali registrados seus nomes,

os de seus amores e muitos palavrões. Todas as refeições são feitas no próprio local. Quem está ali perde o direito de sair para as atividades e de fumar. Muitas vezes, mais de uma menina ocupam o mesmo cubículo, sendo improvisados colchonetes para que elas durmam no chão.

A nova direção do ESD delegou aos agentes integrantes de cada plantão autonomia para colocar uma adolescente no cubículo ou retirá-la de lá. Tal medida diverge de orientação da gestão anterior, em que a direção tomava como sua a responsabilidade de julgar procedente ou não a permanência da jovem no castigo. Essa modificação acarretou sérias transformações na vida institucional e trouxe conseqüências fatais, como se verá a seguir.

A fala de um agente educacional sobre o hábito de colocar as meninas na 'tranca' mostra a ambigüidade vigente na instituição, em que cada funcionário tem sua própria norma:

> Eu não faço isso, mas os agentes educacionais podem fazer. Eu me recuso a fazer isso. Até três anos atrás eu fazia, mas eu resolvi não fazer mais. Eu não gosto de repressão. Eu vou trabalhar com repressão?

Um agente de disciplina, seguidor da 'linha dura', o qual já havia sido alvo de um abaixo-assinado das meninas solicitando sua saída da unidade e, posteriormente, foi espancado e exonerado, conta que evita recorrer ao 'quarto de reflexão', utilizando medidas 'extra-oficiais' como 'cortar' o cigarro. Mas adverte: "Cigarro é uma coisa proibida por lei. É uma contravenção você distribuir cigarro pra uma criança".

Para esse quarto, vão as garotas que cometem dois tipos de atos muito comuns: agressão física entre elas e agressão verbal a funcionário. Envolvimentos em tentativa de fuga e agressão a funcionários também são razões para o castigo, menos freqüentes. A esse respeito, cabe destacar a enorme dificuldade desses profissionais em receber as muitas agressões verbais de que são alvo.

> O mais difícil de contornar é ser ofendido. (Agente educacional)

> Eu não admito que elas se sobreponham a mim. (Agente de disciplina)

A falta de normas fica evidente no relato do agente de disciplina sobre como ele lida com as meninas em seu plantão e, também, sobre o relacionamento entre os integrantes dos diferentes plantões:

> Quando a gente precisa, a gente põe na tranca e depois se reúne no plantão. Leva-se ao conhecimento da supervisora do plantão. Aconteceu isso, isso, isso. Aí a gente decide quanto tempo ela vai ficar, se no dia seguinte ela vai sair ou se no outro plantão. (...) É preciso que todos os plantões respeitem cada

> plantão. É uma coisa que geralmente acontece. Um plantão põe, o mesmo plantão tira, ou então fala: 'Amanhã pode tirar'. Só que com a gente já aconteceu duas vezes de botar uma menina no quarto de reflexão e quando a gente chegou para o próximo plantão, ela estava no quarto com as outras meninas. Eu acho uma falta de coleguismo, uma falta até de respeito.

Toda a autoridade que emana desse plantão é avaliada como positiva por esses funcionários, que se alegram com a autonomia que têm em relação à direção que gerencia a instituição neste momento. Cabe lembrar que esses funcionários não têm currículo nem formação pedagógica que lhes permita definir os padrões educativos da instituição. Em algumas falas, pode-se ainda perceber a violência do momento da reclusão no cubículo.

> A maioria vai numa boa. São poucas as que esperneiam e tal, aí você tem que imobilizar, até pra que elas não se machuquem também. Você imobiliza e leva pra lá. Passa as horas e ela se acalma, aí você vai lá e conversa com ela.

Essa decisão da nova direção foi bastante questionada internamente. Uma funcionária deu um exemplo concreto da divisão interna:

> Eu não concordo com isso de você botar uma menina de castigo e só você poder tirar. Ora, você só volta daqui a quatro dias. E se você não voltar? Se estiver passando mal ou ainda estiver com raiva dela dali a quatro dias? A menina fica oito dias e assim vai ficando? Entendeu?

O despreparo para lidar com adolescentes que estão sempre perdendo o controle é flagrante. O estudo de Swaffer & Hollins (1997) mostrou as situações que causam a perda de controle de adolescentes institucionalizados e que devem ser evitadas. Eles observaram que serem tratados desrespeitosamente, sentirem-se injustiçados, irritados, chateados ou serem forçados a cumprir certas regras do estabelecimento foram as situações freqüentemente descritas como geradoras do sentimento de raiva. Comentários juvenis, do tipo "ele devia saber que eu estava ficando com raiva", sugerem uma imaturidade cognitiva. As mulheres que participaram do estudo mostraram ser mais fácil utilizar estratégias em que a raiva se dirigisse para elas mesmas, resultando em comportamentos de autoflagelação, do tipo cortar a si própria ou tentativa de enforcamento. As expressões mais comuns de raiva foram agressões físicas e/ou verbais.

A fala de uma pessoa da direção mostra essa dificuldade dos funcionários do ESD para enfrentar os problemas cotidianos do internato. Conflitos corriqueiros, como falar enquanto se está na fila e sair da fila na hora do almoço, são motivos para uma situação-limite, criada, segundo Costa (1999b) no momento em que o despreparo dos educadores – cujo parco repertório de

respostas está aquém das demandadas pelos adolescentes – acaba resultando em confronto e uso da força:

> As meninas têm aquele momento de explosão. É delas mesmo. A gente, com jeitinho, conduz. Mas você pode ter certeza que toda vez que tem uma situação de conflito aqui dentro, foi provocada por funcionário. Quantas vezes a menina chega aqui dentro e quer uma coisa quase impossível. Eu falo: 'Agora, no momento, não dá'. Ela xinga, vai não sei pra onde, sai e bate a porta. Tudo bem, depois ela pede pra voltar. Muito menos que isso ela fala lá dentro, funcionário dá uma gravata, põe na tranca. Põe no quarto, daqui a pouco tira do quarto. Vai pra um lado, vai pra outro. Na hora que você precisa realmente de um castigo, já está desmoralizado.

Essa profissional já havia tentado sugerir à direção o uso de um livro para escrever os motivos que justificassem o aprisionamento em quarto individual, datando entrada e saída. Essa sugestão não foi atendida. O livro de ocorrências nem sempre registra devidamente quem está no cubículo. Essa técnica diz ficar sabendo pelas próprias meninas há quanto tempo alguma delas está no cubículo. Como as técnicas entram pouco no pátio, essa situação acontece freqüentemente.

A ausência de normas a respeito do castigo, além de ser um problema muito sério, oculta outra questão, esta, sim, fundamental: a existência de 'cubículo' ou 'quarto de castigo', como chamam as adolescentes, 'tranca' ou 'solitária', como dizem as presas adultas, ou ainda 'quarto de reflexão' ou 'dormitório individual', segundo os funcionários. Seja qual for o nome dado a esse espaço da punição, cabe a questão: alguma adolescente ficaria bem em um 'quarto' com tal perfil?

Não bastasse o sofrimento de ficar isolada, a revolta germina da sensação de injustiça, reflexo da falta de um consenso sobre as formas de punição. Logo, a aplicação do castigo fica a critério de cada agente de disciplina e educacional e do grau de rigor dos diferentes plantões. As adolescentes, ao mesmo tempo, se angustiam com as estratégias disciplinares arbitradas pelos agentes segundo seu bel-prazer, mas também aprendem a conviver com as especificidades de cada profissional e plantão.

Situações habituais, como a falta da mãe na visita, contribuem para o descontrole emocional das jovens no cubículo. O relato de Elen exemplifica como as constantes ameaças não são levadas a sério pelos funcionários, que pouco as valorizam, até que se realizem e as conseqüências físicas se tornam evidentes:

> Desde esse dia que a minha mãe não tava vindo. Aí eu tava num cubículo. Eu tava chamando e ele não tava querendo me atender. Não queria me ouvir. Eu chamava a diretora e ninguém queria me ouvir. Pensava que a gente era bicho.

Aí eu comecei a xingar ele. Aí eu falei: 'Eu nunca me cortei, mas vou começar a me cortar'. Aí eu me cortei.

Depois de um período prolongado no cubículo, as adolescentes ficam ainda mais agitadas ou envoltas em profunda depressão. Durante o decorrer da pesquisa, várias tentaram suicídio enquanto estavam no cubículo, por meio de enforcamento com lençol, corte com caco de vidro e vários incêndios que deixaram marcas visíveis de fumaça nas paredes, piorando ainda mais a aparência do lugar. Uma delas, após a saída dos pesquisadores da unidade, infelizmente teve 'êxito' em sua tentativa e morreu.

A agressividade à flor da pele é evidente para quem passa pelo pátio, que pode ouvir gritos insistentes das garotas: "me tira daqui", "socorro", "estou com fome". Muitas garotas ocupam o seu tempo em projetos de autodestruição e de revolta. Elisabete, uma delas, conta sua via-crúcis:

Eu subi na parede do banheiro do quarto, amarrei o lençol no negócio de luz e amarrei no meu pescoço. Aí me tiraram logo e me levaram para o cubículo, porque eles só sabem fazer isso, castigar. Se uma menina tá fazendo isso é porque ela precisa de ajuda. Aí me mandaram pro cubículo, nem conversaram.

No cubículo, a jovem resolveu se cortar com caco de vidro:

Não consigo ficar trancada, não. Eu fico angustiada, me dá depressão, e lá não sai pra nada. (...) Uma vez coloquei fogo no cubículo. Não dá pra agüentar aquilo ali, não, sem fazer nada. É coisa de bicho, não de gente.

Prosseguindo sua trajetória, foi para o Pedro II, de onde fugiu. Todas as tentativas de lidar com essa jovem fracassaram, como fracassara toda a sua vida até então.

A idéia de suicídio também está presente em vários diários das adolescentes, fornecendo detalhes que em muito se assemelham ao modo como morreu uma garota.

Já estou sufocada neste lugar, a corda já está amarrada em meu pescoço basta apenas puxar e me enforcar... (Úrsula)

O diálogo de Ana com a pesquisadora, meses antes do suicídio, mostra que, se o assunto fosse levado a sério pela instituição, teria sido possível prevenir a morte da menina:

– Agora a onda lá é se enforcar!

– A onda é se enforcar? (Pesquisadora)

– Agora a onda é se enforcar com o lençol.

– O que acontece quando as meninas tentam? (Pesquisadora)

– Aí a outra grita, o funcionário chega e desamarra ela.

Em algumas situações em que as jovens vão para esse local por terem infringido as normas de forma grave, tal fato é registrado nos prontuários e abre-se um novo processo na Vara da Infância e Juventude, além daquele que originou a internação. Essa medida interfere na avaliação judicial periódica a que a adolescente tem direito. Todavia, tais fatos não são a regra geral. Habitualmente, motivos disciplinares de pouca importância levam uma jovem para o isolamento, se a interpretação do agente responsável por sua internação assim indicar.

Muitas tentativas de fuga ocorreram na unidade a partir de meados de 1999. Até então, a unidade era gerenciada por uma mesma direção há quatro anos, que conseguira passar por graves crises do Degase com apenas algumas tentativas esparsas de rebelião. Em 1999, o ESD voltou à situação de períodos anteriores, como se estivesse retomando um ciclo infindável de arbitrariedades. Ocorreram tentativas de explosão dos bujões de gás industrial, utilizando-se a espuma dos colchões e fósforos, além de tentativas de fuga pelo teto. Três funcionários foram feridos com canetas, garfos, murros e cadeiradas. Houve ainda a morte de uma adolescente e queimaduras em outras seis.

No segundo semestre de 1999, o clima na instituição ficou muito tenso, e uma grave crise se instalou. Os funcionários demonstravam preocupação, refletindo sobre a melhor estratégia de ação, sem saber ao certo qual caminho seguir. Reconheciam que comportamentos demasiadamente rígidos com as meninas poderiam acarretar resultados desastrosos para a integridade delas e da própria instituição.

Num dos primeiros episódios de rebelião, as garotas subiram no telhado, a fim de fugir durante a noite, e desacataram funcionários. A diretora passou toda a noite na instituição. A confusão aumentou por causa de um calção masculino, que alguém passou para a menina. As pesquisadoras foram interrogadas quanto à possibilidade de terem praticado tal ação. Todas as garotas, mesmo as que não participaram do movimento, ficaram de castigo, sem direito à visita, a cigarro e à saída do alojamento durante quatro dias, incluindo o fim de semana. A diretora mostrou-se angustiada, pois, no auge da confusão, afirmara para as garotas que elas não seriam punidas com a falta de cigarro e visita: "Elas me levam enganada, e eu levo elas desenganadas".

Voltou atrás quando tudo acabou, o que contribuiu para a total desconfiança reinante no ambiente. Só agiu assim por medo de represália, caso negasse no primeiro momento. Estava esgotada.

A descrição de um dos episódios feita por um dos técnicos mostra o perigo desses momentos:

> Algumas adolescentes tentaram colocar fogo na unidade, armando-se de paus, cacos de vidro e pedras para lincharem os funcionários, a fim de fugirem. Duas delas começaram a simular que haviam tomado remédio para dor de cabeça em excesso e ingerido cacos de vidro, se cortando com alguns cacos, para serem levadas ao hospital, alegando que fariam de tudo para responsabilizar a direção por omissão de socorro. Por não conseguirem ir ao hospital, começaram a subir nas árvores, fizeram muitas 'teresas' com roupas sujas, subiram nos telhados dos setores e tentaram arrombar o portão do corredor principal, tentando alcançar a rua. Na hora do almoço, três meninas invadiram a cozinha tentando se apoderar de facas e fósforos, se apoderando de panela de arroz para agredir os funcionários, sendo contidas pelos agentes educacionais. Outras adolescentes invadiram a despensa da unidade, se apoderaram de desinfetante, embebendo camisetas que foram jogadas nos botijões de gás a fim de explodirem. Foi solicitada a colaboração do policial militar de plantão nesta unidade, bem como do chefe de disciplina do Instituto Padre Severino. As adolescentes foram encaminhadas para os quartos individuais, onde permaneceram de castigo. Mesmo assim, continuam agressivas, ameaçando os servidores que se aproximam para alimentá-las. As meninas foram encaminhadas à delegacia policial de adultos.

Nesses momentos percebe-se a desconfiança que todos naquele ambiente sentem uns em relação aos outros, bem como em relação às pessoas vindas de fora. Todos eram suspeitos, inclusive os pesquisadores. Evidencia-se a exacerbação da vigilância. Os olhares se entrecruzam e sustentam o aparelho, não só em direção às adolescentes e seus familiares, de 'cima para baixo', mas também entre os diferentes funcionários, 'de baixo para cima' e para os lados, de maneira que a vigilância circunscreve todos. Sobre a própria direção também recai o peso do olhar, visto estar comprometida com os acontecimentos da instituição, de modo que uma rebelião possa ser interpretada como decorrente de uma inabilidade sua, desconsiderando-se o conjunto de deficiências mais profundas.

No decorrer dos meses, a situação foi se agravando ainda mais. Houve vários episódios de tentativa de explosão dos bujões de gás, os quais não tiveram êxito. Infelizmente, após várias ameaças de invasão da cozinha, as internas foram bem sucedidas em um episódio em que feriram um dos professores com os garfos que encontraram. Em outro momento, agrediram com cadeiras e murros

dois agentes de disciplina, um dos quais havia sido alvo de queixas nas entrevistas, em função de sua reconhecida violência contra as adolescentes. Ocorreu ainda um incêndio no cubículo e outro em um alojamento, em que foram queimados três colchões. Nesses episódios, ficaram feridas seis internas, duas delas com queimaduras de segundo grau.

Um dos motivos que aceleraram a crise foi a morte de uma adolescente de 16 anos no cubículo, por enforcamento, já tentado tantas vezes por outras garotas. Essa triste história ocorreu depois da decisão de um agente de disciplina por colocá-la no castigo pelo fato de a menina tê-lo desobedecido. Ela tinha ido lavar o chinelo no pátio exatamente na hora do jantar. Essa jovem, no dia de sua morte, tinha recebido a notícia de que ficaria mais quatro meses internada no ESD. Seu estado de depressão fora parcialmente aplacado pela visita dos pais. Sua ida para o cubículo nesse estado depressivo, no entanto, certamente aumentou o seu sentimento de abandono. Tal morte foi considerada 'estranha' por algumas pessoas que conhecem a instituição. Consideram de difícil êxito um suicídio com um lençol amarrado a uma parede de concreto sem que nada tenha sido ouvido ou percebido pelos responsáveis pelo plantão.

Todos esses conflitos, inclusive o caso fatal, ficaram e continuam longe dos meios de comunicação, em parte pelo esforço dos responsáveis (da unidade e do Degase) e em parte pelo desinteresse da sociedade pela vida ou morte dessas jovens. Após longos meses em que a situação institucional vinha se agravando, apenas em dezembro de 1999 tornou-se impossível manter o sigilo. Inicialmente, uma pequena nota em jornal de menor circulação (*Extra*) relatou a morte da menina por suicídio. O incêndio do alojamento mereceu maior destaque em outros meios de comunicação, como a TV. Pequenos textos surgiram em outros jornais (*Jornal do Brasil*, 2/12/99; *Extra*, 2/12/99), ressaltando que duas adolescentes tiveram queimadura de terceiro grau e quatro de primeiro grau, em tentativa de fuga. Ambas as matérias apontam para a necessidade de sindicância que apurasse como as meninas obtiveram o álcool e os fósforos que queimaram os colchões e quais delas seriam as líderes da tentativa de fuga.

Com base nas notícias, outro problema foi trazido aos jornais, em matéria de grande destaque: "Superlotação ameaça educandário". A conseqüência imediata da superlotação é enfatizada: "Só na última semana foram três rebeliões" (Bittencourt, 1999). A reportagem informava que o educandário, com "36 vagas, abriga hoje 58 internas – 60% a mais que sua capacidade; com isso, adolescentes acabam dormindo em colchonetes no chão das celas". Mostra ainda uma foto de um bebê que está junto com a mãe na instituição. A reportagem destaca: "Mesmo sem instalações para receber adolescente

com filhos, a escola tem a incumbência de abrigar e dar segurança para uma menor de 18 anos e sua filha recém-nascida". Esta mesma reportagem termina trazendo à tona outros dois problemas graves da instituição: a agressividade das meninas em relação aos funcionários e a falta de ensino profissionalizante.

Uma explicação dada pela psicóloga para tais rebeliões mostra como as adolescentes captam a instabilidade dos adultos. A insegurança de todos os profissionais com a mudança de direção, a falta de limite para as atividades de cada profissional, a insegurança e os desajustes entre os técnicos e agentes, a falta de entrosamento com o juiz, que não explicita claramente para as jovens quanto tempo ficarão na instituição, e o excesso de meninas na unidade são elementos que facilitam a compreensão desses conflitos.

As razões apontadas pela antiga direção acrescentam outros fatores:

> Isso é montagem de agente. Alguém está insatisfeito e está começando a bombardear de alguma forma. Eu falei isso pra ela: 'Observa que tem alguém minando isso aí'.

Esses fatos propiciaram uma nova troca de direção: a terceira tentativa em pouco mais de um ano. Nada se pode argumentar sobre esse novo período, por causa do distanciamento das pesquisadoras em relação à unidade. Comentários sugerem que a 'nova' direção estaria privilegiando uma disciplina mais rígida e maior controle sobre a movimentação das adolescentes no espaço. Nenhuma notícia alentadora foi ouvida sobre alguma mudança do enfoque pedagógico.

‘UM NOVO COMEÇO’
pensando a prevenção, o tratamento e a recuperação das adolescentes infratoras

Foram muitos os fatores de risco que interferiram na criação e na socialização das mulheres de duas gerações aqui entrevistadas. A situação de maior vulnerabilidade das jovens em conflito com a lei ficou explícita pela exclusão social a que muitas estavam submetidas; a negligência e o abandono da família, da escola, da comunidade e da sociedade em geral; a dificuldade na introjeção de limites, decorrente da transformação dos valores morais que vem atingindo as famílias e o conjunto da sociedade; a variedade de formas e a intensidade da violência que vitimizou as adolescentes.

O presente estudo mostrou a importância das instituições socializadoras na formação da criança e os efeitos do fracasso da família e da escola. Também apontou como o consumo dos bens almejados pelas jovens é facilitado pela entrada no mercado ilegal de drogas, que hoje se configura numa atrativa oferta de trabalho.

A identificação com os papéis femininos construídos nesse contexto ficou comprometida em relação ao padrão social tradicionalmente esperado. O processo de socialização feminina mostrou resultados contraditórios. Por um lado, ele foi bem sucedido na reprodução de alguns valores machistas tradicionais, que perpetuam a submissão da mulher na família e na sociedade; por outro, também podem-se ver suas falhas: preferência pela rua em detrimento da casa; meninas com atitudes comumente masculinizadas; entrada na infração como forma de afirmação de comportamentos masculinos; transformação da mulher-vítima em uma mulher que alterna esse papel com o de agressora.

Esse conjunto de fatores ajuda a explicar o crescente número de jovens envolvidas em atos infracionais no Rio de Janeiro, absorvidas pelo tráfico de drogas na cidade. Embora esse incremento não seja uma prerrogativa feminina, como pode ser constatado nas estatísticas apresentadas, a participação ativa das mulheres no mundo infracional passou a ocorrer apenas recentemente, acompanhando a onda de juvenilização e feminização do mercado ilegal de drogas.

Essa inserção, entretanto, não modificou a razão de sexo no que se refere aos atos infracionais. Manteve-se, no período estudado, a larga predominância masculina nesses atos. Contudo, se homens e mulheres cometem os mesmos

atos infracionais, a forma como o fazem difere em aspectos qualitativos. Comparando-se os resultados apresentados neste trabalho com o encontrado no estudo similar com infratores masculinos (Assis, 1999), tem-se como especificidades femininas:

- A similaridade das histórias de vida de mães e filhas mostra o ciclo da submissão feminina intrafamiliar perpetuando-se por gerações. A dificuldade em educar filhos, tentando não reproduzir as mesmas deficiências pelas quais passou, fez com que as mães buscassem um modelo oposto, em geral mais liberal, que deixou as adolescentes ainda mais desprotegidas. A falta de equilíbrio e constância nos cuidados gerou sofrimento para ambas e graves conseqüências para as jovens.

- Embora a família das adolescentes seja eminentemente matrifocal (da mesma forma que a dos rapazes), a relação familiar das meninas com as mães é mais problemática. A doação de filhas mulheres e o sentimento ou atitude de rejeição por parte das mães marcaram sobremaneira a vida de muitas jovens. O afastamento da menina de sua família de origem e o seu retorno na adolescência também potencializaram e acirraram os conflitos da relação, previamente marcada pela falta de intimidade e diálogo com a figura materna.

- São mais freqüentes entre as jovens as histórias de agressões psicológicas e físicas. A elevada ocorrência de violência sexual difere totalmente do que acontece no universo masculino, em que o evento não foi mencionado sequer uma vez. O incesto e a agressão sexual praticada por desconhecidos e policiais mostraram-se formas explícitas da dominação masculina sobre o corpo e a mente femininos.

- O elevado número de meninas que já ficaram grávidas e fizeram abortos mostra a precoce e desprotegida vida sexual. Os filhos nascidos dessas adolescentes tiveram destino similar ao relatado pelos rapazes infratores: foram viver com as avós, algumas das quais já haviam abandonado os próprios filhos.

- Embora o número de meninos na rua seja muito maior que o das meninas, nesta pesquisa houve muitos relatos dessa vivência entre as entrevistadas, que sobrepujaram os mencionados pelos rapazes infratores.

- A elevada freqüência e intensidade do abuso de álcool e drogas ilícitas se iguala ou sobrepuja à relatada pelos rapazes. O relato do uso de medicamentos ansiolíticos e tranqüilizantes diferencia o universo feminino, ocorrendo entre mães e filhas. A ocorrência de problemas mentais também foi muito notada nas duas gerações de mulheres.

- Os adolescentes infratores, independentemente de sexo, mostram não ter limites sociais introjetados, o que facilita a entrada no universo infracional. A tolerância materna à falta de limites dos filhos parece ser menor em relação às filhas infratoras.
- O envolvimento de familiares na vida criminal também foi constatado entre os meninos, mas entre as adolescentes chamou a atenção o envolvimento das mães, algumas delas afastadas das filhas durante longo tempo, por estarem presas. A ausência dessa figura materna dificultou ainda mais a criação das jovens entrevistadas.
- A influência dos amigos na infração, tão marcante entre os rapazes, teve menor destaque, sendo substituída pela dos companheiros amorosos, todos com envolvimento criminal.
- As mulheres infratoras comumente obedecem às ordens masculinas, mostrando a transposição da subalternidade para o meio infracional. Entretanto, algumas delas se comportam de forma diferente, mantendo uma atitude mais independente. Estas últimas buscam agir como homens para poderem sobreviver no meio infracional, provando a todo instante que podem ser tão boas e fortes quanto eles.
- Embora os jovens de ambos os sexos não se responsabilizem pelo ato infracional cometido, em geral as meninas explicitaram maior dificuldade em lidar com episódios violentos, relatando anorexia, insônia, desconforto em presenciar crueldades. Mostraram-se mais frágeis e emotivas.
- Os atos infracionais cometidos pelas adolescentes são, geralmente, de menor gravidade que os praticados pelos meninos. Excetuando-se as meninas inseridas no tráfico, que portam armas de fogo cotidianamente, as demais as utilizam com menor freqüência, servindo mais como transportadoras dessas armas para os locais das infrações.
- A violência policial acomete as meninas tão intensamente quanto os rapazes, exceção feita ao abuso sexual. A sexualidade feminina serve como mercadoria nas negociações pela liberdade.
- A única instituição feminina que acolhe as infratoras se distingue das várias outras destinadas ao público masculino nos seguintes aspectos:
  1) oferecem cursos voltados para o universo doméstico (corte e costura, bordado, culinária) ou de embelezamento pessoal. Não há preocupação com a escolarização formal;
  2) há maior controle da sexualidade feminina, talvez por ela ser mais explícita e gerar mais conflitos na instituição;

3) a intervenção psiquiátrica e a medicalização são muito freqüentes, bem como as manifestações de auto-agressividade das meninas internadas;

4) a dificuldade da direção, dos técnicos, dos agentes, do juiz e do Degase em compreender as especificidades femininas. Talvez por essa razão exista um espaço como o cubículo, onde se pode enclausurar e distanciar aquilo que não é compreensível. As instituições que atendem às meninas se igualam às dos rapazes no total fracasso em seu principal objetivo: a ressocialização dos jovens.

- A maior diferença das meninas em relação aos rapazes refere-se à capacidade que elas têm de falar sobre suas vidas, discorrer sobre seus problemas, elaborar suas vivências e mostrar suas dores. Com esse vasto material, foi possível reconstituir histórias muito mais ricas e densas do que os relatos masculinos permitiram.

Enfim, o perfil das adolescentes envolvidas em atos infracionais traçado neste trabalho não se distingue sobremaneira do perfil das adultas presas, relatado em estudos nacionais e internacionais, citados ao longo do texto. Sobressaem a história prévia de violência, abandono, uso de drogas, desestruturação familiar e a cooptação da mulher pelos homens criminosos. No que se refere ao aprisionamento, universalmente se questiona a falta de um atendimento voltado para as necessidades femininas, ressaltando-se a falta de apoio psicológico para que aprendam a lidar com a perda dos vínculos afetivos e também a conviver com a violência sofrida, além de tratamento para o abuso de substâncias químicas. Esses estudos também relatam dificuldade de dirigentes e profissionais em lidar com instituições femininas, consideradas por eles mais problemáticas.

Os fatores que levaram as adolescentes cariocas a se colocarem em conflito com a lei apontam a necessidade de a sociedade promover um 'novo começo' para suas vidas. O enfrentamento da questão da delinqüência juvenil em todo o mundo tem ressaltado que só se transforma essa realidade se a responsabilidade não for atribuída apenas à unidade familiar, que, comprovadamente, se mostra fragilizada e debilitada para encontrar e encaminhar soluções positivas.

Estudos em várias partes do mundo têm ressaltado que a prevenção, o tratamento e a recuperação de mulheres infratoras devem priorizar os programas não prisionais sob a responsabilidade das comunidades, que podem cooperar no cuidado com crianças e adolescentes, impedindo a entrada no mundo infracional, bem como na reintegração das já infratoras, providenciando supervisão, cuidado e os tratamentos necessários. Avaliações de intervenções

desse tipo têm revelado melhora no desempenho escolar, aumento do envolvimento por parte dos familiares e redução do comportamento delinqüente. A criação de oportunidades de trabalho e lazer para os jovens é outra atividade que a comunidade pode estimular, apoiando-se em parcerias, inclusive governamentais (Chesney-Lind, 1997).

Pensando-se no planejamento de um atendimento voltado especificamente para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei, propõe-se que se adotem as prioridades a seguir, baseadas em necessidades apontadas no presente estudo e em experiências nacionais e internacionais (OJJDP, 1996a; OJJDP, 1998a ; OJJDP, 1998b).

Sugestões Para um Programa de Atendimento Voltado às Necessidades Femininas

Pressupõe-se que deva existir eqüidade no atendimento prestado a infratores de ambos os sexos, no que se refere às necessidades básicas, tais como qualidade da equipe de funcionários, suporte financeiro, estrutura física e oportunidades de atendimento. Essa ressalva se faz necessária pois, na cidade do Rio de Janeiro, há uma grande disparidade na qualidade do atendimento oferecido para os diferentes sexos. Embora todas as unidades tenham deficiências graves, a instituição feminina encontra-se relegada a uma posição secundária em seus aspectos financeiros, espaciais e educacionais.

O principal órgão norte-americano responsável pela prevenção da delinqüência juvenil (OJJDP, 1998b) considera os seguintes elementos principais para se desenvolver um programa de internação para mulheres jovens: atender a suas necessidades peculiares, valorizar a perspectiva e a experiência femininas e respeitar o desenvolvimento feminino. A finalidade é capacitar as jovens para alcançarem seu potencial humano pleno e trabalhar sobre atitudes preestabelecidas que as desencorajem de reconhecer tal potencial em si mesmas.

Essas especificidades de um programa adequado ao sexo feminino não devem ser entendidas como um privilégio. O atendimento que adolescentes em conflito com a lei recebem precisa respeitar a lógica da eqüidade de direitos. O respeito às especificidades deve priorizar:

- A utilização da experiência das jovens, incorporando uma compreensão do desenvolvimento feminino, oferecendo uma abordagem mais promissora de atendimento e prevenção da delinqüência feminina. Priorizar as especificidades de gênero implica uma transformação do atendimento

atualmente oferecido. Faz-se necessário o apoio de vários tipos de serviços de saúde, o auxílio para as vivências de agressão física, sexual e psicológica e para a farmacodependência, o estímulo ao aprendizado de autodefesa e a educação para os cuidados maternos. O processo educativo a ser desenvolvido com essas jovens precisa ir além do ensino de português, matemática, culinária ou oficina de bordados. Significa educar as jovens para serem capazes de lidar com os complexos desafios que a mulher enfrenta ao longo da vida, enfatizando a resolução de problemas, a capacidade de decidir, o seu lugar na sociedade, bem como a habilidade de negociar e administrar o estresse.

- Durante o processo de admissão na unidade, cada jovem deve ser tratada como pessoa singular, recebendo atenção individualizada. Imediatamente à admissão, cada uma deve receber uma avaliação geral mais aprofundada para determinar suas necessidades. Esse momento de diagnóstico e de orientação deve incluir avaliações dos fatores de risco e de proteção. O plano de tratamento também tem de ser individualizado, considerando temas relativos à vitimização, à baixa auto-estima, à formação de identidade precária e à falta de habilidade para tomar decisões.

- A instituição precisa se transformar em um espaço seguro, tanto no aspecto físico quanto no emocional, permitindo que as jovens possam refletir sobre suas vidas, distanciadas das demandas do sexo masculino. Este talvez seja o maior desafio a ser enfrentado, pois a segurança almejada implica proximidade de relacionamento. Significa mudar o paradigma do atendimento: da impessoalidade para a intimidade. Apenas em um ambiente com esse perfil pode-se esperar que as jovens realizem mudanças positivas em suas vidas.

- Coesão, cooperação e administração da equipe profissional são condições indispensáveis para que as jovens consigam ver os adultos como um modelo para as habilidades de cooperação, respeito e boa comunicação. Cada membro da equipe, seja ele diretor ou servente, é um educador em potencial. Os membros da equipe do sexo feminino devem ter em mente que as relações das adolescentes com suas mães são freqüentemente conturbadas, procurando superar esse modelo e criar uma relação mais positiva com as jovens. Os funcionários do sexo masculino também podem se transformar em modelos positivos, especialmente para aquelas jovens que não tiveram experiências positivas com o sexo masculino.

- O treinamento desses profissionais tem que ser alvo prioritário para uma boa gestão de um programa de atendimento. Eles precisam aprender a reconhecer as situações de violência potencial, discutindo formas de lidar

com a agressividade das jovens (Swaffer & Hollins, 1997) e tentando ensiná-las a resolver conflitos sem o uso da violência. O treinamento precisa ainda quebrar os possíveis preconceitos em relação ao gênero feminino. Sugere-se que:

1) toda a equipe aceite que as finalidades do programa estão voltadas especificamente para o recorte de gênero;

2) haja compreensão do desenvolvimento da adolescente. Por exemplo: treinando-se bem a equipe, ela entenderá que o fato de as meninas tenderem a questionar regras e a demandar explicações para as suas perguntas deve-se às características próprias do gênero e da faixa etária, e deixará de considerar essas atitudes como insubordinação;

3) se dê destaque especial aos aspectos relativos à sexualidade na adolescência, privilegiando temas como virgindade, gravidez e homossexualismo. O conhecimento técnico, os preconceitos dos funcionários e dos adolescentes em relação a esses problemas e às próprias normas institucionais precisam ser abordados com profundidade;

4) se explore a história de desenvolvimento pessoal dos funcionários, especialmente daqueles que passaram por experiências violentas. O desenvolvimento de formas não-agressivas para resolução dos próprios conflitos deve ser parte ativa do treinamento;

5) se compreenda a necessidade da eqüidade no tratamento de jovens de diferentes inserções sociais;

6) as equipes técnicas e administrativas saibam ser flexíveis na relação com as jovens, mas também consistentes e firmes nas decisões cotidianas, tendo em mente que somente com base em atitudes contínuas e fundamentadas se podem criar novas possibilidades de relacionamento na instituição e para as jovens em suas vidas futuras. O mesmo padrão de comportamento deve ser assumido por todos os funcionários, diminuindo as tensões decorrentes das tentativas individuais de enfrentamento dos problemas;

7) se promovam treinamento e supervisão continuada para os profissionais que lidam com meninas infratoras. Um esforço em âmbito nacional deve ser tentado com o Ministério da Justiça para agregar pessoas de todos os estados que trabalham com essa clientela. As discussões sobre os problemas e as soluções encontradas precisam ser partilhadas, visando a formar uma rede de informações entre os profissionais que lidam com adolescentes em conflito com a lei.

- A adequada capacitação dos profissionais precisa torná-los capazes de desenvolver determinadas características nas jovens:
  1) habilidade de autodefesa: as jovens têm que ser ensinadas a reconhecer situações perigosas e a se ver como sobreviventes, em vez de vítimas indefesas;
  2) treinamento de assertividade, visando a ajudar as jovens a se expressarem e a compreenderem a necessidade de estabelecer limites nos relacionamentos;
  3) aumento da auto-estima, enfatizando a autovalorização e o auto-respeito;
  4) estratégias para definição de objetivos, reconhecimento da própria capacidade e desenvolvimento de liderança;
  5) aprendizado para a resolução de problemas em vários contextos;
  6) estímulo ao desenvolvimento de relacionamentos positivos.
- A criação de grupos regulares de discussão sobre questões femininas deve ser garantida, propiciando espaço seguro para as jovens falarem sobre coisas dolorosas e descobrirem que não estão sozinhas com seus problemas. Essas reuniões promovem o desenvolvimento da capacidade de escutar os outros e acolhê-los. A condução desses grupos é de difícil execução, exigindo muito preparo da equipe técnica e uma visão de mundo que contemple os valores culturais das jovens, mas que permita que elas superem os limites e preconceitos existentes.
- Algumas jovens podem precisar de tratamentos específicos para atender às sérias questões que afetam de forma negativa seu desenvolvimento. Nesses casos, deve-se combinar dois tipos de intervenção: de grupo e individual. Nessa situação de maior vulnerabilidade, devem-se incluir as garotas que vivenciaram maior número de situações de risco (ou mais intensamente), como abuso de substâncias químicas, abuso sexual, agressões físicas e emocionais intensas, bem como as que necessitam de cuidado pré-natal e pós-parto.
- O processo educativo oferecido na unidade não pode prescindir de estratégias alternativas ao ensino tradicional, especialmente para ajudar no caso de deficiências de aprendizagem e mudar atitudes negativas em relação à capacidade de aprender e ao valor da educação. É preciso explorar a história e a cultura da mulher. Programas eficazes ajudam as jovens a fazer conexão entre o que estudam em sala e as habilidades exercidas na vida real. A participação da Secretaria de Educação é fundamental, integrando as jovens ao sistema de ensino regular, trazendo novos professores e arejando o processo de aprendizado.

- A educação sexual precisa ser tema prioritário, ensinando as jovens a compreender o que está ocorrendo em seus corpos durante a puberdade e fazendo-as encarar as transformações como um aspecto normal e positivo do fato de estar se tornando uma mulher. As jovens devem se sentir à vontade para discutir suas experiências sexuais, incluindo temas como relação sexual com homens e mulheres e abortos, tão relevantes no cotidiano institucional.

- As atividades recreativas precisam fazer parte da rotina das atividades educacionais, pois permitem que as jovens se confrontem em atividades desafiadoras e experiências positivas, dando-lhes oportunidade de relaxarem, se tornarem autoconfiantes, romperem com o isolamento e fazerem amizades, além de estimular a criatividade (OJJDP, 1998b). Essa estratégia não pode substituir nem excluir o aprendizado formal.

- A educação oferecida na instituição tem de oferecer alternativas reais de inserção das mulheres no mercado de trabalho, que não se restringem a atividades de estética e de trabalhos manuais. Novamente, há que se enfocar a eqüidade entre os gêneros, ampliando o universo profissional das jovens. É importante levar em conta as aptidões e os interesses individuais, direcionando-as para o restrito mercado de trabalho.

- A atenção à saúde física e mental precisa ser redimensionada, tanto na unidade quanto nos serviços que recebem essas jovens. Uma boa anamnese e alguns exames podem ajudar no planejamento do tratamento e no acompanhamento de problemas comuns: anemia, gravidez, desordens alimentares, abuso de substâncias químicas, doenças infecciosas, problemas auditivos, visuais e ligados à saúde mental, como depressão, ansiedade e reiteradas tentativas de suicídio. Também é preciso considerar a história de vitimização da jovem por agressão física ou psicológica, abuso sexual ou mesmo por abandono ou negligência (OJJDP, 1998b).

- Para que os profissionais saibam lidar com as conseqüências da vitimização, é necessário que tenham conhecimento dos fatores de risco e proteção; sejam treinados para dar apoio; saibam que precisam contribuir para que as jovens aprendam novas formas de relacionamento e valorizem os pequenos desejos ou gestos que denotem mudanças positivas. As jovens têm que desenvolver um entendimento de sua vitimização; devem entender que são capazes de não participar de situações de abuso no futuro. Precisam reviver seus sentimentos de raiva e frustração, explorar a relutância em confiar nos outros e ter oportunidades para aprender como desenvolver e manter laços saudáveis em seus relacionamentos.

- A instituição necessita investir ativamente na melhoria do relacionamento entre as jovens, fazendo-as perceber que as amizades são um fator de proteção para as mulheres, especialmente contra a vitimização masculina. Essa estratégia é freqüentemente desvalorizada, pois é vista como ameaça à vida institucional.
- O envolvimento dos familiares é condição indispensável para a melhoria do tratamento. Há que se estimular o fortalecimento e o estreitamento dos laços familiares por meio de:
  1) grupos de discussão entre os parentes das jovens, momentos em que se verifica que outras famílias passam por desafios semelhantes;
  2) visitas às famílias das jovens para avaliar a situação familiar e planejar estratégias de intervenção;
  3) estreitamento de laços entre mãe e filha, promovendo encontros com cada uma, separadamente, ou momentos de discussão entre ambas
  4) estímulo ao desenvolvimento de relacionamentos com outras pessoas ligadas às jovens anteriormente, tais como amigas, membros da igreja e outros parentes.
- O envolvimento da unidade com a comunidade é crucial e indispensável, embora muitas vezes de difícil concretização. Deve-se buscar, por intermédio das instituições religiosas, obras sociais ou associações comunitárias, pontos de apoio para a jovem e sua família na comunidade. O retorno da jovem para a comunidade precisa ser preparado. Deve incluir a atenção continuada à jovem na comunidade, uma monitoria a longo prazo e um processo de desligamento gradativo. Um retorno bem-sucedido está diretamente ligado a uma colocação profissional para a jovem ou à promoção de sua inserção em um programa educacional, em conexão permanente com serviços como saúde e serviços voltados para o fortalecimento dos laços familiares. Embora essa estratégia seja a preconizada atualmente pelas unidades de semiliberdade, a falta de preparo para a saída e de acompanhamento efetivo na comunidade é flagrante, merecendo ser tema priorizado numa agenda que realmente objetive reduzir a reincidência.
- As contribuições de psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, pedagogos e professores deveriam ser reunidas em um prontuário que realmente indicasse a evolução de cada adolescente. É preciso modificar o que Silva (1994:14) afirmou e é ratificado na presente pesquisa: "O conhecimento a respeito da menina não se amplia de um memorando para o outro". Os relatos técnicos precisam deixar de ser um instrumento meramente burocrático de pouca importância (como ficou evidenciado na fala dos técnicos sobre a posição

do juiz) para se tornarem estratégia de troca de opiniões entre a equipe, motivando encontros regulares de reavaliação dos resultados do atendimento oferecido às jovens. É de extrema importância que as informações apreendidas no contato com a jovem sejam registradas, discutindo-se normas e procedimentos para manter em sigilo situações excepcionais que por vezes ocorrem.

- As instituições que atendem os jovens em conflito com a lei precisam incorporar a lógica da avaliação contínua. Uma avaliação eficaz ajuda a saber qual a estratégia mais útil no trabalho com as jovens e os pontos fracos no atendimento, permitindo a discussão de estratégias para a melhoria do atendimento.

- O financiamento da unidade deve ser contínuo e adequado às necessidades institucionais. O atendimento a adolescentes do sexo feminino precisa ser considerado questão vital para o Degase, apesar de atender uma clientela menor.

- No que se refere à interface da unidade de atendimento com outras instâncias do sistema de segurança, tem-se que:

  1) é essencial que a polícia seja capacitada para lidar com as especificidades do universo feminino, treinada para um enfrentamento respeitoso e punida quando praticar excessos como a violência física e sexual. Essa questão depende essencialmente de treinamento e capacitação, que podem ser prioridade para o Ministério da Justiça e a Secretaria de Segurança do Estado;

  2) há necessidade de esclarecimento e divulgação dos direitos que as jovens têm ao entrar no Sistema. É preciso informar o andamento do processo da jovem, assim como os prazos e as datas de audiência, pois a imprecisão dos prazos faz com que as meninas fiquem ansiosas e provoquem conflitos na instituição. Este ponto torna premente a exigência de um Sistema Judiciário e de uma Vara da Infância e da Juventude mais atuantes na instituição, justos, participativos e não meramente inquisidores; capazes de criar um relacionamento respeitoso com adolescentes, agentes, técnicos e pessoal administrativo;

  3) a presença do Ministério Público na unidade precisa ser constante e não esparsa. A distância dessa instituição em relação às jovens é flagrante, bem como esporádica a fiscalização do cotidiano institucional;

  4) a Defensoria Pública precisa ser transformada em instrumento de acompanhamento contínuo do processo das jovens. Se houvesse uma defensoria atuante, muitas das internações não teriam ocorrido,

especialmente as de algumas meninas reincidentes no uso de drogas, que poderiam receber outras medidas socioeducativas mais adequadas;

5) a fiscalização do atendimento prestado pelo Sistema de Justiça juvenil tem que ser contínua, realizada por instituições não apenas governamentais, mas também não-governamentais (incluindo-se algumas de grande peso no país, como a OAB), e pela própria sociedade civil, que se exime totalmente de acompanhar o que acontece no dia-a-dia institucional;

6) é imprescindível a melhor articulação dos funcionários da instituição com a direção do Degase e deste com o Juizado. A distância entre a Secretaria de Justiça, o Degase, a Vara e os profissionais que lidam diretamente com as adolescentes é responsável pelo caos que freqüentemente se instala. O empenho demonstrado pelo Estado e pelo governo federal em prol dos jovens em conflito com a lei institucionalizada tem se mostrado muitíssimo aquém do que se preconiza quando a meta é a ressocialização, o retorno à cidadania e, para muitos, a inclusão num sistema social que há muito os excluíra.

Algumas das propostas de enfrentamento do problema da infração juvenil apresentadas até aqui já vêm sendo debatidas no país. Entretanto, os problemas institucionais continuam sendo propositalmente escondidos pelo governo e pela sociedade, que apenas se mobilizam nos momentos em que a crise chega aos meios de comunicação. No âmbito científico o tema fica limitado a poucos pesquisadores, que ano após ano denunciam as falhas, as inconsistências e o fracasso do modelo institucional de assistência vigente, sem interagir com a sociedade na busca de soluções, a exemplo do que ocorreu com os vários trabalhos feitos no próprio Educandário Santos Dumont nos últimos 20 anos, e nas demais unidades existentes no Rio de Janeiro para ressocialização de jovens em conflito com a lei.

No meio dessa inércia, cabe relembrar duas experiências nacionais que inovaram o atendimento aos jovens em conflito com a lei, apontando para uma perspectiva de ação mais positiva. A primeira delas ocorreu na década de 80, em Ouro Preto (Costa, 1990). A seguinte descrição da unidade, então com 180 internas, em nada se distingue do observado atualmente no Educandário Santos Dumont, no Rio de Janeiro:

> *Quem chega à escola constata, com um simples olhar em redor, o vácuo pedagógico onde as vidas de quase duzentas crianças e adolescentes flutuam como balões erráticos num espaço sem o horizonte de uma expectativa. Estiradas ao sol, conversando pelos cantos, perambulando pelos matos que circundam o estabelecimento ou simplesmente sentadas em frente ao prédio, assistindo indiferentes à passagem da vida pela rua, as menores formam um estranho mosaico, uma metáfora nebulosa da falta de destino.* (Costa, 1990:139)

Uma única direção, por um período de sete anos consecutivos, conseguiu imprimir uma mudança no paradigma institucional. O pressuposto fundamental foi o de que a contínua interação entre educador e educanda deveria estimular o desenvolvimento de 'educandas independentes e responsáveis' em vez de 'educandas obedientes'. Todos os funcionários da instituição passaram a ser considerados e a atuar como educadores. Com esse novo paradigma, o personagem central deixou de ser o diretor e passou a ser as educandas.

A substituição das tradicionais e históricas práticas correcionais-repressivas por um modelo pedagógico mais aberto e democrático mostrou-se muito difícil inicialmente. Normas foram estabelecidas por educadores e educandas, instaurando-se na unidade um 'estado de direitos'. Esses direitos estavam consubstanciados em dois instrumentos básicos: para os educadores, o instrumento era o *Código de Ética Escolar*; para as meninas, era o *Guia da Educanda*. As portas da unidade foram abertas para a comunidade, permitindo a fiscalização e a maior interação.

Despertar em algumas o interesse pelo estudo ou trabalho foi uma das mais árduas tarefas. A percepção dos dirigentes foi a de que era a falta de expectativas que impossibilitava o aprendizado. Com essa visão, os educadores priorizaram o estímulo a um projeto de vida. Os exemplos tomados como referência da vida pessoal de cada educador e do conjunto da equipe serviram como modelos de vida para as educandas e foram 'trabalhados' na unidade: "Mais do que com aquilo que dizemos, ou com aquilo que julgamos ensinar, os educandos aprendem com aquilo que somos. Educar pelo exemplo é fundamental" (Costa, 1990:51).

A divulgação, a discussão e a valorização dos feitos e realizações das educandas foram estratégias utilizadas para possibilitar às jovens a aquisição da auto-estima. Foram também criadas oportunidades para que elas formulassem e concretizassem pequenos projetos vivenciados no cotidiano. Após um período de muitos conflitos e dificuldades, as jovens passaram a apresentar mudanças significativas na forma de ver o mundo e de resolver conflitos. Aprenderam a lutar pelos seus direitos e contra a arbitrariedade do poder.

Um segundo exemplo de criatividade e compromisso com o atendimento prestado aos jovens em conflito com a lei localiza-se em ponto nevrálgico do sistema: o Poder Judiciário. Em Belém, no Pará, um juiz da infância e da juventude escreveu o *Guia do Adolescente Internado* (Frota e Silva, 1998), motivado pela angústia e pela tensão que os jovens vivenciavam ao entrar no sistema. Esse juiz, de rara sensibilidade, percebeu que o desconhecimento sobre o que acontecia e a falta de informação sobre o cumprimento da medida de internação, bem como sobre o andamento

processual, promoviam estados de depressão, baixa auto-estima, insegurança e insatisfação entre os adolescentes que foram internados.

No *Guia*, descrevem-se: o momento da audiência de apresentação; o direito à defesa prévia; a audiência de continuação; as medidas de proteção e socioeducativas que podem ser aplicadas; o prazo permitido pela lei para a internação provisória; os deveres da direção da unidade onde o adolescente fica internado; os direitos e os deveres do adolescente durante o período de internação; as providências que o adolescente pode tomar quando a unidade descumpre suas obrigações; o respeito aos direitos dos servidores que trabalham no centro e dos demais adolescentes internados.

O intuito do *Guia* não é 'controlar' o adolescente, mas sim 'transformar' seu comportamento. Não se pretende apenas um 'bom interno', mas um adolescente que 'respeite as leis como um ideal constante'. Para tanto, não são apenas repassadas informações sobre seus direitos, mas orientações a respeito de como efetivamente exercê-los.

Ambas as iniciativas se caracterizam pela substituição da díade repressão-punição pela noção de respeito aos direitos humanos e cidadania. Constituem-se em uma exceção no panorama prisional nacional juvenil ou adulto. Elas mostram que é possível humanizar o atendimento à população infratora, enfatizando a garantia plena dos direitos.

Dar prioridade ao cumprimento dos direitos humanos em instituições totais é uma medida radical e urgente para se modificar a situação prisional vigente. A difícil realidade e os problemas enfrentados no Educandário Santos Dumont, a pequena unidade feminina localizada na Ilha do Governador, não podem ser compreendidos como resultantes de dificuldades estruturais, conjunturais e relacionais apenas dessa instituição. Eles não dependem de quem seja o dirigente ou da atuação de um grupo profissional específico. São fruto de uma lógica perversa, cristalizada em práticas generalizantes, excludentes, preconceituosas e paralisantes, calcadas, sobretudo, em atuações repressivas.

Apenas por meio de um 'novo começo' respaldado na vivência concreta dos direitos humanos é que se poderá vislumbrar um futuro melhor para aqueles que vivem parte de suas vidas nessas instituições, sejam eles funcionários ou infratores. Só assim governantes e sociedade civil poderão sentir-se participantes e satisfeitos com a existência de unidades que realmente cumpram sua função social, que é a ressocialização de jovens e a melhoria das condições de suas vidas e de suas famílias.

Esse 'novo começo', mesmo que possível apenas como metáfora, precisa acalentar nas jovens a esperança de viver, nutri-las com confiança nos adultos e

nas instituições, estimulá-las para o desenvolvimento da capacidade intelectual e da criatividade, ensinando-as a perceber que podem ser amadas sem que precisem abrir mão de sua autonomia e auto-estima. Somente com um atendimento que congregue os aspectos afetivos e os cognitivos é que poderão ser resolvidos os problemas que tocam o universo feminino, delicado e profundo em sua essência, mas forte por natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Meninas perdidas. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999:289-316.

ADLER, E. *Sisters in Crime*. New York: McGraw-Hill, 1975.

ADORNO, S. & BORDINI, E. B. T. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985, *RCBS*, 3(9), fev.1989.

ASSIS, S. G. *Crescer sem Violência: um desafio para educadores*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp/Claves, 1994.

ASSIS, S. G. *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta*: *a vida de jovens infratores e seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

AZEVEDO, M. A. (Org.). *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BASTOS, M. *Cárcere de Mulheres*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

BECKER, H. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BENFAM.SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. *Adolescentes, Jovens e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: um estudo sobre a fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Benfam/Unicef/ASF/CDC, 1999.

BENTES, A. L. S. *Tudo como Dantes no Quartel d'Abrantes: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial*, 1999. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. BITTENCOURT, M. Superlotação ameaça educandário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1999. Cidade, p.27.

BOWLBY, J. *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei: reflexões de uma prática qualificada*. Brasília, 1998. (Garantia de Direitos. Idéias e Resultados. Caderno DCA/SNDH/MJ, I)

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Políticas Públicas e Estratégias de Atuação Socioeducativa aos Adolescentes em Conflito com a Lei*. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

BRASIL. *Código Penal*. Organizado por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1983.

CAMPOS, D. *O Teste do Desenho como Instrumento de Diagnóstico da Personalidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

CARRILLO, R. Violencia contra las mujeres. In: CARRILLO, R. (Org.). *Las Mujeres contra la Violencia: rompiendo el silencio*. New York: Unifem, 1997.

CHARAN, I. *O Estupro e o Assédio Sexual: como não ser a próxima vítima*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CHESNEY-LIND, M. *The Female Offender: girls, women and crime*. New York: Sage Publications, 1997.

CHESNEY-LIND, M. & HAGEDORN, J. M. *Female Gangs in America*: *essays on girls, gangs and gender*. Chicago: Lake View Press, 1999.

CLAVES. Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli. *Avaliação do Convênio Programa Pró-Adolescente: ações socioeducativas*. Rio de Janeiro: Uerj/Degase, 1999.

COSTA, A. C. G. *Aventura Pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. São Paulo: Columbus, 1990.

COSTA, A. C. G. *Encontros e Travessias: o adolescente diante de si mesmo e do mundo.* São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1999a.

COSTA, A. C. G. *Pedagogia e Justiça: a responsabilização penal do adolescente.* São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1999b.

COWIE, J.; COWIEN, V. & SLATER, E. *Delinquency in Girls*. London: Hinemann, 1968.

CRUZ NETO, O. (Coord.). *Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp/Claves, 1999. Relatório.

DANTAS, S. M. C. *Dos Apelos e Atropelos do Menor nos Processos de Institucionalização*, 1985. Monografia, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. D. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997:343-402.

EDUCANDÁRIO SANTOS DUMONT (ESD). *Plano de Ação para 1998*. Rio de Janeiro: Educandário Santos Dumont/Degase, 1998 (cópia reprográfica).

EINSENSTEIN, E. & SOUZA, R. *Risco à Saúde de Crianças e Adolescentes*. Petrópolis: Vozes,1993.

EXTRA. Incêndio fere seis na Ilha. *Extra*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1999.

FARINATTI, F.; BIAZUS, D. B. & LEITE, M. B. *Pediatria Social: a criança maltratada*. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

FIOCRUZ. CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI. *Estudo Multidisciplinar sobre as Atuais Condições de Atendimento a Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro em Situações Especialmente Difíceis: Municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias*. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro, 1993.

FOGEL, C. I. Hard time: the stressful nature of incarceration for women. *Issues Mental Health Nursing*, 14(4):367-377, 1993.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.* 18.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREUD, S. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 24v. Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise, v.22.

FROTA E SILVA, P. S. *Guia do Adolescente Internado*. Belém: Unama, Unicef, 1998.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MENOR. FEEM (RJ). *Perfil da Clientela Assistida*. Rio de Janeiro, 1982.

GARBARINO, J. *Lost Boys: why our sons turn violent and how we can save them*. New York: The Free Press, 1999.

GARBARINO, J.; GUTTMAN, E. & SEELEY, J. *The Psychologically Battered Child*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1986.

GIDDENS, A. A. Notas críticas: Foucault sobre distribuição do tempo e de espaço. Capítulo 3: Tempo, espaço e regionalização. In: GIDDENS, A. A. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, E. *Estigma*: *notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: Zahar, 1975.

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GOMES, R. *O Corpo na Rua e o Corpo da Rua: a prostituição feminina em questão*. 1994. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

GOMES, R. A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10(1):156-167, 1994. Suplemento.

HEIDENSOHN, F. M. *Women & Crime*. New York: New York University Press, 1995.

HEISE, L. Gender based abuse: the global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10(1), 1994.

JORNAL DO BRASIL. Seis internas são queimadas em incêndio. Rio de Janeiro, 2 dez.1999.

KOCK, K. *Teste da Árvore*. Ed. Mestre Jou, 1968.

LEMGRUBER, J. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LEMGRUBER, J. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, L. A. *O Estigma do Abandono: estudo epidemiológico de uma população de crianças e adolescentes internados na Colônia Juliano Moreira vindos diretamente da Funabem*, 1993. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

LOMBROSO, C. & FERRERO, G. *The Female Offender*. New York: Appleton, 1895.

LUCE, C. *Privação Afetiva e Violência Doméstica na Vida das Adolescentes Infratoras do Rio de Janeiro*, 1997. Monografia de Especialização, Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, Fundação Oswaldo Cruz,

LUCINDA, E. *Eu te Amo e Suas Estréias*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MALAGUTI, V. M. *Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

MERTON, R. K. *Social Theory and Social Structure*. London: Free Press of Glencoe, 1957.

MILLER, D. et al. Adolescent female offenders*:* unique considerations. *Adolescence*, 30(118):429-435, 1995.

MINAYO, M. C. S. Vale a pena nascer mulher. *Estudos Feministas*, 6(1):228-231, 1998. (Resenha. MADEIRA, F. R. Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Unicef, 1997.)

MINAYO, M. C. et al. *Fala, Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOLIDOR, C. E. Female gang members: a profile of aggression and vitimization. *Social Work*, 41(3), mai 1996.

MORRIS, R. E. et al. Health risk behavioral survey from 39 juvenile correctional facilities in the United States. *Journal of Adolescent Health*, 17(6), 1995.

MURAM, D. et al. Adolescent victims of sexual assault, *Journal of Adolescent Health*, 17(6), 1995.

MUZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA, L. *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998:141-150.

MUZIO, P. A. A. Paternidade (ser pai)...: para que serve? In: SILVEIRA, L. *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998:165-174.

NAÇÕES UNIDAS/MJ/SNDH. *Uma Vida sem Violência é um Direito Nosso: propostas de ação contra a violência intrafamiliar no Brasil*. Brasília, 1998.

OCHOA, R. C. *'A Voz das Meninas' na Construção das Normas em uma Instituição de Atendimento para Meninas de Rua*, 1994. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION – OJJDP. *Juvenile offenders and victims. 1996. Update on violence*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1996a.

OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION – OJJDP. *Female offenders in the Juvenile Justice System. 1996*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1996b.

OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION – OJJDP. *Juvenile female offenders: a status of the States report. 1998*. Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1998a.

OFFICE OF JUVENILE JUSTICE AND DELINQUENCY PREVENTION – OJJDP. *Guiding principles for promising female programming: an inventory of best practices.* Pittsburgh: National Center for Juvenile Justice, 1998b.

OLIVEIRA, M. B. *As Implicações Psíquicas no Ato Infracional de Repetição*. Rio de Janeiro: 2ª Vara da Infância e da Juventude, 1995. 5° relatório parcial de pesquisa realizada no Educandário Santos Dumont.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. *La Salud de los Adolescentes y los Jovens en las Americas: escribiendo el futuro*. Washington, 1995.

PELLEGRINO, P. G. *Homossexualidade na Instituição: estratégia? Rendição?*, 1983. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica.

PEREIRA, G. M. M. G. *A Ilha do Diabo: instituição e poder. Análise de suas representações pelas internas no Educandário Santos Dumont*, 1993. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. (Orgs.). *Família em Processos Contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. (Seminários Especiais – Centro João XXIII)

RICHARDSON, H. J. *Adolescent Girls in Approved Schools*. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

RUTTER, M. Pathways from childhood to adult life. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 30:23-51, 1989.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997:135-211.

SEIXAS, A. M. *Sexualidade Feminina: história, cultura, família, personalidade e psicodrama*. São Paulo: Senac, 1998.

SEIXAS, A. M. Abuso sexual na adolescência, *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento,* 1. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem, 1999.

SHAW, C. R. & MCKAY, H. D. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Revised edition. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

SHOEMAKER, D. J. *Theories of Delinquency: an examination of explanations of delinquent behavior*. New York: Oxford University Press, 1996.

SILVA, C. L. C. *Homossexualismo Feminino entre 'Menores'*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância/UFRJ, 1989.

SILVA, H. H. *Cadê Minha Fada Madrinha? Meninas infratoras internadas na cidade do Rio de Janeiro*, 1994. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SINGER, M. I. et al. The Psychosocial Issues of Women Serving Time in Jail, *Social Work*, 40(1), jan.1995.

SNELL, T. L. & MORTON, D. C. *Women in Prison*. (Special Report) Washington, D.C.: Bureau of Justice Statistics, 1994.

SORJ, B. O feminino na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, O. & BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. São Paulo, Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, Rosa dos Tempos,1992:15-22.

SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE/RJ. *Estudo da Relação das DST/Aids e as Drogas no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria de Saúde, 1999. (cópia reprográfica)

SWAFFER, T. & HOLLINS, C. Adolescents' experiences of anger in a residential setting. *Journal of Adolescence*, 20(5), 1997.

TATE, D. C.; REPPUCCI, N. D. & MULEY, E. P. Violent juvenile delinquents: treatment effectiveness and implications for future actions. *American Psychologist*, 50(9):777-781, set.1995.

TEPLIN, L. A.; ABRAM, K. M. & MCCLELLAND, G. M. Prevalence of psychiatric disorders among incarcerated women. I – Pretrial Jail Detainees. *Arch. Gen. Psychiatry*, 53:505-519, jun.1996.

THOMAS, W. I. *The Unadjusted Girl*. Boston: Little Brown, 1923.

THOMPSON, A. Justiça penal e classes sociais. *Ciência Hoje*, 5(Supl.)(28):26-27, 1987.

VASCONCELOS, N. *Amor e Sexo na Adolescência*. São Paulo: Moderna, 1995.

VENGUER, T. et al. *Violencia Doméstica: un marco conceptual para la capacitación del personal de salud*. México: Population Council/Inopal III, 1998. (Documentos de Trabalho, 24)

VIOLANTE, M. *O Dilema do Decente Malandro: a questão da identidade do menor – Febem*. São Paulo: Cortez, 1983.

VOLPI, M. (Org.). *O Adolescente e o Ato Infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.

WARREN, M. Q. Comparing female and male offenders. *Sage Research Progress Series in Criminology*. v.21. California: Sage Publications, 1981.

WILHELM, R. *Análise do Caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

WINNICOTT, D. W. *Privação e Delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

YOUNG, T. J. Parricide rates and criminal street violence in the United States: is there a correlation? *Adolescence*, 28(109):171-172, 1993.

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

ANEXO
leis e artigos

Código Penal – Parte Especial

• Título I – Dos crimes contra a pessoa

Artigo 121 (homicídio simples) - matar alguém.

Parágrafo 1º - se o agente cometer o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Parágrafo 2º - (homicídio qualificado) se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a impunidade ou vantagem de outro crime.

Parágrafo 3º - homicídio culposo.

Parágrafo 4º - no homicídio culposo, a pena é aumentada em um terço, se o crime resulta na inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências de seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante.

Parágrafo 5º - na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Artigo 129 (lesão corporal) - ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

Parágrafo 1º - (lesão corporal de natureza grave) se resulta em: I - incapacidade para as ações habituais por mais de trinta dias; II - perigo de vida; III - debilidade permanente de membro, sentido ou função; IV - aceleração de parto.

Parágrafo 2º - (lesão corporal de natureza grave) se resulta em: I - incapacidade permanente para o trabalho; II - enfermidade incurável; III - perda ou inutilização de membro, sentido ou função; IV - deformidade permanente; V - aborto.

Parágrafo 3º - (lesão corporal seguida de morte) se resulta em morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo.

• Título II – Dos crimes contra o patrimônio

Artigo 157 (roubo) - subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Parágrafo 1º - na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

Parágrafo 2º - a pena aumenta-se de um terço até metade: I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma; II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

Parágrafo 3º - se da violência resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além de multa; se resulta em morte, a reclusão é de quinze a trinta anos, sem prejuízo de multa.

Artigo 158 (extorsão) - constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.

Artigo 163 (dano) - destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

Parágrafo Único - se o crime é cometido: I - com violência à pessoa ou grave ameaça; II - com o emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave; III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista; IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima.

Artigo 171 (estelionato) - obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

• Título VI - Dos crimes contra os costumes

Artigo 214 (atentado violento ao pudor) - constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

• Título VIII - Dos crimes contra a incolumidade pública

Artigo 250 (incêndio) - causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.

• Título XI - Dos crimes contra a administração pública

Artigo 354 (motim de presos) - amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina na prisão.

Lei nº 9.437 sobre o Porte de Armas

Lei publicada em 20/02/97, entrando em vigor em 20/08/97, portanto no transcorrer da pesquisa. Esta lei considera o porte de arma como crime, substituindo a lei anterior que o considerava uma contravenção penal.

Artigo 10 - possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Parágrafo 1 °: I - nas mesmas penas incorre quem: omitir as cautelas necessárias para impedir que menor de dezoito anos ou deficiente mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, exceto para a prática do desporto quando o menor estiver acompanhado do responsável ou instrutor; II - utilizar arma de brinquedo, simulacro de arma capaz de atemorizar outrem, para o fim de cometer crimes; III - disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que o fato não constitua crime mais grave.

Artigo 18 - é vedado ao menor de vinte e um anos adquirir arma de fogo.

No quadro, foi referido como artigo 19 (porte de arma) da antiga lei, por ser a que ainda estava em vigor no momento, a qual determinava ser contravenção trazer consigo arma fora de casa ou de dependência desta sem licença da autoridade.

Lei de Entorpecentes (Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976)

Artigo 12 - importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Artigo 13 - fabricar, adquirir, vender, fornecer ainda que gratuitamente, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado a fabricação, preparação, produção ou transformação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentada.

Artigo 14 - associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos artigos 12 ou 13 desta lei.

Artigo 16 - adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.